Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 22/2025

SECRETARIA E/OU DIVISÃO
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

TIPO DE LICITAÇÃO
Menor Preço Global

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS

PRAZO DE VIGÊNCIA
12 (doze) meses.

VALOR

R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais).

FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, acompanhados de Nota Fiscal e certidões de regularidade Fiscal e Trabalhista.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Artigo 72, inciso I, da Lei N° 14133/21

Três Barras do Paraná, 10 de março de 2025

ÁREA REQUISITANTE: **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**

PARA: **Gabinete do Prefeito Municipal**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO - *Artigo 18, Inciso I, Lei N° 14133/21*

A elaboração de um Plano Municipal de Arborização Urbana para o Município de Três Barras do Paraná é uma medida essencial para garantir o desenvolvimento sustentável, o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida da população. A arborização urbana é um fator determinante para a melhoria do microclima, a redução de ilhas de calor, o controle da poluição atmosférica e a valorização dos espaços públicos. A ausência de um planejamento adequado para a arborização tem resultado em problemas recorrentes, como interferência nas redes de infraestrutura, conflitos com o sistema viário e desgaste das áreas verdes existentes.

O crescimento desordenado da mancha urbana e a expansão das áreas construídas sem um planejamento ambiental eficiente têm provocado a remoção de vegetação e o comprometimento da biodiversidade local. A falta de um plano estruturado dificulta a reposição adequada de árvores e a seleção de espécies apropriadas para cada região, o que acarreta em prejuízos ecológicos e econômicos. Além disso, o município carece de diretrizes claras para o manejo e a manutenção das árvores urbanas, o que aumenta os riscos de queda de galhos, danos ao patrimônio público e privado, e insegurança para os pedestres e motoristas.

Outro fator que reforça a necessidade de contratação é o cumprimento das legislações ambientais vigentes. A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) estabelecem diretrizes para a conservação da vegetação nativa e a promoção do equilíbrio ecológico. Além disso, o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA recomendam que os municípios elaborem e implementem planos de arborização urbana para garantir a proteção dos recursos naturais e a promoção de cidades mais verdes e resilientes.

A elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana permitirá a definição de critérios técnicos para o plantio, a poda, o manejo e a substituição das espécies, bem como a criação de um banco de dados atualizado sobre a cobertura vegetal da cidade. O plano também contemplará ações de educação ambiental e mobilização social, incentivando a participação da população na conservação e no cuidado das áreas verdes. A contratação de uma empresa especializada é essencial para assegurar a qualidade técnica e a efetividade na execução dos trabalhos, considerando a complexidade e o detalhamento necessário para a elaboração de um plano abrangente e eficiente.

2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - *Artigo 18, Inciso IV, Lei N° 14133/21*

A contratação abrangerá a elaboração de um Plano Municipal de Arborização Urbana completo para o município de Três Barras do Paraná, incluindo não apenas a sede do município, mas também os distritos de Santo Izidoro, Barra Bonita e Alto Alegre. O plano deverá contemplar o levantamento detalhado das áreas urbanas, o diagnóstico da cobertura vegetal existente e a definição de diretrizes para o manejo e plantio de novas espécies em todas essas localidades.

O serviço incluirá a elaboração de um inventário detalhado das árvores existentes, abrangendo as árvores localizadas nas ruas, praças e demais espaços públicos de Três Barras do Paraná e dos distritos de Santo Izidoro, Barra Bonita e Alto Alegre. Esse inventário deverá conter informações sobre a espécie, estado fitossanitário, porte, idade estimada, interferência com redes de infraestrutura (como calçadas, redes elétricas e tubulações) e recomendação de manejo (como poda ou substituição).

Além do inventário e do mapeamento, será elaborado um catálogo com as opções para o plantio, levando em consideração fatores como resistência climática, porte adequado para áreas urbanas, baixa interferência com a infraestrutura e potencial de benefícios ecológicos, como sombreamento, retenção de água pluvial e absorção de poluentes. O plano também deverá incluir um cronograma de podas e diretrizes para manejo e manutenção das árvores, com metas e indicadores de desempenho definidos para um período de 20 anos, garantindo a continuidade das ações de arborização ao longo dos próximos anos.

3. PESQUISA DE PREÇOS – *Artigo 23, Inciso IV e V, Lei N° 14133/21*

Para a realização da pesquisa de preços, foram consultadas três empresas especializadas em planejamento e gestão ambiental, com experiência comprovada na elaboração de planos de arborização urbana para municípios de pequeno e médio porte. A pesquisa foi realizada com o objetivo de obter uma média de preços praticados no mercado e garantir a adequação orçamentária da contratação.

Utilizando o menor preço apresentado, o custo estimado para a contratação dos serviços é de aproximadamente R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais), valor que inclui todas as etapas de diagnóstico, planejamento, elaboração de produtos técnicos e capacitação da equipe técnica municipal para a implementação e monitoramento do plano.

A pesquisa de preços foi fundamentada em valores praticados no mercado e considerando o porte e a complexidade do serviço, assegurando que a proposta orçamentária esteja em conformidade com os parâmetros técnicos e financeiros exigidos para a execução do plano.

4. PREVISÃO PARA INÍCIO DO SERVIÇOS OU AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

A previsão para o início dos serviços é de aproximadamente **30 dias** após a conclusão do processo licitatório e a assinatura do contrato. O prazo de execução total será de **6 meses**, dividido em etapas que contemplam o levantamento de campo, o diagnóstico técnico, a elaboração das diretrizes e a validação do plano com a participação da sociedade civil e dos órgãos competentes.

5. ANEXOS

Pesquisa de Preços

Manual para elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana

CRISTIAN LUDWIG

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

mata
CONSULTORIA AMBIENTAL

Proposta Técnica nº 055/2025

Plano de Arborização Urbana

Três Barras do Paraná
Paraná

mata

mata CONSULTORIA ASSESSORIA EM GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PROPOSTA TÉCNICA – nº 055/2025

Solicitante: Município de Três Barras do Paraná.
Data: 06 de março de 2025.
Objeto da proposta: Plano de Arborização Urbana para o município de Três Barras do Paraná baseada nas diretrizes técnicas do Manual de Arborização Urbana (2ª edição) – Ano de 2018 do Ministério Público do Paraná.

Item	Descrição das atividades	Valor
1.	**Diagnóstico da Arborização existente** **1.1** Levantamento florístico e fitossanitário (quali-quantitativo) das árvores existentes na sede do município de Três Barras do Paraná e de seu Distrito Administrativo Santo Isidoro, na metodologia de censo, com levantamento: - Identificação da espécie (nome popular e científico); - Diâmetro à altura do peito (DAP); - Altura da árvore; - Condição fitossanitária da árvore e presença de pragas; - Características do meio/conflitos com a infraestrutura urbana: largura da calçada, quantidade e tipo de tráfego, presença de redes de serviços (eletricidade, telefonia, água, esgoto, etc.), presença de marquises, entre outras informações relevantes da área; - Mapeamento das árvores existentes em relação às calçadas, canteiros centrais e praças das vias públicas; **1.2** Elaboração de mapa com a localização georreferenciada das árvores existentes e os locais para novos plantios sugeridos.	R$ 40.500,00
2.	**Elaboração do Plano de Arborização Urbana de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano de Arborização Urbana para o município de Três Barras do Paraná** **2.1** Introdução do Plano Municipal de Arborização Urbana; **2.2** Diagnóstico da Arborização da Sede do Municipio e do Distrito de Santo Isidoro; **2.3** Diagnóstico Participativo (Audiência Pública); **2.4** Planejamento das ações para a gestão da arborização municipal: - Seleção de espécies nativas e adaptadas para plantio em áreas públicas e privadas; - Definição de critérios para plantio, espaçamento, manejo e substituição de árvores; - Diretrizes para mitigação de impactos da arborização sobre a infraestrutura urbana; **2.1** Adequações ao processo, caso necessário;	R$ 35.000,00
	Valor total do investimento	**R$ 75.500,00**

mata CONSULTORIA ASSESSORIA EM GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Condições:

- Está incluso na proposta as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs para Elaboração e Execução/Acompanhamento dos estudos citados nesta proposta.
- A descrição das atividades corresponde ao diagnóstico, elaboração e audiência pública para a Elaboração do Plano de Arborização Urbana do município de Três Barras do Paraná, não estando inclusos a operacionalização bem como o manejo das árvores.

Formas de pagamento: A definir.

Incluso Consultoria Ambiental:

Referente a eventuais adequações necessárias identificadas pelo contrante, bem como ajustes solicitados pelo Ministério Público quando da análise do Plano.

Validade da proposta: 30 dias.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
NATALIA LUIZA CAVICHIOLI
Data: 06/03/2025 15:22:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Maria Luiza Mafra Geremia
Bióloga CRBio-07 66.803/07-D

Natalia Luiza Cavichioli
Engenheira Civil CREA PR-168.358/D

MATA CONSULTORIA AMBIENTAL
45.517.225/0001-58

A C ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 48.041.667/0001-69
Endereço: Rua Taquara, 100, Centro – Quedas do Iguaçu
Telefone: (46) 9 9110-9595

PROPOSTA Nº 68/2025 – AC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

ORÇAMENTO:

Interessados:

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68

Localização do empreendimento:

Três Barras do Paraná – PR

ESCOPO BÁSICO

Plano de Arborização Urbana para o município de Três Barras do Paraná baseada nas diretrizes técnicas do Manual de Arborização Urbana (2ª edição), 2018 do Ministério Público do Paraná.

INVESTIMENTO

O investimento para o comprimento pleno desta proposta é de R$ 81.000,00.

A forma de pagamento poderá ser feita por depósito, transferência bancária ou PIX.

A C ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 48.041.667/0001-69
Endereço: Rua Taquara, 100, Centro – Quedas do Iguaçu
Telefone: (46) 9 9110-9595

ENGENHARIA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos a oportunidade e colocamo-nos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos e negociações.

VALIDADE DA PROPOSTA

30 (trinta) dias a partir desta data.

Quedas do Iguaçu – PR, 05 de março de 2025.

AMANDA PERUZZO DA MOTTA:09605390930

Assinado de forma digital por AMANDA PERUZZO DA MOTTA:09605390930
Dados: 2025.03.05 17:15:50 -03'00'

STARENGENHARIA
ASSESSORIA E PROJETOS AMBIENTAIS

Oportunidade nº: 250.306-01 **Data**: 06/03/2025

Att. PREFEITURA DE TRÊS BARRAS
CNPJ - 78.121.936/0001-68

Itens
Processo de Elaboração do **Plano Municipal de Arborização Urbana** do Municipio de Três Barras - Paraná Etapa 1 e 2: • Introdução do Plano Municipal de Arborização Urbana; • Caracterização do Municipio; • Diagnostico da Arborização do Municipio; • Diagnóstico Participativo (Audiência Pública); • Análise de risco da arborização urbana; **Valor Proposto:** **R$ 59.850,00** Etapa 3 e 4: • Planejamento da Arborização Urbana; • Implantação da Arborização Urbana; • Manutenção e Monitoramento das Arvores; • Gestão da Arborização Urbana; • Cronograma de implementação; • Recomendações após o plano. **Valor Proposto:** **R$ 30.000,00**

O orçamento é elaborado conforme a Cema 70, se houver outras solicitações, poderá ser alterado o valor.

STARENGENHARIA
ASSESSORIA E PROJETOS AMBIENTAIS

Além do documento estão inclusos no orçamento:

- Taxas com deslocamentos para a realização do Inventario Florestal;
- Valor da Anotação de Responsabilidade Tecnica (ART);
- Honorários;
- Aquisição de Equipamentos;
- Audiência pública;
- Correções pedidas pelo Ministério Público (se caso necessário);

OBSERVAÇÃO:

- **NÃO ESTÁ INCLUSO O SERVIÇO QUE ENVOLVE O DERRUBAMENTO DAS ARVORES E A COLOCAÇÃO DAS NOVAS, ASSIM COMO A COMPRA DELAS;**
- **ESTÁ INCLUSO SOMENTE A DOCUMENTAÇÃO DO PLANO DE ARBORIZAÇÃO URBANA.**
- **PARA AUDIÊNCIA PUBLICA NÃO ESTÁ INCLUSO VALORES COM COFFE BREAK OU SEMELHANTE A ISSO.**
- **ESTE ORÇAMENTO SEGUIRA O MODELO PROPOSTO PELO MINISTÉRIO PUBLICO, O QUE HOUVER ALÉM DO QUE ESTÁ NO MODELO SERÁ COBRADO UM ADITIVO NO VALOR.**

Valor total Proposto (R$ 89.850,00)

ENTREGA: Considerando a responsabilidade do contratante em providenciar os documentos exigidos.
Etapa 1 e 2 – Entre 120 a 150 dias;
Etapa 3 e 4 – Entre 150 a 180 dias.

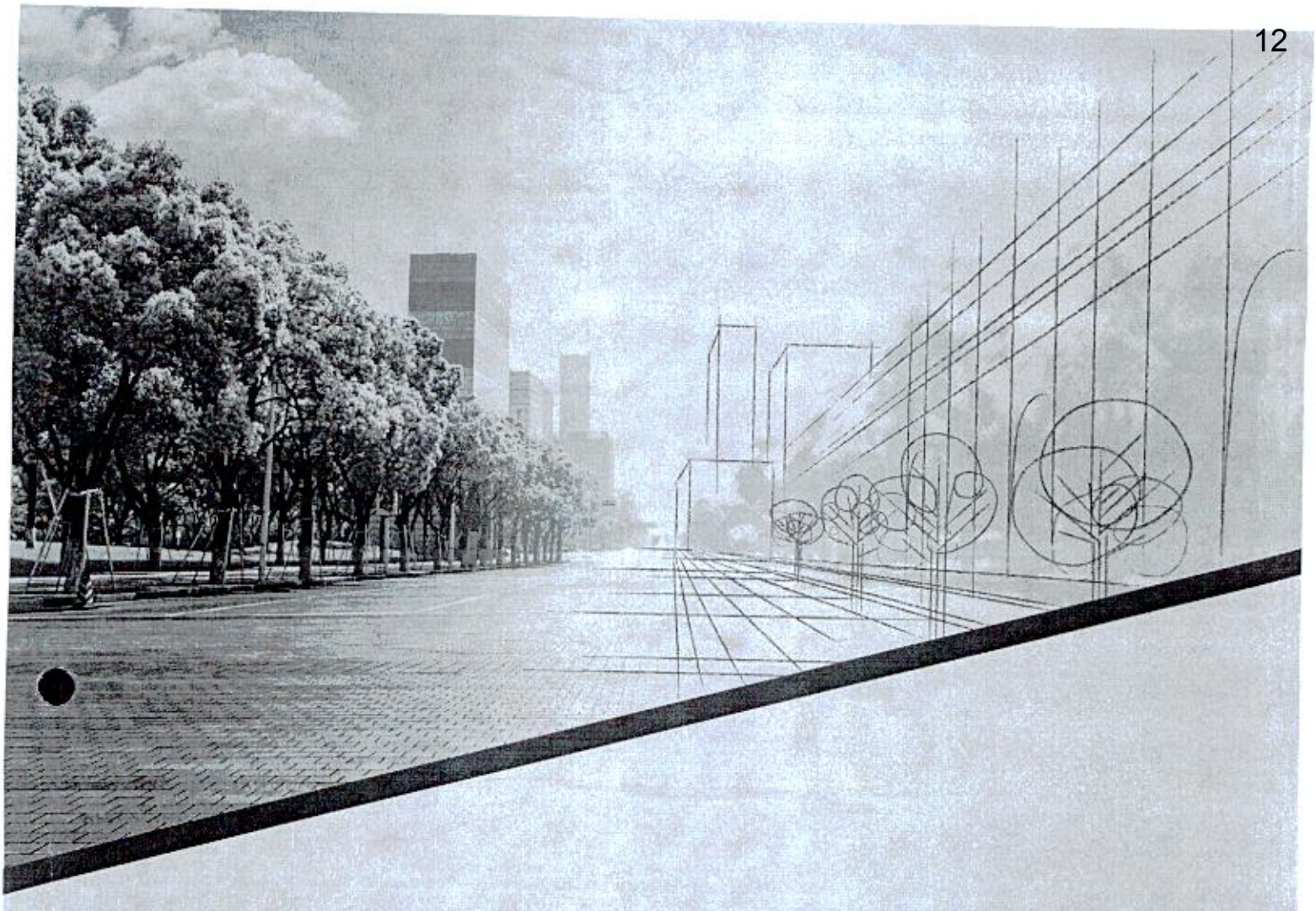
FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento pela execução do serviço poderá ser realizado em 3 (três) parcelas:
A Primeira Parcela no valor de R$ 30.000,00 Mediante fechamento de contrato.
Segunda Parcela no valor: R$ 39.850,00 Após a audiência pública.
Terceira Parcela no valor de R$ 20.000,00 Após a entrega do documento para o Ministério Público.

gov.br Documento assinado digitalmente
ANA CAROLINA PETERLE RIBEIRO
Data: 06/03/2025 09:19:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Ana Carolina Peterle Ribeiro
CPF: 040.925.591-27
Eng. Ambiental
CREA PR 218275-D

Orçamento Valido por 15 dias.



Manual para elaboração do PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA

2ª Edição
Curitiba - PR
2018

Elaboração:

MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná

EMATER
INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

CRBio-07

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

UNICENTRO
PARANÁ

APEF
ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS ENGENHEIROS FLORESTAIS

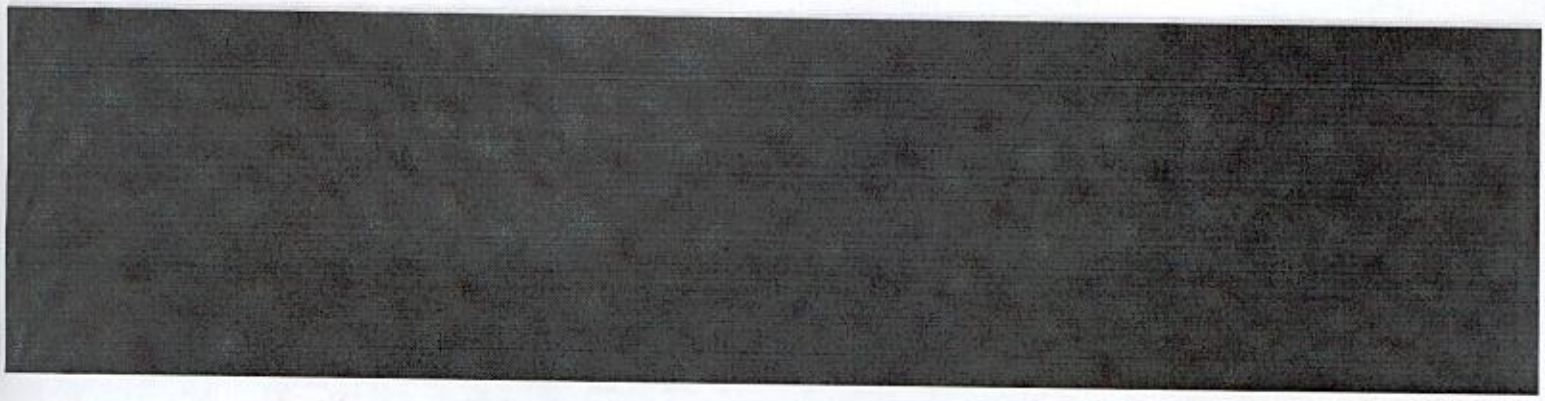
UTFPR
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

COPEL
Pura Energia

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IAP
INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

MANUAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA

2ª Edição

Curitiba-PR
2018

COMITÊ DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL PARA
ANÁLISE DOS PLANOS MUNICIPAIS DE ARBORIZAÇÃO
URBANA NO ESTADO DO PARANÁ

MANUAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA

2ª Edição

Curitiba-PR
2018

Organização

Paula Broering Gomes Pinheiro
Ministério Público do Estado do Paraná – MP-PR

Autores

Alberto Barcellos
Ministério Público do Estado do Paraná – MP-PR

Cláudio Renato Wojcikiewicz
Associação Paranaense de Engenheiros Florestais – APEF

Daniela Biondi Batista
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Flávia Gizele Konig Brun
Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR - Dois Vizinhos

Jorge Zbigniew Mazuchowski
Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER

Luciana Leal
Companhia Paranaense de Energia – COPEL

Mariese Cargnin Muchailh
Instituto Ambiental do Paraná – IAP

Marlene de Lurdes Ferronato
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA-PR
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR-Pato Branco

Mauro Scharnik
Instituto Ambiental do Paraná – IAP

Paulo Alfonso Conte
Ministério Público do Estado do Paraná – MP-PR

Paulo Luciano da Silva
Conselho Regional de Biologia – CRBIO7

Rogério Bobrowski
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

Yedo Alquini
Conselho Regional de Biologia – CRBIO7

Direitos Exclusivos desta edição:
© 2018 by Ministério Público do Estado do Paraná

Capa: Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Estado do Paraná

Diagramação e Revisão de Texto: Daniela Biondi Batista

P223mParaná. Ministério Público.
Manual para elaboração do plano municipal de arborização / organização Paula Broering Gomes Pinheiro. — 2. ed. — Curitiba: Procuradoria-Geral de Justiça, 2018.
65 p.

ISBN 978-85-68772-23-2

1. Planejamento urbano. 2. Arborização urbana. 3. Arborização viária. I. Título.

CDU 711.16(035

Elaborada por Paola Carolina Polo – CRB-9/1915
Divisão de Biblioteca / Ministério Público do Estado do Paraná

Editado por Ministério Público do Estado do Paraná
Rua Rua Paraguassu, 478 - Alto da Glória
Curitiba – PR

Apresentação

O Plano Setorial do Ministério Público do Estado do Paraná "Arborização Urbana no Paraná" visa fomentar a elaboração dos Planos Municipais de Arborização Urbana nos 399 municípios paranaenses. Por meio de parceria entre diversas instituições do Estado, foi criado o Comitê de Trabalho Interinstitucional para Análise dos Planos Municipais de Arborização Urbana.

A arborização urbana exerce inúmeras funções ambientais e socioambientais, dentre elas a manutenção e ampliação das Áreas Verdes Urbanas, a proteção de diversas espécies da fauna e a tutela do bem-estar e da qualidade de vida das presentes e futuras gerações de populações das cidades, razão pela qual se apresenta evidente o seu caráter de bem difuso e a sua inserção como tema prioritário de atuação do Ministério Público.

Importante destacar que o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) dispõe ser obrigação dos municípios a formulação e execução do plano diretor e do plano de desenvolvimento urbano, atentando-se, no que concerne ao tema da arborização, às diretrizes de garantia do direito a cidades sustentáveis e ao lazer para as presentes e futuras gerações, ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a deterioração das áreas urbanizadas, a poluição e a degradação ambiental, e, ainda, de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído e do patrimônio paisagístico.

A adequada formulação e execução do Plano Municipal de Arborização Urbana se apresenta indispensável não somente para o planejamento das ações e iniciativas relacionadas ao diagnóstico, implantação, manutenção e monitoramento das suas medidas concretas, mas também se

mostra imprescindível para o exercício do poder de polícia referente ao licenciamento e autorização de eventual poda, corte e substituição de árvores.

A finalidade deste documento é apresentar subsídios às Prefeituras Municipais do Estado do Paraná quanto aos requisitos, tópicos e etapas que devem estar contemplados no Plano Municipal de Arborização Urbana.

Esta edição do Manual traz as seguintes novidades: a inclusão dos tópicos referentes ao "Diagnóstico Participativo - Percepção da População", "Análise de Risco de Queda de Árvores Urbanas" e "Tombamento e Árvores Imunes de Corte"; foram acrescentados os capítulos "Recomendações Após a Elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana" e "Análise dos Planos Municipais de Arborização Urbana – Comitê de Trabalho". Além disso, vários assuntos encontram-se mais detalhados e foram complementados, visando facilitar o entendimento por parte dos profissionais responsáveis pela elaboração dos Planos de Arborização Urbana, bem como a fim de se aprimorar a qualidade desses Planos.

Alexandre Gaio

Promotor de Justiça
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo
Ministério Público do Estado do Paraná

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 MODELO DO DOCUMENTO CONTENDO O PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO..... 16

FIGURA 2 EXEMPLO DE MAPA DE ARRUAMENTO COM IDENTIFICAÇÃO DAS ÁRVORES CADASTRADAS E CÓDIGOS PRÓPRIOS ASSOCIADOS À FICHA DE INVENTÁRIO..... 29

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	ESTRUTURA DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO.....	18
QUADRO 2	ESPÉCIES ARBÓREAS EXÓTICAS INVASORAS NÃO RECOMENDADAS PARA ARBORIZAÇÃO URBANA.....	40
QUADRO 3	EXEMPLOS DE ESPÉCIES TÓXICAS NÃO RECOMENDADAS PARA RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS.....	41

SUMÁRIO

1 PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA 11
1.1 IMPORTÂNCIA DA ARBORIZAÇÃO URBANA 11
1.2 EQUIPE DE ELABORAÇÃO 14
1.2.1 Equipe de Elaboração da 1ª Edição (2012) 14
1.2.2 Equipe de Elaboração da 2ª Edição (2018) 14
2 ESTRUTURA DO PLANO MUNICIPAL 16
3 CONTEÚDO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA 20
3.1 INTRODUÇÃO DO PLANO 20
3.1.1 Histórico da Arborização do Município 20
3.1.2 Importância da Arborização para o Município 21
3.1.3 Objetivos do Plano Municipal de Arborização Urbana 21
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO 21
3.2.1 Localização Geográfica da Sede do Município 22
3.2.2 Unidade Fitogeográfica 22
3.2.3 Extremos Climáticos na Área Urbana 22
3.2.4 População (urbana e rural) 22
3.2.5 Caracterização Socioeconômica 23
3.2.6 Área da Malha Urbana do Município 23
3.2.7 Legislação Específica da Arborização Urbana 23
3.3 DIAGNÓSTICO DA ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO 24
3.3.1 Levantamento Quali-quantitativo da Arborização de Ruas 24
3.3.2 Principais Problemas Encontrados 30
3.4 DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO - PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO. 31
3.5 ANÁLISE DE RISCO DE QUEDA DE ÁRVORES URBANAS 33
3.6 PLANEJAMENTO DA ARBORIZAÇÃO URBANA 36
3.6.1 Critérios para a Escolha de Espécies para Arborização Urbana . 36
3.6.2 Critérios para Definição dos Locais de Plantio 41
3.6.3 Espaçamento e Distâncias Mínimas de Segurança entre Árvores e Equipamentos Urbanos 43
3.6.4 Indicação dos Locais de Plantio e Espécies 44
3.7 IMPLANTAÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA 44
3.7.1 Características das Mudas 44
3.7.2 Produção ou Aquisição de Mudas 45
3.7.3 Procedimentos de Plantio e Replantio 47
3.7.4 Campanha de Conscientização Ambiental 49
3.8 MANUTENÇÃO DA ARBORIZAÇÃO DE RUAS 49
3.8.1 Poda de Árvores 50
3.8.2 Remoção e Substituição de Árvores 51
3.8.3 Outras Práticas de Manutenção 52
3.9 MONITORAMENTO DAS ÁRVORES URBANAS 53
3.10 TOMBAMENTO E ÁRVORES IMUNES DE CORTE 54
3.11 GESTÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA 55
3.11.1 Legislação Específica 55

3.11.2 Estrutura Técnico-Operacional 55
3.11.3 Dotação Orçamentária 56
3.11.4 Viabilização do Gerenciamento do Plano 56
3.12 INFORMAÇÕES FINAIS 57
3.12.1 Cronograma de Implantação 57
3.13 REFERÊNCIAS 58
3.14 ANEXOS 58
4 RECOMENDAÇÕES APÓS A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA 59
5 ANÁLISE DOS PLANOS MUNICIPAIS DE ARBORIZAÇÃO URBANA - COMITÊ DE TRABALHO 60
5.1 CRITÉRIOS DE PRÉ-ANÁLISE DO PLANO 60
5.2 ANÁLISE DO PLANO 60
5.3 ROTEIRO DO PARECER TÉCNICO INDIVIDUAL 61
5.4 ROTEIRO DO PARECER TÉCNICO DO COMITÊ 62
REFERÊNCIAS 63

1 PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA

1.1 IMPORTÂNCIA DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Atualmente no Brasil, independente do porte das cidades ou municípios, é possível perceber a importância das árvores ou outro tipo de vegetação existente, passando a ser um componente estrutural e funcional da paisagem urbana. Os efeitos da falta de planejamento urbano mostram-se ainda mais pronunciados, oriundos da transformação dos ambientes rurais em urbanos e devido às alterações globais do clima. Portanto, o planejamento urbano é tão importante quanto o planejamento da vegetação nas cidades, sendo que o primeiro é o responsável pelas condições favoráveis ou desfavoráveis para o pleno desenvolvimento da vegetação.

A vegetação existente nas cidades é mais conhecida como arborização urbana, mas pode também ser chamada de floresta urbana. Este termo "floresta urbana" ainda é muito polêmico no Brasil, mas aos poucos vem assumindo mais adeptos, principalmente por pesquisadores que atuam diretamente para o engrandecimento dessa área.

De acordo com Biondi (2015), a floresta urbana é definida como toda cobertura vegetal situada dentro do perímetro urbano, a qual inclui diferentes formas de vida, tais como: árvores, arbustos, trepadeiras, herbáceas, plantas de forração, plantas aquáticas e outras. Pode ser classificada em: floresta urbana particular – composta pela maioria de áreas residenciais, e floresta urbana pública – composta pela arborização de ruas (formada exclusivamente por vegetação arbórea em plantios lineares nas calçadas) e áreas verdes (podendo ser dividida em função dos diferentes níveis de influência humana, tais como: áreas verdes culturais e

fragmentos florestais urbanos).

A arborização de ruas desempenha inúmeras funções no meio urbano, tais como: ecológicas - melhoria do microclima, atenuação da poluição atmosférica e sonora, conservação da biodiversidade local (fauna e flora), entre outros; estéticas – identidade local, sensação de continuidade entre os componentes urbanos, contraste harmônico do concreto e asfalto com a árvore, adiciona dinamismo à paisagem urbana, entre outros; e sociais – amenização do estresse psicológico, conforto térmico, benefício econômico pela valorização imobiliária, educação ambiental e melhoria na qualidade de vida da população nas cidades (BIONDI & ALTHAUS, 2005).

A arborização de ruas ou vias públicas é a tipologia de floresta urbana que mais sofre com os efeitos da urbanização, da gestão municipal e da relação com a sociedade. Por isso, o planejamento da arborização de ruas é tão importante, mesmo em cidades planejadas, para evitar o máximo de conflitos já normalmente existentes no meio urbano e poder proporcionar a melhor condição para o desenvolvimento das árvores.

Os efeitos da urbanização que mais interferem no planejamento da arborização de ruas são referentes às dimensões das ruas, calçadas e passeios (acessibilidade), canteiros das árvores, alteração das condições físicas e químicas do solo, presença da rede de energia elétrica, canalização subterrânea de água, esgoto e gás, fluxo de automóveis e pedestres.

Quanto à gestão municipal, refere-se, na maioria das vezes, à falta de capacitação dos recursos humanos para as atividades de planejamento, produção de mudas, implantação, manutenção e monitoramento da arborização. Qualquer incompetência nesses quesitos poderá acarretar conflitos permanentes ou com difíceis maneiras de solução.

Com relação à sociedade, ainda são muito incipientes as políticas públicas voltadas para a co-participação da população nas atividades de gestão municipal, tanto por iniciativa da sociedade como por parte da municipalidade. É preciso que haja mais informação da população para haver cobranças ao poder público. Só através do conhecimento é que se pode obter uma cultura de fiscalização das atividades desenvolvidas pela municipalidade.

O Plano de Arborização Urbana é um documento oficial do município que legitima e descreve as ações referentes à gestão, implantação, plantio, manutenção e monitoramento das árvores. As ações de um plano de arborização podem servir tanto para intervir na arborização já existente, como para atuar em áreas que ainda não possuem arborização.

Trata-se, além de uma obrigação legal, de um instrumento eficiente de gestão municipal cuja aplicação resulta invariavelmente na melhoria da qualidade de vida por meio da aplicação responsável dos recursos públicos disponíveis. Tal assertiva baseia-se nas experiências do Comitê junto às municipalidades no sentido de que o Plano Municipal de Arborização Urbana representa uma economia ao município no longo prazo, pois reduz eventuais indenizações por queda de árvores e galhos, reduz os custos de manutenção de arruamentos e calçamento, reduz os custos com iluminação pública e energia elétrica em prédios públicos, dentre inúmeros outros benefícios valoráveis e não valoráveis.

Ainda neste particular, é decisivo ressaltar que não se verificou uma relação direta entre a qualidade dos planos apresentados e a capacidade financeira de cada município, ou seja, municípios de pequeno porte podem adotar soluções menos custosas de arborização urbana sem comprometer a implantação do Plano Municipal de Arborização Urbana, tampouco os requisitos mínimos expostos neste manual.

O Município deve analisar se possui condições de elaborar o Plano de Arborização Urbana a partir de seus próprios recursos humanos e materiais. Em caso negativo, a contratação deve ser regida pelos princípios da administração pública, devendo-se atentar ao valor estabelecido para elaboração do Plano, que deve ser razoável e condizente aos serviços a serem prestados.

1.2 EQUIPE DE ELABORAÇÃO

1.2.1 Equipe de Elaboração da 1ª Edição (2012)

A responsabilidade pela elaboração da 1ª Edição deste Manual foi do Comitê de Trabalho Interinstitucional para Análise dos Planos Municipais de Arborização Urbana no Estado do Paraná, integrado por uma equipe de profissionais técnicos das seguintes instituições: Associação Paranaense de Engenheiros Florestais – APEF, Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, Companhia Paranaense de Energia – COPEL, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA-PR, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA-FLORESTAS, Instituto Ambiental do Paraná – IAP, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e Ministério Público do Estado do Paraná – MP-PR.

1.2.2 Equipe de Elaboração da 2ª Edição (2018)

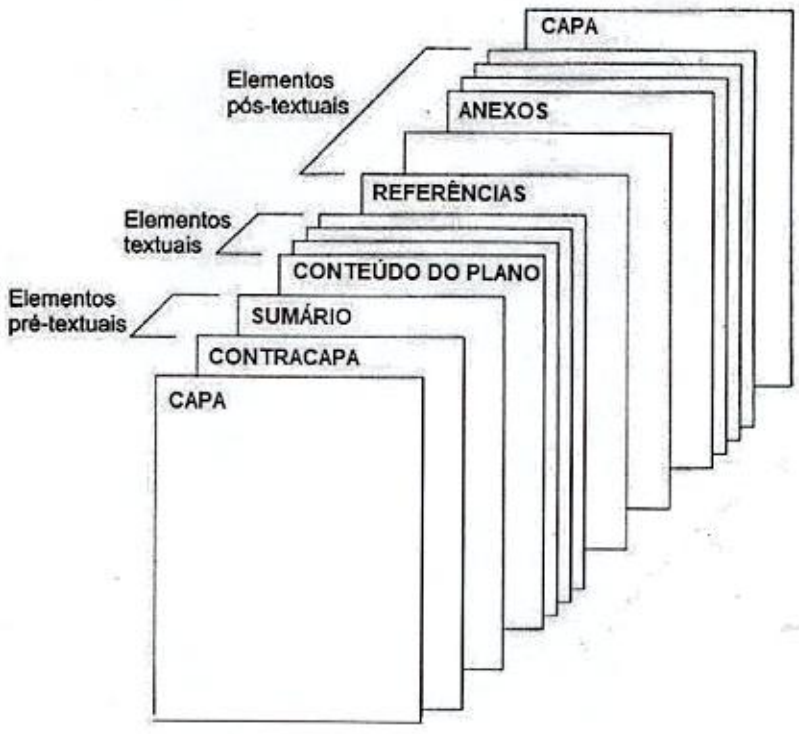
A 2ª Edição deste Manual foi elaborada, atualizada e ampliada pelo Comitê de Trabalho Interinstitucional para Análise dos Planos Municipais de Arborização Urbana no Estado do Paraná, integrado por profissionais técnicos da Associação Paranaense de Engenheiros Florestais – APEF, Companhia Paranaense de Energia – COPEL, Conselho Regional de Biologia – CRBIO-07, Instituto Ambiental do Paraná – IAP, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e

Extensão Rural – EMATER e Ministério Público do Estado do Paraná – MP-PR. Também fizeram parte da revisão representantes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA-PR, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

2 ESTRUTURA DO PLANO MUNICIPAL

O Plano deverá ser um documento elaborado de acordo com as normas estabelecidas pela ABNT referentes a estilo e formatação de trabalhos técnicos e acadêmicos como demonstra a Figura 1.

FIGURA 1 – MODELO DO DOCUMENTO CONTENDO O PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA



Conforme a Figura 1, a Capa deve conter o título "Plano Municipal de Arborização Urbana", o nome do município e a data de elaboração. São opcionais a inclusão da logomarca institucional e o endereço da Prefeitura Municipal.

Na contracapa deverá ser apresentado, além do título do Plano Municipal de Arborização Urbana do Município, a data de elaboração do Plano, os nomes, os correspondentes títulos

profissionais e os números do registro profissional nos Conselhos de Classe da equipe técnica responsável pela sua elaboração.

A contracapa deverá ser elaborada em uma página única, preferencialmente.

O responsável técnico pela elaboração do Plano deverá ser um profissional com habilitação específica para tanto, conforme as atribuições designadas por seu Conselho de Classe (engenheiro florestal, engenheiro agrônomo e biólogo, de acordo com as atribuições profissionais previstas pela Lei nº 5.194/66 e Resolução nº 218/73 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, bem como pela Lei nº 6.684/79 e Resolução nº 227/10 do Conselho Federal de Biologia). Profissionais de outras formações poderão integrar a equipe técnica.

Deve(m) ser incluído(s) o(s) contato(s) do(s) responsável(eis) técnico(s) (endereço, telefone e e-mail).

No Sumário deve ser efetuada a relação sequencial dos itens e subitens, com a correspondente paginação. É opcional a inclusão de Lista de Figuras, Lista de Mapas e/ou Lista de Tabelas, em complementação ao Sumário.

As tabelas deverão ser elaboradas em tamanho compatível com a página do documento, evitando a quebra de apresentação.

As figuras, mapas e tabelas devem ter numeração sequencial específica, com identificação de conteúdo e título correspondente, aliados à sua indicação no texto.

Todos os textos, figuras, tabelas e mapas inseridos ou adaptados devem ser referenciados.

Deverá ser incluída nos Anexos (ver item 3.14) a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), devidamente assinada e quitada, do responsável técnico e comprovantes profissionais similares para os demais integrantes da equipe.

No Quadro 1 estão apresentados todos os elementos do documento (plano) que são obrigatórios e os itens detalhados do conteúdo do Plano de Arborização.

QUADRO 1 – ESTRUTURA DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA

ELEMENTOS EXTERNOS		Capa		Obrigatório
		Contracapa		Obrigatório
ELEMENTOS INTERNOS	**ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS**	Lista de figuras		Opcional
		Lista de tabelas e/ou quadros		Opcional
		Lista de abreviaturas e siglas		Opcional
		Lista de símbolos		Opcional
		Sumário		Obrigatório
	ELEMENTOS TEXTUAIS OU CONTEÚDO DO PLANO	Introdução	Histórico Importância Objetivo(s)	Obrigatório
		Caracterização do Município		Obrigatório
		Diagnóstico da Arborização Urbana do município	Levantamento Características Problemas	Obrigatório
		Planejamento da Arborização Urbana	Critérios - Espécies Critérios - Locais Espaçamento/distância Indicação dos locais	Obrigatório
		Implantação da Arborização Urbana	Características - mudas Produção de mudas Procedimentos - plantios Campanha/Conscientização	Obrigatório
		Manutenção da Arborização Urbana	Poda Remoção/substituição Outras práticas	Obrigatório
		Monitoramento da Arborização Urbana		Obrigatório
		Gestão da Arborização Urbana		Obrigatório
		Informações Finais		Obrigatório
	ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS	Referências		Obrigatório
		Anexos		Opcional

No caso da elaboração técnica ser realizada por uma empresa contratada, não poderão ser incluídas a logomarca e a razão empresarial correspondente da empresa, seja na capa ou nas demais páginas do documento, por se tratar de um documento oficial da Prefeitura Municipal.

3 CONTEÚDO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA

Para a elaboração do Plano de Arborização Urbana pelo Município, devem ser apresentados todos os itens abaixo discriminados de forma detalhada e propositiva.

3.1 INTRODUÇÃO DO PLANO

Na Introdução do plano deve ser descrito o histórico da arborização do município, importância da arborização para o município e objetivos do Plano Municipal de Arborização Urbana, com o detalhamento que sugere os itens a seguir.

3.1.1 Histórico da Arborização do Município

Relatar quando se deu o início da arborização no município, suas características sucintas e sua evolução até a atualidade.

O resgate histórico deve ser realizado por meio de bibliografias, acervo fotográfico, relatos, instrumentos legais do início da arborização urbana viária, planos de arborização anteriores, legislações (marcos legais) da gestão da arborização urbana, dados de inventários realizados anteriormente (listagem das espécies e número de indivíduos), evolução de plantios e cortes. É opcional a realização de valoração do patrimônio arbóreo e seus benefícios gerados.

Em caso de municípios com tombamentos históricos de árvores (em nível municipal, estadual ou nacional) deve-se apresentar, nos Anexos (item 3.14), a documentação do tombamento (de cada indivíduo), ações de manejo para a preservação das árvores tombadas (podas, tratamento

fitossanitário, análise de risco de queda, realização e periodicidade de realização) e infraestruturas de apoio quando necessário (escoras ou cabeamentos).

Por serem adendos ao conteúdo principal do documento, é opcional incluir aspectos históricos da evolução do município, bem como eventuais referenciais fotográficos específicos.

3.1.2 Importância da Arborização para o Município

Na importância da arborização para o município deve ser descrita a necessidade de arborização da cidade, bem como de distritos do município, quando existirem, incluindo os aspectos positivos decorrentes de sua implantação.

3.1.3 Objetivos do Plano Municipal de Arborização Urbana

Neste item deve ser feita a descrição do objetivo geral e a denominação dos objetivos específicos esperados com a implantação do Plano no Município.

Entre os objetivos de um Plano Municipal de Arborização Urbana estão: definir as diretrizes de planejamento, implantação e manejo da arborização urbana no município; promover a arborização como um instrumento de desenvolvimento urbano e qualidade de vida; implantar e manter a arborização urbana visando à melhoria da qualidade de vida e o equilíbrio ambiental; integrar e envolver a população, visando à manutenção e a preservação da arborização urbana.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A apresentação de indicadores do município e de aspectos da cidade subsidiam os critérios para definição de

escolha de espécies e planejamento da arborização, bem como permite ao leitor obter uma visão panorâmica da realidade socioambiental envolvida.

3.2.1 Localização Geográfica da Sede do Município

A localização geográfica da sede do município deverá ser composta dos seguintes itens:

a) Descrever a localização geográfica da sede do município (coordenadas, região administrativa etc.);
b) Indicar a altitude oficial da cidade;
c) Incluir Mapas geográficos do Município e de Localização no Estado, além do Mapa da Área Urbana.

3.2.2 Unidade Fitogeográfica

Na unidade fitogeográfica são necessários:

a) Descrever aspectos específicos do município em relação à vegetação nativa (original e dos remanescentes existentes), solos dominantes e rede hidrográfica;
b) Descrever os principais aspectos climáticos do município, com dados específicos;
c) Se viável, incluir Mapas Municipais de Vegetação, dos Solos e de Clima.

3.2.3 Extremos Climáticos na Área Urbana

Nos dados a respeito dos extremos climáticos na área urbana sugere-se indicar a ocorrência de eventuais vendavais (época e velocidade) e enchentes urbanas com danos ocorridos no perímetro urbano. Tais informações podem ser adquiridas junto à Defesa Civil e ao Corpo de Bombeiros.

3.2.4 População (urbana e rural)

Com relação à população, deve-se descrever os dados

numéricos da população (total, urbana e rural), IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), aspectos das origens étnicas das pessoas.

3.2.5 Caracterização Socioeconômica

A caracterização socioeconômica refere-se à descrição dos dados econômicos das principais atividades do município, com seus indicadores numéricos e analíticos. Tais informações podem ser adquiridas com consultas às fontes oficiais de dados, tais como: IPARDES, IBGE, dentre outros.

3.2.6 Área da Malha Urbana do Município

Sobre a área da malha urbana do município deve-se incluir:

a) A dimensão total da malha urbana da cidade, além da extensão das ruas pavimentadas (locais potenciais para estabelecer a arborização de ruas);
b) A existência de um Plano de Expansão do Perímetro Urbano e os critérios vigentes, especialmente em loteamentos e áreas industriais;
c) Um Mapa das Ruas da Cidade com indicação dos trechos arborizados.

3.2.7 Legislação Específica da Arborização Urbana

Quanto ao item legislação, deve ser descrita a legislação municipal referente à arborização urbana, com inclusão do texto completo nos Anexos.

Informar se o município possui Plano Diretor, diretrizes de Zoneamento do uso do solo urbano (setorização das áreas comerciais, industriais e residenciais) e do sistema viário, o que implica no planejamento da arborização de ruas.

3.3 DIAGNÓSTICO DA ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO

O diagnóstico da arborização de vias públicas visa: conhecer o patrimônio arbóreo, identificar as espécies que compõem a arborização (bairros ou regiões da cidade), localizar áreas para novos plantios, verificar quais práticas de manutenção são necessárias, definir as prioridades nas intervenções, definir as políticas de administração, com o estabelecimento de previsões orçamentárias.

3.3.1 Levantamento Quali-quantitativo da Arborização de Ruas

Os inventários para a avaliação da arborização viária podem ter caráter quantitativo, relativo à contagem do número de indivíduos, ou qualitativo, referente à qualidade das árvores.

3.3.1.1 Critérios para Inventário Total (censo) ou por Amostragem

Para conhecer o patrimônio arbóreo do município, cadastramento e gestão, recomenda-se a realização do censo (inventário total) para avaliação quantitativa da composição da arborização urbana, isto é, levantar todas as árvores existentes, por logradouro, incluindo a identificação das espécies que a compõe.

Para a avaliação qualitativa, que visa conhecer a condição geral da arborização e das árvores, os principais problemas de cada espécie e fornecer informações para novos plantios e para as práticas de manejo, quando não for possível realizar o censo, recomenda-se obter dados por inventário amostral (5-10% da população de árvores). Com as parcelas

amostrais e cálculos estatísticos, dentro de graus de precisão pré-estabelecidos, pode-se ter estimativas gerais baseadas em avaliações feitas em partes da população.

A unidade amostral pode ser uma rua, quadra, quarteirão, trechos de rua, um grupo de quarteirões, ou ainda pode ser resultado de um processo de divisão de áreas utilizando mapas da cidade ou área a ser inventariada. A amostragem não poderá ser tendenciosa, isto é, não pode ser realizada apenas numa rua ou num bairro ou numa regional. Há vários trabalhos publicados que mostram exemplos de procedimentos de amostragem e cálculos estatísticos.

A definição da amostragem ou censo dependerá de informações prévias disponíveis (como inventários anteriormente elaborados para a cidade), características da área a ser avaliada e número de variáveis definidas. Em geral, o censo ou inventário quali-quantitativo de todas as árvores existentes é indicado para cidades com pequena malha urbana ou com arborização incipiente. Já o inventário (por amostragem) é mais indicado para municípios com grande quantidade de árvores, considerando o tempo e recursos necessários para a realização do levantamento. Portanto, o critério sugerido a ser adotado para a realização de censo ou amostragem é: em cidades com até 1.500 árvores ou até 50 mil habitantes realizar censo quantitativo e qualitativo. Para quantidades superiores, poderá ser utilizada amostragem para o inventário qualitativo.

A aplicação de procedimentos diferenciados poderá ser aceita desde que descrita e justificada tecnicamente.

3.3.1.2 Metodologia Utilizada

Descrever sucintamente o método utilizado para o levantamento das principais informações quali-quantitativas das árvores urbanas existentes no município e para a indicação de

locais para a implantação da arborização urbana.

Para este levantamento poderá ser utilizado o inventário total (censo) ou o inventário por amostragem, de acordo com os critérios apresentados no item anterior (3.3.1.1).

Para critério de medição no inventário quali-quantitativo, serão consideradas as definições de árvore, arbusto e palmeira estabelecidas na NBR 16246-1:2013[1] (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), 2013).

Deve-se informar o período de realização do levantamento de campo e o dimensionamento da equipe que realizou as atividades.

As informações pertinentes referentes a cada árvore devem ser coletadas em uma ficha de inventário que deverá conter, minimamente, os seguintes dados relacionados às características do meio físico e das árvores:

a) Data da coleta de dados e nome dos responsáveis;
b) Localização da árvore - número da amostra, bairro, nome da rua, número da casa (número do endereço postal), número da árvore (código), coordenadas da árvore (geográfica ou sistema cartesiano);
c) Características da árvore - identificação da espécie (nome popular e científico atualizado), diâmetro do tronco (DAP), altura da árvore, condição fitossanitária

[1]**Árvore:** vegetal lenhoso, com tronco e copa bem definidos, que atinge no mínimo 5 m de altura e 5 cm de diâmetro à altura do peito (1,30 m do solo), que tem ciclo de vida prolongado por vários anos e crescimento lateral do caule promovido pelo câmbio.

Arbusto: vegetal do grupo das angiospermas dicotiledôneas lenhosas, que tem porte abaixo de 5 m, longa vida, caule curto, ramificado desde o solo, não formando um fuste definido.

Palmeira: nome genérico das plantas monocotiledôneas pertencentes à família Arecaceae. Tem como características morfológicas, caule cilíndrico denominado estipe, coroado por um penacho de folhas. As palmeiras não apresentam ramificação lateral (galhos) nem crescimento secundário do caule.

da árvore, presença de pragas, necessidade de manejo (poda, etc.). De forma complementar e havendo condições, levantar os seguintes dados: ângulo de projeção do tronco, diâmetro médio de copa e raios de projeção da copa (para rua, para calçada, para a direita e para a esquerda de quem olha para a rua);

d) Características do meio - largura da calçada, inclinação da calçada, largura e extensão do canteiro, largura do passeio de pedestres, largura média das vagas de estacionamento de cada quadra, largura média do recuo frontal da residência de cada quadra, quantidade e tipo de tráfego, presença de redes de serviços (eletricidade, telefonia, etc.), presença de marquises, identificação do local de novos plantios de árvores e outras informações, como distâncias de postes e esquinas.

Alguns exemplos de fichas de inventários podem ser obtidos em diversas publicações disponíveis no material citado nas Referências. Os inventários de árvores de rua não precisam ser complexos ou exaustivos nas características a serem medidas. O número das variáveis dependerá dos objetivos e dos recursos disponíveis e devem proporcionar um nível mínimo de informação para permitir ao gestor tomar decisões de manejo.

3.3.1.3 Mapeamento

Complementarmente ao diagnóstico quali-quantitativo da arborização do município, deve-se apresentar o mapeamento das árvores contempladas no diagnóstico realizado.

A localização das árvores existentes e os locais para novos plantios devem ser apresentados em forma de mapas, a

partir de um cadastro georreferenciado, que deverá ser fornecido em formato *shapefile* (shp) no sistema geodésico vigente. O equipamento a ser utilizado para o georreferenciamento deve ser compatível com os objetivos do Plano.

Com os dados coletados no inventário, sugere-se a elaboração dos seguintes mapas temáticos de distribuição espacial de árvores, uma vez que estes serão de fundamental importância nas etapas de planejamento, implantação e manutenção da arborização urbana:

a) Em conflito com infraestruturas de utilidade pública (fiação por exemplo);
b) Potencial de invasão biológica;
c) Com princípios tóxicos;
d) Prioridade e tipo de manejo;
e) Grau de risco de queda;
f) Locais potenciais de plantio.
g) Outros tipos de mapas temáticos poderão ser inseridos em função da realidade de cada Município.

3.3.1.4 Exemplo de Dados Cartográficos

A seguir são relacionados alguns exemplos de dados cartográficos que podem ser utilizados na elaboração do Plano, com sua respectiva fonte de obtenção:

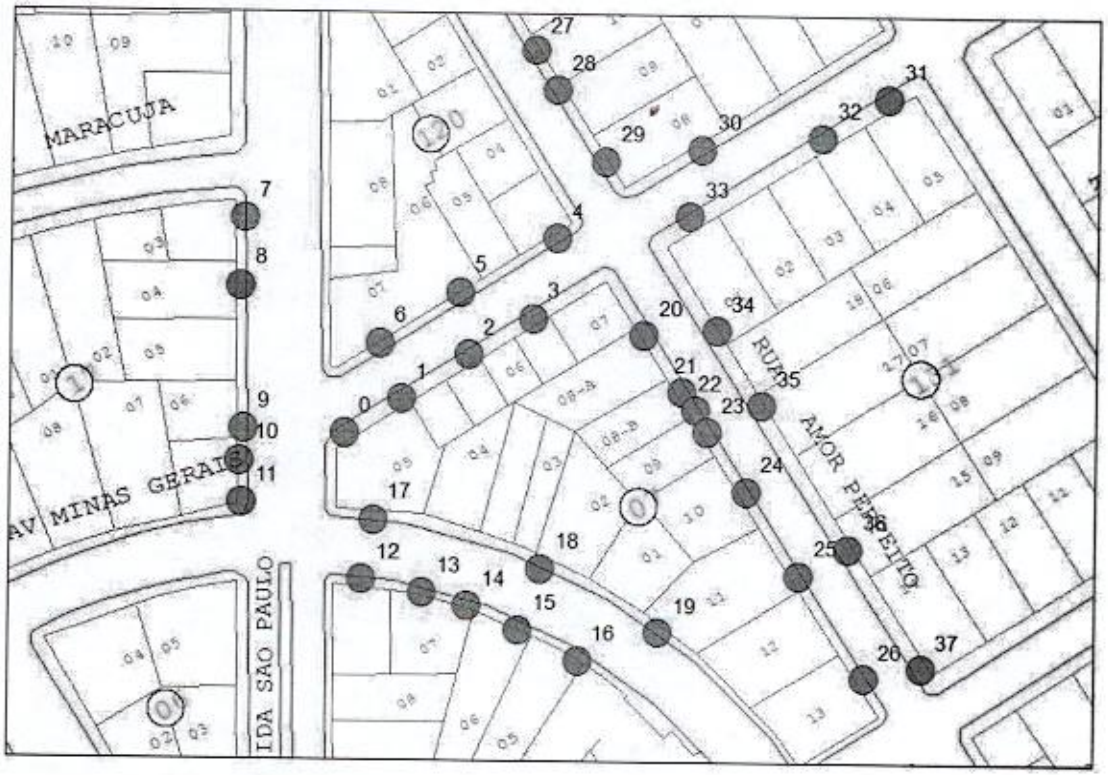
a) Imagem de satélite (Fonte: Paranacidade);
b) Mapa de arruamento (Fonte: Paranacidade);
c) Mapa de solos (Fonte: EMBRAPA);
d) Cadastro da Rede Coletora de Esgoto – RCE (Fonte: SANEPAR);
e) Cadastro da Rede de Água – RDA (Fonte: SANEPAR);
f) Dados da pavimentação urbana (Fonte: Prefeitura Municipal);
g) Dados da rede de distribuição de energia (Fonte: plantas

comercializadas pela COPEL);

h) Mapa do perímetro urbano constante no Plano Diretor.

Na Figura 2 encontra-se, como exemplo, o recorte de um mapa com arruamento e com o cadastro georreferenciado das árvores. Cada árvore possui uma numeração própria (ou codificação) que será associada a uma ficha de inventário.

FIGURA 2 – EXEMPLO DE MAPA DE ARRUAMENTO COM IDENTIFICAÇÃO DAS ÁRVORES CADASTRADAS E CÓDIGOS RÓPRIOS ASSOCIADO À FICHA DE INVENTÁRIO



Fonte: autores.

Os dados cartográficos que forem utilizados na elaboração de mapas também devem ser fornecidos em meio digital (arquivos originais georreferenciados – DWG ou shp).

3.3.1.5 Características da Arborização Urbana do Município

A partir do inventário individualizado, devem ser

agrupadas as informações coletadas, a fim de facilitar o planejamento da arborização urbana, contemplando, dentre outros, os seguintes aspectos: número total de árvores, levantamento florístico (nome popular e nome científico, origem, potencial de invasão biológica e princípios tóxicos), percentagem de cada espécie em relação ao número total de árvores, diâmetro médio ou classes diamétricas por espécie, altura média ou classes de altura por espécie, classes de condição das árvores, presença de pragas ou doenças, necessidades de poda, necessidade de remoção, quantitativo de novos locais para plantio, etc.

Estes resultados devem ser apresentados em tabelas ou gráficos. A arborização de ruas do município deve ser ilustrada por meio de fotos. Os dados cadastrais, apresentados em mapas, também devem ser disponibilizados em formato digital (banco de dados). Os dados brutos devem ser incluídos em anexo.

3.3.2 Principais Problemas Encontrados

Deve-se fazer considerações sobre a atual situação da arborização do município, elencando os pontos críticos, como, por exemplo:

a) Espécies exóticas invasoras;
b) Árvores com características não adequadas ao local (tóxicas, alergênicas, com espinhos, com frutos grandes);
c) Fitossanidade (pragas e doenças) – para toda a árvore que apresentar pragas como cupim, brocas e fungos é necessário que se faça a análise de risco de queda;
d) Árvores senescentes ou de risco;
e) Arborização composta por uma única espécie;
f) Tipos de defeitos estruturais presentes, sinais e tipos de podas realizadas, principalmente a poda drástica, a poda

unilateral e a de elevação excessiva;

g) Acessibilidade de pedestres (CONFEA, 2018; ABNT, 2015; BRASIL, 2015; CREA-PR, 2008; BRASIL, 2000);

h) Bairros pouco arborizados, etc.

A ilustração dos principais pontos críticos deverá ser feita por meio de fotos.

Por fim, com base nos principais problemas encontrados, apontar quais devem ser as prioridades de atuação do município quanto ao planejamento e manejo da arborização urbana.

3.4 DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO - PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO

Como item de caráter opcional, recomenda-se a realização do diagnóstico participativo.

O estudo da percepção da população possibilita obter informações de grande importância, porque emergem da vivência em relação a tudo que faz parte do cotidiano, devendo ser levadas em consideração para a gestão sustentável da arborização urbana por parte dos órgãos públicos, para refletir as aspirações de quem reside no local (MACHADO, 1993).

O estudo de percepção da população é uma importante ferramenta para garantir a participação da população na construção do Plano Municipal de Arborização Urbana, pois garante captar como a população vê e convive com as árvores urbanas de seu município, tendo as seguintes funções:

a) Embasar os gestores públicos na construção de um Plano Municipal de Arborização Urbana que realmente atenda aos anseios da população e também otimizar as ações a serem desenvolvidas no Plano;

b) Levantar as principais funções desempenhadas pelas

árvores segundo a população;

c) Delimitar os principais desafios que possam entravar o desenvolvimento de ações do Plano, trabalhá-los junto à população e saná-los de forma participativa;
d) Envolver e corresponsabilizar a população na preservação da arborização urbana viária, reduzindo o vandalismo;
e) Reduzir as "resistências", aproximar a população na gestão do verde urbano e ampliar seu entendimento sobre o manejo das árvores;
f) Balizar as demandas de temas e metodologias a serem enfocados nas ações de Educação Ambiental;
g) Auxiliar na obtenção de critérios e demandas de espécies que podem ser implantadas na arborização com a participação da população.

Para a realização desta etapa sugere-se, como forma de consulta à população, a realização de entrevistas, consultas digitais e audiências públicas, prevendo-se a abordagem de consultas em todos os bairros do município, para que se obtenha a participação igualitária.

Em relação ao tamanho da abordagem (população) a ser inquerida, sugere-se:

a) Municípios até 50.000 habitantes (na área urbana) - abordagem de 10,0 % da população;
b) Municípios com 50.001 até 100.000 habitantes (na área urbana) – abordagem de 5,0 % da população;
c) Municípios com mais de 100.000 habitantes (na área urbana) – abordagem de 2,5 % da população.

Os resultados obtidos devem ser apresentados em forma de tabelas ou gráficos.

3.5 ANÁLISE DE RISCO DE QUEDA DE ÁRVORES URBANAS

Árvore com risco de queda é toda árvore que apresenta defeitos estruturais que possam provocar acidentes por quebra de partes ou de toda a árvore (SEITZ, 2005).

As árvores são parte do patrimônio paisagístico e ambiental nas cidades, dados os benefícios sócio-ambientais oportunizados à população pela sua presença no meio urbano, mas, como todo ser vivo, possuem um ciclo de vida e, no seu encerramento, vem a morrer e cair, causando danos a infraestruturas urbanas e pessoas. Estes danos (humanos ou patrimoniais) pela queda da árvore implicam em responsabilização legal aos municípios, uma vez que a arborização viária é um patrimônio público. Em vista desta situação, é extremamente importante a realização da Análise do risco de queda de árvores urbanas ou parte destas (INTERNATIONAL SOCIETY ARBORICULTURE (ISA), 2013).

A importância da realização desta análise dentro dos Planos Municipais de Arborização Urbana deve-se ao:

a) Fornecimento de informações e locação (georreferenciamento) de todas as árvores nas ruas existentes no perímetro urbano do município que apresentam risco de queda (total ou partes) e de provocar acidentes com danos humanos ou materiais, podendo assim ser realizado o planejamento e manejo preventivo para evitar danos e também relações antagônicas entre população e árvores, pela ocorrência destes;
b) Embasamento da criação de mapas úteis ao planejamento urbano, à secretaria do Meio Ambiente, Defesa Civil, em situações de extremos ambientais;
c) Embasamento necessário para a Gestão Municipal na tomada de decisões referentes à poda, manejo

fitossanitário e supressão de árvores viárias;

d) Suporte técnico à Gestão Municipal na situação de litígios e danos ao patrimônio.

Em termos de metodologias para avaliação de árvores com risco de queda, admitem-se as seguintes avaliações, segundo SEITZ (2005):

a) Avaliação técnica visual - Sem utilização de instrumentos sofisticados ou técnicas invasivas de avaliação. Para avaliação visual se faz necessária a inspeção técnica segundo um protocolo de avaliação que deverá conter a avaliação da copa, tronco e base da árvore (solo e seu entorno).

b) Caso detecte-se risco médio a elevado nas análises técnicas visuais, ou situações como árvores com relevante interesse histórico, ou com Diâmetro à Altura do Peito (DAP) superior a 30,0 cm, que suscitem maior detalhamento do risco, como podridões ou ocamentos e inclinações, serão submetidas a uma segunda avaliação que emprega instrumentos (RINNTECH, 2011).

c) Avaliação técnica com instrumentos - Mais criteriosa, com eventuais sondagens da resistência da madeira ou do enraizamento, por meio de equipamentos como furadeiras, resistógrafos, tomógrafos de madeira e sensores de raízes.

Uma vez detectada, na análise de fitossanidade, durante a realização do inventário, a presença de pragas e doenças como brocas, cupins e fungos, que são organismos que degradam o lenho das árvores, gerando fatores de risco de queda de partes ou da árvore inteira, deve-se, obrigatoriamente, realizar análises de risco de queda.

Primeiramente, deve ser realizada Análise visual e proceder da seguinte forma:

a) Se a árvore apresentar DAP (Diâmetro à Altura do Peito)

< 30,0 cm e, havendo dúvidas técnicas quanto à sua estabilidade, deve-se proceder a novas avaliações periódicas, conforme metodologia de análise de risco que venha a ser adotada pelo município.

b) Para árvores com DAP ≥ 30,0 cm, realizar a Análise de risco de queda visual e, em caso de dúvidas técnicas quanto à estabilidade da árvore que venham a persistir após a análise de risco visual, realizar nova análise empregando instrumentos, visando tomada de decisão segura quanto ao manejo da árvore;

c) Em caso de árvores sob condição legal de tombamento como patrimônio histórico, deve-se proceder à realização de ambos os métodos de análise de risco (visual e por instrumentos), visando ao manejo e à tomada de decisão sobre a preservação do patrimônio.

Em relação aos dados levantados nesta fase, a fim de se obter um plano de manejo preventivo para se evitar riscos pelas quedas de árvores no meio urbano, o município deverá proceder da seguinte forma:

a) Descrever a metodologia empregada para o levantamento das árvores que apresentam risco de queda, bem como os critérios para adoção da metodologia;

b) Levantamento das árvores (número total e grau do risco) que apresentam risco de queda total ou de parte das árvores;

c) Construir mapas temáticos do risco de queda de árvores urbanas com a distribuição espacial das árvores dentro do perímetro urbano do município;

d) Apresentar as medidas de manejo e medidas de gestão das árvores que apresentam risco de queda.

Os laudos e pareceres técnicos, autorizações e semelhantes, relativos a árvores, deverão ser emitidos por profissionais habilitados, como engenheiro agrônomo,

engenheiro florestal e biólogo.

3.6 PLANEJAMENTO DA ARBORIZAÇÃO URBANA

O Plano Municipal de Arborização Urbana deve levar em conta as seguintes questões: o quê, como, onde e quando plantar. É preciso considerar fatores básicos como: condições locais, espaço físico disponível e características das espécies a utilizar.

O projeto de arborização urbana deve obedecer a determinadas normas, inclusive respeitando os valores culturais, ambientais e memória da cidade. Deve proporcionar conforto para as moradias, sombreamento, abrigo e alimento para avifauna, contribuir para a biodiversidade, permitir a permeabilidade do solo, colaborar com a diminuição dos índices de poluição e proporcionar melhoria das condições do ambiente urbano como um todo.

A seguir são apresentados vários critérios que devem ser considerados ao se planejar a arborização urbana no município.

3.6.1 Critérios para a Escolha de Espécies para Arborização Urbana

É importante conhecer a vegetação da região dentro da cidade e nos arredores, procurando selecionar espécies que são recomendadas e que apresentam crescimento e vigor com características de qualidade para fins de arborização viária.

A escolha de espécies deve ser fundamentada na experiência de plantio de espécies no município, a partir dos resultados do inventário e/ou monitoramento das árvores urbanas, ou de pesquisa a materiais bibliográficos e espécies utilizadas na região.

Especial atenção deve ser dada ao consultar listas de espécies indicadas em Guias de Arborização Urbana, pois bibliografias antigas e de outros estados podem conter espécies exóticas invasoras e espécies não adequadas para plantio na região de análise.

Para a seleção de árvores para compor a arborização de ruas, é necessário considerar uma série de características das espécies, dentre estas:

a) Na composição da arborização, deve-se levar em consideração a diversidade de espécies, a adaptabilidade delas ao meio e princípios de composição estética (ritmo, contraste, analogia, dentre outros). Evitar diversidade grande de espécies na mesma rua, ou para cada lado da rua ou para um certo número de quarteirões, conforme sua extensão. Isso facilita o acompanhamento de seu desenvolvimento e a manutenção destas árvores, como as podas de formação e contenção, quando necessárias, além de maximizar os benefícios estéticos.

b) Considerar a recomendação de que uma única espécie não deve ultrapassar o limite de 10 % do total da quantidade de árvores existentes em um mesmo bairro ou região. Caso haja alguma espécie com frequência acima desse limite, que seja verificada sua adaptação ao meio urbano, propondo-se, caso necessário, ações de substituição gradativa ao longo dos anos.

c) Na composição de espécies deve-se buscar o equilíbrio entre espécies nativas e exóticas, devendo-se dar preferência às mudas de espécies nativas ocorrentes na região bioclimática na qual se localiza o município.

d) Para espécies nativas com potencial de uso na arborização de ruas, mas para as quais não há informação do seu comportamento no meio urbano, sugere-se que sejam efetuados plantios experimentais

(uma quadra ou parte de uma rua) para monitoramento destas espécies para futuro uso em larga escala.

e) Para a escolha do hábito das espécies (perene, caducifólia, semi-caducifolia) deve-se levar em consideração a tipologia climática (no Paraná ocorre Cfa e Cfb) e o zoneamento do uso do solo (áreas residenciais com o número de pavimentos, áreas comerciais, áreas industriais, etc.).

f) O formato e a dimensão da copa devem ser compatíveis com o espaço físico tridimensional disponível.

g) Dar preferência a espécies que não produzam frutos muito grandes.

h) Selecionar espécies rústicas e resistentes a pragas e doenças, pois não é permitido o uso de agrotóxicos em ambientes urbanos de livre circulação, em que não há meios de assegurar o adequado isolamento para aplicar medidas que garantam condições ideais de segurança da população que reside ou circula, conforme Nota Técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA nº 04/2016 - Esclarecimentos sobre capina química em ambiente urbano de intersecção com outros ambientes. Poderá ser realizado o controle biológico ou mecânico (manejo da poda).

Apresentar a relação de espécies recomendáveis à arborização de ruas no município, adaptadas às características edafo-climáticas da região, com a indicação das restrições de local de plantio.

As listas de espécies apresentadas devem conter o nome científico completo, nome popular e família botânica. Para revisão da grafia correta dos nomes científicos, podem ser consultados sites como Tropicos® (http://www.tropicos.org/), Flora do Brasil 2020 (http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/

listaBrasil/ConsultaPublicaUC/ConsultaPublicaUC.do#CondicaoTaxonCP) e Species Link (http://splink.cria.org.br/).

3.6.1.1 Espécies Não Recomendadas

Citar as espécies que possuem características não adequadas para o ambiente urbano ou proibidas por legislação, que não devem ser plantadas no município ou, quando existentes na arborização, que devem ser substituídas gradativamente.

As espécies exóticas invasoras não devem ser utilizadas para a arborização urbana do município. O Quadro 2 contém a lista de espécies arbóreas relacionadas na Portaria IAP nº 059/2015.

A murta (*Murraya paniculata* (L.) Jack) também tem plantio proibido no território paranaense pela Lei Estadual nº 15.953 de 24/09/2008 (PARANÁ, 2008).

QUADRO 2 - ESPÉCIES ARBÓREAS EXÓTICAS INVASORAS NÃO RECOMENDADAS PARA ARBORIZAÇÃO URBANA

Nome Comum	Nome científico	Família
Acácia-mimosa	*Acacia podalyriifolia* A. Cunn. Ex G. Don.	Fabaceae
Acácia-negra	*Acacia mearnsii* Willd.	Fabaceae
Alfeneiro, ligustro	*Ligustrum lucidum* W. T. Aiton	Oleaceae
Amarelinho	*Tecoma stans* (L.) Kunth	Bignoniaceae
Casuarina	*Casuarina equisetifolia* J.R. & G. Forst.	Casuarinaceae
Cotoneaster	*Cotoneaster franchettii* Bois	Rosaceae
Fedegoso	*Senna macranthera* (DC. ex Collad.) H. S. Irwin & Barneb.	Fabaceae
Goiabeira	*Psidium guajava* L.	Myrtaceae
Grevílea	*Grevillea robusta* A. Cunn ex. R.Br.	Proteaceae
Jambo	*Syzygium jambos* (L.) Alston	Myrtaceae
Jambolão	*Syzygium cumini* (L.) Skeels	Myrtaceae
Leucena	*Leucaena leucocephala* (Lam.) de Wit.	Fabaceae
Magnólia-amarela	*Michellia champaca* (L.) Baill. ex. Pr	Magnoliaceae
Mangueira	*Mangifera indica* L.	Anacardiaceae
Murta	*Murraya paniculata* (L.) Jack	Rutaceae
Nespereira, Ameixeira-amarela	*Eriobotrya japonica* (Thumb.) Lindl.	Rosaceae
Pau- incenso	*Pittosporum undulatum* Vent.	Pittosporaceae
Robínia, falsa-acácia	*Robinia pseudoacacia* L.	Fabaceae
Santa-Bárbara, Cinamomo	*Melia azedarach* L.	Meliaceae
Sete-copas	*Terminalia catappa* L.	Combretaceae
Tulipa-africana	*Spathodea campanulata* P.Beauv.	Bignoniaceae
Uva-do-Japão	*Hovenia dulcis* Thumb.	Rhamnaceae

Fonte: INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP (2015).

Além disso, deve-se evitar as espécies com princípios fitotóxicos ou alérgicos ou cujos troncos tenham espinhos. No

Quadro 3 é apresentada uma listagem de espécies de porte arbóreo que apresentam princípios tóxicos e não são recomendadas para plantio em vias públicas para evitar riscos à saúde humana e animal no meio urbano.

QUADRO 3 - EXEMPLOS DE ESPÉCIES TÓXICAS NÃO RECOMENDADAS PARA RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Nome popular	Nome científico	Família
Alfeneiro	*Ligustrum lucidum* W. T. Aiton	Oleaceae
Aroeira-bugreiro	*Schinus brasiliensis* March. ex Cabrera	Anacardiaceae
Aroeira-vermelha	*Schinus therebinthifolius* Raddi	Anacardiaceae
Aroeira-salsa (chorão)	*Schinus molle* L.	Anacardiaceae
Bico-de-papagaio	*Euphorbia pulcherrima* Willd. Ex Klotzsch	Euphorbiaceae
Chapéu-de-Napoleão	*Thevetia peruviana* (Pers.) Schum.	Apocynaceae
Cinamomo	*Melia azedarach* L.	Meliaceae
Espirradeira	*Nerium oleander* L.	Apocynaceae
Figueiras	*Ficus* spp.	Moraceae
Flamboyanzinho	*Caesalpinia pulcherrima* (L.) Sw.	Fabaceae
Jasmim-manga	*Plumeria rubra* L.	Apocynaceae
Leiteiro-vermelho	*Euphorbia cotinifolia* L.	Euphorbiaceae
Plátano	*Platanus x acerifolia* (Aiton) Willd.	Platanaceae

Fonte: Sistema Nacional de Informações Toxico-Farmacológicas (SINOTOX, 2009).

Em virtude dos problemas de crescimento e adaptação em diversas cidades do Estado do Paraná e principalmente por causa de suas raízes vigorosas, não se deve plantar espécies do gênero *Ficus* em arborização viária.

3.6.2 Critérios para Definição dos Locais de Plantio

Os locais de plantio devem ser adequados ao porte das árvores (altura e diâmetro da copa) e à tipologia das ruas (largura da pista de rolamento e calçadas). Ao se analisar o

espaço tridimensional disponível, considerar a posição das redes aéreas e subterrâneas de serviços (sistema elétrico, abastecimento de água, esgotos etc.) e o afastamento das construções e sinalizações para a definição do porte adequado das espécies e a posição de plantio.

As áreas permeáveis na base das árvores (canteiro) devem ser proporcionais ao porte das árvores. O tamanho mínimo do canteiro deve ser de 1 m^2, salvo condições específicas como tombamento e cidades históricas, por exemplo, desde que devidamente justificadas. As recomendações de canteiros devem ser apresentadas de acordo com as características das ruas do município.

É de suma importância o levantamento prévio dos locais a serem arborizados, como também daqueles que necessitam ser complementados ou adaptados, pois o cadastramento e controle das ruas (dimensões, localização das redes e outros serviços urbanos, identificação das árvores, data do plantio e época de poda) possibilitam uma melhor implantação da arborização urbana.

Os locais de plantios precisam obedecer aos seguintes critérios:

a) Avaliar a viabilidade do plantio de árvores nas calçadas onde ocorram redes sanitárias (água e esgoto), telefônicas, pluviais e elétricas, devido aos possíveis conflitos com estas estruturas.
b) As árvores devem ser plantadas na calçada do lado oposto à rede de energia (postes). Em caso de plantios sob as redes de energia, utilizar árvores de menor porte, plantadas fora do alinhamento da rede.
c) Em casos onde as árvores sob as redes de energia são inadequadas, providenciar a substituição gradativa das árvores existentes por espécies de porte adequado. Quando possível, isto deverá ser efetuado intercalando-

se as novas às velhas, até que atinjam um porte que visualmente consigam mitigar a falta das árvores velhas.

d) Em avenidas com canteiro central, sem rede de energia e se a largura do canteiro permitir, o mesmo poderá ser arborizado com espécies de médio e grande porte.

e) Em ruas com passeio de largura inferior a 1,50 m não é recomendável o plantio de árvores, por conta das normativas de acessibilidade. Recomenda-se, nestes casos, criar alternativas de inserção de árvores fora do alinhamento padrão da calçada.

f) Palmeiras (porte arbóreo) não devem ser plantadas sob as redes de distribuição de energia, pois não aceitam podas.

g) Evitar o plantio de arbustos em canteiros centrais e principalmente em vias públicas (calçadas) em vista da baixa produção de benefícios ambientais, principalmente sombra, elevada demanda de manutenção e manejo, e risco de acidentes entre veículos e a população pelo efeito de encobrimento da visão de pedestres que pretendem realizar a travessia da via.

h) O plantio deve ser acompanhado por profissional habilitado legalmente (engenheiro agrônomo, engenheiro florestal e biólogo), pois um plantio mal realizado proporciona desequilíbrio fisiológico e estrutural da planta.

3.6.3 Espaçamento e Distâncias Mínimas de Segurança entre Árvores e Equipamentos Urbanos

Deve-se indicar o espaçamento a ser considerado no plantio de árvores de pequeno, médio e grande porte. Este espaçamento deve ser de acordo com o porte da espécie (largura de copa) quando adulta e com o objetivo da arborização (formar túnel, rua bastante sombreada ou copas espaçadas, rua com grande incidência solar).

É necessário também detalhar quais as distâncias

mínimas de segurança entre árvores e equipamentos urbanos (esquinas, iluminação pública, postes e transformadores, instalações subterrâneas, fachadas de edificação, dentre outros) que devem ser consideradas na implantação da arborização de ruas.

Observar ainda que o espaço livre mínimo para o trânsito de pedestres em passeios públicos deve ser de no mínimo 1,20 m, conforme preconiza a NBR 9050/94. Os valores de distâncias mínimas de segurança a serem seguidos podem ser consultados no material citado como referencial bibliográfico.

3.6.4 Indicação dos Locais de Plantio e Espécies

As informações referentes aos locais de plantio e as espécies escolhidas devem ser apresentadas em tabelas (por logradouro) e também no cadastro georreferenciado, em formato *shapefile*.

3.7 IMPLANTAÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA

A implantação de arborização deve considerar o uso de mudas selecionadas e com características adequadas para plantio em calçadas e a aplicação de técnicas corretas no plantio.

3.7.1 Características das Mudas

O uso de mudas de qualidade é um dos fatores mais importantes para o sucesso da arborização de uma cidade.

As mudas com padrão adequado para arborização urbana viária apresentam as seguintes vantagens:

a) Menor probabilidade de danos por vandalismo e também em situações de choques com veículos, em função da

maior altura e diâmetro;

b) Menor necessidade da realização de podas ao longo do ciclo de vida da árvore, gerando maior economicidade aos Órgãos Públicos Municipais;
c) Redução da incidência de pragas e doenças na arborização viária.

É necessário descrever as características das mudas a serem adquiridas ou produzidas para o plantio em calçadas, bem como estabelecidas em medidas compensatórias e condicionantes. Observar, contudo, que as mudas adequadas à arborização de ruas devem ter as seguintes características:

a) Estarem adaptadas ao clima do local destinado;
b) Apresentarem tronco único, retilíneo, com altura mínima de 2,00 m e copa bem definida;
c) Devem ter altura da primeira bifurcação acima de 1,80 m;
d) Diâmetro a altura do peito (DAP=1,30 m) de no mínimo 0,03 m;
e) Forma e perfil trabalhados com tratos silviculturais específicos (podas de formação);
f) Muda já em forma de árvore;
g) Muda com torrão definido, sem enovelamento das raízes, com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda, de no mínimo 14 litros.

3.7.2 Produção ou Aquisição de Mudas

O Município deverá analisar se adquirirá as mudas em viveiros comerciais ou se as produzirá, considerando fatores como: quantidade de mudas necessárias para plantio, definições de espécies e padrão de mudas. Nos viveiros comerciais geralmente há pouca diversidade de espécies, principalmente de espécies nativas locais.

O município que optar pela aquisição de mudas ao invés de produção própria, deverá possuir uma área adequada,

com pessoal qualificado para armazenamento e condução temporária de um lote de mudas até o plantio. O mesmo procedimento deve ser adotado para recebimento de mudas de medidas compensatórias e condicionantes, quando aplicável.

Quando for informada no Plano a realização de parceria com Prefeituras Municipais e entidades, deve-se incluir o Termo de Convênio ou de Cooperação Técnica firmado.

O plano deve prever a produção ou aquisição de mudas em tamanho padrão para plantio em calçadas. Para esta questão, é de extrema importância a realização prévia do inventário da arborização viária, a fim de que o dimensionamento do viveiro ou aquisição das mudas seja de acordo com a real necessidade do município, para que se evite superdimensionamentos que geram custos desnecessários, onerando a gestão pública, ou subdimensionamentos de infraestuturas, insumos ou mudas que comprometem a execução dos plantios e até mesmo do Plano Municipal de Arborização Urbana como um todo.

Para a produção de mudas deve-se levar em conta as informações a seguir:

I - Viveiro municipal (produção de mudas)

a) Localização do viveiro municipal;
b) Dimensionamento do viveiro e das instalações de apoio (área total do viveiro, área útil para produção de mudas, etc.);
c) Dimensionamento dos canteiros existentes;
d) Área de sementeiras e área para mudas de espera;
e) Infra-estrutura, mão-de-obra e manutenções;
f) Avaliação de qualidade e eficiência.

II - Equipe de trabalho

a) Responsável técnico (nome, profissão, número

do conselho profissional);

b) Funcionários no viveiro municipal (total de funcionários, tipo de dedicação ao serviço, forma de capacitação técnica). Citar se esses funcionários serão exclusivos para o viveiro ou poderão realizar outras atividades, como o plantio de mudas;
c) Vinculação com Secretaria Municipal, departamento ou divisão.

Para aquisição de mudas para arborização urbana é necessário deixar bem detalhado os seguintes itens:

a) Critérios de seleção das mudas a adquirir (espécies, dimensões das mudas requeridas, condições de transporte, embalagens utilizadas, valor médio por tipo de muda – vide item 3.7.1 Características das Mudas);
b) Forma de transporte das mudas para a cidade;
c) Avaliação de oferta e demanda e sazonalidade do mercado.

Caso a prefeitura já tenha experiência com mudas de arborização, são necessárias as seguintes informações:

a) Espécies produzidas no viveiro municipal (nome das espécies, quantidade, época de produção);
b) Espécies adquiridas em outros viveiros (nome das espécies, quantidade, época de aquisição e problemas sanitários e de formação verificados);
c) Aspectos técnicos observados no plantio das árvores urbanas.

3.7.3 Procedimentos de Plantio e Replantio

Descrever como devem ser executadas as operações de plantio e replantio de mudas, incluindo a abertura de covas, adubação, plantio propriamente dito, tutoramento, irrigação e

condução das mudas pós-plantio. É importante incluir também previsão de replantio devido à perda por atos de vandalismo ou por mudas mortas.

A seguir encontram-se algumas recomendações para os procedimentos de plantio e replantio das mudas:

a) Recomenda-se efetuar plantios em períodos adequados (preferencialmente em dias úmidos).
b) O primeiro procedimento de plantio é o coveamento, com as dimensões mínimas de 0,60 m x 0,60 m x 0,60 m. Em solo com boas condições físicas e químicas pode ser adotada a dimensão mínima. Em solo com condições ruins ou com impedimentos físicos (caliça, cascalho, compactação, dentre outros), a cova deverá ter uma dimensão maior, associada à remoção do material, com substituição por substrato mais adequado.
c) A muda deve ser colocada na região central da cova, preenchendo os espaços vazios com o solo de preenchimento (terra preta ou solo de boa qualidade).
d) A adubação e correção do solo devem acontecer atendendo orientação técnica específica.
e) A área livre de pavimentação ao redor da muda deve ser de, no mínimo, 1,00 m^2. No entanto, deve-se proporcionar canteiros maiores para evitar futuros conflitos de raízes, muros e calçadas.
f) Deve-se retirar a embalagem (saco plástico, tubete, etc.) e realizar, se necessário, uma poda leve nas raízes.
g) Para garantir um crescimento vertical da muda, deve-se colocar temporariamente um tutor (haste de madeira, bambu, metal ou plástico).
h) Após o plantio, a muda deve ser imediatamente irrigada com água de boa qualidade. A irrigação deve ser frequente, em conformidade com as condições climáticas.
i) Observar a necessidade de uso de protetor de colo das

mudas, em superfícies revestidas de grama.

j) Eventuais iniciativas de fomento ao plantio de espécies arbóreas pela população deverão obrigatoriamente seguir o padrão estabelecido pelo Plano Municipal de Arborização Urbana e pelos detalhamentos técnicos do planejamento de cada rua.

3.7.4 Campanha de Conscientização Ambiental

Para que um plano de arborização se concretize, é preciso ter a aceitação da comunidade local. Para tanto, a fim de promover a educação ambiental dos munícipes com relação à importância e aos benefícios da arborização urbana, evitando-se, por exemplo, perdas de mudas por atos de vandalismo, é preciso estabelecer ações de conscientização junto à população.

Para que a Campanha de Conscientização Ambiental realmente atinja os objetivos para a qual foi proposta, é necessário que seja construída com base nos resultados obtidos no item 3.4 (Diagnóstico Participativo – Levantamento da Percepção).

Deve-se indicar quais ações devem ser realizadas, podendo-se utilizar práticas com escolares, associação de moradores, lideranças locais, abordagem pessoal, comunicação visual, etc.

Recomenda-se elaborar um Cronograma Mensal das atividades que serão desenvolvidas, com a descrição dos detalhes operacionais e de participação dos segmentos sociais. Da mesma forma, deverá ser realizada a previsão orçamentária das atividades programadas no Cronograma.

3.8 MANUTENÇÃO DA ARBORIZAÇÃO DE RUAS

Incluir neste tópico a descrição de todas as práticas necessárias para manter as árvores com vigor e compatíveis com o ambiente urbano.

Deverá ser dada atenção especial na elaboração do edital de contratação das atividades de manutenção (poda e outros tratos silviculturais), definindo os procedimentos a serem observados quanto à habilitação do profissional técnico responsável e capacitação da equipe executora.

Os itens adiante devem ser contemplados no plano.

3.8.1 Poda de Árvores

Seguem algumas recomendações sobre a poda de árvores:

a) Considerando que a poda é uma das práticas mais importantes da manutenção de árvores, descrever sucintamente os tipos de poda de árvores urbanas, de responsabilidade da Prefeitura Municipal e da concessionária de energia. Consultar e utilizar as terminologias e técnicas contidas na NBR 16246-1/2013 (ABNT, 2013);

b) Incluir como devem ser as técnicas de corte, indicação de época e ciclo de poda, ferramentas ou equipamentos utilizados (incluindo EPI's), equipes a realizar as atividades - próprias ou terceirizadas e o treinamento dos podadores;

c) Outro aspecto importante a ser contemplado é a indicação da destinação final ambientalmente adequada a ser dada aos resíduos de poda, que deve estar alinhada com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme preconizado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010);

d) Abordar sobre restrições para poda drástica. Para a elaboração deste item, consultar a norma técnica NBR

16246-1:2013 - Florestas urbanas - Manejo de árvores, arbustos e outras plantas lenhosas - Parte 1: Poda (ABNT, 2013);

e) A poda deve ser acompanhada por profissional habilitado legalmente (engenheiro agrônomo, engenheiro florestal e biólogo), pois uma poda mal realizada proporciona desequilíbrio na estrutura morfológica da planta, alterações estéticas e aumenta o risco de queda.

3.8.2 Remoção e Substituição de Árvores

Para a remoção e substituição de árvores são adotados os seguintes critérios:

a) A remoção de árvores poderá ser feita em casos de risco de queda ou senescentes, ou para espécies não recomendadas para o plantio no meio urbano, como no caso das espécies exóticas invasoras e tóxicas, aplicando-se a substituição gradativa dos indivíduos;
b) Descrever os critérios para a remoção de árvores e como será a priorização de remoção, além dos critérios aplicados na substituição de árvores;
c) Nos casos de pedidos de corte de árvores pela população, descrever como se aplicará a exigência de laudos técnicos e autorizações ambientais;
d) Para municípios com necessidade de remoção de alto percentual das árvores que compõem a arborização, recomenda-se incluir a realização de audiências públicas para se informar à população sobre o corte de árvores;
e) Similarmente à execução das atividades de poda, citar as ferramentas e equipamentos utilizados (incluindo EPI's) e as equipes que irão realizar as atividades - próprias ou terceirizadas;
f) Deve-se também descrever qual a recomendação para rebaixamento ou remoção dos tocos;

g) A remoção e substituição das árvores deverão ser realizadas exclusivamente pelo Município.

3.8.3 Outras Práticas de Manutenção

Se aplicável, descrever outras práticas de manutenção das árvores urbanas, como: adubação, irrigação, técnicas restauradoras em árvores e tratos curativos ou preventivos de doenças e pragas.

3.9 MONITORAMENTO DAS ÁRVORES URBANAS

O monitoramento das árvores urbanas deve ser realizado de maneira contínua, acompanhando o desenvolvimento das árvores existentes e das mudas plantadas e registrando-se as alterações ocorridas. Para tanto, detalhar o formato desse banco de dados, bem como os critérios de registros a serem mantidos pelo município.

A ocorrência eventual de fenômenos climáticos, envolvendo a arborização urbana e a população, terá prioridade na solução dos problemas (se for o caso, integrando a Defesa Civil).

O acompanhamento do processo de manutenção das árvores urbanas será desenvolvido por profissionais habilitados, destacando:

a) As informações quantitativas e qualitativas existentes no banco de dados da arborização urbana, levantadas no Inventário, deverão ser atualizadas sistematicamente mediante o lançamento de eventos específicos no cadastro georreferenciado das árvores, descrito no item 3.3.1.4.
b) As ações executivas de cada setor envolvido deverão ser detalhadas para fins de controle administrativo, estabelecendo prazo mensal ou trimestral, com discriminação no Cronograma do Plano.
c) O processo e os mecanismos que serão utilizados no monitoramento, principalmente na fase de pós-implantação do Plano Municipal de Arborização Urbana, devem ser descritos, detalhando indicadores sobre estado geral das árvores e grau de receptividade da população.
d) Especificar a área responsável pela atualização dos cadastros das árvores, informando a formação da equipe de funcionários diretamente envolvidos.

e) Sistematicamente, devem ser registradas as informações sobre o aparecimento de pragas, doenças, danos mecânicos, riscos ou morte de árvores, dentre outros aspectos, aliadas à indicação da necessidade de tratos silviculturais e agendamento das intervenções.

3.10 TOMBAMENTO E ÁRVORES IMUNES DE CORTE

Como item de caráter opcional, recomenda-se a elaboração deste tópico, que deve estar de acordo as orientações especificadas a seguir.

Deve-se apresentar a listagem de árvores com potencial para tombamento histórico no município, quando houver, que são as árvores oficialmente declaradas em risco de extinção (preservação da biodiversidade "*ex situ*") e que comprovadamente apresentam-se ligadas a fatos históricos ou cívicos do município (árvore do município). Detalhar as ações de manejo previstas para a preservação do patrimônio.

No caso de árvores com tombamentos históricos, caso seja necessário o corte (supressão), ao longo do plano de arborização apresentar obrigatoriamente o laudo de análise de risco de queda por profissional habilitado legalmente e plano de compensação pela "perda" do patrimônio (replantio de outra árvore ou outra medida). Qualquer intervenção só poderá ocorrer mediante alteração da lei que estabeleceu a proteção.

No caso de espécies exóticas com potencial de tombamento ou já tombadas como patrimônio histórico, apresentar a relevância para que a mesma se torne, ou continue sendo considerado patrimônio histórico.

3.11 GESTÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA

A descrição do processo de gestão da arborização urbana permite visualizar o conjunto de procedimentos adotados pela Prefeitura Municipal para a implantação e manutenção das árvores na cidade, o que deve ser aliado ao apoio da sociedade local.

3.11.1 Legislação Específica

Sem prejuízo dos fundamentos legais no âmbito da Constituição da República, da Constituição do Estado do Paraná e da legislação ambiental federal e estadual que dão suporte à necessidade de adequada proteção e gestão da arborização urbana pelas municipalidades, é recomendável que os municípios busquem tratamento legal específico ao tema para regular os seus procedimentos de arborização.

Nesse contexto, apresenta-se indispensável a harmonização do planejamento relacionado à arborização urbana com o que dispõe o Plano Diretor da cidade e suas leis municipais derivadas, em especial aquelas que regulam a estrutura viária e o Código de Obras.

Tal planejamento também se mostra como condição para que o Município exerça as suas responsabilidades no que concerne aos serviços de poda, corte, erradicação e substituição de árvores, assim como a destinação dos resíduos correspondentes. Também serão estabelecidos os procedimentos para concessionárias de energia elétrica, telecomunicações e de abastecimento d'água, nos casos de intervenção na arborização da cidade.

3.11.2 Estrutura Técnico-Operacional

O gerenciamento da arborização urbana deve ser realizado pela equipe da Prefeitura Municipal responsável pelo

Plano de Arborização Urbana, de modo contínuo, englobando as diferentes etapas programadas (planejamento, monitoramento da arborização, poda, tratos silviculturais, plantio e reposição, medições específicas, licenciamento, entre outras), conforme Cronograma de atividades mensal ou trimestral estabelecido.

Deve ser realizada a indicação das áreas e a qualificação dos profissionais que serão responsáveis pela execução de todas as etapas do Plano de Arborização Urbana, bem como a interface com os outros setores da administração municipal. Ressalta-se que o detalhamento da gestão está diretamente relacionado com a dimensão da estrutura existente no município e a proposta de arborização urbana.

Visando à efetivação do Plano de Arborização Urbana junto à comunidade do município, deverá buscar-se a formação de uma equipe multidisciplinar.

3.11.3 Dotação Orçamentária

As atividades de arborização urbana dependem totalmente da disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros da Prefeitura Municipal para viabilizar a execução do Plano de Arborização Urbana.

Por isso, uma vez ao ano, deverá ser elaborada e ajustada a dotação orçamentária de recursos financeiros para a programação anual do município do período administrativo seguinte, de conformidade com a proposta vigente.

3.11.4 Viabilização do Gerenciamento do Plano

Os passos para a viabilização do gerenciamento do plano compreendem basicamente os seguintes procedimentos:

a) Indicar as áreas administrativas envolvidas e a qualificação dos profissionais responsáveis pela execução das diferentes etapas do Plano Municipal de

Arborização Urbana;

b) Estabelecer a interface entre os setores envolvidos da administração municipal, apontando os procedimentos a serem mantidos;
c) Indicar a dimensão da estrutura humana do pessoal efetivamente envolvido, com a correspondente qualificação técnica e funcional;
d) Designar pelo menos um profissional específico do quadro próprio de funcionários para execução das atividades do Plano Municipal de Arborização Urbana;
e) Detalhar as ações executivas de cada setor envolvido, em tempo mensal ou trimestral, no cronograma operacional.

3.12 INFORMAÇÕES FINAIS

Ao final do texto do Plano Municipal devem ser incluídos o cronograma de implantação, referências bibliográficas e anexos.

3.12.1 Cronograma de Implantação

No detalhamento do cronograma referente à implantação do Plano Municipal de Arborização Urbana deve constar todas as etapas, prazos e responsáveis por colocar em prática cada um dos itens previstos no planejamento da arborização de ruas.

O cronograma deve ser periodicamente revisado e detalhado em atividades mensais ou trimestrais, tendo duração mínima equivalente ao do mandato municipal, embora vinculado ao Plano Diretor e legislação vigente.

As atividades projetadas devem ser a base físico-financeira para o orçamento municipal, para viabilizar as atividades programadas no Plano Municipal de Arborização

Urbana.

3.13 REFERÊNCIAS

Neste item deve-se indicar qual foi o referencial bibliográfico consultado para a elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana.

Evitar a citação excessiva de referências bibliográficas, especialmente de material desvinculado do Plano Municipal de Arborização Urbana.

As referências descritas na listagem devem apresentar citação do(s) autor(es) no tópico correspondente do documento.

3.14 ANEXOS

Neste tópico devem ser apresentados os anexos relevantes e pertinentes ao Plano, referentes ao que foi solicitado neste Manual, como por exemplo:

a) Síntese dos documentos que apresentem legislação municipal referente à arborização urbana;
b) Tabelas de inventário da arborização urbana, com detalhamentos setoriais;
c) ART (assinada), ou documento similar, do responsável técnico pela elaboração do Plano e demais integrantes da equipe, além de outros aspectos relevantes;
d) Termos de Convênio ou de Cooperação Técnica referentes à aquisição de mudas, se aplicável.

4 RECOMENDAÇÕES APÓS A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA

Após a elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana recomenda-se:

a) Realizar reuniões técnico-informativas ou audiências públicas para discussão e divulgação do plano, bem como outras ações previstas no item 3.7.4 (Campanha de Conscientização Ambiental);

b) Caso já houver lei(s) referente(s) ao tema, revisar para verificar o alinhamento entre as diretrizes do plano elaborado e o conteúdo destas leis. Se não houver, é recomendável que os municípios busquem tratamento legal específico ao assunto (ver item 3.11.1);

c) Dar publicidade ao plano avaliado. Disponibilizar cópia do Plano Municipal de Arborização Urbana no *site* da Prefeitura Municipal, bem como dos procedimentos para solicitar a retirada e podas de árvores.

5 ANÁLISE DOS PLANOS MUNICIPAIS DE ARBORIZAÇÃO URBANA - COMITÊ DE TRABALHO

O Comitê de Trabalho que analisa os Planos Municipais de Arborização Urbana do estado do Paraná segue os seguintes passos: pré-análise do plano, análise do plano, parecer técnico individual do plano e parecer técnico do comitê.

5.1 CRITÉRIOS DE PRÉ-ANÁLISE DO PLANO

Os integrantes do Comitê de Trabalho realizarão a análise de cada um dos Planos Municipais de Arborização Urbana encaminhados ao Ministério Público do Paraná, tendo como linha sequencial de verificações para validação:

a) Padrão da Capa;
b) Padrão da Contra-Capa;
c) Identificação do responsável técnico e qualificação profissional na Contra-Capa, além da equipe técnica envolvida;
d) Eventual uso indevido de logomarca e endereços de terceiros estranhos à Prefeitura;
e) Checagem do Sumário quanto ao conteúdo, paginação e itens sequenciais do documento;
f) Apresentação nos Anexos, da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico pelo plano e comprovantes profissionais similares para os demais integrantes da equipe, devidamente assinados e quitados.

5.2 ANÁLISE DO PLANO

A linha sequencial de análises e verificações para

validação segue os pontos:

a) Observância do roteiro de elaboração (estabelecido por este Manual) por parte do responsável técnico do Plano;
b) Identificação dos capítulos e itens faltantes;
c) Avaliação do conteúdo de cada item dos capítulos elaborados;
d) Inclusão de Mapas, Tabelas e Figuras no documento;
e) Numeração sequencial e texto de identificação (legenda) nos Mapas, Tabelas e Figuras, bem como sua vinculação (citação) no texto;
f) Inclusão de anexos com identificação nominal e numeração sequencial.

5.3 ROTEIRO DO PARECER TÉCNICO INDIVIDUAL

Na elaboração do Parecer Técnico Individual por parte dos integrantes do Comitê de Trabalho, os seguintes itens estarão contemplados:

a) Discriminação dos aspectos analisados no Plano pelos membros do Comitê, de forma individual;
b) Emissão do Parecer Técnico Individual informando se o Plano foi considerado Aprovado, para Complementação ou Reprovado;
c) Descrição resumida dos itens a serem refeitos e complementados pela Prefeitura Municipal, com base na análise do Plano recebido;
d) O Parecer Técnico Individual será assinado pelo representante técnico que o elaborou e apresentado em reunião do Comitê de Trabalho, para análise e validação colegiada.

5.4 ROTEIRO DO PARECER TÉCNICO DO COMITÊ

O Parecer Técnico do Comitê de Trabalho conterá as seguintes informações:

a) Se o Plano foi considerado Aprovado, para Complementação ou Reprovado pelos integrantes do Comitê;

b) Descrição dos itens a serem refeitos e complementados pela Prefeitura Municipal, com base na análise e recomendações dos técnicos;

c) Em caso de Reprovação, indicação da(s) causa(s) básica(s) de descumprimento do roteiro de elaboração estabelecido neste Manual;

d) O Parecer Técnico será assinado pelos membros do Comitê de Trabalho e encaminhado ao Promotor de Justiça da respectiva Comarca.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2015. Disponível em: < http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf/view>. Acesso em: 14 set. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 16246-1**: Florestas urbanas - Manejo de árvores, arbustos e outras plantas lenhosas - Parte 1: Poda. ABNT, 2013.

BIONDI, D.; ALTHAUS, M. **Árvores de rua de Curitiba**: cultivo e manejo. Curitiba: FUPEF, 2005.

BIONDI, D. Floresta urbana: conceitos e terminologias. In: _____. **Floresta Urbana**. Curitiba: A autora, 2015. p. 11-27.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Lei do Atendimento Prioritário; Lei da Prioridade. **Câmara Legislativa**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10048-8-novembro-2000-376937-norma-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12305-2-agosto-2010-607598-norma-pl.html>. Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Câmara Legislativa**, Brasília, DF. Disponível em:

< http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-147468-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ (CREA-PR). Acessibilidade: Responsabilidade Profissional. Cadernos do CREA-PR nº 4, 2ª Ed., 2008.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CONFEA). **Acessibilidade** - Guia prático para o projeto de adaptações e novas normas. Confea/Comissão Temática de Acessibilidade e Equipamentos-CTAE Disponível em: <http://www.crea-pr.org.br/ws/wp- content/uploads /2017/03/cartilha_acessibilidade_PDF_site.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP). Portaria IAP nº 059, de 15 de abril de 2015 - **reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado do Paraná.** Curitiba, 2015. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Lista_invasoras_PR_corrigida_set_2015.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

INTERNATIONAL SOCIETY ARBORICULTURE (ISA). **Reconhecimento de riscos de árvores**. Trees are good, 2013.

MACHADO, L. M. C. P. A praça da Liberdade na percepção do usuário. **Revista Geografia e Ensino,** São Carlos, v. 5, n. 1, p. 19-33, 1993.

PARANÁ. Lei nº 15.953, de 24 de setembro de 2008. Proíbe o plantio, comércio, transporte e produção da planta murta (*Murraya paniculata*). **Legislação Estadual**. Disponível em: < http://www.leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-15953-2008-parana-proibe-o-plantio-comercio-transporte-e-producao-da-planta-murta-murraya-paniculata-por-ser-vegetal-hospedeiro-da-bacteria-candidatus-liberibacter-ssp-disseminada-pelo-

inseto-vetor-diaphorina-citri-transmissor-da-praga-denominada-huanglongbing-hlb-greening>. Acesso em: 12 set. 2018.

RINNTECH. **Arbotom** – Manual do usuário. Alemanha: Rinntech, 2011. 49 p.

SEITZ, R. A. **Manual**: A Poda de Árvores Urbanas. Piracicaba, 1996, 27 p.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES TÓXICO-FARMACOLÓGICAS (SINOTOX). **Plantas tóxicas**. Disponível: https://sinitox.icict.fiocruz.br/plantas-toxicas. Acesso em: 30 out. 2017.

ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 10 de março de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando a aprovação do Documento de Formalização de Demanda, os autos do presente processo deverão tramitar pelos seguintes Departamentos:

1 – Departamento de Contabilidade/Secretaria da Fazenda para indicação de recursos de ordem orçamentária para a despesa;

2 – Secretaria da Fazenda para elaboração e aprovação de demonstrativo do impacto financeiro;

3 – Encaminhem-se os autos para a Secretaria demandante para elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência contemplando os recursos de ordem orçamentária;

4 – Concluso os documentos constantes nos itens "1 ao 3", retorne-me os autos para aprovação do Termo de Referência e, após encaminhem-se para o Departamento de Licitações para elaboração da Minuta do Edital e Minuta de Contrato;

5 – Parecer Jurídico analisando as etapas do processo licitatório;

6 - Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

INFORMAÇÃO SOBRE EXISTÊNCIA DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Clebeson Bordin, investido no cargo de público de agente político (Secretário de Administração e Planejamento), nomeado pelo Decreto nº 6164/2025, de 07/01/2025, em atendimento ao Despacho do Senhor Prefeito Municipal, datado de 10 de março de 2025, que tem como objeto: contratação de empresa para elaboração do plano municipal de arborização urbana do município de Três Barras do Paraná, informa que no orçamento vigente (Leis 2784/24 de 18.12.2024 e, 2786/2024 de 26.12.2024, e seus anexos), existe dotação orçamentária para a contabilização do objeto, como abaixo especificamos:

Fonte de recursos: 000 Recursos Ordinários (Livres)
10.01.20.606.0015.2.041.000 Manutenção do Departamento de Agricultura
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

E, por ser a expressão da verdade firmo a presente para os fins e direito.

Três Barras do Paraná, em 10 de março de 2025.

Clebeson Bordin
Secretário de Administração e Planejamento

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – ARTIGO 18, § 1°, INCISO I

1.1 A arborização urbana é um componente essencial para a sustentabilidade ambiental, o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade de vida da população urbana. Em Três Barras do Paraná, a ausência de um Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) devidamente estruturado tem dificultado o planejamento e a execução de ações relacionadas ao manejo, preservação e ampliação das áreas verdes do município e seus distritos.

1.2. A contratação de empresa especializada para a elaboração do PMAU é essencial para garantir que o planejamento da arborização urbana esteja alinhado às necessidades ambientais, sociais e urbanísticas do município. A arborização urbana proporciona diversos benefícios, como a redução da poluição atmosférica, a manutenção da biodiversidade, o conforto térmico, o aumento da permeabilidade do solo e a melhoria estética da cidade.

1.3. A elaboração do PMAU permitirá o diagnóstico detalhado da arborização existente, a identificação de espécies adequadas para plantio e a definição de diretrizes técnicas para a manutenção e expansão da cobertura arbórea, considerando as características específicas de cada região do município. A falta de um plano técnico tem levado a conflitos com infraestruturas urbanas, como redes elétricas e hidráulicas, e à perda de árvores devido a podas inadequadas e falta de manutenção preventiva.

1.4. A inexistência de um plano estruturado também compromete o cumprimento de normas ambientais, podendo gerar sanções e restrições para o município em futuras ações de licenciamento ambiental e urbanístico. Dessa forma, a contratação de empresa especializada é uma medida preventiva e corretiva para garantir o ordenamento e a sustentabilidade ambiental do município.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO II

2.1. A elaboração do PMAU está alinhada ao Plano Diretor Municipal e às políticas públicas de desenvolvimento urbano sustentável de Três Barras do Paraná. O Estatuto da Cidade (Lei Federal N° 10.257/2001) determina que os municípios devem garantir o direito a cidades sustentáveis, o ordenamento e o controle do uso do solo, a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida.

2.2. O Plano Municipal de Arborização Urbana será um instrumento estratégico de planejamento e gestão ambiental, estabelecendo critérios e diretrizes para a seleção de

espécies, locais de plantio, manutenção e monitoramento das árvores urbanas. O alinhamento com o Plano Diretor permitirá que a arborização urbana seja integrada às ações de expansão urbana, infraestrutura viária e paisagismo.

2.3. A elaboração do PMAU também reforça os compromissos assumidos pelo município com os órgãos ambientais estaduais e federais, contribuindo para a obtenção de certificações ambientais e facilitando a captação de recursos para projetos ambientais e urbanísticos.

2.4. O planejamento da arborização urbana é um requisito para a concessão de licenças ambientais e para a realização de obras públicas, sendo, portanto, uma ação estratégica para o desenvolvimento ordenado e sustentável do município.

3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO III

3.1. A empresa contratada deverá possuir registro nos conselhos profissionais competentes, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou o Conselho Regional de Biologia (CRBIO). Os profissionais responsáveis pela elaboração do plano deverão ter formação em engenharia florestal, agronomia ou biologia.

3.2. A equipe técnica deverá ter experiência comprovada na elaboração de planos de arborização urbana, incluindo o levantamento quali-quantitativo de espécies, o mapeamento georreferenciado e a análise de riscos de queda de árvores.

3.3. Deverá ser apresentada uma metodologia clara para a coleta e análise de dados, com detalhamento das ferramentas e tecnologias que serão utilizadas. A empresa também deverá oferecer suporte técnico para capacitação da equipe municipal responsável pela execução e manutenção do PMAU.

3.4. A empresa deverá apresentar cronograma detalhado de execução dos serviços, incluindo prazos para diagnóstico, mapeamento, elaboração de relatório e entrega do plano final. A entrega dos mapas georreferenciados em formato compatível com sistemas de informação geográfica (SIG) também será obrigatória.

3.5. A empresa contratada deverá assegurar a realização de consulta pública para envolvimento da população no planejamento da arborização urbana. A percepção da população sobre a arborização será considerada na definição das diretrizes do plano.

3.6. Por fim, a empresa deverá fornecer garantia técnica sobre a qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se por eventuais inconsistências ou falhas técnicas no plano elaborado.

4. ESTIMATIVAS E QUANTIDADES DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO IV

4.1. A contratação envolve o levantamento quali-quantitativo da arborização urbana, a fim de verificar a quantidade de árvores existentes, visto que o Município não possui um inventário das árvores existentes. A empresa deverá realizar a identificação e o georreferenciamento dos locais e espécies existentes, na sede do Município de Três Barras do Paraná, Distrito de Santo Izidoro, Distrito de Barra Bonita e Distrito de Alto Alegre.

4.2. O diagnóstico incluirá a análise fitossanitária, a identificação de espécies e a avaliação de riscos de queda. Serão elaborados mapas temáticos para subsidiar o planejamento da arborização.

4.3. O plano deverá prever o quantitativo necessário para plantio em áreas carentes de cobertura vegetal. Serão definidas diretrizes para a manutenção periódica e a substituição de espécies inadequadas.

4.4. Serão realizados encontros técnicos com a equipe municipal para orientação sobre as melhores práticas de manejo e manutenção. A empresa também deverá elaborar um plano de capacitação para os servidores municipais.

4.5. Por fim, será entregue um relatório técnico detalhado com o diagnóstico, mapeamento, plano de ação e diretrizes para manutenção e expansão da arborização urbana.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ARTIGO 18, § INCISO V

5.1. Foi realizado um levantamento de mercado para identificar empresas especializadas na elaboração de planos de arborização urbana. A pesquisa considerou empresas com experiência comprovada, registro nos conselhos profissionais e histórico de execução de projetos similares em municípios de porte semelhante ao de Três Barras do Paraná.

5.2. As empresas identificadas apresentaram propostas técnicas que variam em complexidade e detalhamento. Foram analisados fatores como a metodologia proposta, o prazo de execução, a qualificação da equipe técnica e o suporte oferecido após a conclusão do plano. O valor médio para investimento é de R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais), considerando o escopo técnico detalhado e os serviços incluídos.

5.3. A pesquisa revelou que as empresas mais qualificadas possuem expertise em mapeamento georreferenciado, análise fitossanitária e elaboração de planos de manejo, fatores essenciais para a qualidade do PMAU. As empresas consultadas também

demonstraram conhecimento das legislações ambientais e urbanísticas aplicáveis ao projeto.

5.4. Foi observado que o uso de tecnologias como drones e softwares de análise espacial tem sido um diferencial competitivo entre as empresas. Esse tipo de tecnologia permite uma análise mais precisa da cobertura arbórea e facilita a identificação de áreas de risco e de conflito com a infraestrutura urbana.

5.5. A análise das propostas também levou em consideração a capacidade das empresas de envolver a população no processo de elaboração do plano. Empresas que propõem a realização de audiências públicas e a coleta de percepções da população foram consideradas mais alinhadas às diretrizes do planejamento participativo.

5.6. Portanto, o levantamento de mercado permitiu identificar empresas com capacidade técnica e operacional para executar o plano com eficiência e qualidade, garantindo o cumprimento das diretrizes ambientais e urbanísticas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO VI

6.1. Com base nos valores obtidos durante o levantamento de mercado, a estimativa de custo para a contratação da empresa especializada é de aproximadamente R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais). Esse valor foi definido considerando o escopo técnico detalhado e os serviços previstos na execução do PMAU.

6.2. O valor estimado cobre todas as etapas do projeto, incluindo o levantamento de campo, a análise técnica, o diagnóstico quali-quantitativo e o mapeamento georreferenciado das árvores existentes. Também estão incluídas as análises fitossanitárias, o planejamento para o plantio de novas espécies e a elaboração do plano de manutenção e manejo.

6.3. O valor estimado também considera a necessidade de capacitação da equipe municipal para garantir a execução e manutenção adequadas do plano. A empresa contratada deverá fornecer treinamento técnico para os profissionais municipais, assegurando que as ações de manejo e plantio sejam realizadas corretamente.

6.4. A inclusão de tecnologias como drones e softwares de análise geoespacial também foi considerada na composição do valor estimado. Esses recursos permitirão maior precisão na coleta de dados e na elaboração dos mapas temáticos.

6.5. A realização de audiências públicas e consultas populares também está contemplada no valor estimado. Essas ações são fundamentais para garantir a participação da população e o alinhamento do plano às necessidades e expectativas dos moradores.

6.6. Portanto, o valor estimado é compatível com a complexidade dos serviços e com os benefícios ambientais, sociais e urbanos que o plano proporcionará ao município.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 18, 1° INCISO VII

7.1. A solução proposta envolve a elaboração de um Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) que contemple todas as etapas necessárias para o diagnóstico, planejamento, implantação e manutenção da arborização urbana. A empresa contratada será responsável por conduzir o processo técnico de forma integrada e estruturada.

7.2. O primeiro passo será a realização de um inventário quali-quantitativo das árvores existentes em ruas, praças e demais espaços públicos. Esse levantamento permitirá identificar as espécies predominantes, sua condição fitossanitária e os principais problemas enfrentados na gestão da arborização.

7.3. Com base nos dados coletados, será elaborado um mapeamento georreferenciado que permitirá visualizar a distribuição das árvores e identificar áreas de risco e conflito. Os mapas serão elaborados em formato digital, compatível com sistemas de informação geográfica (SIG).

7.4. O plano definirá diretrizes para o plantio de novas árvores, incluindo a seleção de espécies adequadas ao clima e ao solo local. Também serão estabelecidos critérios para a manutenção periódica, como podas, controle fitossanitário e substituição de árvores inadequadas ou em risco de queda.

7.5. A empresa contratada deverá promover a participação da população na elaboração do plano, por meio de audiências públicas e consultas populares. A percepção da população será considerada na definição das diretrizes de arborização, promovendo maior aceitação e engajamento nas ações de manejo.

7.6. Por fim, será elaborado um relatório técnico completo contendo o diagnóstico, o planejamento estratégico, os mapas temáticos e as diretrizes operacionais para a execução e manutenção do PMAU.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, ° 1° INCISO VIII

8.1. A contratação será realizada em lote único, sem parcelamento, devido à natureza integrada dos serviços e à necessidade de continuidade entre as etapas do projeto. O levantamento de campo, o diagnóstico e o planejamento estratégico são atividades interdependentes que requerem uma execução coordenada.

8.2. O parcelamento poderia comprometer a qualidade técnica do plano, uma vez que diferentes empresas poderiam adotar metodologias distintas, dificultando a integração dos dados e a implementação das ações planejadas. Além disso, a contratação de diferentes empresas para cada etapa poderia aumentar os custos administrativos e operacionais.

8.3. A execução do PMAU em um único contrato permitirá maior controle técnico e financeiro sobre o projeto. A empresa contratada será responsável por todas as etapas, desde o levantamento inicial até a entrega do relatório técnico final, garantindo maior coerência na execução das atividades.

8.4. A elaboração de mapas temáticos e o diagnóstico quali-quantitativo requerem o uso de tecnologias específicas e metodologias padronizadas, o que inviabiliza a divisão do contrato entre diferentes empresas.

8.5. A integração entre o diagnóstico, o planejamento e o plano de manejo é essencial para garantir a qualidade técnica e a efetividade das ações propostas. Qualquer descontinuidade poderia comprometer os resultados e aumentar os riscos de falha na execução do plano.

8.6. Portanto, a contratação em lote único é a estratégia mais eficiente para garantir a qualidade e a efetividade do PMAU.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – ARTIGO 18, § 1° INCISO IX

9.1. O principal resultado esperado é o aumento da cobertura arbórea no município, com a ampliação das áreas arborizadas em ruas, praças e demais espaços públicos. Esse resultado será alcançado por meio da definição de diretrizes técnicas para o plantio e manejo das árvores.

9.2. Outro resultado esperado é a melhoria da qualidade ambiental, com a redução da poluição atmosférica e sonora, o aumento da permeabilidade do solo e a promoção de maior conforto térmico para a população.

9.3. A elaboração do PMAU permitirá a redução dos riscos de queda de árvores e dos danos à infraestrutura urbana. A definição de um cronograma de manutenção preventiva permitirá que podas e substituições sejam realizadas de maneira organizada e segura.

9.4. A integração da população no processo de planejamento é outro resultado importante. A realização de audiências públicas e consultas populares permitirá que a arborização urbana reflita as expectativas e necessidades da população.

9.5. A valorização dos imóveis urbanos é um benefício indireto esperado, já que áreas arborizadas e bem cuidadas contribuem para a valorização imobiliária e a melhoria da paisagem urbana.

9.6. Por fim, o PMAU proporcionará maior segurança jurídica ao município, assegurando a conformidade com as normas ambientais e urbanísticas e facilitando a obtenção de licenças para futuros projetos de expansão urbana.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO X

10.1. A primeira providência a ser tomada pela administração municipal será a elaboração e publicação do edital de licitação para a contratação da empresa especializada. O edital deverá conter o termo de referência detalhado, especificando o objeto da contratação, os critérios de avaliação das propostas e os prazos para execução dos serviços.

10.2. Após a publicação do edital, será formada uma comissão técnica responsável por acompanhar e avaliar o estudo realizado. A comissão será composta por servidores com conhecimento técnico em arborização urbana, meio ambiente e licitações públicas. A análise das propostas deverá considerar não apenas o valor oferecido, mas também a qualificação técnica da empresa e a experiência da equipe.

10.3. Após a adjudicação do contrato, será realizada uma reunião inicial entre a administração municipal e a empresa contratada para o alinhamento das expectativas e definição do cronograma de trabalho. Serão estabelecidos os canais de comunicação e os responsáveis por cada fase da execução do plano.

10.4. Durante a execução dos serviços, a administração municipal deverá acompanhar de perto o cumprimento dos prazos e a qualidade dos serviços prestados. A comissão técnica será responsável por validar os relatórios parciais apresentados pela empresa contratada e garantir a conformidade dos serviços com as diretrizes estabelecidas no termo de referência.

10.5. A administração municipal também deverá garantir a participação da população no processo de elaboração do PMAU. Para isso, serão organizadas audiências públicas e consultas populares, permitindo que a população contribua com sugestões e percepções sobre a arborização urbana.

10.6. Ao final dos serviços, a administração municipal deverá validar o relatório técnico final e garantir que o plano elaborado seja incorporado ao planejamento urbano do município. A implementação das ações previstas no PMAU será acompanhada pela

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em colaboração com demais órgãos municipais.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – ARTIGO 18, § 1° INCISO XI

11.1. Não estão previstas contratações correlatas ou interdependentes para a execução do Plano Municipal de Arborização Urbana. A empresa contratada será responsável por todas as etapas do projeto, desde o levantamento de campo até a entrega do relatório técnico final.

11.2. A opção por uma contratação única foi definida com base na necessidade de garantir a integração e continuidade das etapas do projeto. A divisão das atividades entre diferentes empresas poderia comprometer a qualidade técnica e a efetividade dos resultados.

11.3. O uso de tecnologias específicas para o levantamento e mapeamento georreferenciado das árvores urbanas também reforça a necessidade de centralização da execução dos serviços em uma única empresa. A padronização dos métodos e ferramentas utilizadas permitirá maior precisão na coleta e análise dos dados.

11.4. A contratação de uma única empresa também reduzirá os custos administrativos e operacionais para o município. A gestão de um contrato único permitirá maior controle sobre os prazos e a qualidade dos serviços prestados, evitando a fragmentação das responsabilidades.

11.5. A execução integrada das atividades de diagnóstico, planejamento e definição de diretrizes operacionais é essencial para garantir a coerência técnica do plano. A realização dessas atividades por diferentes empresas poderia gerar inconsistências nos dados e dificultar a implementação das ações propostas.

11.6. Portanto, a administração municipal considera que a execução do plano por uma única empresa é a estratégia mais eficiente e tecnicamente adequada para garantir a qualidade e os resultados esperados com o PMAU.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS – ARTIGO 18, § 1° INCISO XII

12.1. O Plano Municipal de Arborização Urbana tem como principal objetivo reduzir os impactos ambientais negativos e promover a sustentabilidade urbana. A ampliação da cobertura arbórea contribuirá para a redução das ilhas de calor, oferecendo maior conforto térmico à população.

12.2. Outro impacto positivo esperado é a melhoria da qualidade do ar, uma vez que as árvores filtram os poluentes atmosféricos e aumentam a umidade relativa do ar. A presença

de árvores em vias públicas também reduz a poluição sonora, funcionando como barreiras acústicas naturais.

12.3. O aumento da permeabilidade do solo é outro benefício ambiental importante. As árvores facilitam a infiltração da água da chuva, reduzindo o escoamento superficial e prevenindo enchentes e alagamentos em áreas urbanas.

12.4. A arborização planejada também promoverá o equilíbrio ecológico e o aumento da biodiversidade. As árvores oferecem abrigo e alimento para diversas espécies da fauna urbana, contribuindo para a preservação da vida silvestre.

12.5. Os impactos ambientais negativos serão mínimos, desde que as diretrizes técnicas para o plantio e manejo das árvores sejam seguidas corretamente. A escolha de espécies adequadas ao clima e ao espaço urbano evitará conflitos com a infraestrutura e reduzirá os riscos de queda.

12.6. Portanto, o PMAU será um instrumento estratégico para a melhoria da qualidade ambiental do município, com benefícios diretos para a população e para o meio ambiente.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO XIII

13.1. A contratação de empresa especializada para a elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana é uma medida essencial para o desenvolvimento sustentável de Três Barras do Paraná. A inexistência de um plano estruturado tem comprometido a qualidade ambiental e dificultado a manutenção da arborização urbana.

13.2. O PMAU permitirá que o município promova um crescimento ordenado e ambientalmente responsável, garantindo a expansão das áreas verdes de forma integrada ao planejamento urbano. A definição de diretrizes técnicas para o plantio, manejo e manutenção das árvores proporcionará maior segurança e qualidade de vida para a população.

13.3. A elaboração do plano também permitirá a redução dos riscos de queda de árvores e de danos à infraestrutura urbana. A execução de um cronograma de manutenção preventiva garantirá que podas e substituições sejam realizadas de maneira organizada e segura.

13.4. A ampliação da cobertura arbórea resultará em benefícios ambientais significativos, como a redução das ilhas de calor, a melhoria da qualidade do ar e o aumento da biodiversidade. A criação de espaços verdes planejados contribuirá para o bem-estar da população e a valorização imobiliária.

13.5. A contratação em lote único é a estratégia mais eficiente para garantir a integração e continuidade das etapas do projeto. A execução das atividades por uma única empresa assegurará maior coerência técnica e operacional, reduzindo os riscos de inconsistências nos resultados.

13.6. Portanto, a administração municipal considera que a contratação da empresa especializada é uma decisão estratégica para garantir a sustentabilidade urbana e ambiental de Três Barras do Paraná. A implementação do PMAU será um marco para a gestão ambiental e urbanística do município, promovendo qualidade de vida e equilíbrio ecológico.

Três Barras do Paraná, 28 de janeiro de 2025.

CRISTIAN LUDWIG
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para a elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) do município de Três Barras do Paraná e seus distritos. A empresa contratada deverá realizar um levantamento técnico detalhado da situação atual da arborização urbana, propor diretrizes para o manejo e ampliação da cobertura vegetal e definir um plano estratégico para a manutenção e o desenvolvimento sustentável das áreas verdes urbanas.

1.2. A elaboração do PMAU deverá incluir o levantamento quali-quantitativo da arborização existente, o mapeamento georreferenciado das árvores, a análise de riscos de queda e o planejamento para o plantio e a manutenção das espécies. O plano deverá considerar as características ambientais, climáticas e socioeconômicas do município, assegurando a escolha de espécies adequadas e a compatibilização com a infraestrutura urbana.

1.3. O PMAU deverá contemplar um diagnóstico detalhado da situação atual da arborização urbana, identificando os principais problemas, como conflitos com redes elétricas e hidráulicas, espécies inadequadas e árvores em risco de queda. Também deverão ser apresentadas soluções para a correção desses problemas, incluindo a substituição de espécies e a adoção de técnicas de manejo adequadas.

1.4. A empresa contratada deverá propor um cronograma de ações para a implantação e manutenção do PMAU, prevendo a realização de campanhas de conscientização ambiental e o envolvimento da população na execução das ações propostas. Serão realizadas audiências públicas e consultas populares para garantir a participação social na definição das diretrizes do plano.

1.5. O plano deverá estabelecer critérios técnicos para o plantio de novas árvores, a manutenção da arborização existente e a substituição de espécies inadequadas. A empresa contratada será responsável por fornecer treinamento técnico para a equipe municipal, garantindo a continuidade e a sustentabilidade das ações de manejo e manutenção.

1.6. A elaboração do PMAU será um instrumento estratégico para o planejamento urbano sustentável de Três Barras do Paraná, promovendo o equilíbrio ecológico, a valorização dos espaços públicos e a melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida da população.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A contratação envolve o levantamento quali-quantitativo da arborização urbana, **a fim de verificar a quantidade de árvores existentes**, visto que o Município não possui um inventário das árvores existentes. **A empresa deverá realizar a identificação e o georreferenciamento dos locais e espécies existentes, na sede do Município de Três Barras do Paraná, Distrito de Santo Izidoro, Distrito de Barra Bonita e Distrito de Alto Alegre.**

2.2. O diagnóstico incluirá a análise fitossanitária, a identificação de espécies e a avaliação de riscos de queda. Serão elaborados mapas temáticos para subsidiar o planejamento da arborização.

2.3. O plano deverá prever o quantitativo necessário para plantio em áreas carentes de cobertura vegetal. Serão definidas diretrizes para a manutenção periódica e a substituição de espécies inadequadas.

2.4. Serão realizados encontros técnicos com a equipe municipal para orientação sobre as melhores práticas de manejo e manutenção. A empresa também deverá elaborar um plano de capacitação para os servidores municipais.

2.5. Por fim, será entregue um relatório técnico detalhado com o diagnóstico, mapeamento, plano de ação e diretrizes para manutenção e expansão da arborização urbana.

2.6. O valor estimado da contratação é de R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais), com as seguintes especificações técnicas:

LOTE	QTDE	UNIDADE	SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	SERVIÇO	ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.	R$ 75.500,00	R$ 75.500,00
				TOTAL	**R$ 75.500,00**

2.7. Estão incluídos no valor estimado os custos com tecnologia de coleta de dados, como o uso de drones e softwares de análise geoespacial. Esses recursos permitirão maior precisão na definição das áreas de risco e na elaboração dos mapas temáticos.

2.8. O valor estimado também contempla a realização de audiências públicas e campanhas de conscientização, assegurando o envolvimento da população na elaboração e execução do PMAU. A capacitação da equipe municipal para a manutenção e o manejo da arborização também está prevista no valor contratado.

2.9. A execução dos serviços será acompanhada por uma comissão técnica designada pela administração municipal, que será responsável por validar os serviços prestados e garantir que o plano esteja em conformidade com o termo de referência e com as diretrizes ambientais e urbanísticas vigentes.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), que estabelece os princípios da legalidade, eficiência, moralidade e economicidade na contratação de serviços públicos. A elaboração do PMAU atende à necessidade de planejamento e ordenamento da arborização urbana, conforme determina o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

3.2. A arborização urbana é um componente essencial para a sustentabilidade ambiental e o equilíbrio ecológico das cidades. A ausência de um plano estruturado tem resultado em conflitos com a infraestrutura urbana, queda de árvores, espécies inadequadas e baixa cobertura vegetal em áreas urbanas.

3.3. A contratação é justificada pela necessidade de garantir a conformidade do município com as diretrizes de planejamento ambiental e urbanístico estabelecidas pelos órgãos ambientais estaduais e federais. A elaboração de um plano técnico permitirá que o município atenda às exigências para obtenção de licenças ambientais e para execução de obras de infraestrutura.

3.4. A gestão adequada da arborização urbana também é essencial para a preservação da biodiversidade, a melhoria da qualidade do ar e o conforto térmico. A elaboração de um plano técnico permitirá que o município promova ações de manejo preventivo, reduzindo os riscos de queda de árvores e os danos à infraestrutura urbana.

3.5. A contratação também permitirá a definição de critérios técnicos para o plantio e a substituição de espécies, assegurando que a arborização urbana esteja alinhada com as características ambientais e climáticas do município. A elaboração de um plano técnico integrado promoverá a valorização dos espaços públicos e a qualidade de vida da população.

3.6. Portanto, a elaboração do PMAU é uma medida estratégica para a gestão ambiental e urbanística de Três Barras do Paraná, promovendo a sustentabilidade e a valorização do espaço urbano.

4. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS– ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. Os serviços serão prestados em Três Barras do Paraná e nos Distritos de Santo Izidoro, Barra Bonita e Alto Alegre. As áreas incluídas no plano abrangem ruas, praças, parques e demais espaços públicos sob gestão da administração municipal.

4.2. As áreas destinadas ao plantio de novas árvores serão identificadas com base na análise das condições ambientais e na infraestrutura urbana existente. A empresa contratada será responsável por mapear e definir os locais mais adequados para o plantio e a manutenção das espécies.

4.3. O diagnóstico incluirá a avaliação da infraestrutura urbana, como redes de energia elétrica, abastecimento de água, esgoto e pavimentação. Serão definidos critérios para evitar conflitos entre as árvores e a infraestrutura pública e privada.

4.4. A empresa contratada deverá garantir que os serviços sejam executados sem interferência nas atividades cotidianas da população. Eventuais interrupções em vias públicas deverão ser previamente comunicadas e autorizadas pela administração municipal.

4.5. Por fim, a empresa contratada deverá fornecer um relatório técnico detalhado contendo a localização georreferenciada das árvores, a análise fitossanitária, a definição de espécies recomendadas e um plano de manejo preventivo e corretivo para a manutenção da arborização urbana.

5. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. O prazo de validade do contrato será de **12 (doze) meses** a partir da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e autorizado pela administração municipal, conforme prevê a **Lei nº 14.133/2021**.

5.2. O prazo para execução dos serviços será de 06 (seis) meses, contados do recebimento da ordem de serviço.

5.3. O prazo de execução foi definido com base na complexidade dos serviços a serem executados e na necessidade de garantir tempo suficiente para a elaboração detalhada do plano e o acompanhamento das primeiras etapas de implantação. A elaboração do plano envolve diferentes

fases, como o levantamento de campo, a análise técnica e a definição de diretrizes, o que demanda um prazo razoável para execução.

5.4. A possibilidade de prorrogação do contrato permitirá que a empresa contratada continue prestando suporte técnico para a implementação inicial do plano, assegurando a correta execução das diretrizes estabelecidas. A continuidade do suporte técnico é essencial para garantir que o plano seja implementado de acordo com os parâmetros técnicos definidos.

5.5. Durante a vigência do contrato, a empresa contratada deverá fornecer relatórios periódicos sobre o andamento dos serviços, conforme cronograma estabelecido no termo de referência. Os relatórios deverão detalhar as atividades executadas, os resultados obtidos e eventuais ajustes necessários no planejamento do PMAU.

5.6. A administração municipal reserva-se o direito de rescindir o contrato em caso de descumprimento dos prazos ou de falhas na execução dos serviços, sem prejuízo das sanções administrativas e legais aplicáveis.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta consiste na elaboração de um Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) que contemple o diagnóstico detalhado da arborização urbana, o mapeamento georreferenciado, a análise de riscos e a definição de diretrizes para o plantio e o manejo das árvores urbanas. A empresa contratada será responsável por todas as etapas de execução, desde o levantamento inicial até a entrega do relatório técnico final.

6.2. O diagnóstico quali-quantitativo será realizado com o uso de tecnologia de ponta, como drones e softwares de georreferenciamento, permitindo uma análise precisa da cobertura arbórea e das condições ambientais do município. A empresa contratada deverá identificar as espécies existentes, o estado fitossanitário das árvores e os conflitos com a infraestrutura urbana.

6.3. O plano incluirá a definição de critérios técnicos para o plantio de novas árvores, considerando o porte das espécies, o espaço disponível, o tipo de solo e as condições climáticas do município. Serão definidas estratégias para evitar conflitos com redes elétricas, hidráulicas e de telefonia, assegurando a segurança e a funcionalidade da infraestrutura urbana.

6.4. O PMAU também contemplará diretrizes para a manutenção preventiva e corretiva da arborização urbana. Serão estabelecidos parâmetros para a poda, o manejo fitossanitário e a substituição de espécies inadequadas ou em risco de queda. A empresa contratada deverá propor um cronograma de manutenção para garantir a sustentabilidade das ações.

6.5. A participação da população será um componente essencial do plano. Serão realizadas audiências públicas e consultas populares para garantir que as diretrizes de arborização estejam

alinhadas às expectativas e necessidades da comunidade. A percepção da população sobre a arborização urbana será considerada na definição das diretrizes técnicas.

6.6. Por fim, o plano incluirá um plano de ação detalhado para a implementação das diretrizes de arborização, definindo responsabilidades, prazos e recursos necessários. O relatório técnico final deverá conter mapas georreferenciados, tabelas analíticas e orientações técnicas para a execução e manutenção da arborização urbana.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais para a execução dos serviços:

7.1.1. Registro profissional – A empresa deverá estar devidamente registrada nos conselhos profissionais competentes (CREA ou CRBIO), com regularidade cadastral e fiscal comprovada.

7.1.2. Equipe técnica especializada – A empresa deverá contar com uma equipe composta por profissionais de nível superior, incluindo engenheiro florestal, engenheiro agrônomo ou biólogo, com experiência comprovada em elaboração de planos de arborização urbana.

7.1.3. Metodologia técnica detalhada – A empresa deverá apresentar uma metodologia clara para o levantamento quali-quantitativo, o mapeamento georreferenciado, a análise de riscos e a definição das diretrizes técnicas.

7.1.4. Capacitação técnica – A empresa deverá oferecer treinamento técnico para os profissionais da administração municipal, assegurando que a equipe esteja preparada para executar e manter o plano após a sua conclusão.

7.1.5. Tecnologia de ponta – A empresa deverá utilizar drones e softwares de análise geoespacial para a elaboração dos mapas temáticos e para o georreferenciamento das árvores existentes e das áreas de plantio.

7.1.6. Garantia técnica – A empresa deverá fornecer garantia técnica sobre a qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se por eventuais falhas ou inconsistências no relatório técnico final.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa contratada deverá comprovar a sua qualificação técnica mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.1.1. Atestados de capacidade técnica – Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos públicos ou privados, que comprovem a execução de serviços

semelhantes ao objeto deste termo de referência (Elaboração de Plano Municipal de Arborização)

8.1.2. Composição da equipe técnica – Deverá ser apresentada a relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica, responsável técnico e o registro profissional nos conselhos competentes.

8.1.3. Metodologia técnica – Deverá ser apresentada uma proposta metodológica detalhada para execução do plano, incluindo cronograma de atividades, metodologia de análise e critérios de avaliação dos resultados.

8.1.4. Infraestrutura técnica – A empresa deverá comprovar que dispõe de infraestrutura adequada para a execução dos serviços, incluindo equipamentos de campo, softwares de análise geoespacial e drones caso necessário.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. A execução do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) de Três Barras do Paraná será realizada conforme manual disponibilizado pelo MPPR, assegurando que todas as fases do projeto estejam alinhadas às diretrizes técnicas estabelecidas no **Manual de Arborização Urbana Ed. 02**. A empresa contratada será responsável pela execução completa das atividades, desde o levantamento inicial até a entrega do relatório técnico final e a capacitação da equipe municipal.

ELEMENTOS EXTERNOS		Capa		Obrigatório
		Contracapa		Obrigatório
ELEMENTOS INTERNOS	**ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS**	Lista de figuras		Opcional
		Lista de tabelas e/ou quadros		Opcional
		Lista de abreviaturas e siglas		Opcional
		Lista de símbolos		Opcional
		Sumário		Obrigatório
	ELEMENTOS TEXTUAIS OU CONTEÚDO DO PLANO	Introdução	Histórico Importância Objetivo(s)	Obrigatório
		Caracterização do Município		Obrigatório
		Diagnóstico da Arborização Urbana do município	Levantamento Características Problemas	Obrigatório
		Planejamento da Arborização Urbana	Critérios - Espécies Critérios - Locais Espaçamento/distância Indicação dos locais	Obrigatório
		Implantação da Arborização Urbana	Características - mudas Produção de mudas Procedimentos - plantios Campanha/Conscientização	Obrigatório
		Manutenção da Arborização Urbana	Poda Remoção/substituição Outras práticas	Obrigatório
		Monitoramento da Arborização Urbana		Obrigatório
		Gestão da Arborização Urbana		Obrigatório
		Informações Finais		Obrigatório
	ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS	Referências		Obrigatório
		Anexos		Opcional

9.1.1. Diagnóstico e levantamento quali-quantitativo

9.1.1.1. A primeira etapa consistirá na realização de um levantamento quali-quantitativo da arborização urbana existente. A empresa contratada deverá catalogar e georreferenciar todas as árvores localizadas em ruas, praças e demais espaços públicos, utilizando equipamentos e softwares de georreferenciamento para garantir precisão nos dados coletados. Serão levantadas informações detalhadas, incluindo o nome popular e científico das espécies, o estado fitossanitário das árvores, o diâmetro à altura do peito (DAP), a altura da copa, o raio de projeção da copa e a condição estrutural das árvores.

9.1.1.2. A análise quali-quantitativa também contemplará a identificação de espécies exóticas invasoras, espécies tóxicas ou inadequadas para o ambiente urbano e árvores com risco de queda. A empresa deverá coletar dados sobre conflitos entre a arborização e a infraestrutura urbana, como redes elétricas, hidráulicas, telefônicas e

de esgoto. Serão elaboradas fichas técnicas individuais para cada árvore inventariada, com registros fotográficos e anotações sobre as condições ambientais locais.

9.1.2. Mapeamento georreferenciado e análise técnica

9.1.2.1. Após o levantamento inicial, será elaborado um **mapa georreferenciado** detalhado, contendo a localização precisa de todas as árvores catalogadas. O mapeamento deverá ser apresentado em formato digital compatível com sistemas de informação geográfica (SIG) e em planta gráfica impressa. O mapa deverá incluir a identificação de áreas com baixa cobertura arbórea, áreas de risco de queda e locais com potencial para plantio de novas árvores.

9.1.2.2. A análise técnica incluirá a avaliação de risco de queda das árvores, considerando fatores como inclinação do tronco, presença de cavidades, apodrecimento, ataques de pragas e doenças. Para árvores com DAP acima de 30 cm e sinais de risco estrutural, a empresa deverá realizar testes específicos com equipamentos apropriados, como resistógrafos e tomógrafos de madeira, conforme as diretrizes técnicas do **Manual de Arborização Urbana**.

9.1.3. Definição de diretrizes para o plantio e manejo

9.1.3.1. Com base no diagnóstico e no mapeamento, serão definidas diretrizes técnicas para o plantio, manejo e manutenção da arborização urbana. A seleção de espécies para plantio deverá considerar critérios como a adaptabilidade ao clima e ao solo local, o porte das árvores, o formato da copa e a interferência com redes aéreas e subterrâneas.

9.1.3.2. Serão estabelecidas distâncias mínimas entre as árvores e a infraestrutura urbana, respeitando as diretrizes técnicas para espaçamento em calçadas, canteiros centrais e praças. Para espécies de grande porte, será recomendada a instalação de proteção nas raízes e a utilização de grades ou pavimentos permeáveis para permitir a infiltração de água.

9.1.3.3. A empresa também deverá definir as práticas de manejo a serem adotadas para garantir a saúde e a estabilidade das árvores. Serão estabelecidas diretrizes para podas de formação, podas de limpeza e podas de segurança, seguindo os critérios técnicos apresentados no **Manual de Arborização Urbana**. Para árvores em risco de queda, será definida a necessidade de remoção e substituição por espécies adequadas.

9.1.4. Plano de expansão da arborização urbana

9.1.4.1. A empresa contratada deverá elaborar um plano estratégico para a expansão da cobertura arbórea em áreas carentes de arborização. Serão identificados os locais prioritários para o plantio, considerando critérios como densidade populacional, índices de calor, áreas de lazer e locais de grande circulação de pedestres.

9.1.4.2. O plano de expansão deverá contemplar a definição de espécies adequadas para cada tipo de ambiente urbano, priorizando espécies nativas e adaptadas ao clima local. Também será definida a técnica de plantio mais apropriada para cada tipo de solo, incluindo o preparo das covas, a utilização de adubos orgânicos e a instalação de tutores para garantir a estabilidade inicial das mudas.

9.1.4.3. Para garantir o sucesso do plantio, a empresa deverá propor um cronograma de monitoramento das mudas nos primeiros dois anos após o plantio, incluindo a reposição de mudas que não sobreviverem e a realização de podas de formação para corrigir falhas estruturais no crescimento das árvores.

9.1.5. Campanha de conscientização e participação social

9.1.5.1. Será elaborada uma campanha de conscientização e envolvimento da população na gestão da arborização urbana. A empresa contratada deverá organizar audiências públicas e consultas populares para apresentar os resultados do diagnóstico e as diretrizes para o manejo e o plantio.

9.1.5.2. Serão desenvolvidos materiais educativos, como cartilhas e vídeos, para informar a população sobre os benefícios da arborização urbana e as melhores práticas para conservação das árvores. A empresa também deverá promover ações em escolas e centros comunitários para sensibilizar crianças e jovens sobre a importância da arborização urbana para a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico.

9.1.6. Capacitação técnica da equipe municipal

9.1.6.1. A empresa contratada deverá realizar a capacitação técnica dos profissionais da administração municipal responsáveis pela manutenção e manejo da arborização urbana. A capacitação deverá abordar temas como seleção de espécies, técnicas de plantio, manejo fitossanitário e planejamento para podas e remoção de árvores.

9.1.6.2. Serão realizadas oficinas práticas para demonstrar o uso de equipamentos de corte, técnicas de poda e avaliação de riscos de queda. A empresa também deverá

fornecer manuais técnicos e orientações detalhadas sobre as melhores práticas para o manejo e a conservação das árvores urbanas.

9.1.7. Monitoramento e avaliação dos resultados

9.1.7.1. Após a execução das ações previstas no plano, a empresa contratada deverá realizar o monitoramento contínuo das árvores plantadas e da arborização urbana existente. O monitoramento incluirá a avaliação do crescimento das mudas, a identificação de pragas e doenças e a necessidade de podas ou substituição de árvores.

9.1.7.2. A empresa deverá fornecer relatórios periódicos detalhando os resultados obtidos, as dificuldades encontradas e as medidas corretivas adotadas. O monitoramento permitirá ajustes na execução do plano e a definição de estratégias para a manutenção a longo prazo da arborização urbana.

9.1.8. Entrega e validação do relatório técnico final

9.1.8.1. A etapa final consistirá na entrega de um relatório técnico detalhado contendo todas as informações levantadas e analisadas durante a execução do plano. O relatório deverá conter mapas temáticos, gráficos analíticos, tabelas e fotografias das áreas inventariadas e das ações executadas.

9.1.8.2. O relatório final será validado pela administração municipal e pela equipe técnica responsável pelo acompanhamento dos serviços. Eventuais inconsistências ou falhas técnicas deverão ser corrigidas pela empresa contratada antes da aprovação final.

9.1.8.3. Não poderão ser incluídas a logomarca e a razão empresarial correspondente da empresa, seja na capa ou nas demais páginas do documento, por se tratar de um documento oficial da Prefeitura Municipal.

9.1.9. Garantia técnica e responsabilidade pós-entrega

9.1.9.1. A empresa contratada será responsável por garantir a qualidade dos serviços prestados durante um período de **12 meses** após a entrega do relatório técnico final. Durante esse período, a empresa deverá prestar suporte técnico para a resolução de eventuais falhas ou inconsistências nos dados e nas diretrizes estabelecidas.

9.1.10. Conclusão e encerramento do contrato

9.1.10.1. O contrato será encerrado após a validação do relatório técnico final e a conclusão das ações previstas no plano. A administração municipal emitirá um parecer técnico atestando a conformidade dos serviços prestados com o termo de referência e com as diretrizes estabelecidas no **Manual de Arborização Urbana**.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O pagamento pelos serviços prestados ocorrerá em **duas etapas**, de acordo com o cumprimento das fases definidas no contrato e após a validação dos serviços pela administração municipal. O pagamento será realizado mediante a apresentação de nota fiscal e do relatório técnico correspondente à fase concluída, acompanhado da aprovação da comissão técnica responsável pelo acompanhamento dos serviços.

10.3. A primeira parcela, correspondente a **30% (trinta por cento)** do valor total contratado, será paga após a entrega e validação do **Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU)**. A empresa contratada deverá apresentar um relatório técnico detalhado contendo o diagnóstico quali-quantitativo da arborização urbana, o mapeamento georreferenciado das árvores existentes e a definição das diretrizes técnicas para o manejo e o plantio de novas espécies.

10.3.1. A validação dessa primeira etapa será realizada pela comissão técnica designada pela administração municipal, que analisará o relatório técnico apresentado e verificará a conformidade dos serviços com os requisitos estabelecidos no termo de referência. Caso sejam identificadas inconsistências ou falhas técnicas, a empresa contratada será notificada para corrigir os problemas antes da liberação do pagamento.

10.4. A segunda parcela, correspondente a **70% (setenta por cento)** do valor total contratado, será paga **após a realização de audiência pública e todas as aprovações necessárias** pela administração municipal e pelos órgãos competentes. A empresa contratada deverá participar da audiência pública para apresentar os resultados obtidos e as diretrizes técnicas definidas no plano, respondendo a eventuais questionamentos e coletando sugestões da população e dos representantes locais.

10.4.1. Após a realização da audiência pública, a empresa contratada deverá consolidar as sugestões e ajustes necessários em um relatório final, que será submetido à análise e aprovação da comissão técnica. O relatório final deverá conter todas as informações levantadas e analisadas durante a execução do plano, incluindo mapas georreferenciados, análise de riscos, definição das diretrizes técnicas e plano de expansão da cobertura arbórea.

10.5. A validação da segunda etapa será realizada após a análise detalhada do relatório técnico final e a verificação do cumprimento das diretrizes estabelecidas no termo de referência. A aprovação da comissão técnica e a homologação dos resultados pela administração municipal serão requisitos obrigatórios para a liberação da segunda parcela do pagamento.

10.6. Caso sejam identificadas inconsistências ou falhas técnicas no relatório final, a empresa contratada será notificada para corrigir os problemas sem ônus adicional para o município, antes da liberação do pagamento. A comissão técnica será responsável por verificar se as correções foram implementadas de forma adequada e dentro dos parâmetros técnicos estabelecidos.

10.7. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária para a conta registrada em nome da empresa contratada, conforme os dados fornecidos no contrato. A empresa contratada será responsável por todas as obrigações fiscais e tributárias relacionadas à execução do contrato, sem ônus adicional para o município.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MENOR PREÇO GLOBAL.**

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. A estimativa de custos para a elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana foi baseada em levantamento de mercado realizado junto a fornecedores especializados e com ampla experiência no setor. O valor médio identificado para os serviços é de **R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais)**, sendo este considerado adequado às condições de mercado e ao orçamento disponível do município.

12.2.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. O **prazo para entrega do Plano Municipal de Arborização Urbana será de, 06 (seis) meses, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.** Este prazo poderá ser prorrogado em casos excepcionais, mediante justificativa formal e aprovação da administração.

14.2. Os serviços deverão contemplar todas as fases dispostas neste Termo de Referência e seus anexos, devendo ser devidamente aprovado pelos órgãos e comissões responsáveis.

14.3. Em caso de descumprimento do prazo sem justificativa aceitável, poderão ser aplicadas penalidades previstas em contrato, incluindo multas ou até mesmo a rescisão contratual. O objetivo é assegurar a eficiência e a continuidade das operações do órgão contratante.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) CRISTIAN LUDWIG, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF N° 070.xxx.xxx-09.

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) ALICE CRISTIANE GUIMARÃES ZANCHETA, Engenheira Ambiental, CPF N° 104.xxx.xxx-67, fiscal titular;

b) MARLETE DAL MAGRO, Engenheira Agrônoma, CPF N° 502.xxx.xxx-15, fiscal titular.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do serviço realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

Três Barras do Paraná, 11 de março de 2025.

CRISTIAN LUDWIG

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 11 de março de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando retorno dos autos cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, aprovo o Termo de Referência nos moldes do Artigo 28 § 2° do Decreto Municipal N° 5302/2023.

O presente processo licitatório deverá ser regido nos pela Lei N° 14.133/2021.

Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GOVERNO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: XX/XX/2025 – XX:XX horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: SIM

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 22/2025

TIPO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS.**

1.2. O recebimento das propostas será até às **XX HORAS DO DIA XX DE XXXX DE 2025.**

1.3. A abertura das propostas terá início às **XXHXXM HORAS DO DIA XX DE XXXX DE 2025.**

1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às **XX HORAS DO DIA XX DE XXXX DE 2025.**

1.5. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.6.1. O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.

1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

1.8. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º do Artigo 17º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.8.1. O sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

1.9. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro designado pelo Município de Três Barras do Paraná, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações Públicas" consoante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Os produtos a serem entregues deverão atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes no Termo de Referência.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

a) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

c) Decretos Municipais N° 5478 e 5479 de 30 de agosto de 2023;

d) Decretos Municipais N° 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

e) Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. A participação no pregão na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.

5.4. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).

5.5. Da aplicação da Lei Complementar N° 123/2006 e atualizações posteriores.

5.5.1. O item desta licitação é de participação **EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE,** conforme inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar Municipal N° 05/2023, pois os itens de contratação não ultrapassam o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

5.5.1.1. Estas empresas devem estar legalmente constituídas e enquadradas no regime de **MICROEMPRESA e/ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, qualificada como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar n° 123/2006, e desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

5.6. É vedada a participação de:

5.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.6.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.6.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.6.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.6.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.6.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR;

5.6.11. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.7. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bll.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.2. Para poder participar do certame e usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido pra MEI), deverão identificar o seu enquadramento, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.3.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.

7.3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL-Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3.5. O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.3.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, após encerrada a etapa de lances, no prazo de 02 (duas) horas, mediante convocação da Pregoeira, **APRESENTAR PROPOSTA AJUSTADA JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** com a descrição do objeto ofertado e o preço.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor Unitário;

b) Marca/Modelo.

9.1.1. Caso a marca possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Administração Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.4. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.

10.4.1. Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **GLOBAL**.

10.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo aos licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.

10.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos) e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, sem prol da consecução do melhor preço.

10.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.

10.23. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL** conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.25.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

10.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 59, 60 e 61 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

11.2. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 59, da Lei nº 114.133/2021.

11.2.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

11.2.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do item V parágrafo 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

11.2.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

11.2.2.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

11.2.2.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

11.2.2.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

11.2.2.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

11.2.2.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.2.3. No caso de bens e serviços em geral, é **indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, sendo que a inexequibilidade só será considerada após a diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da proposta, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

11.2.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser

reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.3. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5. Se a proposta o lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.7. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.7.1. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.8. Nos itens de ampla concorrência, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá uma nova verificação pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observando o disposto neste edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar

do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) *(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).*

12.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

12.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.6. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.6.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.7. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

12.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

12.7.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.7.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

12.7.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.7.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

12.8. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

12.9. A Qualificação Técnico Operacional/Profissional exigirá a apresentação do seguinte documento, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

12.9.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido (s) em favor da proponente (empresa licitante) que comprove ter fornecido para pessoa jurídica de direito público ou privado, produtos/serviços iguais ou compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do (s) atestador (es), ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a (s) pessoa (s) declarante (s);

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
Elaboração do Plano de Arborização Urbana	Sem quantitativo mínimo

12.9.1.1. O atestado apresentado para a comprovação da capacidade técnica somente constituirá prova de capacitação se acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico, ou ART ou RRT, emitido pelo CREA e/ou pelo CRBIO.

12.9.2. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional de Biologia CRBIO, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

12.9.2.1. Em se tratando de empresa não registrada no CREA e/ou CRBIO do Estado do Paraná, deverá apresentar o registro no Conselho Competente do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do Conselho do Paraná antes da assinatura do contrato.

12.9.3. Declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução dos serviços até o seu recebimento definitivo pelo licitador, a declaração a ser apresentada poderá ser elaborada de livre escolha;

12.9.3.1. O responsável indicado, para fins de comprovação da capacitação, deverá participar da obra objeto da licitação.

12.9.4. Certificado de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico indicado pela licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho Regional de Biologia (CRBIO), dentro de seu prazo de validade;

12.9.4.1. Em se tratando de profissional não registrado no CREA e/ou CRBIO do Estado do Paraná, deverá apresentar o registro no Conselho Competente do Estado de origem, ficando o responsável técnico obrigado a apresentar o visto do Conselho do Paraná antes da assinatura do contrato.

12.9.5. Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT do responsável técnico indicado, emitido pelo CREA/CAU e/ou CRBIO, referente à execução de atividade pertinente e compatível, de semelhante complexidade tecnológica operacional, com o objeto desta licitação, **comprovação de Execução Plano de Arborização Urbana;**

12.10. Deverá ainda, apresentar as seguintes declarações:

12.10.1. Declaração Conjunta - **ANEXO II** deste Edital.

12.11. As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos a habilitação, declaração (modelo livre) assinada pelo contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena de perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

12.12. A existência de restrição relativamente a regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange a regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.14.1 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.15. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

12.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite o não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto a intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para que querendo, apresentarem suas contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º da Lei nº 14.133/21).

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1°, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.

16.1.1. Se houver recurso (s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao (s) vencedor (es) e à homologação do resultado do Pregão.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N° 14.133/2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Municipal.

17.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item *"17.2."*, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.4.1. A regra estabelecida no Item *"17.4."* não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

17.5. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do TITULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – da Lei Federal 14.133/2021.

17.6. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte do vencedor da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Artigo 137, incisos I ao IX da Lei N° 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no mesmo diploma legal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O licitante vencedor deverá entregar os produtos/serviços objeto desta licitação de acordo com as necessidades da administração pública, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I).

18.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

18.1.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

18.1.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade, principalmente o Termo de Referência (ANEXO I).

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da

Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;

b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista.

19.2. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o prestador de serviços contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

19.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma financeiro disposto no Termo de Referência, sendo:

a) 30% - Referente a primeira parcela;

b) 70% - Referente a segunda parcela.

20. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

20.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

20.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

20.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

20.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

20.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

20.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

20.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

20.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

20.2. São obrigações do Fornecedor.

20.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

20.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que

totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;

20.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

20.2.4.1. Substituir no prazo de 02 (dois) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

20.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

20.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de Três Barras do Paraná.

20.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

20.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

20.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

20.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

20.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

20.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

20.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

20.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

20.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da

espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

20.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

20.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

20.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 20.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de Três Barras do Paraná.

20.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

20.5.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

20.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná.

20.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

21. PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. A empresa licitante vencedora **deverá prestar os serviços no prazo estabelecido no Termo de Referência.**

22. PREÇO MÁXIMO

22.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados no Termo de Referência (ANEXO I), sendo que o valor total do investimento soma a importância de **R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais).**

22.2. Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

22.3. O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

22.4. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

23.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

23.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

23.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave,

e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

23.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

23.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2." não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

23.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

24.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

24.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao Pregoeiro/Agente de Contratação, **exclusivamente** protocolado no Sistema BLL, dentro dos prazos previstos.

24.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

24.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital.

24.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

25.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

25.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

26. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

26.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

26.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) CRISTIAN LUDWIG, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF N° 070.xxx.xxx-09.

26.1.2. Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) ALICE CRISTIANE GUIMARÃES ZANCHETA, Engenheira Ambiental, CPF N°

104.xxx.xxx-67, fiscal titular;

b) MARLETE DAL MAGRO, Engenheira Agrônoma, CPF N° 502.xxx.xxx-15, fiscal titular.

26.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

26.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

26.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

26.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

26.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

26.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento

apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.3. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

27.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

27.9. Não cabe à Licitanet qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.10. O pregoeiro e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, para maiores esclarecimentos.

27.11. Os usuários dos sistemas de que trata o §2º do artigo 5º do Decreto Federal nº 10.024/2019, poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

27.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente em vigência.

28. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas/PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I - Termo de Referência;

b) ANEXO II - Modelo de Declaração Conjunta;

c) ANEXO III - Minuta Contrato Administrativo de Prestação de Serviços;

Três Barras do Paraná, XX de XXXX de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para a elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) do município de Três Barras do Paraná e seus distritos. A empresa contratada deverá realizar um levantamento técnico detalhado da situação atual da arborização urbana, propor diretrizes para o manejo e ampliação da cobertura vegetal e definir um plano estratégico para a manutenção e o desenvolvimento sustentável das áreas verdes urbanas.

1.2. A elaboração do PMAU deverá incluir o levantamento quali-quantitativo da arborização existente, o mapeamento georreferenciado das árvores, a análise de riscos de queda e o planejamento para o plantio e a manutenção das espécies. O plano deverá considerar as características ambientais, climáticas e socioeconômicas do município, assegurando a escolha de espécies adequadas e a compatibilização com a infraestrutura urbana.

1.3. O PMAU deverá contemplar um diagnóstico detalhado da situação atual da arborização urbana, identificando os principais problemas, como conflitos com redes elétricas e hidráulicas, espécies inadequadas e árvores em risco de queda. Também deverão ser apresentadas soluções para a correção desses problemas, incluindo a substituição de espécies e a adoção de técnicas de manejo adequadas.

1.4. A empresa contratada deverá propor um cronograma de ações para a implantação e manutenção do PMAU, prevendo a realização de campanhas de conscientização ambiental e o envolvimento da população na execução das ações propostas. Serão realizadas audiências públicas e consultas populares para garantir a participação social na definição das diretrizes do plano.

1.5. O plano deverá estabelecer critérios técnicos para o plantio de novas árvores, a manutenção da arborização existente e a substituição de espécies inadequadas. A empresa contratada será responsável por fornecer treinamento técnico para a equipe municipal, garantindo a continuidade e a sustentabilidade das ações de manejo e manutenção.

1.6. A elaboração do PMAU será um instrumento estratégico para o planejamento urbano sustentável de Três Barras do Paraná, promovendo o equilíbrio ecológico, a valorização dos espaços públicos e a melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida da população.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A contratação envolve o levantamento quali-quantitativo da arborização urbana, **a fim de verificar a quantidade de árvores existentes**, visto que o Município não possui um inventário das árvores existentes. **A empresa deverá realizar a identificação e o georreferenciamento dos locais e espécies existentes, na sede do Município de Três Barras do Paraná, Distrito de Santo Izidoro, Distrito de Barra Bonita e Distrito de Alto Alegre.**

2.2. O diagnóstico incluirá a análise fitossanitária, a identificação de espécies e a avaliação de riscos de queda. Serão elaborados mapas temáticos para subsidiar o planejamento da arborização.

2.3. O plano deverá prever o quantitativo necessário para plantio em áreas carentes de cobertura vegetal. Serão definidas diretrizes para a manutenção periódica e a substituição de espécies inadequadas.

2.4. Serão realizados encontros técnicos com a equipe municipal para orientação sobre as melhores práticas de manejo e manutenção. A empresa também deverá elaborar um plano de capacitação para os servidores municipais.

2.5. Por fim, será entregue um relatório técnico detalhado com o diagnóstico, mapeamento, plano de ação e diretrizes para manutenção e expansão da arborização urbana.

2.6. O valor estimado da contratação é de R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais), com as seguintes especificações técnicas:

LOTE	QTDE	UNIDADE	SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01	SERVIÇO	ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.	R$ 75.500,00	R$ 75.500,00
				TOTAL	**R$ 75.500,00**

2.7. Estão incluídos no valor estimado os custos com tecnologia de coleta de dados, como o uso de drones e softwares de análise geoespacial. Esses recursos permitirão maior precisão na definição das áreas de risco e na elaboração dos mapas temáticos.

2.8. O valor estimado também contempla a realização de audiências públicas e campanhas de conscientização, assegurando o envolvimento da população na elaboração e execução do PMAU.

A capacitação da equipe municipal para a manutenção e o manejo da arborização também está prevista no valor contratado.

2.9. A execução dos serviços será acompanhada por uma comissão técnica designada pela administração municipal, que será responsável por validar os serviços prestados e garantir que o plano esteja em conformidade com o termo de referência e com as diretrizes ambientais e urbanísticas vigentes.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A presente contratação está fundamentada na **Lei Federal nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos), que estabelece os princípios da legalidade, eficiência, moralidade e economicidade na contratação de serviços públicos. A elaboração do PMAU atende à necessidade de planejamento e ordenamento da arborização urbana, conforme determina o **Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).**

3.2. A arborização urbana é um componente essencial para a sustentabilidade ambiental e o equilíbrio ecológico das cidades. A ausência de um plano estruturado tem resultado em conflitos com a infraestrutura urbana, queda de árvores, espécies inadequadas e baixa cobertura vegetal em áreas urbanas.

3.3. A contratação é justificada pela necessidade de garantir a conformidade do município com as diretrizes de planejamento ambiental e urbanístico estabelecidas pelos órgãos ambientais estaduais e federais. A elaboração de um plano técnico permitirá que o município atenda às exigências para obtenção de licenças ambientais e para execução de obras de infraestrutura.

3.4. A gestão adequada da arborização urbana também é essencial para a preservação da biodiversidade, a melhoria da qualidade do ar e o conforto térmico. A elaboração de um plano técnico permitirá que o município promova ações de manejo preventivo, reduzindo os riscos de queda de árvores e os danos à infraestrutura urbana.

3.5. A contratação também permitirá a definição de critérios técnicos para o plantio e a substituição de espécies, assegurando que a arborização urbana esteja alinhada com as características ambientais e climáticas do município. A elaboração de um plano técnico integrado promoverá a valorização dos espaços públicos e a qualidade de vida da população.

3.6. Portanto, a elaboração do PMAU é uma medida estratégica para a gestão ambiental e urbanística de Três Barras do Paraná, promovendo a sustentabilidade e a valorização do espaço urbano.

4. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS– ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. Os serviços serão prestados em **Três Barras do Paraná** e nos Distritos de Santo Izidoro, Barra Bonita e Alto Alegre. As áreas incluídas no plano abrangem ruas, praças, parques e demais espaços públicos sob gestão da administração municipal.

4.2. As áreas destinadas ao plantio de novas árvores serão identificadas com base na análise das condições ambientais e na infraestrutura urbana existente. A empresa contratada será responsável por mapear e definir os locais mais adequados para o plantio e a manutenção das espécies.

4.3. O diagnóstico incluirá a avaliação da infraestrutura urbana, como redes de energia elétrica, abastecimento de água, esgoto e pavimentação. Serão definidos critérios para evitar conflitos entre as árvores e a infraestrutura pública e privada.

4.4. A empresa contratada deverá garantir que os serviços sejam executados sem interferência nas atividades cotidianas da população. Eventuais interrupções em vias públicas deverão ser previamente comunicadas e autorizadas pela administração municipal.

4.5. Por fim, a empresa contratada deverá fornecer um relatório técnico detalhado contendo a localização georreferenciada das árvores, a análise fitossanitária, a definição de espécies recomendadas e um plano de manejo preventivo e corretivo para a manutenção da arborização urbana.

5. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. O prazo de validade do contrato será de **12 (doze) meses** a partir da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e autorizado pela administração municipal, conforme prevê a **Lei nº 14.133/2021**.

5.2. O prazo para execução dos serviços será de 06 (seis) meses, contados do recebimento da ordem de serviço.

5.3. O prazo de execução foi definido com base na complexidade dos serviços a serem executados e na necessidade de garantir tempo suficiente para a elaboração detalhada do plano e o acompanhamento das primeiras etapas de implantação. A elaboração do plano envolve diferentes fases, como o levantamento de campo, a análise técnica e a definição de diretrizes, o que demanda um prazo razoável para execução.

5.4. A possibilidade de prorrogação do contrato permitirá que a empresa contratada continue prestando suporte técnico para a implementação inicial do plano, assegurando a correta execução das diretrizes estabelecidas. A continuidade do suporte técnico é essencial para garantir que o plano seja implementado de acordo com os parâmetros técnicos definidos.

5.5. Durante a vigência do contrato, a empresa contratada deverá fornecer relatórios periódicos sobre o andamento dos serviços, conforme cronograma estabelecido no termo de referência. Os

relatórios deverão detalhar as atividades executadas, os resultados obtidos e eventuais ajustes necessários no planejamento do PMAU.

5.6. A administração municipal reserva-se o direito de rescindir o contrato em caso de descumprimento dos prazos ou de falhas na execução dos serviços, sem prejuízo das sanções administrativas e legais aplicáveis.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta consiste na elaboração de um **Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU)** que contemple o diagnóstico detalhado da arborização urbana, o mapeamento georreferenciado, a análise de riscos e a definição de diretrizes para o plantio e o manejo das árvores urbanas. A empresa contratada será responsável por todas as etapas de execução, desde o levantamento inicial até a entrega do relatório técnico final.

6.2. O diagnóstico quali-quantitativo será realizado com o uso de tecnologia de ponta, como drones e softwares de georreferenciamento, permitindo uma análise precisa da cobertura arbórea e das condições ambientais do município. A empresa contratada deverá identificar as espécies existentes, o estado fitossanitário das árvores e os conflitos com a infraestrutura urbana.

6.3. O plano incluirá a definição de critérios técnicos para o plantio de novas árvores, considerando o porte das espécies, o espaço disponível, o tipo de solo e as condições climáticas do município. Serão definidas estratégias para evitar conflitos com redes elétricas, hidráulicas e de telefonia, assegurando a segurança e a funcionalidade da infraestrutura urbana.

6.4. O PMAU também contemplará diretrizes para a manutenção preventiva e corretiva da arborização urbana. Serão estabelecidos parâmetros para a poda, o manejo fitossanitário e a substituição de espécies inadequadas ou em risco de queda. A empresa contratada deverá propor um cronograma de manutenção para garantir a sustentabilidade das ações.

6.5. A participação da população será um componente essencial do plano. Serão realizadas audiências públicas e consultas populares para garantir que as diretrizes de arborização estejam alinhadas às expectativas e necessidades da comunidade. A percepção da população sobre a arborização urbana será considerada na definição das diretrizes técnicas.

6.6. Por fim, o plano incluirá um plano de ação detalhado para a implementação das diretrizes de arborização, definindo responsabilidades, prazos e recursos necessários. O relatório técnico final deverá conter mapas georreferenciados, tabelas analíticas e orientações técnicas para a execução e manutenção da arborização urbana.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais para a execução dos serviços:

7.1.1. Registro profissional – A empresa deverá estar devidamente registrada nos conselhos profissionais competentes (CREA ou CRBIO), com regularidade cadastral e fiscal comprovada.

7.1.2. Equipe técnica especializada – A empresa deverá contar com uma equipe composta por profissionais de nível superior, incluindo engenheiro florestal, engenheiro agrônomo ou biólogo, com experiência comprovada em elaboração de planos de arborização urbana.

7.1.3. Metodologia técnica detalhada – A empresa deverá apresentar uma metodologia clara para o levantamento quali-quantitativo, o mapeamento georreferenciado, a análise de riscos e a definição das diretrizes técnicas.

7.1.4. Capacitação técnica – A empresa deverá oferecer treinamento técnico para os profissionais da administração municipal, assegurando que a equipe esteja preparada para executar e manter o plano após a sua conclusão.

7.1.5. Tecnologia de ponta – A empresa deverá utilizar drones e softwares de análise geoespacial para a elaboração dos mapas temáticos e para o georreferenciamento das árvores existentes e das áreas de plantio.

7.1.6. Garantia técnica – A empresa deverá fornecer garantia técnica sobre a qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se por eventuais falhas ou inconsistências no relatório técnico final.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa contratada deverá comprovar a sua qualificação técnica mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.1.1. Atestados de capacidade técnica – Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos públicos ou privados, que comprovem a execução de serviços semelhantes ao objeto deste termo de referência (Elaboração de Plano Municipal de Arborização)

8.1.2. Composição da equipe técnica – Deverá ser apresentada a relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica, responsável técnico e o registro profissional nos conselhos competentes.

8.1.3. Metodologia técnica – Deverá ser apresentada uma proposta metodológica detalhada para execução do plano, incluindo cronograma de atividades, metodologia de análise e critérios de avaliação dos resultados.

8.1.4. Infraestrutura técnica – A empresa deverá comprovar que dispõe de infraestrutura adequada para a execução dos serviços, incluindo equipamentos de campo, softwares de análise geoespacial e drones caso necessário.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. A execução do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) de Três Barras do Paraná será realizada conforme manual disponibilizado pelo MPPR, assegurando que todas as fases do projeto estejam alinhadas às diretrizes técnicas estabelecidas no **Manual de Arborização Urbana Ed. 02.** A empresa contratada será responsável pela execução completa das atividades, desde o levantamento inicial até a entrega do relatório técnico final e a capacitação da equipe municipal.

ELEMENTOS EXTERNOS		Capa		Obrigatório
		Contracapa		Obrigatório
ELEMENTOS INTERNOS	**ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS**	Lista de figuras		Opcional
		Lista de tabelas e/ou quadros		Opcional
		Lista de abreviaturas e siglas		Opcional
		Lista de símbolos		Opcional
		Sumário		Obrigatório
	ELEMENTOS TEXTUAIS OU CONTEÚDO DO PLANO	Introdução	Histórico Importância Objetivo(s)	Obrigatório
		Caracterização do Município		Obrigatório
		Diagnóstico da Arborização Urbana do município	Levantamento Características Problemas	Obrigatório
		Planejamento da Arborização Urbana	Critérios - Espécies Critérios - Locais Espaçamento/distância Indicação dos locais	Obrigatório
		Implantação da Arborização Urbana	Características - mudas Produção de mudas Procedimentos - plantios Campanha/Conscientização	Obrigatório
		Manutenção da Arborização Urbana	Poda Remoção/substituição Outras práticas	Obrigatório
		Monitoramento da Arborização Urbana		Obrigatório
		Gestão da Arborização Urbana		Obrigatório
		Informações Finais		Obrigatório
	ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS	Referências		Obrigatório
		Anexos		Opcional

9.1.1. Diagnóstico e levantamento quali-quantitativo

9.1.1.1. A primeira etapa consistirá na realização de um levantamento quali-quantitativo da arborização urbana existente. A empresa contratada deverá catalogar e georreferenciar todas as árvores localizadas em ruas, praças e demais espaços públicos, utilizando equipamentos e softwares de georreferenciamento para garantir precisão nos dados coletados. Serão levantadas informações detalhadas, incluindo o nome popular e científico das espécies, o estado fitossanitário das árvores, o diâmetro à altura do peito (DAP), a altura da copa, o raio de projeção da copa e a condição estrutural das árvores.

9.1.1.2. A análise quali-quantitativa também contemplará a identificação de espécies exóticas invasoras, espécies tóxicas ou inadequadas para o ambiente urbano e árvores com risco de queda. A empresa deverá coletar dados sobre conflitos entre a arborização e a infraestrutura urbana, como redes elétricas, hidráulicas, telefônicas e de esgoto. Serão elaboradas fichas técnicas individuais para cada árvore inventariada, com registros fotográficos e anotações sobre as condições ambientais locais.

9.1.2. Mapeamento georreferenciado e análise técnica

9.1.2.1. Após o levantamento inicial, será elaborado um **mapa georreferenciado** detalhado, contendo a localização precisa de todas as árvores catalogadas. O mapeamento deverá ser apresentado em formato digital compatível com sistemas de informação geográfica (SIG) e em planta gráfica impressa. O mapa deverá incluir a identificação de áreas com baixa cobertura arbórea, áreas de risco de queda e locais com potencial para plantio de novas árvores.

9.1.2.2. A análise técnica incluirá a avaliação de risco de queda das árvores, considerando fatores como inclinação do tronco, presença de cavidades, apodrecimento, ataques de pragas e doenças. Para árvores com DAP acima de 30 cm e sinais de risco estrutural, a empresa deverá realizar testes específicos com equipamentos apropriados, como resistógrafos e tomógrafos de madeira, conforme as diretrizes técnicas do **Manual de Arborização Urbana**.

9.1.3. Definição de diretrizes para o plantio e manejo

9.1.3.1. Com base no diagnóstico e no mapeamento, serão definidas diretrizes técnicas para o plantio, manejo e manutenção da arborização urbana. A seleção de espécies para plantio deverá considerar critérios como a adaptabilidade ao clima e ao solo local, o porte das árvores, o formato da copa e a interferência com redes aéreas e subterrâneas.

9.1.3.2. Serão estabelecidas distâncias mínimas entre as árvores e a infraestrutura urbana, respeitando as diretrizes técnicas para espaçamento em calçadas, canteiros centrais e praças. Para espécies de grande porte, será recomendada a instalação de proteção nas raízes e a utilização de grades ou pavimentos permeáveis para permitir a infiltração de água.

9.1.3.3. A empresa também deverá definir as práticas de manejo a serem adotadas para garantir a saúde e a estabilidade das árvores. Serão estabelecidas diretrizes para podas de formação, podas de limpeza e podas de segurança, seguindo os critérios

técnicos apresentados no **Manual de Arborização Urbana**. Para árvores em risco de queda, será definida a necessidade de remoção e substituição por espécies adequadas.

9.1.4. Plano de expansão da arborização urbana

9.1.4.1. A empresa contratada deverá elaborar um plano estratégico para a expansão da cobertura arbórea em áreas carentes de arborização. Serão identificados os locais prioritários para o plantio, considerando critérios como densidade populacional, índices de calor, áreas de lazer e locais de grande circulação de pedestres.

9.1.4.2. O plano de expansão deverá contemplar a definição de espécies adequadas para cada tipo de ambiente urbano, priorizando espécies nativas e adaptadas ao clima local. Também será definida a técnica de plantio mais apropriada para cada tipo de solo, incluindo o preparo das covas, a utilização de adubos orgânicos e a instalação de tutores para garantir a estabilidade inicial das mudas.

9.1.4.3. Para garantir o sucesso do plantio, a empresa deverá propor um cronograma de monitoramento das mudas nos primeiros dois anos após o plantio, incluindo a reposição de mudas que não sobreviverem e a realização de podas de formação para corrigir falhas estruturais no crescimento das árvores.

9.1.5. Campanha de conscientização e participação social

9.1.5.1. Será elaborada uma campanha de conscientização e envolvimento da população na gestão da arborização urbana. A empresa contratada deverá organizar audiências públicas e consultas populares para apresentar os resultados do diagnóstico e as diretrizes para o manejo e o plantio.

9.1.5.2. Serão desenvolvidos materiais educativos, como cartilhas e vídeos, para informar a população sobre os benefícios da arborização urbana e as melhores práticas para conservação das árvores. A empresa também deverá promover ações em escolas e centros comunitários para sensibilizar crianças e jovens sobre a importância da arborização urbana para a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico.

9.1.6. Capacitação técnica da equipe municipal

9.1.6.1. A empresa contratada deverá realizar a capacitação técnica dos profissionais da administração municipal responsáveis pela manutenção e manejo da arborização urbana. A capacitação deverá abordar temas como seleção de espécies, técnicas de plantio, manejo fitossanitário e planejamento para podas e remoção de árvores.

9.1.6.2. Serão realizadas oficinas práticas para demonstrar o uso de equipamentos de corte, técnicas de poda e avaliação de riscos de queda. A empresa também deverá

fornecer manuais técnicos e orientações detalhadas sobre as melhores práticas para o manejo e a conservação das árvores urbanas.

9.1.7. Monitoramento e avaliação dos resultados

9.1.7.1. Após a execução das ações previstas no plano, a empresa contratada deverá realizar o monitoramento contínuo das árvores plantadas e da arborização urbana existente. O monitoramento incluirá a avaliação do crescimento das mudas, a identificação de pragas e doenças e a necessidade de podas ou substituição de árvores.

9.1.7.2. A empresa deverá fornecer relatórios periódicos detalhando os resultados obtidos, as dificuldades encontradas e as medidas corretivas adotadas. O monitoramento permitirá ajustes na execução do plano e a definição de estratégias para a manutenção a longo prazo da arborização urbana.

9.1.8. Entrega e validação do relatório técnico final

9.1.8.1. A etapa final consistirá na entrega de um relatório técnico detalhado contendo todas as informações levantadas e analisadas durante a execução do plano. O relatório deverá conter mapas temáticos, gráficos analíticos, tabelas e fotografias das áreas inventariadas e das ações executadas.

9.1.8.2. O relatório final será validado pela administração municipal e pela equipe técnica responsável pelo acompanhamento dos serviços. Eventuais inconsistências ou falhas técnicas deverão ser corrigidas pela empresa contratada antes da aprovação final.

9.1.8.3. Não poderão ser incluídas a logomarca e a razão empresarial correspondente da empresa, seja na capa ou nas demais páginas do documento, por se tratar de um documento oficial da Prefeitura Municipal.

9.1.9. Garantia técnica e responsabilidade pós-entrega

9.1.9.1. A empresa contratada será responsável por garantir a qualidade dos serviços prestados durante um período de **12 meses** após a entrega do relatório técnico final. Durante esse período, a empresa deverá prestar suporte técnico para a resolução de eventuais falhas ou inconsistências nos dados e nas diretrizes estabelecidas.

9.1.10. Conclusão e encerramento do contrato

9.1.10.1. O contrato será encerrado após a validação do relatório técnico final e a conclusão das ações previstas no plano. A administração municipal emitirá um

parecer técnico atestando a conformidade dos serviços prestados com o termo de referência e com as diretrizes estabelecidas no **Manual de Arborização Urbana**.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O pagamento pelos serviços prestados ocorrerá em **duas etapas**, de acordo com o cumprimento das fases definidas no contrato e após a validação dos serviços pela administração municipal. O pagamento será realizado mediante a apresentação de nota fiscal e do relatório técnico correspondente à fase concluída, acompanhado da aprovação da comissão técnica responsável pelo acompanhamento dos serviços.

10.3. A primeira parcela, correspondente a **30% (trinta por cento)** do valor total contratado, será paga após a entrega e validação do **Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU)**. A empresa contratada deverá apresentar um relatório técnico detalhado contendo o diagnóstico quali-quantitativo da arborização urbana, o mapeamento georreferenciado das árvores existentes e a definição das diretrizes técnicas para o manejo e o plantio de novas espécies.

10.3.1. A validação dessa primeira etapa será realizada pela comissão técnica designada pela administração municipal, que analisará o relatório técnico apresentado e verificará a conformidade dos serviços com os requisitos estabelecidos no termo de referência. Caso sejam identificadas inconsistências ou falhas técnicas, a empresa contratada será notificada para corrigir os problemas antes da liberação do pagamento.

10.4. A segunda parcela, correspondente a **70% (setenta por cento)** do valor total contratado, será paga **após a realização de audiência pública e todas as aprovações necessárias** pela administração municipal e pelos órgãos competentes. A empresa contratada deverá participar da audiência pública para apresentar os resultados obtidos e as diretrizes técnicas definidas no plano, respondendo a eventuais questionamentos e coletando sugestões da população e dos representantes locais.

10.4.1. Após a realização da audiência pública, a empresa contratada deverá consolidar as sugestões e ajustes necessários em um relatório final, que será submetido à análise e aprovação da comissão técnica. O relatório final deverá conter todas as informações levantadas e analisadas durante a execução do plano, incluindo mapas georreferenciados, análise de riscos, definição das diretrizes técnicas e plano de expansão da cobertura arbórea.

10.5. A validação da segunda etapa será realizada após a análise detalhada do relatório técnico final e a verificação do cumprimento das diretrizes estabelecidas no termo de referência. A aprovação da comissão técnica e a homologação dos resultados pela administração municipal serão requisitos obrigatórios para a liberação da segunda parcela do pagamento.

10.6. Caso sejam identificadas inconsistências ou falhas técnicas no relatório final, a empresa contratada será notificada para corrigir os problemas sem ônus adicional para o município, antes da liberação do pagamento. A comissão técnica será responsável por verificar se as correções foram implementadas de forma adequada e dentro dos parâmetros técnicos estabelecidos.

10.7. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária para a conta registrada em nome da empresa contratada, conforme os dados fornecidos no contrato. A empresa contratada será responsável por todas as obrigações fiscais e tributárias relacionadas à execução do contrato, sem ônus adicional para o município.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MENOR PREÇO GLOBAL.**

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. A estimativa de custos para a elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana foi baseada em levantamento de mercado realizado junto a fornecedores especializados e com ampla experiência no setor. O valor médio identificado para os serviços é de **R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais)**, sendo este considerado adequado às condições de mercado e ao orçamento disponível do município.

12.2.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

b) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. O **prazo para entrega do Plano Municipal de Arborização Urbana será de, 06 (seis) meses, contados a partir do recebimento da ordem de serviço**. Este prazo poderá ser prorrogado em casos excepcionais, mediante justificativa formal e aprovação da administração.

14.2. Os serviços deverão contemplar todas as fases dispostas neste Termo de Referência e seus anexos, devendo ser devidamente aprovado pelos órgãos e comissões responsáveis.

14.3. Em caso de descumprimento do prazo sem justificativa aceitável, poderão ser aplicadas penalidades previstas em contrato, incluindo multas ou até mesmo a rescisão contratual. O objetivo é assegurar a eficiência e a continuidade das operações do órgão contratante.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

e) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

f) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

g) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

f) A natureza e a gravidade da infração cometida;

g) As peculiaridades do caso concreto;

h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) CRISTIAN LUDWIG, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF N° 070.xxx.xxx-09.

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) ALICE CRISTIANE GUIMARÃES ZANCHETA, Engenheira Ambiental, CPF N° 104.xxx.xxx-67, fiscal titular;

b) MARLETE DAL MAGRO, Engenheira Agrônoma, CPF N° 502.xxx.xxx-15, fiscal titular.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do serviço realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço em XXXX, na cidade de XXX, telefone XXX, e-mail XXX, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. XXXX, portador do RG N° XX.XXX.XXX-XX, CPF sob N° XXX.XXX.XXX-XX, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anosem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município deTrês Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

REPRESENTANTE LEGAL

Carimbo e Assinatura

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° XXX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 22/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE CELEMBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E A EMPRESA XXX.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Pioneiros, 500, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o N° 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob N° XXX.XXX.XXX-XX e portador da Carteira de Identidade N° X.XXX.XXX-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por seus representantes legais, ao fim assinados, (QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL), doravante designada **CONTRATADA**;

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal nº 14.133/21, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO DO MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS**, em decorrência da Licitação Modalidade Pregão, forma Eletrônica N° XX/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS**.

PARAGRAFO SEGUNDO – A prestação dos serviços deverá atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025.

PARAGRAFO TERCEIRO - O Plano Municipal de Arborização Urbana deverá ser entregue em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025 e seus anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

PARAGRAFO QUINTO – O presente contrato seguirá o regime de execução

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo valor total de R$ X,XX (valor por extenso), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS SERVIPÇOS/PRODUTOS	VALOR TOTAL (R$)
01	01		

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 134 da Lei 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado conforme especificado no edital, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento do órgão solicitante;

b) Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 10.01.20.606.0015.2.041.3.3.90.39.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, POR PREÇO GLOBAL, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I), após Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega é de 06 (seis) meses, iniciando-se o prazo a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pela Secretaria Solicitante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias iniciando a partir da assinatura do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;

c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025, os encargos a seguir:

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025;

b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;

g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;

h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas,

coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO OITAVO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam designados como gestores deste contrato os seguintes:

a) Sr. CRISTIAN LUDWIG, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF N° 070.xxx.xxx-09.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) ALICE CRISTIANE GUIMARÃES ZANCHETA, Engenheira Ambiental, CPF N° 104.xxx.xxx-67, fiscal titular;

b) MARLETE DAL MAGRO, Engenheira Agrônoma, CPF N° 502.xxx.xxx-15, fiscal titular.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do serviço realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução dos serviços conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual

não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2025 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Local e data.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

PROCURADORIA JURÍDICA

Objeto: PARECER INICIAL

Repartição: Administração e Planejamento

A espécie: Pregão Eletrônico nº 022/2025.

Objeto: Contratação de empresa para elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana do município de Três Barras do Paraná e seus Distritos.

Prazo: vigência 12 meses e execução 180 (cento e oitenta) dias

Atendendo ao solicitado no memorando do sr. Prefeito Municipal, datado de 10/03/2025, segue a manifestação desta Assessoria sobre a necessidade de elaboração de procedimento licitatório para fins de ser aferida a regularidade dos atos praticados para a realização da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, que tem como objeto a Contratação de empresa para elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana do município de Três Barras do Paraná e seus Distritos.

Constam no processo administrativo físico:

I. Portaria de Nomeação de agentes de contratação
II. Documento de Formalização de Demanda
III. Estudo Técnico Preliminar
IV. Termo de Referência
V. Documentação da pesquisa de preços
VI. Despacho de encaminhamento do Prefeito Municipal
VII. Parecer Contábil e Financeiro
VIII. Minuta do Edital e anexos
IX. Manual Para Elaborado do Plano Municipal de Arborização Urbana, segunda edição, disponibilizada pelo MPPR

De se observar que todos os documentos acima se encontram encartados, todavia, não exatamente nesta ordem.

Importante asseverar, inicialmente, que compete à Procuradoria-Geral, nos termos do art. 53 da Lei no 14.133, de 2021, realizar o controle prévio de legalidade do processo de contratação, pela análise da presença e da legalidade do conteúdo dos documentos essenciais para a realização da contratação pública, responsabilizando-se apenas o ordenador da despesa e os responsáveis pela contratação quanto à veracidade das informações contidas no processo, ressalvando, portanto, que todo procedimento deverá observar a legislação apontada no corpo deste parecer, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais.

No que tange à fase interna do processo de contratação, estão sendo aplicadas as disposições da Lei no 14.133/2021.

Quanto ao ETP, contempla-se todos os incisos obrigatórios de acordo com o Art. 18 da Lei 14.133/21.

O termo de referência, se encontra segundo o art. 6°, inciso XXIII.

Tendo em conta a ausência de dados desarrazoáveis, nos limites dos conhecimentos deste órgão consultivo, é oportuno registrar que a descrição técnica dos itens que compõem o objeto da presente contratação é de responsabilidade exclusiva do(s) subscritor(es) do documento - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Atendo-se às peculiaridades do objeto da presente contratação, vislumbra-se que o termo de referência prevê o prazo e as condições da execução contratual, havendo regras claras para os licitantes. O prazo de vigência do contrato, previsto no termo de referência, está de acordo com as disposições legais.

Deve-se ressaltar que os autos contêm toda a documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do Artigo 6°, inciso XXIII, alínea "J", da Lei N° 14.133/2021. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, conforme indicação nos autos.

Quanto à fiscalização da contratação, evidenciada a relação de Gestor e Fiscais da contratação, devendo ser dado conhecimento deste à eles.

A justificativa constante no termo de referência é suficiente para demonstrar o interesse público da realização da presente contratação.

Verifica-se que o Termo de Referência atende de maneira suficiente aos requisitos legais, pois fornece subsídios claros para que possam os interessados em participar do processo licitatório.

Consta, ainda, nos autos a documentação relativa à pesquisa de preços realizada, havendo o relatório de pesquisa confeccionado pela Secretaria Municipal interessada, com a metodologia adotada, atendendo o art. 23, inciso IV. Entendendo suficientes as informações contidas no processo.

No tocante à escolha da modalidade pregão, através de contratação de empresa, os fundamentos estão assentados em dois fatores:

I) a possibilidade jurídica de caracterização do objeto da licitação como um serviço comum; e

II) a necessidade de se contratar aquele que oferece o menor valor pelo serviço, dentro dos parâmetros objetivamente fixados no processo de licitação.

Considerando-se que o presente certame adotou o formato eletrônico e tendo em vista que a regra é justamente essa, não há outras considerações a serem apontadas nesta rubrica.

A estimativa para a contratação resulta no valor de R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais).

O critério de julgamento da licitação adotado é o menor preço global, o que de outra forma, por se tratar de Plano de Arborização uma única empresa deverá elaborar o diagnostico, planejamento, implantação e monitoramento do plano, caso

contrário, se tornaria dispendioso a confecção de vários contratos, o que poderia acarretar atrasos na execução dos serviços.

A documentação exigida na minuta do Edital está adequada ao objeto da contratação. Além disso, vislumbra-se que há a exigência de qualificação técnica-profissional, sendo exigido atestado de capacidade técnica, registro de responsável técnico junto ao respectivo Conselho, Certificado de Registro da Licitante no conselho competente, e Acervo Técnico-Profissional (CAT).

No mais, verifica-se que foram preenchidos os requisitos essenciais determinados pela Lei nº 14.133/2021.

Percebe-se adequada a minuta do contrato anexa ao edital, sendo que prevê as cláusulas essenciais dispostas no Art. 92 da Lei 14.133/21.

De se observar que tal demanda visa atender determinação oriunda do Ministério Público do Estado do Paraná.

Por fim, assim entender Vossa Senhoria o Prefeito Municipal, para apreciação e autorização, ou não, nos termos da Lei nº 14.133/2021, acerca de todo o aqui referido, e entendendo necessário, remeta-se à Controladoria Interna para análise.

S.M.J.. É o parecer.

Três Barras do Paraná, 11 de março de 2025

Marcos Antonio Fernandes
OAB/PR 21.238

ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 11 de março de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**
Para: **Departamento de Licitações**

Considerando as informações e os pareceres contidos no presente processo, **AUTORIZO o PROCESSO LICITATÓRIO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei N° 14.133/2021, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS.**

Solicito ainda, após autuação, que promova as formalidades necessárias à contratação, incluindo todas as publicidades dos atos conforme exigências da legislação vigente.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

TERMO DE INDICAÇÃO E CIÊNCIA DE FISCAL DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Eu, GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, indico os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato/Ata de Registro de Preços disposto do Procedimento Licitatório com o objetivo de realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS**, resultantes do Processo Administrativo N° 22/2025.

FISCAL TITULAR: ALICE CRISTIANE GUIMARÃES ZANCHETA, Engenheira Ambiental, CPF N° 104.xxx.xxx-67, fiscal titular;

FISCAL SUPLENTE: MARLETE DAL MAGRO, Engenheira Agrônoma, CPF N° 502.xxx.xxx-15, fiscal suplente.

Ficam cientes os fiscais designados para zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Lei N° 14133/2021, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) Recusar os serviços/produtos executados/entregues em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Na ausência do fiscal titular designado, fica o suplente responsável pela condução das atividades descritas neste termo.

Três Barras do Paraná, 11 de março de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ALICE CRISTIANE GUIMARÃES ZANCHETA
Fiscal Titular

MARLETE DAL MAGRO
Fiscal suplente

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

DECRETO nº 6092/2024
DATA: 11/12/2024

PUBLICADO EM:
12/12/2024
Jornal AMP
Página 447
Edição 3172
Karine
Ass. Responsável

SÚMULA: Altera os artigos 2º e 3º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 2º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

".....**Art. 2º**. Ficam nomeados, para compor a Comissão de Contratação, os seguintes agentes públicos:
I-Vanessa Macagnan Acunha Oenning CPF 068.xxx.xxx-81 (Pregoeira)
II-Luana Cristina Reffatti CPF nº 826.xxx.xxx-30
III-Carlos Sniezko CPF nº 925.xxx.xxx-68;
IV – Karine Fernanda Skorupa CPF nº 089.xxx.xxx-76 (suplente)
V- Fabiane Zancanaro CPF nº 060.xxx.xxx-60 (suplente)

Art. 2º. O artigo 3º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

"..... **Art. 3º.** Ficam nomeados, para licitações que envolvam bens e serviços comuns, como agente de contratação, os empregados (servidores efetivos), pertencente ao quadro permanente da Administração Pública:
I - Vanessa Macagnan Acunha Oenning CPF 068.xxx.xxx-81
II - Carlos Sniezko CPF nº 925.xxx.xxx-68;

Art. 3º. Ratificam-se as demais disposições do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná/PR, em 11 de dezembro de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GOVERNO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 31/03/2025 – 09:00 horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: SIM

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 22/2025

TIPO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS.**

1.2. O recebimento das propostas será até às **08 HORAS DO DIA 31 DE MARÇO DE 2025.**

1.3. A abertura das propostas terá início às **08H01M HORAS DO DIA 31 DE MARÇO DE 2025.**

1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às **09 HORAS DO DIA 31 DE MARÇO DE 2025.**

1.5. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.6.1. O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.

1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

1.8. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º do Artigo 17º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.8.1. O sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

1.9. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro designado pelo Município de Três Barras do Paraná, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações Públicas" consoante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Os produtos a serem entregues deverão atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes no Termo de Referência.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

a) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

c) Decretos Municipais N° 5478 e 5479 de 30 de agosto de 2023;

d) Decretos Municipais N° 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

e) Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. A participação no pregão na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.

5.4. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).

5.5. Da aplicação da Lei Complementar N° 123/2006 e atualizações posteriores.

5.5.1. O item desta licitação é de participação **EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE,** conforme inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar Municipal N° 05/2023, pois os itens de contratação não ultrapassam o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

5.5.1.1. Estas empresas devem estar legalmente constituídas e enquadradas no regime de **MICROEMPRESA e/ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** qualificada como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar n° 123/2006, e desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

5.6. É vedada a participação de:

5.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.6.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.6.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.6.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.6.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.6.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR;

5.6.11. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.7. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bll.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.2. Para poder participar do certame e usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido pra MEI), deverão identificar o seu enquadramento, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.3.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.

7.3.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL-Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.3.5. O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.3.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, após encerrada a etapa de lances, no prazo de 02 (duas) horas, mediante convocação da Pregoeira, **APRESENTAR PROPOSTA AJUSTADA JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** com a descrição do objeto ofertado e o preço.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor Unitário;

b) Marca/Modelo.

9.1.1. Caso a marca possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Administração Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.4. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.

10.4.1. Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **GLOBAL**.

10.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo aos licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.

10.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos) e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, sem prol da consecução do melhor preço.

10.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.

10.23. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL** conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.25.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

10.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 59, 60 e 61 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

11.2. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 59, da Lei nº 114.133/2021.

11.2.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

11.2.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do item V parágrafo 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

11.2.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

11.2.2.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

11.2.2.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

11.2.2.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

11.2.2.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

11.2.2.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.2.3. No caso de bens e serviços em geral, é **indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, sendo que a inexequibilidade só será considerada após a diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da proposta, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

11.2.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser

reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.3. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5. Se a proposta o lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.7. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.7.1. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.8. Nos itens de ampla concorrência, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá uma nova verificação pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observando o disposto neste edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar

do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) *(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx)*.

12.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

12.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.6. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.6.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.7. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

12.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

12.7.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.7.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

12.7.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.7.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

12.8. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

12.9. A Qualificação Técnico Operacional/Profissional exigirá a apresentação do seguinte documento, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

12.9.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido (s) em favor da proponente (empresa licitante) que comprove ter fornecido para pessoa jurídica de direito público ou privado, produtos/serviços iguais ou compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do (s) atestador (es), ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a (s) pessoa (s) declarante (s);

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
Elaboração do Plano de Arborização Urbana	Sem quantitativo mínimo

12.9.1.1. O atestado apresentado para a comprovação da capacidade técnica somente constituirá prova de capacitação se acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico, ou ART ou RRT, emitido pelo CREA e/ou pelo CRBIO.

12.9.2. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional de Biologia CRBIO, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

12.9.2.1. Em se tratando de empresa não registrada no CREA e/ou CRBIO do Estado do Paraná, deverá apresentar o registro no Conselho Competente do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do Conselho do Paraná antes da assinatura do contrato.

12.9.3. Declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução dos serviços até o seu recebimento definitivo pelo licitador, a declaração a ser apresentada poderá ser elaborada de livre escolha;

12.9.3.1. O responsável indicado, para fins de comprovação da capacitação, deverá participar da obra objeto da licitação.

12.9.4. Certificado de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico indicado pela licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho Regional de Biologia (CRBIO), dentro de seu prazo de validade;

12.9.4.1. Em se tratando de profissional não registrado no CREA e/ou CRBIO do Estado do Paraná, deverá apresentar o registro no Conselho Competente do Estado de origem, ficando o responsável técnico obrigado a apresentar o visto do Conselho do Paraná antes da assinatura do contrato.

12.9.5. Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT do responsável técnico indicado, emitido pelo CREA/CAU e/ou CRBIO, referente à execução de atividade pertinente e compatível, de semelhante complexidade tecnológica operacional, com o objeto desta licitação, **comprovação de Execução Plano de Arborização Urbana;**

12.10. Deverá ainda, apresentar as seguintes declarações:

12.10.1. Declaração Conjunta - **ANEXO II** deste Edital.

12.11. As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos a habilitação, declaração (modelo livre) assinada pelo contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena de perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

12.12. A existência de restrição relativamente a regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange a regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.14.1 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.15. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

12.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite o não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto a intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para que querendo, apresentarem suas contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º da Lei nº 14.133/21).

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1°, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.

16.1.1. Se houver recurso (s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao (s) vencedor (es) e à homologação do resultado do Pregão.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N° 14.133/2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Municipal.

17.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item *"17.2."*, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.4.1. A regra estabelecida no Item *"17.4."* não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

17.5. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do TITULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – da Lei Federal 14.133/2021.

17.6. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte do vencedor da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Artigo 137, incisos I ao IX da Lei N° 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no mesmo diploma legal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O licitante vencedor deverá entregar os produtos/serviços objeto desta licitação de acordo com as necessidades da administração pública, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I).

18.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

18.1.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

18.1.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade, principalmente o Termo de Referência (ANEXO I).

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da

Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;

b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista.

19.2. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o prestador de serviços contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

19.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma financeiro disposto no Termo de Referência, sendo:

a) 30% - Referente a primeira parcela;

b) 70% - Referente a segunda parcela.

20. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

20.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

20.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

20.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

20.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

20.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

20.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

20.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

20.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

20.2. São obrigações do Fornecedor.

20.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

20.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que

totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;

20.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

20.2.4.1. Substituir no prazo de 02 (dois) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

20.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

20.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de Três Barras do Paraná.

20.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

20.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

20.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

20.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

20.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

20.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

20.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

20.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

20.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da

espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

20.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

20.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

20.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 20.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de Três Barras do Paraná.

20.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

20.5.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

20.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná.

20.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

21. PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. A empresa licitante vencedora **deverá prestar os serviços no prazo estabelecido no Termo de Referência.**

22. PREÇO MÁXIMO

22.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados no Termo de Referência (ANEXO I), sendo que o valor total do investimento soma a importância de **R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais).**

22.2. Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

22.3. O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

22.4. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

23.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

23.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

23.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave,

e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

23.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

23.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2." não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

23.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

24.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

24.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao Pregoeiro/Agente de Contratação, **exclusivamente** protocolado no Sistema BLL, dentro dos prazos previstos.

24.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

24.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital.

24.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

25.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

25.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

26. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

26.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

26.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) CRISTIAN LUDWIG, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF N° 070.xxx.xxx-09.

26.1.2. Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) ALICE CRISTIANE GUIMARÃES ZANCHETA, Engenheira Ambiental, CPF N°

104.xxx.xxx-67, fiscal titular;

b) MARLETE DAL MAGRO, Engenheira Agrônoma, CPF N° 502.xxx.xxx-15, fiscal suplente.

26.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

26.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

26.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

26.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

26.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

26.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento

apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.3. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

27.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

27.9. Não cabe à Licitanet qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.10. O pregoeiro e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, para maiores esclarecimentos.

27.11. Os usuários dos sistemas de que trata o §2º do artigo 5º do Decreto Federal nº 10.024/2019, poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

27.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente em vigência.

28. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas/PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I - Termo de Referência;

b) ANEXO II - Modelo de Declaração Conjunta;

c) ANEXO III - Minuta Contrato Administrativo de Prestação de Serviços;

Três Barras do Paraná, 11 de março de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para a elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) do município de Três Barras do Paraná e seus distritos. A empresa contratada deverá realizar um levantamento técnico detalhado da situação atual da arborização urbana, propor diretrizes para o manejo e ampliação da cobertura vegetal e definir um plano estratégico para a manutenção e o desenvolvimento sustentável das áreas verdes urbanas.

1.2. A elaboração do PMAU deverá incluir o levantamento quali-quantitativo da arborização existente, o mapeamento georreferenciado das árvores, a análise de riscos de queda e o planejamento para o plantio e a manutenção das espécies. O plano deverá considerar as características ambientais, climáticas e socioeconômicas do município, assegurando a escolha de espécies adequadas e a compatibilização com a infraestrutura urbana.

1.3. O PMAU deverá contemplar um diagnóstico detalhado da situação atual da arborização urbana, identificando os principais problemas, como conflitos com redes elétricas e hidráulicas, espécies inadequadas e árvores em risco de queda. Também deverão ser apresentadas soluções para a correção desses problemas, incluindo a substituição de espécies e a adoção de técnicas de manejo adequadas.

1.4. A empresa contratada deverá propor um cronograma de ações para a implantação e manutenção do PMAU, prevendo a realização de campanhas de conscientização ambiental e o envolvimento da população na execução das ações propostas. Serão realizadas audiências públicas e consultas populares para garantir a participação social na definição das diretrizes do plano.

1.5. O plano deverá estabelecer critérios técnicos para o plantio de novas árvores, a manutenção da arborização existente e a substituição de espécies inadequadas. A empresa contratada será responsável por fornecer treinamento técnico para a equipe municipal, garantindo a continuidade e a sustentabilidade das ações de manejo e manutenção.

1.6. A elaboração do PMAU será um instrumento estratégico para o planejamento urbano sustentável de Três Barras do Paraná, promovendo o equilíbrio ecológico, a valorização dos espaços públicos e a melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida da população.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A contratação envolve o levantamento quali-quantitativo da arborização urbana, **a fim de verificar a quantidade de árvores existentes**, visto que o Município não possui um inventário das árvores existentes. **A empresa deverá realizar a identificação e o georreferenciamento dos locais e espécies existentes, na sede do Município de Três Barras do Paraná, Distrito de Santo Izidoro, Distrito de Barra Bonita e Distrito de Alto Alegre.**

2.2. O diagnóstico incluirá a análise fitossanitária, a identificação de espécies e a avaliação de riscos de queda. Serão elaborados mapas temáticos para subsidiar o planejamento da arborização.

2.3. O plano deverá prever o quantitativo necessário para plantio em áreas carentes de cobertura vegetal. Serão definidas diretrizes para a manutenção periódica e a substituição de espécies inadequadas.

2.4. Serão realizados encontros técnicos com a equipe municipal para orientação sobre as melhores práticas de manejo e manutenção. A empresa também deverá elaborar um plano de capacitação para os servidores municipais.

2.5. Por fim, será entregue um relatório técnico detalhado com o diagnóstico, mapeamento, plano de ação e diretrizes para manutenção e expansão da arborização urbana.

2.6. O valor estimado da contratação é de R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais), com as seguintes especificações técnicas:

LOTE	QTDE	UNIDADE	SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01	SERVIÇO	ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.	R$ 75.500,00	R$ 75.500,00
				TOTAL	**R$ 75.500,00**

2.7. Estão incluídos no valor estimado os custos com tecnologia de coleta de dados, como o uso de drones e softwares de análise geoespacial. Esses recursos permitirão maior precisão na definição das áreas de risco e na elaboração dos mapas temáticos.

2.8. O valor estimado também contempla a realização de audiências públicas e campanhas de conscientização, assegurando o envolvimento da população na elaboração e execução do PMAU.

A capacitação da equipe municipal para a manutenção e o manejo da arborização também está prevista no valor contratado.

2.9. A execução dos serviços será acompanhada por uma comissão técnica designada pela administração municipal, que será responsável por validar os serviços prestados e garantir que o plano esteja em conformidade com o termo de referência e com as diretrizes ambientais e urbanísticas vigentes.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A presente contratação está fundamentada na **Lei Federal nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos), que estabelece os princípios da legalidade, eficiência, moralidade e economicidade na contratação de serviços públicos. A elaboração do PMAU atende à necessidade de planejamento e ordenamento da arborização urbana, conforme determina o **Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).**

3.2. A arborização urbana é um componente essencial para a sustentabilidade ambiental e o equilíbrio ecológico das cidades. A ausência de um plano estruturado tem resultado em conflitos com a infraestrutura urbana, queda de árvores, espécies inadequadas e baixa cobertura vegetal em áreas urbanas.

3.3. A contratação é justificada pela necessidade de garantir a conformidade do município com as diretrizes de planejamento ambiental e urbanístico estabelecidas pelos órgãos ambientais estaduais e federais. A elaboração de um plano técnico permitirá que o município atenda às exigências para obtenção de licenças ambientais e para execução de obras de infraestrutura.

3.4. A gestão adequada da arborização urbana também é essencial para a preservação da biodiversidade, a melhoria da qualidade do ar e o conforto térmico. A elaboração de um plano técnico permitirá que o município promova ações de manejo preventivo, reduzindo os riscos de queda de árvores e os danos à infraestrutura urbana.

3.5. A contratação também permitirá a definição de critérios técnicos para o plantio e a substituição de espécies, assegurando que a arborização urbana esteja alinhada com as características ambientais e climáticas do município. A elaboração de um plano técnico integrado promoverá a valorização dos espaços públicos e a qualidade de vida da população.

3.6. Portanto, a elaboração do PMAU é uma medida estratégica para a gestão ambiental e urbanística de Três Barras do Paraná, promovendo a sustentabilidade e a valorização do espaço urbano.

4. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS– ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. Os serviços serão prestados em **Três Barras do Paraná** e nos Distritos de Santo Izidoro, Barra Bonita e Alto Alegre. As áreas incluídas no plano abrangem ruas, praças, parques e demais espaços públicos sob gestão da administração municipal.

4.2. As áreas destinadas ao plantio de novas árvores serão identificadas com base na análise das condições ambientais e na infraestrutura urbana existente. A empresa contratada será responsável por mapear e definir os locais mais adequados para o plantio e a manutenção das espécies.

4.3. O diagnóstico incluirá a avaliação da infraestrutura urbana, como redes de energia elétrica, abastecimento de água, esgoto e pavimentação. Serão definidos critérios para evitar conflitos entre as árvores e a infraestrutura pública e privada.

4.4. A empresa contratada deverá garantir que os serviços sejam executados sem interferência nas atividades cotidianas da população. Eventuais interrupções em vias públicas deverão ser previamente comunicadas e autorizadas pela administração municipal.

4.5. Por fim, a empresa contratada deverá fornecer um relatório técnico detalhado contendo a localização georreferenciada das árvores, a análise fitossanitária, a definição de espécies recomendadas e um plano de manejo preventivo e corretivo para a manutenção da arborização urbana.

5. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. O prazo de validade do contrato será de **12 (doze) meses** a partir da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e autorizado pela administração municipal, conforme prevê a **Lei nº 14.133/2021**.

5.2. O prazo para execução dos serviços será de 06 (seis) meses, contados do recebimento da ordem de serviço.

5.3. O prazo de execução foi definido com base na complexidade dos serviços a serem executados e na necessidade de garantir tempo suficiente para a elaboração detalhada do plano e o acompanhamento das primeiras etapas de implantação. A elaboração do plano envolve diferentes fases, como o levantamento de campo, a análise técnica e a definição de diretrizes, o que demanda um prazo razoável para execução.

5.4. A possibilidade de prorrogação do contrato permitirá que a empresa contratada continue prestando suporte técnico para a implementação inicial do plano, assegurando a correta execução das diretrizes estabelecidas. A continuidade do suporte técnico é essencial para garantir que o plano seja implementado de acordo com os parâmetros técnicos definidos.

5.5. Durante a vigência do contrato, a empresa contratada deverá fornecer relatórios periódicos sobre o andamento dos serviços, conforme cronograma estabelecido no termo de referência. Os

relatórios deverão detalhar as atividades executadas, os resultados obtidos e eventuais ajustes necessários no planejamento do PMAU.

5.6. A administração municipal reserva-se o direito de rescindir o contrato em caso de descumprimento dos prazos ou de falhas na execução dos serviços, sem prejuízo das sanções administrativas e legais aplicáveis.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta consiste na elaboração de um **Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU)** que contemple o diagnóstico detalhado da arborização urbana, o mapeamento georreferenciado, a análise de riscos e a definição de diretrizes para o plantio e o manejo das árvores urbanas. A empresa contratada será responsável por todas as etapas de execução, desde o levantamento inicial até a entrega do relatório técnico final.

6.2. O diagnóstico quali-quantitativo será realizado com o uso de tecnologia de ponta, como drones e softwares de georreferenciamento, permitindo uma análise precisa da cobertura arbórea e das condições ambientais do município. A empresa contratada deverá identificar as espécies existentes, o estado fitossanitário das árvores e os conflitos com a infraestrutura urbana.

6.3. O plano incluirá a definição de critérios técnicos para o plantio de novas árvores, considerando o porte das espécies, o espaço disponível, o tipo de solo e as condições climáticas do município. Serão definidas estratégias para evitar conflitos com redes elétricas, hidráulicas e de telefonia, assegurando a segurança e a funcionalidade da infraestrutura urbana.

6.4. O PMAU também contemplará diretrizes para a manutenção preventiva e corretiva da arborização urbana. Serão estabelecidos parâmetros para a poda, o manejo fitossanitário e a substituição de espécies inadequadas ou em risco de queda. A empresa contratada deverá propor um cronograma de manutenção para garantir a sustentabilidade das ações.

6.5. A participação da população será um componente essencial do plano. Serão realizadas audiências públicas e consultas populares para garantir que as diretrizes de arborização estejam alinhadas às expectativas e necessidades da comunidade. A percepção da população sobre a arborização urbana será considerada na definição das diretrizes técnicas.

6.6. Por fim, o plano incluirá um plano de ação detalhado para a implementação das diretrizes de arborização, definindo responsabilidades, prazos e recursos necessários. O relatório técnico final deverá conter mapas georreferenciados, tabelas analíticas e orientações técnicas para a execução e manutenção da arborização urbana.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais para a execução dos serviços:

7.1.1. Registro profissional – A empresa deverá estar devidamente registrada nos conselhos profissionais competentes (CREA ou CRBIO), com regularidade cadastral e fiscal comprovada.

7.1.2. Equipe técnica especializada – A empresa deverá contar com uma equipe composta por profissionais de nível superior, incluindo engenheiro florestal, engenheiro agrônomo ou biólogo, com experiência comprovada em elaboração de planos de arborização urbana.

7.1.3. Metodologia técnica detalhada – A empresa deverá apresentar uma metodologia clara para o levantamento quali-quantitativo, o mapeamento georreferenciado, a análise de riscos e a definição das diretrizes técnicas.

7.1.4. Capacitação técnica – A empresa deverá oferecer treinamento técnico para os profissionais da administração municipal, assegurando que a equipe esteja preparada para executar e manter o plano após a sua conclusão.

7.1.5. Tecnologia de ponta – A empresa deverá utilizar drones e softwares de análise geoespacial para a elaboração dos mapas temáticos e para o georreferenciamento das árvores existentes e das áreas de plantio.

7.1.6. Garantia técnica – A empresa deverá fornecer garantia técnica sobre a qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se por eventuais falhas ou inconsistências no relatório técnico final.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa contratada deverá comprovar a sua qualificação técnica mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.1.1. Atestados de capacidade técnica – Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos públicos ou privados, que comprovem a execução de serviços semelhantes ao objeto deste termo de referência (Elaboração de Plano Municipal de Arborização)

8.1.2. Composição da equipe técnica – Deverá ser apresentada a relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica, responsável técnico e o registro profissional nos conselhos competentes.

8.1.3. Metodologia técnica – Deverá ser apresentada uma proposta metodológica detalhada para execução do plano, incluindo cronograma de atividades, metodologia de análise e critérios de avaliação dos resultados.

8.1.4. Infraestrutura técnica – A empresa deverá comprovar que dispõe de infraestrutura adequada para a execução dos serviços, incluindo equipamentos de campo, softwares de análise geoespacial e drones caso necessário.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. A execução do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) de Três Barras do Paraná será realizada conforme manual disponibilizado pelo MPPR, assegurando que todas as fases do projeto estejam alinhadas às diretrizes técnicas estabelecidas no **Manual de Arborização Urbana Ed. 02.** A empresa contratada será responsável pela execução completa das atividades, desde o levantamento inicial até a entrega do relatório técnico final e a capacitação da equipe municipal.

ELEMENTOS EXTERNOS		Capa		Obrigatório
		Contracapa		Obrigatório
ELEMENTOS INTERNOS	**ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS**	Lista de figuras		Opcional
		Lista de tabelas e/ou quadros		Opcional
		Lista de abreviaturas e siglas		Opcional
		Lista de símbolos		Opcional
		Sumário		Obrigatório
	ELEMENTOS TEXTUAIS OU CONTEÚDO DO PLANO	Introdução	Histórico Importância Objetivo(s)	Obrigatório
		Caracterização do Município		Obrigatório
		Diagnóstico da Arborização Urbana do município	Levantamento Características Problemas	Obrigatório
		Planejamento da Arborização Urbana	Critérios - Espécies Critérios - Locais Espaçamento/distância Indicação dos locais	Obrigatório
		Implantação da Arborização Urbana	Características - mudas Produção de mudas Procedimentos - plantios Campanha/Conscientização	Obrigatório
		Manutenção da Arborização Urbana	Poda Remoção/substituição Outras práticas	Obrigatório
		Monitoramento da Arborização Urbana		Obrigatório
		Gestão da Arborização Urbana		Obrigatório
		Informações Finais		Obrigatório
	ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS	Referências		Obrigatório
		Anexos		Opcional

9.1.1. Diagnóstico e levantamento quali-quantitativo

9.1.1.1. A primeira etapa consistirá na realização de um levantamento quali-quantitativo da arborização urbana existente. A empresa contratada deverá catalogar e georreferenciar todas as árvores localizadas em ruas, praças e demais espaços públicos, utilizando equipamentos e softwares de georreferenciamento para garantir precisão nos dados coletados. Serão levantadas informações detalhadas, incluindo o nome popular e científico das espécies, o estado fitossanitário das árvores, o diâmetro à altura do peito (DAP), a altura da copa, o raio de projeção da copa e a condição estrutural das árvores.

9.1.1.2. A análise quali-quantitativa também contemplará a identificação de espécies exóticas invasoras, espécies tóxicas ou inadequadas para o ambiente urbano e árvores com risco de queda. A empresa deverá coletar dados sobre conflitos entre a arborização e a infraestrutura urbana, como redes elétricas, hidráulicas, telefônicas e de esgoto. Serão elaboradas fichas técnicas individuais para cada árvore inventariada, com registros fotográficos e anotações sobre as condições ambientais locais.

9.1.2. Mapeamento georreferenciado e análise técnica

9.1.2.1. Após o levantamento inicial, será elaborado um **mapa georreferenciado** detalhado, contendo a localização precisa de todas as árvores catalogadas. O mapeamento deverá ser apresentado em formato digital compatível com sistemas de informação geográfica (SIG) e em planta gráfica impressa. O mapa deverá incluir a identificação de áreas com baixa cobertura arbórea, áreas de risco de queda e locais com potencial para plantio de novas árvores.

9.1.2.2. A análise técnica incluirá a avaliação de risco de queda das árvores, considerando fatores como inclinação do tronco, presença de cavidades, apodrecimento, ataques de pragas e doenças. Para árvores com DAP acima de 30 cm e sinais de risco estrutural, a empresa deverá realizar testes específicos com equipamentos apropriados, como resistógrafos e tomógrafos de madeira, conforme as diretrizes técnicas do **Manual de Arborização Urbana**.

9.1.3. Definição de diretrizes para o plantio e manejo

9.1.3.1. Com base no diagnóstico e no mapeamento, serão definidas diretrizes técnicas para o plantio, manejo e manutenção da arborização urbana. A seleção de espécies para plantio deverá considerar critérios como a adaptabilidade ao clima e ao solo local, o porte das árvores, o formato da copa e a interferência com redes aéreas e subterrâneas.

9.1.3.2. Serão estabelecidas distâncias mínimas entre as árvores e a infraestrutura urbana, respeitando as diretrizes técnicas para espaçamento em calçadas, canteiros centrais e praças. Para espécies de grande porte, será recomendada a instalação de proteção nas raízes e a utilização de grades ou pavimentos permeáveis para permitir a infiltração de água.

9.1.3.3. A empresa também deverá definir as práticas de manejo a serem adotadas para garantir a saúde e a estabilidade das árvores. Serão estabelecidas diretrizes para podas de formação, podas de limpeza e podas de segurança, seguindo os critérios

técnicos apresentados no **Manual de Arborização Urbana**. Para árvores em risco de queda, será definida a necessidade de remoção e substituição por espécies adequadas.

9.1.4. Plano de expansão da arborização urbana

9.1.4.1. A empresa contratada deverá elaborar um plano estratégico para a expansão da cobertura arbórea em áreas carentes de arborização. Serão identificados os locais prioritários para o plantio, considerando critérios como densidade populacional, índices de calor, áreas de lazer e locais de grande circulação de pedestres.

9.1.4.2. O plano de expansão deverá contemplar a definição de espécies adequadas para cada tipo de ambiente urbano, priorizando espécies nativas e adaptadas ao clima local. Também será definida a técnica de plantio mais apropriada para cada tipo de solo, incluindo o preparo das covas, a utilização de adubos orgânicos e a instalação de tutores para garantir a estabilidade inicial das mudas.

9.1.4.3. Para garantir o sucesso do plantio, a empresa deverá propor um cronograma de monitoramento das mudas nos primeiros dois anos após o plantio, incluindo a reposição de mudas que não sobreviverem e a realização de podas de formação para corrigir falhas estruturais no crescimento das árvores.

9.1.5. Campanha de conscientização e participação social

9.1.5.1. Será elaborada uma campanha de conscientização e envolvimento da população na gestão da arborização urbana. A empresa contratada deverá organizar audiências públicas e consultas populares para apresentar os resultados do diagnóstico e as diretrizes para o manejo e o plantio.

9.1.5.2. Serão desenvolvidos materiais educativos, como cartilhas e vídeos, para informar a população sobre os benefícios da arborização urbana e as melhores práticas para conservação das árvores. A empresa também deverá promover ações em escolas e centros comunitários para sensibilizar crianças e jovens sobre a importância da arborização urbana para a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico.

9.1.6. Capacitação técnica da equipe municipal

9.1.6.1. A empresa contratada deverá realizar a capacitação técnica dos profissionais da administração municipal responsáveis pela manutenção e manejo da arborização urbana. A capacitação deverá abordar temas como seleção de espécies, técnicas de plantio, manejo fitossanitário e planejamento para podas e remoção de árvores.

9.1.6.2. Serão realizadas oficinas práticas para demonstrar o uso de equipamentos de corte, técnicas de poda e avaliação de riscos de queda. A empresa também deverá

fornecer manuais técnicos e orientações detalhadas sobre as melhores práticas para o manejo e a conservação das árvores urbanas.

9.1.7. Monitoramento e avaliação dos resultados

9.1.7.1. Após a execução das ações previstas no plano, a empresa contratada deverá realizar o monitoramento contínuo das árvores plantadas e da arborização urbana existente. O monitoramento incluirá a avaliação do crescimento das mudas, a identificação de pragas e doenças e a necessidade de podas ou substituição de árvores.

9.1.7.2. A empresa deverá fornecer relatórios periódicos detalhando os resultados obtidos, as dificuldades encontradas e as medidas corretivas adotadas. O monitoramento permitirá ajustes na execução do plano e a definição de estratégias para a manutenção a longo prazo da arborização urbana.

9.1.8. Entrega e validação do relatório técnico final

9.1.8.1. A etapa final consistirá na entrega de um relatório técnico detalhado contendo todas as informações levantadas e analisadas durante a execução do plano. O relatório deverá conter mapas temáticos, gráficos analíticos, tabelas e fotografias das áreas inventariadas e das ações executadas.

9.1.8.2. O relatório final será validado pela administração municipal e pela equipe técnica responsável pelo acompanhamento dos serviços. Eventuais inconsistências ou falhas técnicas deverão ser corrigidas pela empresa contratada antes da aprovação final.

9.1.8.3. Não poderão ser incluídas a logomarca e a razão empresarial correspondente da empresa, seja na capa ou nas demais páginas do documento, por se tratar de um documento oficial da Prefeitura Municipal.

9.1.9. Garantia técnica e responsabilidade pós-entrega

9.1.9.1. A empresa contratada será responsável por garantir a qualidade dos serviços prestados durante um período de **12 meses** após a entrega do relatório técnico final. Durante esse período, a empresa deverá prestar suporte técnico para a resolução de eventuais falhas ou inconsistências nos dados e nas diretrizes estabelecidas.

9.1.10. Conclusão e encerramento do contrato

9.1.10.1. O contrato será encerrado após a validação do relatório técnico final e a conclusão das ações previstas no plano. A administração municipal emitirá um

parecer técnico atestando a conformidade dos serviços prestados com o termo de referência e com as diretrizes estabelecidas no **Manual de Arborização Urbana**.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;

II - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2. O pagamento pelos serviços prestados ocorrerá em **duas etapas**, de acordo com o cumprimento das fases definidas no contrato e após a validação dos serviços pela administração municipal. O pagamento será realizado mediante a apresentação de nota fiscal e do relatório técnico correspondente à fase concluída, acompanhado da aprovação da comissão técnica responsável pelo acompanhamento dos serviços.

10.3. A primeira parcela, correspondente a **30% (trinta por cento)** do valor total contratado, será paga após a entrega e validação do **Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU)**. A empresa contratada deverá apresentar um relatório técnico detalhado contendo o diagnóstico quali-quantitativo da arborização urbana, o mapeamento georreferenciado das árvores existentes e a definição das diretrizes técnicas para o manejo e o plantio de novas espécies.

10.3.1. A validação dessa primeira etapa será realizada pela comissão técnica designada pela administração municipal, que analisará o relatório técnico apresentado e verificará a conformidade dos serviços com os requisitos estabelecidos no termo de referência. Caso sejam identificadas inconsistências ou falhas técnicas, a empresa contratada será notificada para corrigir os problemas antes da liberação do pagamento.

10.4. A segunda parcela, correspondente a **70% (setenta por cento)** do valor total contratado, será paga **após a realização de audiência pública e todas as aprovações necessárias** pela administração municipal e pelos órgãos competentes. A empresa contratada deverá participar da audiência pública para apresentar os resultados obtidos e as diretrizes técnicas definidas no plano, respondendo a eventuais questionamentos e coletando sugestões da população e dos representantes locais.

10.4.1. Após a realização da audiência pública, a empresa contratada deverá consolidar as sugestões e ajustes necessários em um relatório final, que será submetido à análise e aprovação da comissão técnica. O relatório final deverá conter todas as informações levantadas e analisadas durante a execução do plano, incluindo mapas georreferenciados, análise de riscos, definição das diretrizes técnicas e plano de expansão da cobertura arbórea.

10.5. A validação da segunda etapa será realizada após a análise detalhada do relatório técnico final e a verificação do cumprimento das diretrizes estabelecidas no termo de referência. A aprovação da comissão técnica e a homologação dos resultados pela administração municipal serão requisitos obrigatórios para a liberação da segunda parcela do pagamento.

10.6. Caso sejam identificadas inconsistências ou falhas técnicas no relatório final, a empresa contratada será notificada para corrigir os problemas sem ônus adicional para o município, antes da liberação do pagamento. A comissão técnica será responsável por verificar se as correções foram implementadas de forma adequada e dentro dos parâmetros técnicos estabelecidos.

10.7. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária para a conta registrada em nome da empresa contratada, conforme os dados fornecidos no contrato. A empresa contratada será responsável por todas as obrigações fiscais e tributárias relacionadas à execução do contrato, sem ônus adicional para o município.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MENOR PREÇO GLOBAL.**

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. A estimativa de custos para a elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana foi baseada em levantamento de mercado realizado junto a fornecedores especializados e com ampla experiência no setor. O valor médio identificado para os serviços é de **R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais)**, sendo este considerado adequado às condições de mercado e ao orçamento disponível do município.

12.2.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

b) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. O **prazo para entrega do Plano Municipal de Arborização Urbana será de, 06 (seis) meses, contados a partir do recebimento da ordem de serviço**. Este prazo poderá ser prorrogado em casos excepcionais, mediante justificativa formal e aprovação da administração.

14.2. Os serviços deverão contemplar todas as fases dispostas neste Termo de Referência e seus anexos, devendo ser devidamente aprovado pelos órgãos e comissões responsáveis.

14.3. Em caso de descumprimento do prazo sem justificativa aceitável, poderão ser aplicadas penalidades previstas em contrato, incluindo multas ou até mesmo a rescisão contratual. O objetivo é assegurar a eficiência e a continuidade das operações do órgão contratante.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

e) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

f) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

g) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

f) A natureza e a gravidade da infração cometida;

g) As peculiaridades do caso concreto;

h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) CRISTIAN LUDWIG, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF N° 070.xxx.xxx-09.

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) ALICE CRISTIANE GUIMARÃES ZANCHETA, Engenheira Ambiental, CPF N° 104.xxx.xxx-67, fiscal titular;

b) MARLETE DAL MAGRO, Engenheira Agrônoma, CPF N° 502.xxx.xxx-15, fiscal suplente.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do serviço realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas

formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço em XXXX, na cidade de XXX, telefone XXX, e-mail XXX, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. XXXX, portador do RG N° XX.XXX.XXX-XX, CPF sob N° XXX.XXX.XXX-XX, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anosem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município deTrês Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

REPRESENTANTE LEGAL

Carimbo e Assinatura

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° XXX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 22/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE CELEMBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E A EMPRESA XXX.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Pioneiros, 500, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o N° 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob N° XXX.XXX.XXX-XX e portador da Carteira de Identidade N° X.XXX.XXX-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por seus representantes legais, ao fim assinados, (QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL), doravante designada **CONTRATADA**;

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal nº 14.133/21, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO DO MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS**, em decorrência da Licitação Modalidade Pregão, forma Eletrônica N° 13/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS**.

PARAGRAFO SEGUNDO – A prestação dos serviços deverá atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025.

PARAGRAFO TERCEIRO - O Plano Municipal de Arborização Urbana deverá ser entregue em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025 e seus anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

PARAGRAFO QUINTO – O presente contrato seguirá o regime de execução

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo valor total de R$ X,XX (valor por extenso), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS SERVIPÇOS/PRODUTOS	VALOR TOTAL (R$)
01	01		

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 134 da Lei 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado conforme especificado no edital, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento do órgão solicitante;

b) Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 10.01.20.606.0015.2.041.3.3.90.39.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, POR PREÇO GLOBAL, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I), após Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega é de 06 (seis) meses, iniciando-se o prazo a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pela Secretaria Solicitante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias iniciando a partir da assinatura do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;

c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025, os encargos a seguir:

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025;

b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;

g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;

h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas,

coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

   c1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO OITAVO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam designados como gestores deste contrato os seguintes:

a) Sr. CRISTIAN LUDWIG, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF N° 070.xxx.xxx-09.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:

a) ALICE CRISTIANE GUIMARÃES ZANCHETA, Engenheira Ambiental, CPF N° 104.xxx.xxx-67, fiscal titular;

b) MARLETE DAL MAGRO, Engenheira Agrônoma, CPF N° 502.xxx.xxx-15, fiscal titular.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do serviço realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução dos serviços conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual

não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Local e data.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 22/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **31 DE MARÇO DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS.**

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 11 de março de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

GUSSO,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 2819/2025 DE 03/02/2025.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05	Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos.	
05.03	Departamento de Obras	
154510007.1.003000	Execução de Obras de Infraestrutura Urbana	
4.490.51 (2790) (865)	Obras e Instalações	100.000,00

Total.....R$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial, será utilizado o excesso de arrecadação da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
865	Convênio nº 504/2024 – SECID	100.000,00

Total.....R$ 100.000,00

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA), Lei nº 2165/21; Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Lei nº 2784/2024, e Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 2786/2024.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a 5 de março de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de março de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:FA59EEBA

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6337/2025

DATA 11/03/2025

Súmula. Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 2823/2025 DE 03/02/2025.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 28.494,70 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07	Secretaria Municipal de Saúde	
05.01	Fundo Municipal de Saúde	
103020021.2.045000	Manutenção do Consórcio Intermunicipal Samu Oeste CONSAMU	
3171.70 (2795)(494)	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	22.154,63
3371.70 (2796)(494)	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	6.340,07

Total.....R$ 28.494,70

Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial, será utilizado o excesso de arrecadação da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	28.494,70

Total.....R$ 28.494,70

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA), Lei nº 2165/21; Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Lei nº 2784/2024, e Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 2786/2024.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de março de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:47EECA64

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **31 DE MARÇO DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei Nº 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS.**

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 11 de março de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:D590D22B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 07/2022

PARTES: MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, CNPJ/MF nº 68.703.834.0001-05, e de outro lado à empresa **VIAÇÃO TIGRE LTDA-ME** CNPJ/MF nº. 84.995.026/0001-07.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem como objeto o aditivo no valor de R$ 77.598,08 (Setenta e sete mil quinhentos e noventa e oito reais e oito centavos) ao valor do contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original, celebrado em 07 de março de 2022, e modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

Tunas do Paraná/PR, 07 de março de 2025.

ASSINAM O TERMO: **MARCO ANTÔNIO BALDÃO Prefeito Municipal e MANASSÉS COSTA SANTOS, Representante Legal da Empresa**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
Processo Administrativo Nº 22/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 12/03/2025 16:06:45

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 75.500,00

Descrição: ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 696	Serviço	75.499,99
PARTICIPANTE 079	Serviço	75.500,00
PARTICIPANTE 395	Serviço	75.000,00
PARTICIPANTE 440	Serviço	75.500,00
PARTICIPANTE 877	Serviço	70.000,00
PARTICIPANTE 525	Serviço	75.500,00
PARTICIPANTE 365	Serviço	75.000,00
PARTICIPANTE 596	Serviço	65.339,39
PARTICIPANTE 565	Serviço	75.500,00
PARTICIPANTE 716	Serviço	75.500,00
PARTICIPANTE 100	Serviço	75.500,00
PARTICIPANTE 801	Serviço	75.000,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
Processo Administrativo Nº 22/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 12/03/2025 16:06:45

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 75.500,00

Descrição: ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.

Autor	Marca/Modelo	Valor
BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	Serviço	75.000,00
ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA	Serviço	75.500,00
BORSATO GOMES E CIA LTDA	Serviço	75.500,00
ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA	Serviço	75.500,00
LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES	Serviço	75.499,99
WATANABE ENGENHARIA	Serviço	65.339,39
GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	Serviço	75.000,00
PIMENTA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA	Serviço	75.500,00
PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	Serviço	70.000,00
RODRIGUES TEZOLIN LTDA	Serviço	75.500,00
NEOFLORESTA SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS	Serviço	75.000,00
SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	Serviço	75.500,00

DOCUMENTOS ANEXADOS

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
Processo Administrativo Nº 22/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 12/03/2025 16:06:45

MOVIMENTOS DO PROCESSO

14/03/2025 14:53:12	**CADASTRO DE PROPOSTA**	BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
19/03/2025 14:26:48	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA
19/03/2025 14:36:20	**CADASTRO DE PROPOSTA**	BORSATO GOMES E CIA LTDA
27/03/2025 15:16:37	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA
27/03/2025 15:17:27	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA
27/03/2025 19:12:23	**CADASTRO DE PROPOSTA**	LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES
27/03/2025 20:02:20	**CADASTRO DE PROPOSTA**	WATANABE ENGENHARIA
28/03/2025 11:49:29	**CADASTRO DE PROPOSTA**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
28/03/2025 14:44:04	**CADASTRO DE PROPOSTA**	PIMENTA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA
30/03/2025 20:31:23	**CADASTRO DE PROPOSTA**	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA
31/03/2025 01:20:44	**CADASTRO DE PROPOSTA**	RODRIGUES TEZOLIN LTDA
31/03/2025 07:18:14	**CADASTRO DE PROPOSTA**	NEOFLORESTA SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS
31/03/2025 07:29:09	**CADASTRO DE PROPOSTA**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA

LOTE 1 - HABILITAÇÃO
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 38.999,00 **Valor Total:** 38.999,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E	079	54.341.981/0001-60	75.500,00	38.999,00		Sim
2	PRATICA ASSESSORIA E	877	40.499.627/0001-53	70.000,00	39.000,00	0,00	Sim
3	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA	365	52.578.237/0001-58	75.000,00	39.480,00	1,23	Sim
4	BORSATO GOMES E CIA LTDA	716	13.324.237/0001-70	75.500,00	61.350,00	55,40	Sim
5	WATANABE ENGENHARIA	596	34.424.400/0001-46	65.339,39	65.339,39	6,50	Sim
6	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA	565	05.017.195/0001-04	75.500,00	66.000,00	1,01	Sim
7	NEOFLORESTA SERVIÇOS	395	23.282.729/0001-01	75.000,00	72.000,00	9,09	Sim
8	RODRIGUES TEZOLIN LTDA	440	51.121.730/0001-81	75.500,00	73.000,00	1,39	Sim
9	ECONSULT ENVIRONMENTAL	100	22.684.967/0001-72	75.500,00	73.100,00	0,14	Sim
10	BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL	801	41.967.974/0001-26	75.000,00	75.000,00	2,60	Sim
11	LF ENGENHARIA PROJETOS E	696	40.028.767/0001-43	75.499,99	75.499,99	0,67	Sim
12	PIMENTA CONSULTORIA AMBIENTAL	525	21.324.192/0001-61	75.500,00	75.500,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

INABILITADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

12/03/2025 16:06:45	PUBLICADO		
12/03/2025 16:30:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
31/03/2025 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
31/03/2025 09:00:21	DISPUTA		
31/03/2025 09:00:21	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	75.500,00
31/03/2025 09:00:21	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	75.000,00
31/03/2025 09:00:21	LANCE	PIMENTA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA (PARTICIPANTE 525)	75.500,00
31/03/2025 09:00:21	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	70.000,00
31/03/2025 09:00:21	LANCE	BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA (PARTICIPANTE 801)	75.000,00
31/03/2025 09:00:21	LANCE	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA (PARTICIPANTE 100)	75.500,00
31/03/2025 09:00:21	LANCE	BORSATO GOMES E CIA LTDA (PARTICIPANTE 716)	75.500,00
31/03/2025 09:00:21	LANCE	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA (PARTICIPANTE	75.500,00
31/03/2025 09:00:21	LANCE	RODRIGUES TEZOLIN LTDA (PARTICIPANTE 440)	75.500,00
31/03/2025 09:00:21	LANCE	LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES (PARTICIPANTE 696)	75.499,99
31/03/2025 09:00:21	LANCE	WATANABE ENGENHARIA (PARTICIPANTE 596)	65.339,39
31/03/2025 09:00:21	LANCE	NEOFLORESTA SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS (PARTICIPANTE 395)	75.000,00
31/03/2025 09:00:40	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	65.000,00
31/03/2025 09:07:16	LANCE	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA (PARTICIPANTE 100)	74.990,00
31/03/2025 09:07:19	LANCE	BORSATO GOMES E CIA LTDA (PARTICIPANTE 716)	64.000,00
31/03/2025 09:08:23	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	63.500,00
31/03/2025 09:08:23	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
31/03/2025 09:08:41	LANCE	RODRIGUES TEZOLIN LTDA (PARTICIPANTE 440)	74.800,00
31/03/2025 09:08:53	LANCE	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA (PARTICIPANTE 100)	74.790,00
31/03/2025 09:09:18	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	63.000,00
31/03/2025 09:09:56	LANCE	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA (PARTICIPANTE	66.000,00
31/03/2025 09:10:06	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	62.000,00
31/03/2025 09:10:32	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.999,00
31/03/2025 09:11:26	LANCE	RODRIGUES TEZOLIN LTDA (PARTICIPANTE 440)	74.700,00
31/03/2025 09:12:13	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	61.500,00
31/03/2025 09:12:13	LANCE	NEOFLORESTA SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS (PARTICIPANTE 395)	74.000,00
31/03/2025 09:12:24	LANCE	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA (PARTICIPANTE 100)	73.999,00
31/03/2025 09:12:47	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.499,00
31/03/2025 09:12:58	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.498,00
31/03/2025 09:13:18	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.497,00
31/03/2025 09:13:18	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	61.450,00
31/03/2025 09:13:38	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.449,00
31/03/2025 09:13:44	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.400,00
31/03/2025 09:14:03	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.399,00
31/03/2025 09:14:08	LANCE	RODRIGUES TEZOLIN LTDA (PARTICIPANTE 440)	73.500,00
31/03/2025 09:14:14	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.398,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

31/03/2025 09:14:24	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.397,00
31/03/2025 09:15:01	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.396,00
31/03/2025 09:15:08	LANCE	BORSATO GOMES E CIA LTDA (PARTICIPANTE 716)	61.350,00
31/03/2025 09:15:10	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.395,00
31/03/2025 09:15:16	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.349,00
31/03/2025 09:15:24	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.347,00
31/03/2025 09:16:10	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.345,00
31/03/2025 09:16:18	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.344,00
31/03/2025 09:16:27	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	61.000,00
31/03/2025 09:17:00	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	60.999,00
31/03/2025 09:17:12	LANCE	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA (PARTICIPANTE 100)	73.499,00
31/03/2025 09:17:18	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	60.990,00
31/03/2025 09:17:25	LANCE	RODRIGUES TEZOLIN LTDA (PARTICIPANTE 440)	73.400,00
31/03/2025 09:17:32	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	60.989,00
31/03/2025 09:17:45	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	60.980,00
31/03/2025 09:17:54	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	60.979,00
31/03/2025 09:18:26	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	60.975,00
31/03/2025 09:18:30	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	60.500,00
31/03/2025 09:18:37	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	60.400,00
31/03/2025 09:18:46	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	60.399,00
31/03/2025 09:18:49	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	60.250,00
31/03/2025 09:19:00	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	60.248,00
31/03/2025 09:19:08	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	60.240,00
31/03/2025 09:19:15	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	60.239,00
31/03/2025 09:19:33	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	60.000,00
31/03/2025 09:19:45	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	59.998,00
31/03/2025 09:19:49	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	59.990,00
31/03/2025 09:20:01	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	59.989,00
31/03/2025 09:21:03	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	59.000,00
31/03/2025 09:21:18	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	58.999,00
31/03/2025 09:21:24	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	58.500,00
31/03/2025 09:21:33	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	58.499,00
31/03/2025 09:21:56	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	55.000,00
31/03/2025 09:22:14	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	54.999,00
31/03/2025 09:22:27	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	54.500,00
31/03/2025 09:22:37	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	54.499,00
31/03/2025 09:22:42	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	54.440,00
31/03/2025 09:22:51	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	54.439,00
31/03/2025 09:22:58	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	54.000,00
31/03/2025 09:23:10	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	53.999,00
31/03/2025 09:23:29	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	53.000,00
31/03/2025 09:23:40	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	52.999,00
31/03/2025 09:23:44	LANCE	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA (PARTICIPANTE 100)	73.100,00
31/03/2025 09:23:59	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	52.990,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

31/03/2025 09:24:10	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	52.989,00
31/03/2025 09:24:41	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	52.980,00
31/03/2025 09:24:43	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	52.000,00
31/03/2025 09:24:59	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	51.900,00
31/03/2025 09:25:00	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	51.999,00
31/03/2025 09:25:11	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	51.899,00
31/03/2025 09:25:15	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	51.000,00
31/03/2025 09:25:19	LANCE	RODRIGUES TEZOLIN LTDA (PARTICIPANTE 440)	73.000,00
31/03/2025 09:25:21	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	51.890,00
31/03/2025 09:25:29	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	50.899,00
31/03/2025 09:25:30	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	50,00
31/03/2025 09:25:37	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O lance do PARTICIPANTE 365 no valor de 50,00 foi cancelado pelo próprio licitante autor da oferta.			
31/03/2025 09:25:47	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	50.000,00
31/03/2025 09:25:56	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	49.899,00
31/03/2025 09:26:08	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	49.800,00
31/03/2025 09:26:09	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	49.000,00
31/03/2025 09:26:28	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	48.799,00
31/03/2025 09:26:38	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	48.000,00
31/03/2025 09:26:45	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	45.000,00
31/03/2025 09:26:57	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	44.500,00
31/03/2025 09:27:08	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	44.449,00
31/03/2025 09:27:16	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	42.000,00
31/03/2025 09:27:16	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	44.400,00
31/03/2025 09:27:23	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	42.000,00
31/03/2025 09:27:31	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	41.999,00
31/03/2025 09:27:56	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	41.990,00
31/03/2025 09:28:06	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	41.989,00
31/03/2025 09:28:34	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	41.000,00
31/03/2025 09:28:49	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	40.999,00
31/03/2025 09:29:55	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	40.998,00
31/03/2025 09:30:00	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	40.997,00
31/03/2025 09:30:10	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	40.500,00
31/03/2025 09:30:19	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	40.499,00
31/03/2025 09:31:38	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	40.498,00
31/03/2025 09:31:50	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	40.497,00
31/03/2025 09:31:54	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	40.000,00
31/03/2025 09:32:04	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	39.999,00
31/03/2025 09:33:24	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	39.500,00
31/03/2025 09:33:38	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	39.499,00
31/03/2025 09:34:34	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	39.497,00
31/03/2025 09:34:53	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	39.496,00
31/03/2025 09:36:39	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	39.490,00
31/03/2025 09:36:58	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	39.489,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

31/03/2025 09:38:22	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	39.488,00
31/03/2025 09:38:44	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	39.487,00
31/03/2025 09:40:04	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	39.486,00
31/03/2025 09:40:15	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	39.485,00
31/03/2025 09:41:20	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	39.484,00
31/03/2025 09:41:45	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	39.483,00
31/03/2025 09:42:27	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	39.482,00
31/03/2025 09:42:34	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	39.481,00
31/03/2025 09:43:37	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	39.480,00
31/03/2025 09:43:51	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	39.479,00
31/03/2025 09:45:02	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	39.400,00
31/03/2025 09:45:18	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	39.399,00
31/03/2025 09:45:45	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	39.000,00
31/03/2025 09:46:03	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	38.999,00
31/03/2025 09:46:19	LANCE	NEOFLORESTA SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS (PARTICIPANTE 395)	72.000,00
31/03/2025 09:48:19	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA			
31/03/2025 09:48:19	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.			
31/03/2025 09:48:19	HABILITAÇÃO		

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
Processo Administrativo Nº 22/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 12/03/2025 16:06:45

TOTAL DO PROCESSO: **38.999,00**

SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA **54.341.981/0001-60** **38.999,00**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 079 Lance: 38.999,00 **Total: 38.999,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:

Descrição: ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.

Quantidade: 1 Val. Ref.: 75.500,00 **Valor Unit.: 38.999,00** Total Item: 38.999,00

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE
RIO BRILHANTE
A PEQUENA CATIVANTE

Dados do(s) Responsável(is) técnico(s).

Engenheiro(a) ENGENHEIRO AGRÔNOMO JOÃO CARLOS CARDOZO

Registro (RNP): **1422163687**

***Descrição do(s)Serviço(s) Realizado(s)** Atestamos que foi realizado o levantamento de fauna e flora na área destinada ao futuro acesso à BR-163, no prolongamento da Av. Lourival Barbosa, em Rio Brilhante/MS, com o objetivo de avaliar as condições ambientais da região e subsidiar o processo de licenciamento. Foram executados os seguintes serviços: o inventário florestal fitossociológico para caracterização dos fragmentos florestais localizados no local, incluindo a análise das espécies vegetais presentes, sua distribuição e composição estrutural; o censo de árvores isoladas, identificando aquelas que podem ser objeto de supressão, com a devida descrição das espécies, localização e estado de conservação; além da elaboração das peças técnicas necessárias para o suporte e documentação dos dados levantados. Adicionalmente, foi realizado o levantamento da fauna, com a verificação dos principais grupos da fauna terrestre, incluindo a herpetofauna, avifauna e mastofauna, por meio de estudos ecológicos rápidos. Esses estudos forneceram informações detalhadas sobre as espécies presentes na área e suas respectivas características ecológicas, contribuindo para uma avaliação ambiental mais completa da região.

HUGO KOJI SUEKAME

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA NO GOVERNO MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE/MS

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20243302812

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico

JOAO CARLOS CARDOZO

Título profissional: **ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

RNP: **1422163687**
Registro: **391176MG**

Empresa contratada: **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA**

Registro Nacional: **0001466810-MG**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Municipio de Rio Brilhante**

CPF/CNPJ: **03.681.582/0001-07**

RUA ATHAYDE NOGUEIRA

Nº: **1033**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **RIO BRILHANTE**

UF: **MS**

CEP: **79130000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em: **05/08/2024**

Valor: **R$ 17.087,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Público**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA ATHAYDE NOGUEIRA

Nº: **1033**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **RIO BRILHANTE**

UF: **MS**

CEP: **79130000**

Data de Início: **05/08/2024**

Previsão de término: **05/09/2024**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **AMBIENTAL**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **Municipio de Rio Brilhante**

CPF/CNPJ: **03.681.582/0001-07**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
67 - Levantamento > AGRONOMIA, AGRÍCOLA, FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA > ZOOTECNIA ? FAUNA SILVESTRE > #39.16.1 - DE LEVANTAMENTO FAUNÍSTICO	1,00	un
67 - Levantamento > MEIO AMBIENTE > DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL > DE DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL > #7.2.1.6 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

LEVANTAMENTO DE FAUNA E FLORA PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO AMBIENTAL PRELIMINAR (EAP) - LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ABERTURA DE VIA EM RIO BRILHANTE/MS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DOC Nº 5735/2024

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.crea-mg.org.br/transparencia/lgpd/politica-privacidade-dados. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe

ASSEARA - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Alfenas

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
54.341.98[illegible]243302812

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
João Carlos Cardozo INICIAL
Engenheiro Agrônomo
CREA-MG 391.176

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

JOAO CARLOS CARDOZO - CPF: 104.638.996-36

monte Belo 09 de setembro de 2024
Local data

Município de Rio Brilhante - CNPJ: 03.681.582/0001-07

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 262,55** Registrada em: **05/09/2024** Valor pago: **R$ 262,55** Nosso Número: **8605612506**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: ya56Z
Impresso em: 09/09/2024 às 07:42:05 por: , ip: 179.48.184.71

www.crea-mg.org.br atendimento@crea-mg.org.br
Tel: 0800 031 2732 Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE
RIO BRILHANTE
A PEQUENA CATIVANTE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE, Inscrito no CNPJ: 03.681.582/0001-07, com sede a Rua Pref. Athayde Nogueira, Nº , centro , CEP 79130000, RIO BRILHANTE - MS, neste ato representado(a) pelo(a)
Hugo Koji Suekame ,Secretário Municipal de Infraestrutura na Governo Municipal de Rio Brilhante 020.765.541-30, atesta para os devidos fins de direito que o ENGENHEIRO AGRÔNOMO JOÃO CARLOS CARDOZO , registrado(a) no CREA MINAS GERAIS sob o nº **391176-MG**, enquanto responsável técnico(a) da empresa e **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **54.341.981/0001-60**, com sede em Rua Hortência Bonelli de Almeida, Número 90, Bairro JD das Hortência MONTE BELO-MG, doravante denominado **CONTRATADA** e neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu representante legal JOÃO CARLOS CARDOZO, Engenheiro Agrônomo, portador do Documento de Identidade RG nº. MG 16.338.811, inscrito no CPF sob o nº. 104.638.996-36, residente e domiciliado em Rua Hortência Bonelli de Almeida, Número 90, Bairro JD das Hortência, MONTE BELO – MG. registro no CREA -MG nº 391.176 - MG e, prestou serviços conforme dados contratuais e descrição dos serviços abaixo:

Dados da Obra / serviço

Contrato/Convênio: **Nº do Empenho: 1578/2024**

Objeto do contrato: levantamento de fauna e flora para elaboração do estudo ambiental preliminar (EAP) - licenciamento ambiental para abertura de via em rio brilhante/ms, para atender as necessidades da secretaria de infraestrutura

Local da obra/serviço: **RIO BRILHANTE-MS**

Período de realização/prestação do serviço: **05-08-2024 à 05-09-2024**

Dados do contratante / Proprietário

Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE**

CNPJ: **03.681.582/0001-07**

Dados da empresa contratada

Razão Social: **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA**

CNPJ: **54.341.981/0001-60**

PREFEITURA DE MONTE BELO
DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

NOTA FISCAL	0000006
NÚMERO RPS	
DATA DE EMISSÃO NOTA	23/09/2024 11:45:21
DATA DO FATO GERADOR	23/09/2024

PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL PRESTADOR	NOME FANTASIA PRESTADOR
SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA	SOUZA E CARDOZO- SOLUCOES AGRICOLAS

ENDEREÇO	COMPLEMENTO
RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA, Nº 90, JARDIM DAS HORTENCIAS, MONTE BELO MG , 37115000	

Nº CPF/CNPJ	SIMPLES NACIONAL	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
54.341.981/0001-60	SIM	03625	0048467740043	(35)99961-9	souzacardozosolucoesagricolas@gmail.com

TOMADOR DE SERVIÇOS

NOME DO TOMADOR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE	
ENDEREÇO	COMPLEMENTO
Rua Pref. Athayde Nogueira, Nº , centro , CEP 79130000, RIO BRILHANTE - MS	

Nº CPF/CNPJ	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
03.681.582/0001-07				hugo.koji@gmail.com

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Serviço	1	LEVANTAMENTO DE FAUNA E FLORA PARA ELABORAÇÃO DE UM ESTUDO AMBIENTAL PRELIMINAR	17.087,00	17.087,00

OBSERVAÇÕES

NUMERO DO EMPENHO: 1578/2024 DADOS BANCARIOS: BANCO SICOOB AGENCIA 3122 CONTA CORRENTE: 864.138-2

TOTAL GERAL: 17.087,00

	IMPOSTOS FEDERAIS					IMPOSTOS MUNICIPAIS			VALOR LÍQUIDO
RETIDO	INSS	PIS/PASEP	COFINS	IR	CSLL	ALÍQUOTA ISS	BASE DE CÁLCULO	TOTAL ISS	
NÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,0000 %	17.087,00	512,61	17.087,00

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DA PRESTAÇÃO
LC116: 0108 - CNAE: 6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA

DESCONTOS / DEDUÇÕES

DESC. CONDICIONADO	DESC. INCONDICIONADO	DEDUÇÕES (Materiais e Outros)	OUTRAS DEDUÇÕES
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

NATUREZA DA OPERAÇÃO	RECOLHIMENTO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS (IBPT)
Tributado no Município	ISS A RECOLHER PELO PRESTADOR	RIO BRILHANTE - MS	R$ 2.298,20 (13.45%)

ESTE DOCUMENTO PODE SER VALIDADO NO SITE **www.prefeituramoderna.com.br**
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO - 0c7d691aa48692ad5f14b8e9c41d6d5c
ASSINATURA DIGITAL ANTIGA - b225e025ba1655a0db584e91274c60ab

Recebi(emos) de **SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA** o(s) serviço(s) indicado(s) à nota fiscal eletrônica de serviço de número **0000006.**

NÚMERO NOTA FISCAL: **0000006**

____/____/____
Data do Recebimento

_____
Identificação e assinatura do recebedor

SOUZA & CARDOZO
SOLUÇÕES AGRÍCOLAS

PROPOSTA COMERCIAL

A SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA com endereço na Rua Hortência Bonelli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortênsias, CEP 37115-000, Monte Belo, MG, telefone para contato (35) 9961-9410 OU (35) 9869-3781,e-mail solucoesagricolas@gmail.com, inscrita no CNPJ/MF 54.341.981/0001-60, Inscrição Estadual nº 0048467700-43, e Inscrição Municipal nº 3625, representada pela socia Franciele Conceição Miranda de Souza, portador do RG nº MG19.439.716 e CPF nº143.325.376-37, e João Carlos Cardozo, CPF: 104.638.996-36 e RG: MG 16338811 tendo examinado minuciosamente segue a PROPOSTA, com validade de 90 dias.

1. **ESPECIFICAÇÃO DETALHADA:**

Item	Descrição	UNIDADE	QUANT.	VALOR TOTAL
01	ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.	SERV	01	38.999,00

VALOR DE TOTAL 38.999,00 **Trinta e oito mil novecentos e noventa e nove reais.**

SOCIEDADE AGRICOLA SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA:54341981000160

Assinado de forma digital por SOCIEDADE AGRICOLA SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA:54341981000160
Dados: 2025.03.31 10:21:16 -03'00'

SOUZA & CARDOZO
SOLUÇÕES AGRÍCOLAS

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA com endereço na Rua Hortência Bonelli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortênsias, CEP 37115-000, Monte Belo, MG, telefone para contato (35) 9961-9410 OU (35) 9869-3781,e-mail solucoesagricolas@gmail.com, inscrita no CNPJ/MF 54.341.981/0001-60, Inscrição Estadual nº 0048467700-43, e Inscrição Municipal nº 3625, representada pela socia Franciele Conceição Miranda de Souza, portador do RG nº MG19.439.716 e CPF nº143.325.376-37, que realiza todos os atos do credenciamento :

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de

trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

SOUZA & CARDOZO
SOLUÇÕES AGRÍCOLAS

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município de Três Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal. i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

Documento assinado digitalmente
gov.br
FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
Data: 31/03/2025 10:30:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SOUZA & CARDOZO
SOLUÇÕES AGRÍCOLAS

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TECNICA

A SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA com endereço na Rua Hortência Bonelli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortênsias, CEP 37115-000, Monte Belo, MG, telefone para contato (35) 9961-9410 OU (35) 9869-3781,e-mail solucoesagricolas@gmail.com, inscrita no CNPJ/MF 54.341.981/0001-60, Inscrição Estadual nº 0048467700-43, e Inscrição Municipal nº 3625, representada pela socio JOAO CARLOS CARDOZO CPF:104.638.996-36 , declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação para município de três barra e **DECLARA RESPONSABILIDADE TECNICA PERANTE O SERVIÇO EM QUESTÃO** até o seu recebimento definitivo pelo licitador.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOAO CARLOS CARDOZO
Data: 31/03/2025 10:41:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JOÃO CARLOS CARDOZO
ENGENHEIRO AGRÔNOMO - CREA: 391-716

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
54.341.981/0001-60 MATRIZ		15/03/2024

NOME EMPRESARIAL
SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SOUZA E CARDOZO - SOLUCOES AGRICOLAS	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.23-1-09 - Comércio atacadista de alimentos para animais
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
74.20-0-02 - Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas
74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
8[illegible]89-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA	90	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
37.115-000	JARDIM DAS HORTENCIAS	MONTE BELO	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SOUZACARDOZOSOLUCOESAGRICOLAS@GMAIL.COM	(35) 9961-9410/ (35) 9869-3781

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	15/03/2024

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
[illegible]ÇÃO ESPECIAL ********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **07/05/2024** às **10:03:11** (data e hora de Brasília).

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31214976454	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2400405927

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

MONTE BELO
Local

2 MAIO 2024
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data Responsável

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

___/___/_____ Data

_____ Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/282.726-8	MGP2400405927	03/05/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
143.325.376-37	FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
104.638.996-36	JOAO CARLOS CARDOZO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Rua Hortência Boneli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortências, em Monte Belo MG, CEP 37.115-000.

1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **FRANCIELE CONCEIÇÃO MIRANDA DE SOUZA,** brasileira, biomédica, solteira, nascida em 09/02/2000, portadora do CPF 143.325.376-37, RG MG19439716 SSP MG, residente e domiciliada em Monte Belo MG, rua Hortência Boneli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortências, CEP 37.115-000, e, **JOÃO CARLOS CARDOZO,** brasileiro, Engenheiro Agronomo, solteiro, nascido em 01/03/1990, portador do CPF 104.638.996-36, RG MG16338811 SSP MG, residente e domiciliado na rua Hortência Boneli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortências, Monte Belo MG, CEP 37.115-000, sócios da empresa **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA,** *nome fantasia* ***SOUZA E CARDOZO - SOLUCOES AGRICOLAS***, com sede na rua Hortência Boneli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortências, Monte Belo MG, CEP 37.115-000, inscrito na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o NIRE 3121497645-4 e no CNPJ sob nº. 54.341.981/0001-60, resolvem promover a primeira alteração contratual conforme cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª – O endereço do sócio João Carlos Cardozo passará a ser na rua Hortência Boneli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortências, Monte Belo MG, CEP 37.115-000.

Cláusula 2ª A profissão do sócio passará a ser Engenheiro Agronomo.

Cláusula 3ª - Altera neste instrumento o objeto social da empresa que antes era estabelecido por o comércio atacadista de defensivos agrícolas, inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros defensivos agrícolas. o comércio atacadista de adubos, fertilizantes e corretivos do solo. o comércio atacadista de produtos químicos para agricultura. os serviços técnicos de cartografia e topografia, tais como estudos topográficos, levantamento de limites, as atividades de informação cartográfica e espacial, a realização de estudos geodésicos (hidrográficos e sobre o solo). a produção de fotografias aéreas e submarinas, inclusive para publicidade. as atividades de consultoria, assessoria, orientação e assistência prestadas por agrônomos e outros profissionais a estabelecimentos agropecuários, as atividades de assistência técnica e extensão rural. o desenvolvimento de sistemas para

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

atender às necessidades do cliente, ou seja, as atividades voltadas para a definição dos módulos, especificações funcionais internas, tipos de relatórios e testes de avaliação do desempenho, a programação com o uso de ferramentas e de linguagens de programação, o fornecimento de documentação de programas de computador desenvolvidos sob encomenda, o desenvolvimento de projetos e modelagem de banco de dados sob encomenda. as atividades de limpeza e de tratamento de piscinas, as atividades de limpeza especializada como a limpeza de chaminés, de fornos, incineradores, caldeiras, dutos de ventilação e de refrigeração de ar, a atividade de limpeza de máquinas industriais, a atividade de limpeza em trens, ônibus, embarcações, comércio atacadista de ração e outros produtos alimentícios para animais, e passará a ser o comércio atacadista de defensivos agrícolas, inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros defensivos agrícolas. o comércio atacadista de adubos, fertilizantes e corretivos do solo. o comércio atacadista de produtos químicos para agricultura. os serviços técnicos de cartografia e topografia, tais como estudos topográficos, levantamento de limites, as atividades de informação cartográfica e espacial, a realização de estudos geodésicos (hidrográficos e sobre o solo). a produção de fotografias aéreas e submarinas, inclusive para publicidade. as atividades de consultoria, assessoria, orientação e assistência prestadas por agrônomos e outros profissionais a estabelecimentos agropecuários, as atividades de assistência técnica e extensão rural. o desenvolvimento de sistemas para atender às necessidades do cliente, ou seja, as atividades voltadas para a definição dos módulos, especificações funcionais internas, tipos de relatórios e testes de avaliação do desempenho, a programação com o uso de ferramentas e de linguagens de programação, o fornecimento de documentação de programas de computador desenvolvidos sob encomenda, o desenvolvimento de projetos e modelagem de banco de dados sob encomenda. as atividades de limpeza e de tratamento de piscinas, as atividades de limpeza especializada como a limpeza de chaminés, de fornos, incineradores, caldeiras, dutos de ventilação e de refrigeração de ar, a atividade de limpeza de máquinas industriais, a atividade de limpeza em trens, ônibus, embarcações, comércio atacadista de ração e outros produtos alimentícios para animais, Serviço de previsão meteorológica, Atividades de consultoria em segurança e meio ambiente e outras atividades profissionais, científicas e técnicas, serviços técnicos de engenharia, como a elaboração e gestão de projetos e os serviços de inspeção tecnica nas seguintes áreas: engenharia civil, hidráulica e

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

de trafego, engenharia elétrica, eletrônica, de minas, química, mecânica, industrial, de sistemas e de segurança, agraria, engenharia ambiental, engenharia acústica, supervisão e gerenciamento de projetos, vistoria, pericia tecnica, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico de engenharia, concepção de maquinaria, processo e instalações industriais.

Procedidas às alterações citadas, a sociedade doravante passa a reger-se pelas cláusulas contidas neste instrumento de CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL.

Franciele Conceição Miranda de Souza, brasileira, biomédica, solteira, nascida em 09/02/2000, portadora do CPF 143.325.376-37, RG MG19439716 SSP MG, residente e domiciliada em Monte Belo MG, rua Hortência Boneli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortências, CEP 37.115-000.

João Carlos Cardozo, brasileiro, Engenheiro Agronomo, solteiro, nascido em 01/03/1990, portador do CPF 104.638.996-36, RG MG16338811 SSP MG, residente e domiciliado na rua Hortência Boneli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortências, Monte Belo MG, CEP 37.115-000.

Constituem uma SOCIEDADADE EMPRESÁRIA LIMITADA, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª – A sociedade gira sob o nome empresarial **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA**

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia **SOUZA E CARDOZO - SOLUCOES AGRICOLAS**

Cláusula 2ª – O objeto social é: o comércio atacadista de defensivos agrícolas, inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros defensivos agrícolas. o comércio atacadista de adubos, fertilizantes e corretivos do solo. o comércio atacadista de produtos químicos para agricultura. os serviços técnicos de cartografia e topografia, tais como estudos topográficos, levantamento de limites, as atividades de informação cartográfica e espacial, a realização de estudos geodésicos (hidrográficos e sobre o solo). a produção de fotografias aéreas e

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

submarinas, inclusive para publicidade. as atividades de consultoria, assessoria, orientação e assistência prestadas por agrônomos e outros profissionais a estabelecimentos agropecuários, as atividades de assistência técnica e extensão rural. o desenvolvimento de sistemas para atender às necessidades do cliente, ou seja, as atividades voltadas para a definição dos módulos, especificações funcionais internas, tipos de relatórios e testes de avaliação do desempenho, a programação com o uso de ferramentas e de linguagens de programação, o fornecimento de documentação de programas de computador desenvolvidos sob encomenda, o desenvolvimento de projetos e modelagem de banco de dados sob encomenda. as atividades de limpeza e de tratamento de piscinas, as atividades de limpeza especializada como a limpeza de chaminés, de fornos, incineradores, caldeiras, dutos de ventilação e de refrigeração de ar, a atividade de limpeza de máquinas industriais, a atividade de limpeza em trens, ônibus, embarcações, comércio atacadista de ração e outros produtos alimentícios para animais, Serviço de previsão meteorológica, Atividades de consultoria em segurança e meio ambiente e outras atividades profissionais, científicas e técnicas, serviços técnicos de engenharia, como a elaboração e gestão de projetos e os serviços de inspeção tecnica nas seguintes áreas: engenharia civil, hidráulica e de trafego, engenharia elétrica, eletrônica, de minas, química, mecânica, industrial, de sistemas e de segurança, agraria, engenharia ambiental, engenharia acústica, supervisão e gerenciamento de projetos, vistoria, pericia tecnica, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico de engenharia, concepção de maquinaria, processo e instalações industriais.

Cláusula 3ª – A sede da sociedade é na rua Hortência Boneli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortências, em Monte Belo MG, CEP 37.115-000.

Cláusula 4ª – O capital social é de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) dividido em 60.000 quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR (R$)
FRANCIELE CONCEIÇÃO MIRANDA DE SOUZA	30.000	R$ 30,000,00
JOÃO CARLOS CARDOZO	30.000	R$ 30.000,00

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Rua Hortência Boneli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortências, em Monte Belo MG, CEP 37.115-000.

TOTALIZANDO	**60.000**	**R$ 60.000,00**

Parágrafo Único: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula 5ª – A sociedade iniciou suas atividades em 13/03/2024 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 6ª – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula 7ª – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 8ª – A administração da sociedade cabe aos sócios: **FRANCIELE CONCEIÇÃO MIRANDA DE SOUZA e JOÃO CARLOS CARDOZO**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Cláusula 9ª – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Cláusula 10 – A sociedade pode a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula 11 – Os sócios podem, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula 12 – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continua suas atividades nas seguintes condições:

- Em caso de falecimento ou interditado o sócio João Carlos Cardozo, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz;

- Em caso de falecimento ou interdição da sócia Franciele Conceição Miranda de Souza, a sociedade continuará suas atividades com o sócio João Carlos Cardozo, sendo o único a comandar a empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, alterando o Contrato Social para SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL;

Parágrafo Único - Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio

Cláusula 13 – Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Rua Hortência Boneli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortências, em Monte Belo MG, CEP 37.115-000.

Cláusula 14 – Os signatários do presente ato declaram que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3° da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula 15 – Fica eleito o foro da comarca de Monte Belo, Minas Gerais, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em via única.

Monte Belo, 02 de Maio de 2024

Franciele Conceição Miranda de Souza
Sócia/Administradora
Assinado Digitalmente

João Carlos Cardozo
Sócio/Administrador
Assinado Digitalmente

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/282.726-8	MGP2400405927	03/05/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
143.325.376-37	FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
104.638.996-36	JOAO CARLOS CARDOZO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, de NIRE 3121497645-4 e protocolado sob o número 24/282.726-8 em 03/05/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11684262, em 07/05/2024. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Maria da Piedade Sousa.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
104.638.996-36	JOAO CARLOS CARDOZO
143.325.376-37	FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
104.638.996-36	JOAO CARLOS CARDOZO
143.325.376-37	FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA

Belo Horizonte, terça-feira, 07 de maio de 2024

Documento assinado eletrônicamente por Maria da Piedade Sousa, Servidor(a) Público(a), em 07/05/2024, às 09:57 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 24/282.726-8.

Página 1 de 1

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. terça-feira, 07 de maio de 2024

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004846774.00-43 **CPF/CNPJ:** 54.341.981/0001-60

NOME/NOME EMPRESARIAL: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA

NOME FANTASIA: SOUZA E CARDOZO - SOLUCOES AGRICOLAS

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 4683-4/00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo

DESMEMBRAMENTO:

CNAE SECUNDÁRIA / 4623-1/09 - Comércio atacadista de alimentos para animais

DESMEMBRAMENTO:

NATUREZA JURIDICA : SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

REGIME DE RECOLHIMENTO : SIMPLES NACIONAL **CATEGORIA:** Único

DATA INSCRIÇÃO: 15/03/2024 **MEI:** não

SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo **DATA DA SITUAÇÃO DA** 15/03/2024

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 37115000 **UF:** MINAS GERAIS

MUNICIPIO: MONTE BELO

DISTRITO / POVOADO:

BAIRRO: JARDIM DAS HORTENCIAS

LOGRADOURO: R HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA

NUMERO: 90

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO:

EMITIDO EM

06/01/2025 13:30:43

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Natureza Juridica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Inicio de Atividade
54.341.981/0001-60	15/03/2024	13/03/2024

Endereço Completo:
RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA 90 - BAIRRO JARDIM DAS HORTENCIAS CEP 37115-000 - MONTE BELO/MG

Objeto Social:
O COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, INSETICIDAS, FUNGICIDAS, HERBICIDAS E OUTROS DEFENSIVOS AGRICOLAS. O COMERCIO ATACADISTA DE ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO. O COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS QUIMICOS PARA AGRICULTURA. OS SERVICOS TECNICOS DE CARTOGRAFIA E TOPOGRAFIA, TAIS COMO ESTUDOS TOPOGRAFICOS, LEVANTAMENTO DE LIMITES, AS ATIVIDADES DE INFORMACAO CARTOGRAFICA E ESPACIAL, A REALIZACAO DE ESTUDOS GEODESICOS (HIDROGRAFICOS E SOBRE O SOLO). A PRODUCAO DE FOTOGRAFIAS AEREAS E SUBMARINAS, INCLUSIVE PARA PUBLICIDADE. AS ATIVIDADES DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, ORIENTACAO E ASSISTENCIA PRESTADAS POR AGRONOMOS E OUTROS PROFISSIONAIS A ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS, AS ATIVIDADES DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL. O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CLIENTE, OU SEJA, AS ATIVIDADES VOLTADAS PARA A DEFINICAO DOS MODULOS, ESPECIFICACOES FUNCIONAIS INTERNAS, TIPOS DE RELATORIOS E TESTES DE AVALIACAO DO DESEMPENHO, A PROGRAMACAO COM O USO DE FERRAMENTAS E DE LINGUAGENS DE PROGRAMACAO, O FORNECIMENTO DE DOCUMENTACAO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR DESENVOLVIDOS SOB ENCOMENDA, O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E MODELAGEM DE BANCO DE DADOS SOB ENCOMENDA. AS ATIVIDADES DE LIMPEZA E DE TRATAMENTO DE PISCINAS, AS ATIVIDADES DE LIMPEZA ESPECIALIZADA COMO A LIMPEZA DE CHAMINES, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILACAO E DE REFRIGERACAO DE AR, A ATIVIDADE DE LIMPEZA DE MAQUINAS INDUSTRIAIS, A ATIVIDADE DE LIMPEZA EM TRENS, ONIBUS, EMBARCACOES. COMERCIO ATACADISTA DE RACAO E OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA ANIMAIS.

Capital Social:	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)	Prazo de Duração
R$ 60.000,00 SESSENTA MIL REAIS		
Capital Integralizado: R$ 60.000,00 SESSENTA MIL REAIS	MICRO EMPRESA	INDETERMINADO

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Participação no Capital	Espécie de Sócio/ Administrador	Térm. Mandato
143.325.376-37	FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA	R$ 30.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxxx
104.638.996-36	JOAO CARLOS CARDOZO	R$ 30.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxxx

Administrador Nomeado/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Térm. Mandato
xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

Situação: ATIVA — Status: xxxxxxx

Último Arquivamento: 15/03/2024 — Número: 31214976454

Ato 090 - CONTRATO

Evento(s) 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 07 de Maio de 2024 09:41

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C240001310745 e visualize a certidão)

24/287.787-7

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

MONTE BELO

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
CNPJ: 54.341.981/0001-60

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 07 de Março de 2025 às 09:44

MONTE BELO, 07 de Março de 2025 às 09:44

Código de Autenticação: 2503-0709-4453-0941-2862

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS **Negativa**	CERTIDÃO EMITIDA EM: 07/03/2025 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 05/06/2025

NOME/NOME EMPRESARIAL: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004846774.00-43	CNPJ/CPF: 54.341.981/0001-60	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA		NÚMERO: 90
COMPLEMENTO:	BAIRRO: JARDIM DAS HORTENCIAS	CEP: 37115000
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: MONTE BELO	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000853375524

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
CNPJ: 54.341.981/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:04:23 do dia 03/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/07/2025.
Código de controle da certidão: **3CF0.3007.7540.E8F3**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PREFEITURA DE MONTE BELO (35) 3573-9800

Emissão 07/11/2024

PREFEITURA DE MONTE BELO

DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº. 0001991

Informações do Contribuinte

CÓDIGO C.M.C.	NOME EMPRESARIAL (RAZÃO SOCIAL)	CPF/CNPJ
3625	SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA	54.341.981/0001-60

Endereço do Contribuinte

LOGRADOURO	NÚMERO	Nº DO CEP	BAIRRO
RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA	90	37115000	JARDIM DAS HORTENCIAS
MUNICÍPIO	**UF**	**EDIFÍCIO**	**APTO. / SALA**
MONTE BELO	MG		

NOME DO REQUERENTE	Nº DOCUMENTO
SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E	54.341.981/0001-60

FINALIDADE DA CERTIDÃO

OBSERVAÇÕES

Data de Emissão: 07/11/2024 **Data de Validade: 06/05/2025**

A Divisão de Tributação, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação Tributária do Município, certifica, até a presente data, que não foram localizados débitos cuja responsabilidade tributária e/ou fiscal é ao mesmo atribuído.

A expedição da presente Certidão Negativa de Débito, não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado, conforme Art. 85 da Lei Complementar 11/96.

NADA MAIS havendo, o referido é verdade do que dou fé.

Monte Belo(MG), 07 de NOVEMBRO de 2024

LUCIENE MARTINS DE FARIA
CHEFE DA DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

CNPJ: 18.668.376/0001-34
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
AV. FRANCISCO W. DOS ANJOS, Nº 453, CENTRO
MONTE BELO/MG - CEP 37.115-000

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 54.341.981/0001-60
Certidão nº: 151339/2025
Expedição: 03/01/2025, às 08:20:09
Validade: 02/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **54.341.981/0001-60, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 54.341.981/0001-60
Razão Social: SOCIEDADE AGRICOLA SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Endereço: RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA 90 / JDM DAS HORTENCIAS / MONTE BELO / MG / 37115-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:09/03/2025 a 07/04/2025

Certificação Número: 2025030903406248541797

Informação obtida em 27/03/2025 16:08:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3151637/2024
Emissão: 22/05/2024
Validade: 31/03/2025
Chave: AAY1Z

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada e seus responsáveis técnicos listados encontram-se registrados neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, estando a Empresa habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA

CNPJ: 54.341.961/0001-60

Registro: 0001466810

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 60.000,00

Data do Capital: 15/03/2024

Faixa: 2

Objetivo Social Pleno: O COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, INSETICIDAS, FUNGICIDAS, HERBICIDAS E OUTROS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS. O COMÉRCIO ATACADISTA DE ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO. O COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA AGRICULTURA. OS SERVIÇOS TÉCNICOS DE CARTOGRAFIA E TOPOGRAFIA, TAIS COMO ESTUDOS TOPOGRÁFICOS, LEVANTAMENTO DE LIMITES, AS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA E ESPACIAL, A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS GEODÉSICOS (HIDROGRÁFICOS E SOBRE O SOLO). A PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS, INCLUSIVE PARA PUBLICIDADE. AS ATIVIDADES DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA PRESTADAS POR AGRÔNOMOS E OUTROS PROFISSIONAIS A ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, AS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA ATENDER ÀS ECESSIDADES DO CLIENTE, OU SEJA, AS ATIVIDADES VOLTADAS PARA A DEFINIÇÃO DOS MÓDULOS, ESPECIFICAÇÕES FUNCIONAIS INTERNAS, TIPOS DE RELATÓRIOS E TESTES DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO, A PROGRAMAÇÃO COM O USO DE FERRAMENTAS E DE LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO, O FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR DESENVOLVIDOS SOB ENCOMENDA, O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E MODELAGEM DE BANCO DE DADOS SOB ENCOMENDA. AS ATIVIDADES DE LIMPEZA E DE TRATAMENTO DE PISCINAS, AS ATIVIDADES DE LIMPEZA ESPECIALIZADA COMO A LIMPEZA DE CHAMINÉS, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILAÇÃO E DE REFRIGERAÇÃO DE AR, A ATIVIDADE DE LIMPEZA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS, A ATIVIDADE DE LIMPEZA EM TRENS, ÔNIBUS, EMBARCAÇÕES, COMÉRCIO ATACADISTA DE RAÇÃO E OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ANIMAIS.

Objetivo Social Restrito as Atividades Profissionais Fiscalizadas pelo Sistema Confea/CREA:

Endereço Matriz: RUA HORTENCIA BONELLI DE ALMEIDA, 90, JARDIM DAS HORTENCIAS, MONTE BELO, MG, 37115000

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO DE EMPRESA

Data Inicial: 21/05/2024

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000147520DDMG

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2024 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: JOAO CARLOS CARDOZO

Registro: 1422163687

CPF: 104.***.***-36

Data Início: 21/05/2024

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Atribuição: ARTIGO 5 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29,06,73,DO CONFEA E DECRETO FEDERAL 23196 DE 12.10.33, ARTIGO 7 DA LEI5194/66.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Anuidades Pagas

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: AAY1Z
Impresso em: 22/05/2024 às 10:37:40 por: adapt, ip: 200.25.56.70

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3151637/2024
Emissão: 22/05/2024
Validade: 31/03/2025
Chave: AAY1Z

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Exercício:	Parcela:	Valor:	Data Pagamento:
2024	1/1	816,79	21/05/2024

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: AAY1Z
Impresso em: 22/05/2024 às 10:37:40 por: adapt, ip: 200.25.56.70

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART CARGO-FUNÇÃO
Nº MG20242997357

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

SUBSTITUIÇÃO à MG20242986480

1. Responsável Técnico

JOAO CARLOS CARDOZO

Título profissional: **ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

RNP: **1422163687**

Registro: **391176MG**

2. Contratante

Contratante: **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA** CPF/CNPJ: **54.341.981/0001-60**

RUA rua hortencia bonelli de almeida Nº: **90**

Complemento: Bairro: **jardim das hortencias**

Cidade: **MONTE BELO** UF: **MG** CEP: **37115000**

País: **Brasil**

Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Privado**

Ação Institucional: **Outros**

3. Vinculo Contratual

Unidade administrativa: **SEDE**

RUA hortencia bonelli de almeida Nº: **90**

Complemento: Bairro: **JARDIM DAS HORTENCIAS**

Cidade: **MONTE BELO** UF: **MG** CEP: **37115000**

Data de Início: **07/05/2024** Previsão de término: **Não especificado**

Tipo de vinculo: **SÓCIO**

Identificação do cargo/função: **Responsável Técnico**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1000 - OUTRA		
26 - Desempenho de cargo > #3367 - VÍNCULO TÉCNICO COM A EMPRESA (DESEMPENHO DE CARGO/FUNÇÃO TÉCNICA DENTRO DA EMPRESA)	24,00	h/d

A mudança de cargo ou função exige o registro de nova ART

5. Observações

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.crea-mg.org.br/transparencia/lgpd/politica-privacidade-dados. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe

ASSEARA - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Alfenas

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

JOAO CARLOS CARDOZO - CPF: 104.638.996-36

_____, _____ de _____ de _____

Local data

SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA - CNPJ: 54.341.981/0001-60

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Esta ART é isenta de taxa Registrada em: **21/05/2024**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 32A3y
Impresso em: 21/05/2024 às 12:20:44 por: , ip: 170.82.175.11

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

Nome: JOAO CARLOS CARDOZO

RNP: 1422163687

Data de Registro: 04/12/2023

Crea de Registro: CREA-MG

Situação: Ativo

Vistos:

Nenhum visto encontrado.

Títulos de Graduação:

Engenheiro Agrônomo

Títulos de Pós-Graduação:

Nenhum título de pós graduação encontrado.

Atribuições:

Graduação:

ARTIGO 5 DA RESOLUCAO 218 DE
29.06.73,DO CONFEA E DECRETO FEDERAL
23196 DE 12.10.33, ARTIGO 7 DA LEI5194 66.

Pós Graduação:

Nenhuma atribuição encontrada.

SOUZA & CARDOZO

SOLUÇÕES AGRÍCOLAS

DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA
(MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, CPNJ n.º 54.341.981/0001-60, com sede na Rua Hortência Boneli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortências, CEP 37115-000, neste ato representada pelo Sra. FRANCIELE CONCEIÇÃO MIRANDA DE SOUZA, CPF nº 143.325.376-37, RG MG19439716 SSP MG, DECLARA, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

(x) MICROEMPRESA – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

Monte Belo, MG, 07 de março de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
Data: 10/03/2025 07:05:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FRANCIELE CONCEIÇÃO MIRANDA DE SOUZA
CPF nº 143.325.376-37
Sócia administradora

PREFEITURA DE MONTE BELO
DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

Espelho Mobiliário

NOME EMPRESARIAL: **SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA**

Nº DE CADASTRO	TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	LOGRADOURO
3625	SOUZA E CARDOZO- SOLUCOES AGRICOLAS	RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA

NÚMERO	Nº CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	EDIFÍCIO	APTO.
90	37115000	JARDIM DAS HORTENCIAS	MONTE BELO	MG		

DATA DE ABERTURA	INSCRIÇÃO ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL	WEBSITE	DATA DE CADASTRO
11/04/2024	0048467740043	(35)99961-9410	souzacardozosolucoesagricolas@g		24/04/2024

CONTABILIDADE	CÓDIGO CONTABILIDADE	NOME CONTABILIDADE
	18324	LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA

OUTRAS INFORMAÇÕES	
EMPRESA BAIXADA:	NÃO
CATEGORIA:	ISSQN / TLL
TIPO ALVARÁ:	LOCALIZAÇÃO
ALVARÁ SANITÁRIO:	NÃO
TIPO DE ISS:	VARIÁVEL
TAXA BOMBEIRO:	NÃO
TAXA POLÍCIA:	NÃO

CÓDIGO	CNAE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
4623109		COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS
4683400		COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E C
6201501	6201-5/01	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA
7112000	7112-0/00	SERVIÇOS DE ENGENHARIA
7119701	7119-7/01	SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA
7420002		ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS
7490103	7490-1/03	SERVIÇOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA ÀS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECU
7490199	7490-1/99	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICAD/

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31214976454	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGE2500014055

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MONTE BELO
Local

7 JANEIRO 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____
Data

_____ Vogal

_____ Vogal

_____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12333287 em 08/01/2025 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 250109581 - 08/01/2025. Efeitos do registro: 07/01/2025. Autenticação: 1A7640817EF39C535E8B0999C04B2D61147ABA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/010.958-1 e o código de segurança HyoL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/010.958-1	MGE2500014055	08/01/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
143.325.376-37	FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
156.306.386-70	LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12333287 em 08/01/2025 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 250109581 - 08/01/2025. Efeitos do registro: 07/01/2025. Autenticação: 1A7640817EF39C535E8B0999C04B2D61147ABA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/010.958-1 e o código de segurança HyoL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Balanço Patrimonial

Empresa: SOCIEDADE AGRICOLA – SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Endereço: Rua HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA, 90 , JARDIM DAS HORTENCIAS, Monte Belo - MG 37115-000
CNPJ: 54341981000160 **Inscr. Estadual:** 0048467740043 **NIRE:** **EM:** 15/03/2024
Balanço Realizado em: 31/12/2024

ATIVO		PASSIVO	
Histórico	**Saldo Atual**	**Histórico**	**Saldo Atual**
ATIVO	**71.099,61**	**PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**71.099,61**
ATIVO CIRCULANTE	**71.099,61**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**2.498,12**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**61.247,21**	**OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**	**2.498,12**
NUMERÁRIOS	**61.236,63**	**IMPOSTOS E TRIBUTOS FEDERAIS**	**1.241,44**
Caixa geral	61.236,63	DCTFWeb a recolher	155,32
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**10,58**	Simples a recolher	1.086,12
SICOOB – Banco Cooperativo do Brasil S.A	10,58	**OBRIGAÇÕES COM SÓCIOS**	**1.256,68**
ENTRADAS	**9.852,40**	Retirada pró-labore	1.256,68
ESTOQUES DE MERCADORIAS	**9.852,40**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**68.601,49**
Mercadorias para revenda	9.852,40	**CAPITAL SOCIAL**	**60.000,00**
		CAPITAL SOCIAL REALIZADO	**60.000,00**
		Capital social subscrito e integralizado	60.000,00
		RESULTADOS	**8.601,49**
		RESULTADOS	**8.601,49**
		Lucros	8.601,49

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12333287 em 08/01/2025 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA. Nire 31214976454 e protocolo 250109581 - 08/01/2025. Efeitos do registro: 07/01/2025. Autenticação: 1A7640817EF39C535E8B0999C04B2D61147ABA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/010.958-1 e o código de segurança HyoL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Balanço Patrimonial

Empresa: SOCIEDADE AGRICOLA – SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Endereço: Rua HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA, 90 , JARDIM DAS HORTENCIAS, Monte Belo - MG 37115-000
CNPJ: 54341981000160 **Inscr. Estadual:** 0048467740043 **NIRE: EM:** 15/03/2024
Balanço Realizado em: 31/12/2024

TERMOS DE DECLARAÇÃO:

Em cumprimento ao que determina o parágrafo 2° do Artigo 1.184 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406 de 10/01/2002, em conformidade com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/09, assinamos o presente termo de responsabilidade relativo à fidelidade e a realidade dos saldos das contas aqui lavradas, consoante às exigências do Art.1.188 do mesmo código. Os registros do exercício foram realizados com amparo em documentação competente, repassada ao profissional encarregado da escrita contábil, este na qualidade de preposto dos sócios da empresa. O Inventário físico dos elementos patrimoniais (qualitativo e quantitativo) e o inventário de mercadorias e suas pertinentes avaliações, foram sob direta responsabilidade do empresário signatário deste termo.

RESPONSABILIDADES DO PROFISSIONAL CONTÁBIL:

"Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas refletem a documentação que me foi entregue, que são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."
RESPONSABILIDADES DO EMPRESÁRIO:
"Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."

Monte Belo – MG, 31 de dezembro de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
Data: 07/01/2025 13:00:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Empresa: SOCIEDADE AGRICOLA – SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
SÓCIO - ADMINISTRADOR: FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
CPF: 143.325.376-37

gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Data: 07/01/2025 12:51:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CONTADOR : LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA
CPF: 156.306.386-70
CRC MG MG-131656/O-8

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12333287 em 08/01/2025 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA. Nire 31214976454 e protocolo 250109581 - 08/01/2025. Efeitos do registro: 07/01/2025. Autenticação: 1A7640817EF39C535E8B0999C04B2D61147ABA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/010.958-1 e o código de segurança HyoL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Demonstração de Resultado de Exercício

Empresa: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Cidade: Monte Belo - MG
CNPJ: 54341981000160 - **Período:** 01/01/2024 a 31/12/2024

Histórico	Valor	% Vr.
RECEITAS	**87.975,85**	**100,0000**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**104.113,45**	**118,3432**
RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS	**104.113,45**	**118,3432**
RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS	**104.113,45**	**118,3432**
Serviços prestados a vista	104.113,45	118,3432
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**16.137,60**	**18,3432**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**16.137,60**	**18,3432**
(-) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	**16.137,60**	**18,3432**
(-) Simples sobre faturamento	16.137,60	18,3432
RECEITA LÍQUIDA	**87.975,85**	**100,0000**
RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	**87.975,85**	**100,0000**
DESPESAS	**10.364,90**	**11,7815**
DESPESAS OPERACIONAIS	**10.364,90**	**11,7815**
DESPESAS FINANCEIRAS	**230,15**	**0,2616**
DESPESAS FINANCEIRAS	**230,15**	**0,2616**
Juros e despesas bancárias	78,79	0,0896
Juros	19,21	0,0218
Multas	132,15	0,1502
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**10.134,75**	**11,5199**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS TRABALHISTAS	**5.648,00**	**6,4199**
Retirada pró-labore	5.648,00	6,4199
DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS	**4.486,75**	**5,1000**
Honorários	900,00	1,0230
Mensalidades	726,75	0,8261
Serviços de Acessoria	2.860,00	3,2509
RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL	**77.610,95**	**88,2185**
RESULTADO do EXERCÍCIO	**77.610,95**	**88,2185**
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**77.610,95**	**88,2185**

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12333287 em 08/01/2025 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 250109581 - 08/01/2025. Efeitos do registro: 07/01/2025. Autenticação: 1A7640817EF39C535E8B0999C04B2D61147ABA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/010.958-1 e o código de segurança HyoL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Demonstração de Resultado de Exercício

Empresa: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Cidade: Monte Belo - MG
CNPJ: 54341981000160 - **Periodo:** 01/01/2024 a 31/12/2024

RESULTADO DO EXERCÍCIO	**77.610,95**	**88,2185**
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**77.610,95**	**88,2185**
Resultado do exercício	77.610,95	88,2185
Implantação de Saldo	77.610,95	88,2185
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**77.610,95**	**88,2185**

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12333287 em 08/01/2025 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA. Nire 31214976454 e protocolo 250109581 - 08/01/2025. Efeitos do registro: 07/01/2025. Autenticação: 1A7640817EF39C535E8B0999C04B2D61147ABA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/010.958-1 e o código de segurança HyoL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Demonstração de Resultado de Exercício

Empresa: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Cidade: Monte Belo - MG
CNPJ: 54341981000160 - **Período:** 01/01/2024 a 31/12/2024

Monte Belo - MG, 31 de dezembro de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
Data: 07/01/2025 13:00:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Empresa: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
SÓCIO - ADMINISTRADOR: FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
CPF: 143.325.376-37

gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Data: 07/01/2025 12:52:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CONTADOR : LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA
CPF: 156.306.386-70
CRC MG MG-131656/O-8

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12333287 em 08/01/2025 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 250109581 - 08/01/2025. Efeitos do registro: 07/01/2025. Autenticação: 1A7640817EF39C535E8B0999C04B2D61147ABA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/010.958-1 e o código de segurança HyoL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
SOUZA E CARDOZO - SOLUCOES AGRICOLAS
CNPJ: 54.341.981/0001-60

INDICADORES DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
Ano: **2024**

Liquidez Geral (LG)

$$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} = \frac{71.099,61 + 0,00}{2.498,12 + 0,00} = \mathbf{28,46}$$

Solvência Geral (SG)

$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} = \frac{71.099,61}{2.498,12 + 0,00} = \mathbf{28,46}$$

Liquidez Corrente (LC)

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{71.099,61}{2.498,12} = \mathbf{28,46}$$

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
Data: 07/01/2025 13:00:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
SÓCIO - ADMINISTRADOR: FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
CPF: 143.325.376-37

gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Data: 07/01/2025 12:53:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CONTADOR : LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA
CPF: 156.306.386-70
CRC MG MG-131656/O-8

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12333287 em 08/01/2025 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 250109581 - 08/01/2025. Efeitos do registro: 07/01/2025. Autenticação: 1A7640817EF39C535E8B0999C04B2D61147ABA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/010.958-1 e o código de segurança HyoL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/010.958-1	MGE2500014055	08/01/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
143.325.376-37	FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
156.306.386-70	LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12333287 em 08/01/2025 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 250109581 - 08/01/2025. Efeitos do registro: 07/01/2025. Autenticação: 1A7640817EF39C535E8B0999C04B2D61147ABA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/010.958-1 e o código de segurança HyoL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, de NIRE 3121497645-4 e protocolado sob o número 25/010.958-1 em 08/01/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 12333287, em 08/01/2025. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Rosangela de Lourdes Ferreira Azevedo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
143.325.376-37	FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
156.306.386-70	LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
143.325.376-37	FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
156.306.386-70	LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA

Belo Horizonte, quarta-feira, 08 de janeiro de 2025

Documento assinado eletrônicamente por Rosangela de Lourdes Ferreira Azevedo, Servidor(a) Público(a), em 08/01/2025, às 16:30 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 25/010.958-1.

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quarta-feira, 08 de janeiro de 2025

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12333287 em 08/01/2025 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 250109581 - 08/01/2025. Efeitos do registro: 07/01/2025. Autenticação: 1A7640817EF39C535E8B0999C04B2D61147ABA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/010.958-1 e o código de segurança HyoL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
54.341.981/0001-60 MATRIZ		15/03/2024

NOME EMPRESARIAL
SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SOUZA E CARDOZO - SOLUCOES AGRICOLAS	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.23-1-09 - Comércio atacadista de alimentos para animais
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
74.20-0-02 - Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas
74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
[redacted]-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA	90	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
37.115-000	JARDIM DAS HORTENCIAS	MONTE BELO	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SOUZACARDOZOSOLUCOESAGRICOLAS@GMAIL.COM	(35) 9961-9410/ (35) 9869-3781

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	15/03/2024

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

[redacted]ÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **07/05/2024** às **10:03:11** (data e hora de Brasília).

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31214976454	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2400405927

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

MONTE BELO
Local

2 MAIO 2024
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/____ _____ Data Responsável

☐ NÃO ___/___/____ _____ Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

___/___/____ Data

_____ Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/282.726-8	MGP2400405927	03/05/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
143.325.376-37	FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
104.638.996-36	JOAO CARLOS CARDOZO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11684262 em 07/05/2024 da Empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, Nire 31214976454 e protocolo 242827268 - 03/05/2024. Autenticação: 353AFEB85E1E9490DF97E61AF125FF95C4D3585. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/282.726-8 e o código de segurança n1Pc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
54.341.981/0001-60	15/03/2024	13/03/2024

Endereço Completo:
RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA 90 - BAIRRO JARDIM DAS HORTENCIAS CEP 37115-000 - MONTE BELO/MG

Objeto Social:
O COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, INSETICIDAS, FUNGICIDAS, HERBICIDAS E OUTROS DEFENSIVOS AGRICOLAS. O COMERCIO ATACADISTA DE ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO. O COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS QUIMICOS PARA AGRICULTURA. OS SERVICOS TECNICOS DE CARTOGRAFIA E TOPOGRAFIA, TAIS COMO ESTUDOS TOPOGRAFICOS, LEVANTAMENTO DE LIMITES, AS ATIVIDADES DE INFORMACAO CARTOGRAFICA E ESPACIAL, A REALIZACAO DE ESTUDOS GEODESICOS (HIDROGRAFICOS E SOBRE O SOLO). A PRODUCAO DE FOTOGRAFIAS AEREAS E SUBMARINAS, INCLUSIVE PARA PUBLICIDADE. AS ATIVIDADES DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, ORIENTACAO E ASSISTENCIA PRESTADAS POR AGRONOMOS E OUTROS PROFISSIONAIS A ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS, AS ATIVIDADES DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL, O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CLIENTE, OU SEJA, AS ATIVIDADES VOLTADAS PARA A DEFINICAO DOS MODULOS, ESPECIFICACOES FUNCIONAIS INTERNAS, TIPOS DE RELATORIOS E TESTES DE AVALIACAO DO DESEMPENHO. A PROGRAMACAO COM O USO DE FERRAMENTAS E DE LINGUAGENS DE PROGRAMACAO, O FORNECIMENTO DE DOCUMENTACAO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR DESENVOLVIDOS SOB ENCOMENDA, O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E MODELAGEM DE BANCO DE DADOS SOB ENCOMENDA. AS ATIVIDADES DE LIMPEZA E DE TRATAMENTO DE PISCINAS, AS ATIVIDADES DE LIMPEZA ESPECIALIZADA COMO A LIMPEZA DE CHAMINES, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILACAO E DE REFRIGERACAO DE AR, A ATIVIDADE DE LIMPEZA DE MAQUINAS INDUSTRIAIS, A ATIVIDADE DE LIMPEZA EM TRENS, ONIBUS, EMBARCACOES, COMERCIO ATACADISTA DE RACAO E OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA ANIMAIS.

Capital Social:	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)	Prazo de Duração
R$ 60.000,00 SESSENTA MIL REAIS		
Capital Integralizado: R$ 60.000,00 SESSENTA MIL REAIS	MICRO EMPRESA	INDETERMINADO

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Participação no Capital	Espécie de Sócio/ Administrador	Térm. Mandato
143.325.376-37	FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA	R$ 30.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxxx
104.638.996-36	JOAO CARLOS CARDOZO	R$ 30.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxxx

Administrador Nomeado/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Térm. Mandato
xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

Situação: ATIVA — Status: xxxxxxx

Último Arquivamento: 15/03/2024 — Número: 31214976454

Ato 090 - CONTRATO

Evento(s) 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 07 de Maio de 2024 09:41

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C240001310745 e visualize a certidão)

24/287.787-7

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004846774.00-43 **CPF/CNPJ:** 54.341.981/0001-60

NOME/NOME EMPRESARIAL: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA

NOME FANTASIA: SOUZA E CARDOZO - SOLUCOES AGRICOLAS

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 4683-4/00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo

DESMEMBRAMENTO:

CNAE SECUNDÁRIA / 4623-1/09 - Comércio atacadista de alimentos para animais

DESMEMBRAMENTO:

NATUREZA JURIDICA : SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

REGIME DE RECOLHIMENTO : SIMPLES NACIONAL **CATEGORIA:** Único

DATA INSCRIÇÃO: 15/03/2024 **MEI:** não

SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo **DATA DA SITUAÇÃO DA** 15/03/2024

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 37115000 **UF:** MINAS GERAIS

MUNICIPIO: MONTE BELO

DISTRITO / POVOADO:

BAIRRO: JARDIM DAS HORTENCIAS

LOGRADOURO: R HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA

NUMERO: 90

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO:

EMITIDO EM

06/01/2025 13:30:43

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa	CERTIDÃO EMITIDA EM: 07/03/2025 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 05/06/2025

NOME/NOME EMPRESARIAL: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004846774.00-43	CNPJ/CPF: 54.341.981/0001-60	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA		NÚMERO: 90
COMPLEMENTO:	BAIRRO: JARDIM DAS HORTENCIAS	CEP: 37115000
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: MONTE BELO	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000853375524

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
CNPJ: 54.341.981/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:04:23 do dia 03/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/07/2025.
Código de controle da certidão: **3CF0.3007.7540.E8F3**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

MONTE BELO

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
CNPJ: 54.341.981/0001-60

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 07 de Março de 2025 às 09:44

MONTE BELO, 07 de Março de 2025 às 09:44

Código de Autenticação: 2503-0709-4453-0941-2862

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

PREFEITURA DE MONTE BELO - (35) 3573-9800

Emissão 07/11/2024

PREFEITURA DE MONTE BELO

DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº. 0001991

Informações do Contribuinte

CÓDIGO C.M.C.	NOME EMPRESARIAL (RAZÃO SOCIAL)	CPF/CNPJ
3625	SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA	54.341.981/0001-60

Endereço do Contribuinte

LOGRADOURO	NÚMERO	Nº DO CEP	BAIRRO
RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA	90	37115000	JARDIM DAS HORTENCIAS
MUNICÍPIO	**UF**	**EDIFÍCIO**	**APTO. / SALA**
MONTE BELO	MG		

NOME DO REQUERENTE	Nº DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E	54.341.981/0001-60	

FINALIDADE DA CERTIDÃO

Data de Emissão: 07/11/2024 **Data de Validade: 06/05/2025**

A Divisão de Tributação, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação Tributária do Município, certifica, até a presente data, que não foram localizados débitos cuja responsabilidade tributária e/ou fiscal é ao mesmo atribuído.

A expedição da presente Certidão Negativa de Débito, não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado, conforme Art. 85 da Lei Complementar 11/96.

NADA MAIS havendo, o referido é verdade do que dou fé.

Monte Belo(MG), 07 de NOVEMBRO de 2024

LUCIENE MARTINS DE FARIA
CHEFE DA DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

CNPJ: 18.668.378/0001-34
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
AV. FRANCISCO W. DOS ANJOS, Nº 453, CENTRO
MONTE BELO/MG-CEP 37.115-000

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 54.341.981/0001-60
Certidão nº: 151339/2025
Expedição: 03/01/2025, às 08:20:09
Validade: 02/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **54.341.981/0001-60, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 54.341.981/0001-60
Razão Social: SOCIEDADE AGRICOLA SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Endereço: RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA 90 / JDM DAS HORTENCIAS / MONTE BELO / MG / 37115-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:09/03/2025 a 07/04/2025

Certificação Número: 2025030903406248541797

Informação obtida em 27/03/2025 16:08:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

SOUZA & CARDOZO

SOLUÇÕES AGRICOLAS

DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA
(MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, CPNJ n.º 54.341.981/0001-60, com sede na Rua Hortência Boneli de Almeida, nº 90, Bairro Jardim das Hortências, CEP 37115-000, neste ato representada pelo Sra. FRANCIELE CONCEIÇÃO MIRANDA DE SOUZA, CPF nº 143.325.376-37, RG MG19439716 SSP MG, DECLARA, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

(x) MICROEMPRESA – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

Monte Belo, MG, 07 de março de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
Data: 10/03/2025 07:05:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FRANCIELE CONCEIÇÃO MIRANDA DE SOUZA
CPF nº 143.325.376-37
Sócia administradora

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3151637/2024
Emissão: 22/05/2024
Validade: 31/03/2025
Chave: AAY1Z

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada e seus responsáveis técnicos listados encontram-se registrados neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, estando a Empresa habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA

CNPJ: 54.341.981/0001-60

Registro: 0001466810

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 60.000,00

Data do Capital: 15/03/2024

Faixa: 2

Objetivo Social Pleno: O COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, INSETICIDAS, FUNGICIDAS, HERBICIDAS E OUTROS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS. O COMÉRCIO ATACADISTA DE ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO. O COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA AGRICULTURA. OS SERVIÇOS TÉCNICOS DE CARTOGRAFIA E TOPOGRAFIA, TAIS COMO ESTUDOS TOPOGRÁFICOS, LEVANTAMENTO DE LIMITES, AS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA E ESPACIAL. A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS GEODÉSICOS (HIDROGRÁFICOS E SOBRE O SOLO). A PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS, INCLUSIVE PARA PUBLICIDADE. AS ATIVIDADES DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA PRESTADAS POR AGRÔNOMOS E OUTROS PROFISSIONAIS A ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, AS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA ATENDER ÀS ECESSIDADES DO CLIENTE, OU SEJA, AS ATIVIDADES VOLTADAS PARA A DEFINIÇÃO DOS MÓDULOS, ESPECIFICAÇÕES FUNCIONAIS INTERNAS, TIPOS DE RELATÓRIOS E TESTES DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO, A PROGRAMAÇÃO COM O USO DE FERRAMENTAS E DE LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO, O FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR DESENVOLVIDOS SOB ENCOMENDA, O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E MODELAGEM DE BANCO DE DADOS SOB ENCOMENDA, AS ATIVIDADES DE LIMPEZA E DE TRATAMENTO DE PISCINAS, AS ATIVIDADES DE LIMPEZA ESPECIALIZADA COMO A LIMPEZA DE CHAMINÉS, DE FORNOS, INCINERADORES, CALDEIRAS, DUTOS DE VENTILAÇÃO E DE REFRIGERAÇÃO DE AR, A ATIVIDADE DE LIMPEZA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS, A ATIVIDADE DE LIMPEZA EM TRENS, ÔNIBUS, EMBARCAÇÕES, COMÉRCIO ATACADISTA DE RAÇÃO E OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ANIMAIS.

Objetivo Social Restrito as Atividades Profissionais Fiscalizadas pelo Sistema Confea/CREA:

Endereço Matriz: RUA HORTENCIA BONELLI DE ALMEIDA, 90, JARDIM DAS HORTENCIAS, MONTE BELO, MG, 37115000

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO DE EMPRESA

Data Inicial: 21/05/2024

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000147520DDMG

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2024 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: JOAO CARLOS CARDOZO

Registro: 1422163687

CPF: 104.***.***-36

Data Início: 21/05/2024

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Atribuição: ARTIGO 5 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73,DO CONFEA E DECRETO FEDERAL 23196 DE 12.10.33, ARTIGO 7 DA LEI5194/66.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Anuidades Pagas

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: AAY1Z
Impresso em: 22/05/2024 às 10:37:40 por: adapt, ip: 200.25.56.70

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3151637/2024
Emissão: 22/05/2024
Validade: 31/03/2025
Chave: AAY1Z

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Exercício:	Parcela:	Valor:	Data Pagamento:
2024	1/1	816,79	21/05/2024

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: AAY1Z
Impresso em: 22/05/2024 às 10:37:40 por: adapt, ip: 200.25.56.70

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART CARGO-FUNÇÃO
Nº MG20242997357

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

SUBSTITUIÇÃO à MG20242986480

1. Responsável Técnico

JOAO CARLOS CARDOZO

Título profissional: **ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

RNP: **1422163687**

Registro: **391176MG**

2. Contratante

Contratante: **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA**

CPF/CNPJ: **54.341.981/0001-60**

RUA rua hortencia bonelli de almeida

Nº: **90**

Complemento:

Bairro: **jardim das hortencias**

Cidade: **MONTE BELO**

UF: **MG**

CEP: **37115000**

País: **Brasil**

Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Privado**

Ação Institucional: **Outros**

3. Vinculo Contratual

Unidade administrativa: **SEDE**

RUA hortencia bonelli de almeida

Nº: **90**

Complemento:

Bairro: **JARDIM DAS HORTENCIAS**

Cidade: **MONTE BELO**

UF: **MG**

CEP: **37115000**

Data de Início: **07/05/2024**

Previsão de término: **Não especificado**

Tipo de vínculo: **SÓCIO**

Identificação do cargo/função: **Responsável Técnico**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1000 - OUTRA		
26 - Desempenho de cargo > #3367 - VÍNCULO TÉCNICO COM A EMPRESA (DESEMPENHO DE CARGO/FUNÇÃO TÉCNICA DENTRO DA EMPRESA)	24,00	h/d

A mudança de cargo ou função exige o registro de nova ART

5. Observações

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.crea-mg.org.br/transparencia/lgpd/politica-privacidade-dados. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe

ASSEARA - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Alfenas

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

JOAO CARLOS CARDOZO - CPF: 104.638.996-36

_____, _____ de _____ de _____

Local data

SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA - CNPJ: 54.341.981/0001-60

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Esta ART é isenta de taxa

Registrada em: **21/05/2024**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 32A3y
Impresso em: 21/05/2024 às 12:20:44 por: , ip: 170.82.175.11

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

Nome: JOAO CARLOS CARDOZO

RNP: 1422163687

Data de Registro: 04/12/2023

Crea de Registro: CREA-MG

Situação: Ativo

Vistos:

Nenhum visto encontrado.

Títulos de Graduação:

Engenheiro Agrônomo

Títulos de Pós-Graduação:

Nenhum título de pós graduação encontrado.

Atribuições:

Graduação:

ARTIGO 5 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73,DO CONFEA E DECRETO FEDERAL 23196 DE 12.10.33, ARTIGO 7 DA LEI5194 66.

Pós Graduação:

Nenhuma atribuição encontrada.

PREFEITURA DE MONTE BELO
DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

Espelho Mobiliário

NOME EMPRESARIAL: **SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA**

Nº DE CADASTRO	TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	LOGRADOURO
3625	SOUZA E CARDOZO- SOLUCOES AGRICOLAS	RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA

NÚMERO	Nº CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	EDIFÍCIO	APTO
90	37115000	JARDIM DAS HORTENCIAS	MONTE BELO	MG		

DATA DE ABERTURA	INSCRIÇÃO ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL	WEBSITE	DATA DE CADASTRO
11/04/2024	0048467740043	(35)99961-9410	souzacardozosolucoesagricolas@g		24/04/2024

CONTABILIDADE	CÓDIGO CONTABILIDADE	NOME CONTABILIDADE
	18324	LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA

OUTRAS INFORMAÇÕES	
EMPRESA BAIXADA:	NÃO
CATEGORIA:	ISSQN / TLL
TIPO ALVARÁ:	LOCALIZAÇÃO
ALVARÁ SANITÁRIO:	NÃO
TIPO DE ISS:	VARIÁVEL
TAXA BOMBEIRO:	NÃO
TAXA POLÍCIA:	NÃO

CÓDIGO	CNAE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
4623108		COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS
4683400		COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E C
6201501	6201-5/01	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA
7112000	7112-0/00	SERVIÇOS DE ENGENHARIA
7119701	7119-7/01	SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA
7420002		ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS
7490103	7490-1/03	SERVIÇOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA ÀS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PEC
7490199	7490-1/99	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº 18.243.246/0001-50

Atestado de Capacidade Técnica

O(A) MUNICÍPIO DE AREADO/MG, Inscrito no CNPJ: 18.243.246/0001-50, com sede a Praça Henrique Vieira, nº 25 – Centro – Areado/MG, neste ato representado(a) pelo(a) Leonardo Gonçalves Gomes Secretário Municipal de Obras, Serviços Públicos, Agropecuária e Meio Ambiente de CPF: 124.277.856-01, atesta para os devidos fins de direito que o(a) JOAO CARLOS CARDOZO Engenheiro Agrônomo, registrado(a) no CREA-MG sob o nº 1422163687, enquanto responsável técnico(a) da empresa SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 54.341.981/0001-60, **prestou serviços de** : Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD), conforme normas do FEAM, com cronograma; Elaborou um projeto de (Coleta seletiva) destinação própria dos resíduos recicláveis, conforme normas do FEAM, com cronograma; Assessoria ambiental (abrangendo licenças, perícias, projetos, avaliação, complementos e afins em todo seu processo) conforme dados contratuais e descrição dos serviços abaixo:

Dados da Obra / serviço

**Contrato/Convênio:* CONTRATO Nº 278

**Objeto do contrato:* Elaborar um Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD), conforme normas do FEAM, com cronograma; Elaborar um projeto de destinação própria dos resíduos recicláveis, conforme normas do FEAM, com cronograma; Assessoria ambiental - abrangendo licenças, perícias, projetos, avaliação, complementos e afins em todo seu processo.

**Local da obra/serviço:* Praça Henrique Vieira, nº 25, Centro, Areado, MG

**Período de realização/prestação do serviço:* 20/02/2025 a 12/03/2025

Dados do contratante / Proprietário

**Razão Social:* Município de Areado

**CNPJ:* 18.243.246/0001-50

Dados da empresa contratada

**Razão Social:* SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA,

**CNPJ:* 54.341.981/0001-60

*Dados do(s) Responsável(is) técnico(s) IDENTIFICAR TODOS(AS) OS(AS) PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS, INCLUSIVE OS(AS) PROFISSIONAIS DE EMPRESA SUBCONTRATADA E DE CONSÓRCIO, OU APRESENTAR AS ARTS CORRESPONDENTES.

**Engenheiro(a)* ENGENHEIRO AGRONOMO: JOÃO CARLOS CARDOZO

**Registro (RNP):* CREA-MG nº 142216368-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº 18.243.246/0001-50

Descrição do(s)Serviço(s) Realizado(s)

Foram Prestados de serviços técnicos especializados para a elaboração de um **Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) em um aterro** com área de 12.000 m² (doze mil metros quadrados), situada no "Córrego Raso", Zona Rural de Areado. Localização por coordenadas geográficas: 21º 20` 27.5``S 46º 07` 54.9``W, conforme as normas estabelecidas pelo FEAM, incluindo a definição de diretrizes, técnicas de recuperação, monitoramento e um cronograma detalhado para a execução das ações.
Foi desenvolvido de **um projeto de destinação adequada de resíduos recicláveis** para a cidade de Areado MG, em conformidade com as diretrizes do FEAM, com planejamento técnico e cronograma de implementação.
Além disso foi realizado uma **Assessoria ambiental** especializada, avaliação de lixo provenientes da operação cata-treco da prefeitura, a medida visou assegurar conformidade com as exigências legais e normativas vigentes.

Atestamos que os serviços foram executados conforme projetos, de acordo com as especificações contratuais e de acordo com as normas técnicas vigentes.

AREADO,13 DE MARÇO DE 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO GONCALVES GOMES
Data: 13/03/2025 15:00:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Leonardo Gonçalves Gomes
CPF: 124.277.856-01
Secretário Municipal de Obras, Serviços Públicos, Agropecuária e Meio Ambiente
Município de Areado
18.243.246/0001-50

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20253776548

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico

JOAO CARLOS CARDOZO

Título profissional: **ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

RNP: **1422163687**
Registro: **391176MG**

Empresa contratada: **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA**

Registro Nacional: **0001466810-MG**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Município de Areado,**

CPF/CNPJ: **18.243.246/0001-50**

PRAçA Praça Henrique Vieira,

Nº: **25**

Complemento:

Bairro: **centro**

Cidade: **AREADO**

UF: **MG**

CEP: **37140000**

Contrato: **278**

Celebrado em: **10/02/2025**

Valor: **R$ 8.874,23**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

PRAçA Praça Henrique Vieira,

Nº: **25**

Complemento:

Bairro: **centro**

Cidade: **AREADO**

UF: **MG**

CEP: **37140000**

Data de Início: **20/02/2025**

Previsão de término: **12/05/2025**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **AMBIENTAL**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **Município de Areado,**

CPF/CNPJ: **18.243.246/0001-50**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1 - Assessoria		
6 - Assessoria > MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.3 - DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL	1,00	un
14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
40 - Estudo > MEIO AMBIENTE > DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL > DE DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL > #7.2.1.6 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	1,00	un
22 - Orientação	Quantidade	Unidade
62 - Gestão > SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS SÓLIDOS > #6.2.4.6 - PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD); Elaboração de um projeto de destinação própria dos resíduos recicláveis Assessoria ambiental

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.crea-mg.org.br/transparencia/lgpd/politica-privacidade-dados. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe

ASSEARA - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Alfenas

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20253776548

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOAO CARLOS CARDOZO
Data: 12/03/2025 08:03:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

JOAO CARLOS CARDOZO - CPF: 104.638.996-36

_____, _____ de _____ de _____
Local data

Municipio de Areado, - CNPJ: 18.243.246/0001-50

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 103,03** Registrada em: **12/03/2025** Valor pago: **R$ 103,02** Nosso Número: **8607462307**

Documento assinado digitalmente
gov.br
LEONARDO GONCALVES GOMES
Data: 12/03/2025 08:14:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PREFEITURA DE MONTE BELO
DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

NOTA FISCAL	0000018
NÚMERO RPS	
DATA DE EMISSÃO NOTA	20/03/2025 13:42:46
DATA DO FATO GERADOR	20/03/2025

PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL PRESTADOR	NOME FANTASIA PRESTADOR
SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA	SOUZA E CARDOZO- SOLUCOES AGRICOLAS

ENDEREÇO	COMPLEMENTO
RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA, Nº 90, JARDIM DAS HORTENCIAS, MONTE BELO MG , 37115000	

Nº CPF/CNPJ	SIMPLES NACIONAL	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
54.341.981/0001-60	SIM	03625	0048467740043	(35)99961-9	souzacardozosolucoesagricolas@gmail.com

TOMADOR DE SERVIÇOS

NOME DO TOMADOR	
MUNICÍPIO DE AREADO	

ENDEREÇO	COMPLEMENTO
RUA Praça HENRIQUE VIEIRA, 25, CENTRO - Areado - MG - , Nº 25, centro , CEP 37140000, AREADO - MG	

Nº CPF/CNPJ	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
18.243.246/0001-50			(35) 3293-1	compras@areado.mg.gov.br

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	01	ELABORARAÇÃO UM PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA (PRAD), UM PROJETO DE RESIDUOS RECICLAVEIS	8.874,23	8.874,23

OBSERVAÇÕES
REFERENTE AO EMPENHO 501/2025 - PROCESSO18/2025 - DISPENSA 9-2025

TOTAL GERAL: 8.874,23

IMPOSTOS FEDERAIS						IMPOSTOS MUNICIPAIS			VALOR LÍQUIDO
RETIDO	INSS	PIS/PASEP	COFINS	IR	CSLL	ALÍQUOTA ISS	BASE DE CÁLCULO	TOTAL ISS	
NÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,1700 %	8.874,23	192,57	8.874,23

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DA PRESTAÇÃO
LC116: 2801 - CNAE: 7112-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

DESCONTOS / DEDUÇÕES

DESC. CONDICIONADO	DESC. INCONDICIONADO	DEDUÇÕES (Materiais e Outros)	OUTRAS DEDUÇÕES
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

NATUREZA DA OPERAÇÃO	RECOLHIMENTO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS (IBPT)
Tributado no Município	ISS A RECOLHER PELO PRESTADOR	MONTE BELO - MG	R$ 1.193,58 (13,45%)

ESTE DOCUMENTO PODE SER VALIDADO NO SITE **www.prefeituramoderna.com.br**
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO - ffe1c8e90f9a7506e3bd7ed1076ea651
ASSINATURA DIGITAL ANTIGA - 84b2439d707bc65174108d426a67281e

Recebi(emos) de **SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA** o(s) serviço(s) indicado(s) à nota fiscal eletrônica de serviço de número **0000018**.

NÚMERO NOTA FISCAL: **0000018**

____/____/____
Data do Recebimento

_____
Identificação e assinatura do recebedor

BALHALIS SISTEMAS ®

Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

3151968/2024

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) - ARTs, constante(s) da Presente CERTIDÃO, tendo sido comprovada a execução e conclusão da(s) obra(s) e/ou serviço(s) indicado(s) conforme descrição(ões) abaixo.

Profissional: **JOAO CARLOS CARDOZO**
Registro: **391176MG** RNP: **1422163687**
Título profissional: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Número da ART: **MG20243040187** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 03/06/2024 Baixada em: 03/06/2024
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA**

Contratante: **ALEXANDRE VIVEIROS** CPF/CNPJ: **10.598.636/0001-30**
Endereço do contratante: RUA R HUM Nº: 35
Complemento: Bairro: SAO VICENTE
Cidade: AREADO UF: MG CEP: 37140000
Contrato: 0012/2024 Celebrado em: 01/05/2024
Valor do contrato: R$ 1.300,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: RUA R HUM Nº: 35
Complemento: Bairro: SAO VICENTE
Cidade: AREADO UF: MG CEP: 37140000
Data de início: 21/05/2024 Conclusão efetiva: 22/05/2024
Finalidade: AMBIENTAL
Proprietário: ALEXANDRE VIVEIROS CPF/CNPJ: 10.598.636/0001-30

Atividade Técnica: **8 - Consultoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.10 - DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL 6 - Assessoria 1.00 unidade; **8 - Consultoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS 6 - Assessoria 1.00 unidade; **8 - Consultoria** MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.8 - DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 6 - Assessoria 1.00 unidade;

Observações

Informações Complementares

- O registro no CREA-MG da empresa contratada ocorreu em 21/05/2024

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 3151968/2024
03/06/2024, 14:41
2axyc

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 2axyc

MultiLimp

Atestado de Capacidade Técnica

O **ALEXANDRE VIVEIROS - MULTILIMP SOLUCOES E SERVICOS**, Inscrito no CNPJ: 10.598.636/0001-30, com sede, em RUA HUM, NÚMERO 35, BAIRRO SÃO VICENTE, AREADO, MINAS GERAIS, doravante denominado **CONTRATANTE** e neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu representante legal e proprietário ALEXANDRE VIVEIROS, portador do Documento de Identidade RG nº. MG 10558526, inscrito no CPF sob o nº. 036.093.216-95, residente e domiciliado em Rua Américo Magalhães Viana, Número 60, Bairro Nova Areado, Areado, Minas Gerais, atesta para os devidos fins de direito que o ENGENHEIRO AGRÔNOMO JOAO CARLOS CARDOZO , registrado(a) no CREA-MINAS GERAIS sob o nº nº 142216368-7, enquanto responsável técnico(a) da empresa e **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° **54.341.981/0001-60**, com sede em Rua Hortência Bonelli de Almeida, Número 90, Bairro JD das Hortência MONTE BELO-MG, doravante denominado **CONTRATADA** e neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu representante legal JOAO CARLOS CARDOZO, Engenheiro Agrônomo, portador do Documento de Identidade RG nº. MG 16338811, inscrito no CPF sob o nº. 104.638.996-36, residente e domiciliado em Rua Hortência Bonelli de Almeida, Número 90, Bairro JD das Hortência, MONTE BELO – MG. registro no CREA-MG sob o nº nº 0001466810, **prestou serviços de** assessoria ambiental e um estudo ambiental conforme dados contratuais e descrição dos serviços abaixo:

Dados da Obra / serviço

***Contrato/Convênio:** **0012/2024**

***Objeto do contrato:** Para assegurar a conformidade com as boas práticas ambientais, o cliente requisitou serviços de consultoria ambiental e estudos específicos conforme estipulado nos termos e condições do Contrato 0012/2024, referente à prestação de serviços de consultoria ambiental e elaboração de estudos ambientais.

***Local da obra/serviço:** Rua HUM, Número 35, Bairro São Vicente, Areado, Minas Gerais

***Período de realização/prestação do serviço:** 01/05/2024 A 22/05/2024

Dados do contratante / Proprietário

***Razão Social:** *ALEXANDRE VIVEIROS*

***CNPJ:** 10.598.636/0001-30

Dados da empresa contratada

***Razão Social:** **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA**

***CNPJ:** **54.341.981/0001-60**

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 3151968/2024, emitida em 03/06/2024

Certidão nº 3151968/2024
03/06/2024, 14:42
Chave de Impressão: 2axyc
O documento neste ato registrado foi emitido em 03/06/2024 e contém 2 folhas

MultiLimp

Dados do(s) Responsável(is) técnico(s)

Engenheiro(a) ENGENHEIRO AGRONOMO: JOÃO CARLOS CARDOZO

Registro (RNP): **391176MG**

Descrição do(s)Serviço(s) Realizado(s) Foi realizado uma assessoria ambiental afim de identificar todas as atividades da empresa, mapear seus processos e indicar quais os pontos em que uma política de controle ambiental poderia ser aplicada caso necessário. A assessoria se dedicou em auxiliar a empresa em melhorar as rotinas e, eventualmente, fazemos o gerenciamento e até a execução de tarefas específicas futuras. Os estudos ambientais tiveram como objetivo realizar uma avaliação prévia se o empreendimento está promovendo algum impacto ambiental que possa ocasionar mudanças significativas no meio ambiente tudo isso foi proposto pela própria empresa afim de garantir boas práticas ambientais. Para finalizar foi realizado um treinamento para repassar informações ambientais para os funcionários no local do serviço (Rua HUM, Número 35, Bairro São Vicente, Areado, Minas Gerais) respeitando horários e regras da empresa contratante.

Atestamos que os serviços foram executados conforme projetos, de acordo com as especificações contratuais e de acordo com as normas técnicas vigentes.

AREADO, MINAS GERAIS,23 DE MAIO DE 2024.

Alexandre V. Veiros

PROPRIETÁRIO: ALEXANDRE VIVEIROS- 036.093.216-95

ALEXANDRE VIVEIROS
10.598.636/0001-30

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 3151968/2024, emitida em 03/06/2024

Certidão nº 3151968/2024
03/06/2024, 14:42
Chave de Impressão: 2axyc
O documento neste ato registrado foi emitido em 03/06/2024 e contém 2 folhas

PREFEITURA DE MONTE BELO
DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

NOTA FISCAL	240000002
NÚMERO RPS	
DATA DE EMISSÃO NOTA	24/05/2024 00:00:00
DATA DO FATO GERADOR	24/05/2024

PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL PRESTADOR	NOME FANTASIA PRESTADOR
SOCIEDADE AGRICOLA -SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA	

ENDEREÇO	COMPLEMENTO
Rua HORTENCIA BONELI ALMEIDA, 90, JD DAS HORTENCIAS - Monte Belo - MG - CEP: 37.115-000, Nº , , MONTE BELO , 37115000	

Nº CPF/CNPJ	SIMPLES NACIONAL	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
54.341.981/0001-60	SIM	03625	0048467740043		souzacardozosolucoesagricolas@gmail.com

TOMADOR DE SERVIÇOS

NOME DO TOMADOR	
ALEXANDRE VIVEIROS	

ENDEREÇO	COMPLEMENTO
Outros Rua hum, 35, São Vicente - Areado - MG - CEP: 37.140-000, Nº , , CEP 00000000, AREADO -	

Nº CPF/CNPJ	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
10.598.636/0001-30		0011069440019		

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
UN	1	Serviço de assessoria ambiental	1300.00	1300.00

OBSERVAÇÕES	TOTAL GERAL
	1.300,00

	IMPOSTOS FEDERAIS					IMPOSTOS MUNICIPAIS			VALOR LÍQUIDO
RETIDO	INSS	PIS/PASEP	COFINS	IR	CSLL	ALÍQUOTA ISS	BASE DE CÁLCULO	TOTAL ISS	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,1700 %	1.300,00	28,21	1.300,00

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DA PRESTAÇÃO
LC116: 1701 - CNAE: 7490-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

DESCONTOS / DEDUÇÕES

DESC. CONDICIONADO	DESC. INCONDICIONADO	DEDUÇÕES (Materiais e Outros)	OUTRAS DEDUÇÕES
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

NATUREZA DA OPERAÇÃO	RECOLHIMENTO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS (IBPT)
Tributado no Município	ISS A RECOLHER PELO PRESTADOR	MONTE BELO - MG	R$ 174,85 (13,45%)

ESTE DOCUMENTO PODE SER VALIDADO NO SITE **www.prefeituramoderna.com.br**
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO - f9d82a1e16893cb05bcfd994ae82fa1f
ASSINATURA DIGITAL ANTIGA - 3c386029ca8f8cd8ef51c1fe60735403

Recebi(emos) de **SOCIEDADE AGRICOLA -SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA** o(s) serviço(s) indicado(s) à nota fiscal eletrônica de serviço de número **240000002.**

NUMERO NOTA FISCAL
240000002

____/____/____
Data do Recebimento

_____
Identificação e assinatura do recebedor

BAUHAUS SISTEMAS ®

Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013
Resolução Nº 1137 de 31 de Março de 2023

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

3197502/2024

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) - ARTs, constante(s) da Presente CERTIDÃO, tendo sido comprovada a execução e conclusão da(s) obra(s) e/ou serviço(s) indicado(s) conforme descrição(ões) abaixo.

Profissional: **JOAO CARLOS CARDOZO**
Registro: **391176MG** RNP: **1422163687**
Título profissional: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Número da ART: **MG20243393026** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 08/10/2024 Baixada em: 29/10/2024
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA**

Contratante: **FMMA FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE** CPF/CNPJ: **15.792.574/0001-17**
Endereço do contratante: RUA PRAÇA DOS TRÊS PODERES Nº: 88
Complemento: Bairro: Centro
Cidade: QUIRINÓPOLIS UF: GO CEP: 75860000
Contrato: Celebrado em: 12/09/2024
Valor do contrato: R$ 7.716,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: RUA PRAÇA DOS TRÊS PODERES Nº: 88
Complemento: Bairro: Centro
Cidade: QUIRINÓPOLIS UF: GO CEP: 75860000
Data de início: 01/10/2024 Conclusão efetiva: 08/10/2024
Finalidade: AMBIENTAL
Proprietário: FMMA FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE CPF/CNPJ: 15.792.574/0001-17

Atividade Técnica: **14 - Elaboração** METEOROLOGIA > METEOROLOGIA E MEIO AMBIENTE > #41.5.4 - DE PROGNÓSTICO, DIAGNÓSTICO, MONITORAMENTO, MITIGAÇÃO E AVALIAÇÃO 66 - Laudo 1,00 unidade; **14 - Elaboração** MEIO AMBIENTE > DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL > DE DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL > #7.2.1.7 - PROGNÓSTICO AMBIENTAL 66 - Laudo 1,00 unidade;

Observações

SERVIÇO EM PERÍCIA TÉCNICA AMBIENTAL

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 3197502/2024
29/10/2024, 08:07
5ZB89

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 14.133/21, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 5ZB89

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA**, Inscrito no CNPJ: **15.792.574/0001-17**, com sede, em PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 88 - Centro, Quirinópolis - GO, doravante denominado **CONTRATANTE** e neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, José Lucas Rabelo Mendonça- Secretário Municipal de Meio Ambiente, brasileiro, portador do CPF n.º 033.535.741-58 e do RG n.º5505349 SSP-GO, residente e domiciliado na Rua João Gonçalves do Couto qd.23 lt.17ª, jardim Vitória, atesta para os devidos fins de direito que o ENGENHEIRO AGRÔNOMO JOÃO CARLOS CARDOZO, registrado(a) no CREA MINAS GERAIS sob o nº **391176-MG**, enquanto responsável técnico(a) da empresa e **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **54.341.981/0001-60**, com sede em Rua Hortência Bonelli de Almeida, Número 90, Bairro JD das Hortência MONTE BELO-MG, doravante denominado **CONTRATADA** e neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu representante legal JOÃO CARLOS CARDOZO, Engenheiro Agrônomo, portador do Documento de Identidade RG nº. MG 16.338.811, inscrito no CPF sob o nº. 104.638.996-36, residente e domiciliado em Rua Hortência Bonelli de Almeida, Número 90, Bairro JD das Hortência, MONTE BELO – MG. registro no CREA-Minas Gerais nº 391.176 - MG e, prestou serviços de prestação de serviços técnicos especializados em PERÍCIA AMBIENTAL, para assessorar o município, por intermédio do FMMA - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 3197502/2024, emitida em 29/10/2024

Certidão nº 3197502/2024
29/10/2024, 08:48
Chave de Impressão: 5ZB89
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/10/2024 e contém 3 folhas

DADOS DA OBRA / SERVIÇO

Contrato/Convênio: EMPENHO 280904/24

Objeto do contrato: prestação de serviço em perícia técnica ambiental realizada por profissional especializado, em armazém de grãos, para acompanhamento do processo de licenciamento ambiental, sob supervisão do fundo municipal do meio ambiente.

Local da obra/serviço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 88 - Centro, Quirinópolis - GO
Período de realização/prestação do serviço: 11/09/2024 a 10/10/2024.

DADOS DO CONTRATANTE:
Razão Social: FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA
CNPJ: 15.792.574/0001-17

DADOS DA EMPRESA CONTRATADA
Razão Social: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
CNPJ: 54.341.981/0001-60

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: JOÃO CARLOS CARDOZO
Engenheiro: ENGENHEIRO AGRONOMO: JOÃO CARLOS CARDOZO
Registro (RNP): CREA-MG nº 142216368-7

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 3197502/2024, emitida em 29/10/2024

Certidão nº 3197502/2024
29/10/2024, 08:48
Chave de Impressão: 5ZB89
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/10/2024 e contem 3 folhas

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS

Foi realizado a emissão e redação de documento em uma perícia técnica ambiental para um armazém de grãos para o acompanhamento de processo de licenciamento ambiental a perícia ambiental envolveu a análise de impactos ambientais das operações e o cumprimento das normas ambientais. A metodologia inclui inspeção in loco, levantamento de dados sobre atividades do armazém, análise de conformidade legal e verificação de sistemas de controle ambiental. A partir dessas avaliações, foram emitidos documentos essenciais como o Relatório Técnico de Avaliação Ambiental, que detalha os resultados da inspeção e propõe medidas mitigadoras, e o Parecer Técnico Ambiental, que oferece uma opinião sobre a viabilidade ambiental das operações. Além disso, são elaborados o Plano de Ação Corretiva para correções de não conformidades e o Termo de Responsabilidade Ambiental, formalizando o compromisso do armazém com as adequações necessárias. Esses documentos seguem normas técnicas, como a ABNT NBR ISO 14001, e são fundamentais para o acompanhamento do licenciamento, sob supervisão do FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE -FMMA

Atestamos que os serviços foram executados conforme projetos, de acordo com as especificações contratuais e de acordo com as normas técnicas vigentes.

QUIRINOPÓLIS, GOIÁS, 17 DE OUTUBRO DE 2024

JOSÉ LUCAS RABELO MENDONÇA
SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE
CPF n.º 033.535.741-58
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE -FMMA

15.792.574/0001-17

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 3197502/2024, emitida em 29/10/2024

Certidão nº 3197502/2024
29/10/2024, 08:48
Chave de Impressão: 5ZB89
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/10/2024 e contém 3 folhas

PREFEITURA DE MONTE BELO
DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

NOTA FISCAL	NÚMERO RPS	DATA DE EMISSÃO NOTA	DATA DO FATO GERADOR
0000007		08/10/2024 14:02:11	08/10/2024

PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL PRESTADOR	NOME FANTASIA PRESTADOR
SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA	SOUZA E CARDOZO- SOLUCOES AGRICOLAS

ENDEREÇO	COMPLEMENTO
RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA, Nº 90, JARDIM DAS HORTENCIAS, MONTE BELO MG , 37115000	

Nº CPF/CNPJ	SIMPLES NACIONAL	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
54.341.981/0001-60	SIM	03625	0048467740043	(35)99961-9	souzacardozosolucoesagricolas@gmail.com

TOMADOR DE SERVIÇOS

NOME DO TOMADOR
FMMA FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ENDEREÇO	COMPLEMENTO
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, Nº 88, CENTRO , CEP 75860000, QUIRINÓPOLIS - GO	

Nº CPF/CNPJ	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
15.792.574/0001-17			64999679751	meioambientequirinopolis@gmail.com

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Serviço	1	LAUDO DE PERICIA AMBIENTAL	7.716,00	7.716,00

OBSERVAÇÕES

NUMERO DO EMPENHO: 280904/24 DADOS BANCARIOS: BANCO SICOOB AGENCIA 3122 CONTA CORRENTE: 864.138-2

TOTAL GERAL: 7.716,00

	IMPOSTOS FEDERAIS					IMPOSTOS MUNICIPAIS			VALOR LÍQUIDO
RETIDO	INSS	PIS/PASEP	COFINS	IR	CSLL	ALÍQUOTA ISS	BASE DE CÁLCULO	TOTAL ISS	
NÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,1700 %	7.716,00	167,44	7.716,00

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DA PRESTAÇÃO
LC116: 0703 - CNAE: 7112-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

DESCONTOS / DEDUÇÕES

DESC. CONDICIONADO	DESC. INCONDICIONADO	DEDUÇÕES (Materiais e Outros)	OUTRAS DEDUÇÕES
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

NATUREZA DA OPERAÇÃO	RECOLHIMENTO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS (IBPT)
Tributado no Município	ISS A RECOLHER PELO PRESTADOR	QUIRINÓPOLIS - GO	R$ 1.037,80 (13.45%)

ESTE DOCUMENTO PODE SER VALIDADO NO SITE **www.prefeituramoderna.com.br**
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO - 2b8d6d07fbaefee95aa8d3cad75e75af
ASSINATURA DIGITAL ANTIGA - 7a0b3308dcd866859e4797273a87f5e3

Recebi(emos) de **SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA** o(s) serviço(s) indicado(s) à nota fiscal eletrônica de serviço de número **0000007.**

NÚMERO NOTA FISCAL
0000007

____/____/____
Data do Recebimento

_____
Identificação e assinatura do recebedor

BAUHAUS SISTEMAS ®

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS – MG
CNPJ n.º 18.675.959/0001-92
Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000
Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200
www.cachoeirademinas.mg.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 064/2024 – DISPENSA N.º 037/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS, com sede na Praça da Bandeira, n.º 276, Centro, nesse ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, viúvo, portador do CPF n.º 563.371.836-49 e do RG n.º MG-3.179.907 SSP/MG, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONTRATANTE, e a pessoa jurídica **SOCIEDADE AGRICOLA – SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.341.981/0001-60, sediada na Rua Hortência Boneli de Almeida, n.º 90, no Bairro Jardim das Hortencias, CEP 37.115-000, em Monte Belo, Estado de Minas Gerais, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Franciele Conceição Miranda de Souza, brasileira, biomédica, solteira, portadora do CPF n.º 143.325.376-37 e do RG n.º MG-19.439.716 SSP/MG, residente e domiciliada em Monte Belo/MG, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo n.º 064/2024 – Dispensa n.º 037/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente Ata de Registro de Preços é a **contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em assessoria administrativa e consultoria em gestão ambiental, para assessorar o município, por intermédio da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente em assuntos e projetos no âmbito do CODEMA, IEF, IGAM, IBAMA e SEMAD**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Serviços técnicos especializados em assessoria administrativa e consultoria em gestão ambiental para assessorar a administração em assuntos e projetos no âmbito do CODEMA, IEF, IGAM, IBAMA e SEMAD.	360	HORAS	R$ 70,78	R$ 25.480,80
VALOR TOTAL:					**R$ 25.480,80**

1.3. As atividades a serem realizadas pela contratada são:

- Resolução e acompanhamento dos questionários do SNIS Ministério das Cidades referente a saneamento (abastecimento de água, resíduos sólidos, esgotamento sanitário, redes pluviais);
- Acompanhamento de eventuais Termos de Ajustamento de Conduta oriundos do Ministério Público referente ao meio ambiente, quando houver;
- Acompanhamento de reuniões com prévio agendamento, caso necessário;
- Acompanhamento sobre as mudanças legais referentes à legislação ambiental;
- Comunicação com Órgãos Ambientais no cumprimento de metas e interesses do município;
- Elaboração e atualização de Autorização ambiental – AAF;
- Elaboração de laudos, declarações e relatórios técnicos ambientais;
- Fiscalização e Inspeção ambiental;
- Realização de palestras com temática ambiental em conciliação com o setor educacional do município, quando solicitado;
- Medidas educativas ambientais com os setores de educação e saúde, quando solicitado;
- Assessoria Ambiental permanente à prefeitura;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS – MG
CNPJ n.º 18.675.959/0001-92
Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000
Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200
www.cachoeirademinas.mg.gov.br

- Elaboração de documentos para processos de solicitação de outorga de direito de uso da água;
- Outros documentos relacionados a temática ambiental, documentos necessários para o licenciamento ambiental, outorga e gestão ambiental.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 14/06/2024 e encerramento em 13/06/2025.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor da presente Ata de Registro de Preços é R$ 25.480,80 (vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na Lei Orçamentária n.º 2.848 de 28 de novembro de 2023, sob a seguinte dotação:
- 02.08.03.18.541.1801.2.093.339039-529.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. Em até (15) quinze dias após a aprovação do relatório mensal das atividades realizadas e a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

5.2. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração Pública, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desse a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do mês anterior ao pagamento da parcela.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. Em conforme ao Art. 25, § 7º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, para casos de reajustamento, será utilizado como referência o INPC.

6.2. Em situações imprevisíveis e que possam impactar de forma substancial os valores acordados, a possibilidade do reequilíbrio financeiro será considerada a partir de uma solicitação oficial, devidamente justificada através de documentos fiscais e eventos que possam influenciar o mercado, encaminhada pelo interessado para o seguinte e-mail: reajuste@cachoeirademinas.mg.gov.br. "Solicitações de Fornecimento" encaminhadas antes da manifestação oficial do interessado deverão ser atendidas sem qualquer tipo de atualização e as análises só serão consideradas para as demandas futuras de saldos restantes. Ambas as partes terão um prazo máximo de 15 (quinze) dias para respostas oficiais do que foi solicitado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

7.1. Não será exigida garantia complementar à prestação dos serviços para além da garantia legal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS – MG
CNPJ n.º 18.675.959/0001-92
Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000
Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200
www.cachoeirademinas.mg.gov.br

8. CLÁUSULA OITAVA – LOCAL, FORMA E PRAZO DE ENTREGA.

8.1. As atividades a serem executadas, conforme previsto no respectivo Termo de Referência, deverão ser desenvolvidas pela contratada de acordo com as etapas necessárias, sendo estas:

8.1.1. ETAPA 1 – A contratante enviará uma ordem de serviço a contratada via e-mail, com todas as informações necessárias para entendimento do serviço solicitado;

8.1.2. ETAPA 2 – A contratada entrará em contato com o gestor do contrato para agendamento das vistorias e das realizações dos serviços no prazo máximo de (02) dois dias.

8.1.3. ETAPA 3 - A contratada terá o prazo máximo de (03) três dias para iniciar as atividades solicitadas, que deverão decorrer da seguinte forma:

a) As vistorias serão realizadas juntamente do fiscal do contrato e a mobilização será através de veículos da frota municipal.

b) Os serviços feitos por meio digital, como laudos, operação dos sistemas das instituições legais e afins, serão realizados de forma presencial dentro do horário de expediente da Secretaria de Meio Ambiente para controle do tempo gasto nas atividades. O espaço físico e a rede de internet serão disponibilizados pelo Gestor do Contrato. A ferramenta utilizada para tal atividade deverá ser disponibilizada pela contratada.

8.1.4. ETAPA 4 – A contratada enviará um relatório no início do mês subsequente aos serviços prestados contendo a quantidade de horas utilizadas e a descrição de cada atividade realizada durante o mês anterior para aprovação do Gestor do Contrato.

8.1.5. ETAPA 5 – Após a aprovação do relatório das atividades, a contratante emitirá uma Solicitação de Fornecimento com montante de horas para emissão da Nota Fiscal e realização do pagamento.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela Sra. Rosemary Aparecida Machado Tenório Rodrigues - Secretária Municipal da Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. As obrigações DO CONTRATADO:

10.1.1. Executar os serviços conforme estabelecido na proposta de capacitação, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da condição estabelecida;

10.1.2. Manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação exigidas, devendo comunicar o CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

10.1.3. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência;

10.1.4. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

10.1.5. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial da contratação, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

10.1.6. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao serviço contratado, assim como ao cumprimento das obrigações assumidas;

10.1.7. Prover de todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

10.1.8. Indenizar terceiros e/ou o CONTRATANTE, por quaisquer danos ou prejuízos causados em de ocorrência de falhas na prestação dos serviços, independente da infraestrutura do local e de análise de dolo ou culpa;

10.1.9. Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal no 14.133/2021, Decreto Estadual no 840/2017 e suas alterações, e quando for o caso, a Consolidação das Leis do Trabalho e Convenção Coletiva de Trabalho da categoria;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS – MG
CNPJ n.º 18.675.959/0001-92
Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000
Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200
www.cachoeirademinas.mg.gov.br

10.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal no 8.078/1990);
10.1.11. Realizar preenchimento dos sistemas (colocar o nome), para conformidade do órgão público, quando for necessário;
10.1.12. Realizar a emissão de Anotação/ Termo de Responsabilidade Técnica quando for necessário;
10.1.13. Emitir relatório mensal da quantidade de horas prestadas até o último dia útil do referido mês.
10.1.14. Dispor de ferramentas de trabalho suficiente para realização das atividades, como por exemplo notebook, smartphone, câmera fotográfica, entre outros.

10.2. As obrigações DO CONTRATANTE:
10.2.1. Fornecer condução para a visitação nos locais onde for solicitado atendimento, tantas quantas forem necessárias, previamente programada;
10.2.2. Manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação exigidas, devendo comunicar o CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
10.2.3. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência;
10.2.4. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
10.2.5. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial da contratação, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
10.2.6. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao serviço contratado, assim como ao cumprimento das obrigações assumidas;
10.2.7. Mover de todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
10.2.8. Indenizar terceiros e/ou o CONTRATANTE, por quaisquer danos ou prejuízos causados em de ocorrência de falhas na prestação dos serviços, independente da infraestrutura do local e de análise de dolo ou culpa;
10.2.9. Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal no 14.133/2021, Decreto Estadual no 840/2017 e suas alterações, e quando for o caso, a Consolidação das Leis do Trabalho e Convenção Coletiva de Trabalho da categoria;
10.2.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal no 8.078/1990);
10.2.11. Realizar o pagamento de taxas referente a emissão de Anotação/Termo de Responsabilidade técnica quando for necessário;
10.2.12. Disponibilizar veículo e motorista para deslocamento para as vistorias, quando necessário;
10.2.13. Disponibilizar ambiente de trabalho e rede de internet para realização das atividades por modo digital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são conforme previstas pelo Art. 156, da Lei 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO.

12.1. A PRESENTE ATA PODERÁ SER EXTINTA:
a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei no 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Aviso de Dispensa;
b) Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei no 14.133/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS – MG
CNPJ n.º 18.675.959/0001-92
Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000
Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200
www.cachoeirademinas.mg.gov.br

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei no 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei no 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

a) Caucionar ou utilizar esta Ata de Registro de Preços para qualquer operação financeira;
b) Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 ao 136 da Lei 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis, sempre com estrita observância ao interesse público.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei no 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

16.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de registro de preços, deverão consultar a Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

16.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas e órgãos participantes;

16.3. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.4. Após a autorização da Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

16.5. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS – MG
CNPJ n.º 18.675.959/0001-92
Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000
Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200
www.cachoeirademinas.mg.gov.br

decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas.

16.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

16.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

16.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei no 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei no 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

19.1. É eleito o Foro da Comarca de Cachoeira de Minas/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei no 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços foi lavrado, que depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Cachoeira de Minas/MG, 14 de junho de 2024.

DIRCEU D ANGELO DE FARIA:56337183649

Assinado de forma digital por DIRCEU D ANGELO DE FARIA:56337183649
Dados: 2024.06.25 13:28:19 -03'00'

Pela Contratante
Sr. Dirceu D'Ângelo de Faria
PREFEITO MUNICIPAL

gov.br

Documento assinado digitalmente
FRANCIELE CONCEICAO MIRANDA DE SOUZA
Data: 24/06/2024 08:06:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Pela Contratada
Sra. Franciele Conceição Miranda de Souza
SOCIEDADE AGRICOLA – SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas**, Inscrito no CNPJ: **18.675.959/0001-92**, com sede, em Praça da Bandeira, nº 276, Centro, CEP 37.545-000, CACHOEIRA DE MINAS, MINAS GERAIS, doravante denominado **CONTRATANTE** e neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, Rosemary Aparecida Machado Tenório Rodrigues - Secretária Municipal da Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente, brasileira, casada, portador do CPF n.º 522.603.996-49 e do RG n.º MG-3.331.188 PCMG , residente e domiciliado na Praça da Bandeira, 310 - Centro - Cachoeira de Minas - MG, atesta para os devidos fins de direito que o ENGENHEIRO AGRÔNOMO JOAO CARLOS CARDOZO , registrado(a) no CREA-MINAS GERAIS sob o nº nº 142216368-7, enquanto responsável técnico(a) da empresa e **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **54.341.981/0001-60**, com sede em Rua Hortência Bonelli de Almeida, Número 90, Bairro JD das Hortência MONTE BELO-MG, doravante denominado **CONTRATADA** e neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu representante legal JOAO CARLOS CARDOZO, Engenheiro Agrônomo, portador do Documento de Identidade RG nº. MG 16338811, inscrito no CPF sob o nº. 104.638.996-36, residente e domiciliado em Rua Hortência Bonelli de Almeida, Número 90, Bairro JD das Hortência, MONTE BELO – MG. registro no CREA-MG sob nº391.176, prestou serviços de prestação de serviços técnicos especializados em assessoria administrativa e consultoria em gestão ambiental, para assessorar o município, por intermédio da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente em assuntos e projetos no âmbito do CODEMA, IEF, IGAM, IBAMA e SEMAD.

DADOS DA OBRA / SERVIÇO

Contrato/Convênio: 064/2024

Objeto do contrato: Abastecimento de água, resíduos sólidos, esgotamento sanitário, redes pluviais ;Acompanhamento de eventuais Termos de Ajustamento de Conduta oriundos do Ministério Público referente ao meio ambiente, quando houver; Acompanhamento de reuniões com prévio agendamento, caso necessário; Acompanhamento sobre as mudanças legais referentes à legislação ambiental; Comunicação com Órgãos Ambientais no cumprimento de metas e interesses do município; Elaboração e atualização de Autorização ambiental – AAF; Elaboração de laudos, declarações e relatórios técnicos ambientais; Fiscalização e Inspeção ambiental; Realização de palestras com temática ambiental em conciliação com o setor educacional do município, quando solicitado; Medidas educativas ambientais com os setores de educação e saúde, quando solicitado; Assessoria Ambiental permanente à prefeitura; Elaboração de documentos para processos de solicitação de outorga de direito de uso da água; outros documentos relacionados a temática ambiental, documentos necessários para o licenciamento ambiental, outorga e gestão ambiental.

Local da obra/serviço: SEDE DA Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas, MINAS GERAIS

Período de realização/prestação do serviço: 14/06/2024 a 30/08/2024

DADOS DO CONTRATANTE:

Razão Social: Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas

CNPJ: 18.675.959/0001-92

DADOS DA EMPRESA CONTRATADA

Razão Social: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA

CNPJ: 54.341.981/0001-60

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: JOÃO CARLOS CARDOZO
Engenheiro: ENGENHEIRO AGRONOMO: JOÃO CARLOS CARDOZO
Registro (RNP): CREA-MG nº 142216368-7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS

Emissão e redação de documentos para processos de solicitação de outorga de direito de uso da água. Acompanhamento de autos de infração relacionados ao meio ambiente emitidos pelo Ministério Público. Elaboração e atualização de Autorizações Ambientais - AAF. Criação de laudos, declarações e relatórios técnicos ambientais. Atuação em processos de licenciamento ambiental de mineração no município. Assessoria Ambiental contínua à prefeitura, abrangendo licenciamento ambiental, outorga e gestão ambiental. Realização de levantamentos arbóreos para corte e poda. E interpretação de análise de solo.

Atestamos que os serviços foram executados conforme projetos, de acordo com as especificações contratuais e de acordo com as normas técnicas vigentes.

CACHOEIRA DE MINAS, MINAS GERAIS, 02 DE SETEMBRO DE 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
ROSEMARY APARECIDA MACHADO TENORIO RC
Data: 02/09/2024 11:09:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Rosemary Aparecida Machado Tenório Rodrigues
Secretária Municipal da Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente,
CPF n.º 522.603.996-49 e RG n.º MG-3.331.188 PCMG
Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas,
CNPJ: 18.675.959/0001-92

PREFEITURA DE MONTE BELO
DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

NOTA FISCAL	NÚMERO RPS	DATA DE EMISSÃO NOTA	DATA DO FATO GERADOR
0000014		12/12/2024 11:49:43	12/12/2024

PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL PRESTADOR	NOME FANTASIA PRESTADOR
SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA	SOUZA E CARDOZO- SOLUCOES AGRICOLAS

ENDEREÇO	COMPLEMENTO
RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA, Nº 90, JARDIM DAS HORTENCIAS, MONTE BELO MG , 37115000	

Nº CPF/CNPJ	SIMPLES NACIONAL	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
54.341.981/0001-60	SIM	03625	0048467740043	(35)99961-9	souzacardozosolucoesagricolas@gmail.com

TOMADOR DE SERVIÇOS

NOME DO TOMADOR	
PREFEITURA DE CACHEOIRA DE MINAS	
ENDEREÇO	**COMPLEMENTO**
PRAÇA DA BANDEIRA, Nº , CENTRO , CEP 37545000, CACHOEIRA DE MINAS - MG	

Nº CPF/CNPJ	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
18.675.959/0001-92				meioambiente@cachoeirademinas.mg.gov.br

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Horas	99	Assessoria ambiental administrativa e consultoria em gestão ambiental	70,78	7.007,22

OBSERVAÇÕES

Prestação de serviços técnicos especializados em assessoria administrativa e consultoria em gestão ambiental

TOTAL GERAL 7.007,22

	IMPOSTOS FEDERAIS					IMPOSTOS MUNICIPAIS			VALOR LÍQUIDO
RETIDO	INSS	PIS/PASEP	COFINS	IR	CSLL	ALÍQUOTA ISS	BASE DE CÁLCULO	TOTAL ISS	
NÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,1700 %	7.007,22	152,06	7.007,22

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DA PRESTAÇÃO
LC116: 1702 - CNAE: 7490-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

DESCONTOS / DEDUÇÕES

DESC. CONDICIONADO	DESC. INCONDICIONADO	DEDUÇÕES (Materiais e Outros)	OUTRAS DEDUÇÕES
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

NATUREZA DA OPERAÇÃO	RECOLHIMENTO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS (IBPT)
Tributado no Municipio	ISS A RECOLHER PELO PRESTADOR	CACHOEIRA DE MINAS - MG	R$ 942,47 (13.45%)

ESTE DOCUMENTO PODE SER VALIDADO NO SITE **www.prefeituramoderna.com.br**
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO - fb7dfe5b19c62a64039b2f2824e1ba41
ASSINATURA DIGITAL ANTIGA - f355b41cf7070e30779fdf9dd270f5aa

Recebi(emos) de **SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA** o(s) serviço(s) indicado(s) à nota fiscal eletrônica de serviço de número **0000014.**

NÚMERO NOTA FISCAL **0000014**

____/____/____
Data do Recebimento

_____
Identificação e assinatura do recebedor

BAUHAUS SISTEMAS ®

PREFEITURA DE MONTE BELO
DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

NOTA FISCAL	NÚMERO RPS	DATA DE EMISSÃO NOTA	DATA DO FATO GERADOR
0000004		06/08/2024 09:56:58	06/08/2024

PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL PRESTADOR	NOME FANTASIA PRESTADOR
SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA	SOUZA E CARDOZO- SOLUCOES AGRICOLAS

ENDEREÇO	COMPLEMENTO
RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA, Nº 90, JARDIM DAS HORTENCIAS, MONTE BELO MG , 37115000	

Nº CPF/CNPJ	SIMPLES NACIONAL	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
54.341.981/0001-60	SIM	03625		(35)99961-9	souzacardozosolucoesagricolas@gmail.com

TOMADOR DE SERVIÇOS

NOME DO TOMADOR	
PREFEITURA DE CACHEOIRA DE MINAS	
ENDEREÇO	COMPLEMENTO
PRAÇA DA BANDEIRA, Nº , CENTRO , CEP 37545000, CACHOEIRA DE MINAS - MG	

Nº CPF/CNPJ	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
18.675.959/0001-92				atendimento@cachoeirademinas.mg.gov.br

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Hora	52	ASSESORIA AMBIENTAL E CONSULTORIA EM GESTÃO AMBIENTAL PARA ASSESORAR A ADMINISTRAÇÃO	70,78	3.680,56

OBSERVAÇÕES
REFERENTE A SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO 02662/24

TOTAL GERAL: 3.680,56

	IMPOSTOS FEDERAIS					IMPOSTOS MUNICIPAIS			VALOR LÍQUIDO
RETIDO	INSS	PIS/PASEP	COFINS	IR	CSLL	ALÍQUOTA ISS	BASE DE CÁLCULO	TOTAL ISS	
NÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,1700 %	3.680,56	79,87	3.680,56

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DA PRESTAÇÃO
LC116: 1701 - CNAE: 7490-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

DESCONTOS / DEDUÇÕES

DESC. CONDICIONADO	DESC. INCONDICIONADO	DEDUÇÕES (Materiais e Outros)	OUTRAS DEDUÇÕES
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

NATUREZA DA OPERAÇÃO	RECOLHIMENTO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS (IBPT)
Tributado no Município	ISS A RECOLHER PELO PRESTADOR	CACHOEIRA DE MINAS - MG	R$ 495,04 (13.45%)

ESTE DOCUMENTO PODE SER VALIDADO NO SITE **www.prefeituramoderna.com.br**
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO - 201daf64f736a3e2b6cef699d7bbf604
ASSINATURA DIGITAL ANTIGA - f355b41cf7070e30779fdf9dd270f5aa

Recebi(emos) de **SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA** o(s) serviço(s) indicado(s) à nota fiscal eletrônica de serviço de número **0000004.**

NÚMERO NOTA FISCAL: **0000004**

____/____/____
Data do Recebimento

_____
Identificação e assinatura do recebedor

BAUHAUS SISTEMAS ®

PREFEITURA DE MONTE BELO
DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

NOTA FISCAL	NÚMERO RPS	DATA DE EMISSÃO NOTA	DATA DO FATO GERADOR
0000005		03/09/2024 11:56:16	03/09/2024

PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL PRESTADOR	NOME FANTASIA PRESTADOR
SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA	SOUZA E CARDOZO- SOLUCOES AGRICOLAS

ENDEREÇO	COMPLEMENTO
RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA, Nº 90, JARDIM DAS HORTENCIAS, MONTE BELO MG , 37115000	

Nº CPF/CNPJ	SIMPLES NACIONAL	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
54.341.981/0001-60	SIM	03625	0048467740043	(35)99961-9	souzacardozosolucoesagricolas@gmail.com

TOMADOR DE SERVIÇOS

NOME DO TOMADOR	
PREFEITURA DE CACHEOIRA DE MINAS	
ENDEREÇO	**COMPLEMENTO**
PRAÇA DA BANDEIRA, Nº 276, CENTRO , CEP 37545000, CACHOEIRA DE MINAS - MG	

Nº CPF/CNPJ	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
18.675.959/0001-92				meioambiente@cachoeirademinas.mg.gov.br

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Hora	72,1	ACESSORIA ADMINISTRATIVA E CONSULTORIA EM GESTÃO AMBIENTAL	70,78	5.103,24

OBSERVAÇÕES
REFERENTE A SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO 02993/24

TOTAL GERAL 5.103,24

IMPOSTOS FEDERAIS						IMPOSTOS MUNICIPAIS			VALOR LÍQUIDO
RETIDO	INSS	PIS/PASEP	COFINS	IR	CSLL	ALÍQUOTA ISS	BASE DE CÁLCULO	TOTAL ISS	
NÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,1700 %	5.103,24	110,74	5.103,24

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DA PRESTAÇÃO
LC116: 1702 - CNAE: 7490-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

DESCONTOS / DEDUÇÕES

DESC. CONDICIONADO	DESC. INCONDICIONADO	DEDUÇÕES (Materiais e Outros)	OUTRAS DEDUÇÕES
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

NATUREZA DA OPERAÇÃO	RECOLHIMENTO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS (IBPT)
Tributado no Município	ISS A RECOLHER PELO PRESTADOR	CACHOEIRA DE MINAS - MG	R$ 686,39 (13.45%)

ESTE DOCUMENTO PODE SER VALIDADO NO SITE **www.prefeituramoderna.com.br**
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO - 71d128deaa50b9f479477953b0948d9d
ASSINATURA DIGITAL ANTIGA - f355b41cf7070e30779fdf9dd270f5aa

Recebi(emos) de **SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA** o(s) serviço(s) indicado(s) à nota fiscal eletrônica de serviço de número **0000005.**

NÚMERO NOTA FISCAL **0000005**

____/____/____ Data do Recebimento

_____ Identificação e assinatura do recebedor

BAUHAUS SISTEMAS ®

PREFEITURA DE MONTE BELO
DIVISÃO DE RECEITA E TRIBUTAÇÃO

NOTA FISCAL	0000017
NÚMERO RPS	
DATA DE EMISSÃO NOTA	12/02/2025 12:37:04
DATA DO FATO GERADOR	12/02/2025

PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL PRESTADOR	NOME FANTASIA PRESTADOR
SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA	SOUZA E CARDOZO- SOLUCOES AGRICOLAS

ENDEREÇO	COMPLEMENTO
RUA HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA, Nº 90, JARDIM DAS HORTENCIAS, MONTE BELO MG , 37115000	

Nº CPF/CNPJ	SIMPLES NACIONAL	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
54.341.981/0001-60	SIM	03625	0048467740043	(35)99961-9	souzacardozosolucoesagricolas@gmail.com

TOMADOR DE SERVIÇOS

NOME DO TOMADOR	
PREFEITURA DE CACHEOIRA DE MINAS	

ENDEREÇO	COMPLEMENTO
PRAÇA DA BANDEIRA, Nº 276, CENTRO , CEP 37545000, CACHOEIRA DE MINAS - MG	

Nº CPF/CNPJ	INSC. MUNICIPAL	INSC. ESTADUAL	TELEFONE	E-MAIL
18.675.959/0001-92				meioambiente@cachoeirademinas.mg.gov.br

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

UNID	QUANT	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Hora	62,99	Assessoria administrativa e consultoria em gestão ambiental	70,75	4.458,43

OBSERVAÇÕES
Referente ao contrato nº 25/2024 / AGENCIA: 3171 CONTA: 68932-7

TOTAL GERAL: 4.458,43

IMPOSTOS FEDERAIS						IMPOSTOS MUNICIPAIS			VALOR LÍQUIDO
RETIDO	INSS	PIS/PASEP	COFINS	IR	CSLL	ALÍQUOTA ISS	BASE DE CÁLCULO	TOTAL ISS	
NÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,1700 %	4.458,43	96,75	4.458,43

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DA PRESTAÇÃO
LC116: 0108 - CNAE: 6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA

DESCONTOS / DEDUÇÕES

DESC. CONDICIONADO	DESC. INCONDICIONADO	DEDUÇÕES (Materiais e Outros)	OUTRAS DEDUÇÕES
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

NATUREZA DA OPERAÇÃO	RECOLHIMENTO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS (IBPT)
Tributado no Município	ISS A RECOLHER PELO PRESTADOR	CACHOEIRA DE MINAS - MG	R$ 599,66 (13.45%)

ESTE DOCUMENTO PODE SER VALIDADO NO SITE **www.prefeituramoderna.com.br**
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO - 6498e051f50807772350e69fa808805b
ASSINATURA DIGITAL ANTIGA - f355b41cf7070e30779fdf9dd270f5aa

Recebi(emos) de **SOCIEDADE AGRICOLA-SOUZA E CARDOZO SERVIÇOS LTDA** o(s) serviço(s) indicado(s) à nota fiscal eletrônica de serviço de número **0000017.**

NÚMERO NOTA FISCAL: **0000017**

____/____/____
Data do Recebimento

Identificação e assinatura do recebedor

BAUHAUS SISTEMAS ®

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE
NOTA DE EMPENHO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Data: 05/08/2024
Usuário: miriamdaniel

C.N.P.J.: 03.681.582/0001-07
Município: RIO BRILHANTE

Data do Empenho: 05/08/2024
Nº do Empenho: 1578/2024
GLOBAL

Órgão:	02.000	PODER EXECUTIVO
Unidade:	02.009	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
Funcional:	15.122.116	GESTÃO DE POLÍTICA DE INFRA ESTRUTURA URBAN
Projeto/Atividade:	2024	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEINFRA
Natureza de Despesa:	3.3.90.39.99.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
Recurso:	1.500.0000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Valor Dotação:	5.000.000,00	**Empenhos anteriores:**	11.265.576,05
Valor Dotação Atualizada:	14.474.122,81	**Valor do empenho:**	17.087,00
Total (A):	14.474.122,81	**Valor complemento:**	0,00
		Valor anulado:	0,00
		Total (B):	11.282.663,05
		Total (A - B):	3.191.459,76

Credor: SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
CPF/CNPJ: 54.341.981/0001-60 **Inscr.Est./Ident.Prof.:** **Telefone:** (35) 9961-9410
Endereço: HORTENCIA BONELI DE ALMEIDA - 90 **Cidade:** Monte Belo **UF:** MG
Banco: **Conta:**
Agência: **Tipo da Conta:**

Especificação:
SEQUENCIAL DO CONTRATO N° 1363-PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATO N° 1578. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 060/2024. DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N° 020/2024-CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEVANTAMENTO DE FAUNA E FLORA PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO AMBIENTAL PRELIMINAR (EAP) - LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ABERTURA DE VIA EM RIO BRILHANTE/MS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC N° 5735/2024.

Fonte de Recurso: Ordinário **Valor geral:** 17.087,00

Fundamento legal: Lei 14133/21 Art.75 II **Número Licitação:** 20/2024
Modal. Licitação: Dispensa eletrônica **Número Processo:** 60/2024 **Data:** 05/07/2024
Número Contrato: 1578/2024 **Data:** 05/08/2024

Declaro para os devidos fins que o (material/serviço) foi (Fornecido/prestado) _____ Data: 05/08/2024
Responsável

HUGO KOJI SUEKANE
Secretário Municipal de Infraestrutura

ANA PAULA DE SOUZA SANTOS
Contadora CRC/MS 12971/0-7

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
JURÍDICO
Av. Princesa Izabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: juridico@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos para os fins e a quem interessar possa, que a empresa **PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 40.499.627/0001-53, com sede à Rua Jose Hernandez Cabrera, 422, Jardim Novo Horizonte, CEP: 87.190-000, na cidade de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná, realizou serviços de Assessoria e Fiscalização ao Município junto a Prefeitura Municipal pelo contrato de nº 99/2021, PP 74/2021. Local de serviço: Avenida Princesa Izabel, 320, Centro, CEP: 87.230-000. Município de Jussara/PR. O serviço executado cumpriu com os prazos e condições contratados, nada constando em nossos arquivos que a desabone, até a presente data.

Por ser expressão da verdade firmo o presente.

Jussara, 01 de Agosto de 2022.

EDER ALEXANDER MOREIRA MARQUES

Assinado digitalmente por EDER ALEXANDER MOREIRA MARQUES
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC OAB, OU=15769640000138, OU=Assinatura Tipo A3, OU=ADVOGADO, CN=EDER ALEXANDER MOREIRA MARQUES
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022-08-01 15:21:15
Foxit Reader Versão: 9.2.0

Prefeitura Municipal de Jussara.

Estado do Paraná.

Éder A. M. Marques

Licitação Municipal

Assessor Jurídico

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Acervo Técnico Parcial com Atestado

1720220004468

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional RAFAELA GUIETI referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **RAFAELA GUIETI**
Registro: **PR-151604/D** RNP: **1715108000**
Título profissional: ENGENHEIRA AGRONOMA, TECNOLOGA EM GESTAO AMBIENTAL

Número da ART: **1720225173232** Situação da ART: NÃO BAIXADA
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 26/09/2022 Forma de registro: Substituição Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA**

Contratante: **MUNICIPIO DE JUSSARA** CNPJ: **75.789.552/0001-20**
Rua: AVENIDA PRINCESA ISABEL Nº: 320
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: JUSSARA UF: PR CEP: 87230-000
Contrato: 99/2021 celebrado em 30/11/2021 Vinculado a ART: 1720225166090
Valor do contrato: R$ 4.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira
Ação Institucional:
Endereço da obra/serviço: AVENIDA PRINCESA ISABEL Nº: 320
Bairro: CENTRO
Cidade: JUSSARA UF: PR CEP: 87230-000
Coordenadas Geográficas: -23,624211 x -52,471758
Data de início: 30/11/2021 Previsão de término: 30/11/2022
Finalidade: Ambiental
Proprietário: MUNICIPIO DE JUSSARA CNPJ: 75.789.552/0001-20
Atividade Técnica: **1- Assessoria** Projeto de estudos ambientais , 1 UNID

Observações:
ELABORAÇÃO DO PLANO DE ARBORIZAÇÃO

Observações da certidão:
O Crea-PR certifica os dados da ART.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1720220004468/2022

09/09/2024 20:44

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autencidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 280404/2022.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 280404/2022.

CAT nº 1720220004468 de 27/09/2022, página 1 de 2

CREA-PR

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANA
JURIDICO
Av. Princesa Izabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628 1212 | E-mail: juridico@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.260.552/0001-20

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos para os fins e a quem interessar possa, que a empresa **PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 40.499.627/0001-53, com sede à Rua Jose Hernandez Cabrera, 422, Jardim Novo Horizonte, CEP: 87.190-000, na cidade de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná, realizou o serviço de ELABORAÇÃO DO PLANO DE ARBORIZAÇÃO ao Município junto a Prefeitura Municipal pelo contrato de nº 99/2021, PP 74/2021. Local de serviço: Avenida Princesa Izabel, 320, Centro, CEP: 87.230-000. Município de Jussara/PR. O serviço executado cumpriu com os prazos e condições contratados, nada constando em nossos arquivos que a desabone, até a presente data.

SERVIÇO REALIZADO: ELABORAÇÃO DO PLANO DE ARBORIZAÇÃO.

PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ARBORIZAÇÃO: 30/11/2021 à 30/06/2022;

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 30/11/2021 à 30/11/2022.

ART: 1720222129607 (Vinculada a ART 1720225166090 e 1720225173232)

PROFISSIONAL: Engª. AGRÔNOMA RAFAELA GUIETI – CREA PR 151604-D

RNP: 1715108000

Por ser expressão da verdade firmo o presente.

Jussara, 01 de Agosto de 2022.

MARIANA REGINA FARIA RASK

Engª. Civil - CREA PR-154252/D

RNP: 1715469712

Prefeitura Municipal de Jussara.

Estado do Paraná.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 28040/2022.

CAT nº 1720220004468 de 27/09/2022, página 2 de 2

CREA-PR

MUNICÍPIO DE
CORUMBATAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Corumbataí do Sul, 28 de janeiro de 2025

Ref.: Contrato Nº 52/2024

1. DO ATESTADO

A Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ 80.888.662/0001-89 com sede a Rua Tocantins, 157, na cidade de Corumbataí do Sul-PR, **ATESTA** para devidos fins, que a empresa **TEMATICA INTELIGÊNCIA URBANA LTDA**, inscrita no CNPJ 24.980.717/0001-05, com sede a Rua Bernadino Bogo, 180 – Sala 10, Vila Bernadino Bogo (Anteriormente Rua Maria Belanda Neto, nº 75,) CEP 87160-000, na cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná, **DETÉM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** para os seguintes serviços abaixo listados:

I. Revisão das Legislações Urbanísticas e Plano de Ações e Investimentos do Plano Diretor Municipal

Registramos que os serviços discriminados abaixo, entre 02 de outubro de 2024 e 28 de Janeiro de 2025, dentro do prazo estipulado, sendo esses objetos tendo como base o Contrato Nº 52/2024.

1. DO LOCAL DOS SERVIÇOS/OBRAS REALIZADOS

Os serviços foram realizados junto Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ 80.888.662/0001-89 com sede a Rua Tocantins, 157, na cidade de Corumbataí do Sul-PR

2. DOS OBJETOS E DESCRIÇÕES

I. REVISÃO DAS LEGISLAÇÕES URBANÍSTICAS E PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS

Serviço de consultoria e assessoria da revisão e modernização das legislações urbanísticas (Plano Diretor) e Plano de Ações e Investimento do Município de Corumbataí do Sul, compreendendo:

- Detalhamento da metodologia, definição dos objetivos e atividades a serem desenvolvidas em cada fase e etapa do desenvolvimento dos serviços;
- Levantamento e mapeamento das características do meio físico, identificação de tendências socioespaciais, caracterização e identificação de tendências e padrões de uso do solo; Identificação de padrões e tendências de infraestrutura dos serviços, equipamentos públicos e análise das legislações urbanísticas e físicas-territoriais vigentes
- Sistematização e análise integrada através de metodologia CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, elaborando diretrizes para ações institucionais, socioeconômicas, físico-territoriais, de infraestrutura e serviços públicos;
- Elaboração de Anteprojetos de Lei do Plano Diretor, sendo: Perímetro Urbano e áreas de expansão urbana; Parcelamento do Solo urbano e rural, uso e ocupação do solo urbano e rural, Código de Obras, Sistema Viário, Código de Posturas;
- Plano de Ações e Investimentos: Apresentação de ações, categorização de prioridades e estimativas de custos em socioeconômicas, físico-territoriais, de

THECIDA
DO SUL-PR

ALEXANDRE DONATO
PREFEITO MUNICIPAL
815.523.199-20

MUNICÍPIO DE
CORUMBATAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

infraestrutura e serviços públicos e meio ambiente, incluindo previsão de capacidade de endividamento e possíveis fontes de recursos.

- Realização de Audiências Públicas e Capacitação Técnica resultados da revisão do PDM, realização de reuniões de capacitação da equipe técnica Municipal.

3. DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

ROSIMEIRE GIROTTO, Arquiteta e Urbanista, registro 000A923796, RRT 14970302, responsável pela coordenação geral dos trabalhos e da equipe multidisciplinar atuando em todas as fases da revisão do Plano Diretor.

DENIS PAIVA, Geógrafo, Carteira PR-169431/D, ART 1720250455726, sendo responsável pela Coordenação do Cadastro para sistema de informações geográficas, Análise e interpretação de levantamento aerofotogramétrico, análise de interpretação de imagens, coleta e aquisição de dados geográficos e execução de serviços técnicos de mapeamento temático, Geração de Banco de Dados Geográfico, desenvolvimento de base cartográfica, implantação e treinamento de Sistema de Informações Geográfico além de ter participado de todas as fases do PDM.

MATEUS HENRIQUE ZANINELLI, Engenheiro Civil, Carteira PR-167235/D, responsável, ART 1720250455610, responsável pela coordenação técnica atuando em todas as fases da revisão do PDM.

RAFAELA GUIETI, Engenheira Agrônoma e técnica ambiental, CREA PR-151604/D, ART de Obra ou Serviço 1720246558818, responsável por serviços técnicos e consultoria em todas as fases do PDM no tocante a temas ambientais que envolvem a fauna e a flora do município.

LUIS GUSTAVO ARAÚJO, Contador, CRC-PR- 045090/O, responsável pela análise econômica e financeira, indicadores e cenários além da capacidade de investimentos.

NATHANIA VANSAN CAMILLO CASAROTTO, Advogada, inscrita na OAB-PR sob o nº 70.826, responsável pela análise e diagnóstico da legislação urbanística existente e proposição e produção de minutas de novas leis ou alterações.

GISIANE CAMARGOS DE FREITAS, Assistente Social, inscrita no CRESS 5421 da 11ª região, com atuação na Diagramação e forma de comunicação com atores e comunidade local.

4. DO CUMPRIMENTO CONTRATUTAL

Informamos ainda que as prestações de Serviços/entrega dos materiais acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo na entrega do produto quanto nas instruções de uso, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente até a presente data.

RECONHECIDA
CORUMBATAÍ DO SUL-PR

ALEXANDRE DONATO
PREFEITO MUNICIPAL

ALEXANDRE DONATO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 815.523.199-20

SERVIÇO DISTRITAL DE CORUMBATAÍ DO SUL - PR
Rua Guarani, 157 - Fone: (44) 3277-1121 CEP 86970-000
Selo Nº SFTN1RGDFbmkz74l5EawF106q
Consulte esse selo em https://horus.funarpen.com.br/consulta
Reconheço por verdadeira a assinatura indicada de ALEXANDRE DONATO
Corumbataí do Sul, 28 de janeiro de 2026 - 13:13:31h.
Em Test° _____ da verdade
Vinicius Gimenez Costa
(Tabelião Substituto)
Emol.: R$12,07(VRC 43,60), Funrejus: R$2,41, selo: R$1,20, FUNDEP: R$0,60, ISSQN: R$0,60. Total: R$17,28

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1720250001382
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.137, de 03 de abril de 2023, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional RAFAELA GUIETI referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **RAFAELA GUIETI**
Registro: **PR-151604/D** RNP: **1715108000**
Título profissional: ENGENHEIRA AGRONOMA, TECNOLOGA EM GESTAO AMBIENTAL

Número da ART: **1720251158873** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART:ART de Obra ou Serviço Registrada em: 28/02/2025 Baixada em: 28/02/2025 Forma de registro: Substituição
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **TEMÁTICA INTELIGENCIA URBANA LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL** CNPJ: **80.888.662/0001-89**

Rua: RUA TOCANTINS Nº: 157

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: CORUMBATAI DO SUL UF: PR CEP: 86970-000

Contrato: 52/2024 celebrado em 02/10/2024 Vinculado a ART: 1720246558818

Valor do contrato: R$ 38.900,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: RUA TOCANTINS Nº: 157

Bairro: CENTRO

Cidade: CORUMBATAI DO SUL UF: PR CEP: 86970-000

Coordenadas Geográficas: -22,220961 x -47,624975

Data de início: 02/10/2024 Conclusão efetiva: 28/01/2025

Finalidade:

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL CNPJ: 80.888.662/0001-89

Atividade Técnica: **1-** Execução de serviço técnico de estudos ambientais , 1 UNID

Observações:
SERVIÇO DE CONSULTORIA DE REVISÃO DAS LEIS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Observações da certidão:
O Crea-PR certifica os dados da ART.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1720250001382/2025

31/03/2025 14:13

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autencidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 58330/2025.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 58330/2025.

CAT nº 1720250001382 de 28/02/2025, página 1 de 3

CREA-PR

MUNICÍPIO DE
CORUMBATAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Corumbataí do Sul, 28 de janeiro de 2025

Ref.: Contrato Nº 52/2024

1. DO ATESTADO

A Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ 80.888.662/0001-89 com sede a Rua Tocantins, 157, na cidade de Corumbataí do Sul-PR, **ATESTA** para devidos fins, que a empresa **TEMATICA INTELIGÊNCIA URBANA LTDA**, inscrita no CNPJ 24.980.717/0001-05, com sede a Rua Bernadino Bogo, 180 – Sala 10, Vila Bernadino Bogo (Anteriormente Rua Maria Belanda Neto, nº 75,) CEP 87160-000, na cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná, **DETÉM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** para os seguintes serviços abaixo listados:

I. Revisão das Legislações Urbanísticas e Plano de Ações e Investimentos do Plano Diretor Municipal

Registramos que os serviços discriminados abaixo, entre 02 de outubro de 2024 e 28 de Janeiro de 2025, dentro do prazo estipulado, sendo esses objetos tendo como base o Contrato Nº 52/2024.

1. DO LOCAL DOS SERVIÇOS/OBRAS REALIZADOS

Os serviços foram realizados junto Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ 80.888.662/0001-89 com sede a Rua Tocantins, 157, na cidade de Corumbataí do Sul-PR

2. DOS OBJETOS E DESCRIÇÕES

I. REVISÃO DAS LEGISLAÇÕES URBANÍSTICAS E PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS

Serviço de consultoria e assessoria da revisão e modernização das legislações urbanísticas (Plano Diretor) e Plano de Ações e Investimento do Município de Corumbataí do Sul, compreendendo:

- Detalhamento da metodologia, definição dos objetivos e atividades a serem desenvolvidas em cada fase e etapa do desenvolvimento dos serviços;
- Levantamento e mapeamento das características do meio físico, identificação de tendências socioespaciais, caracterização e identificação de tendências e padrões de uso do solo; Identificação de padrões e tendências de infraestrutura dos serviços, equipamentos públicos e análise das legislações urbanísticas e físicas-territoriais vigentes
- Sistematização e análise integrada através de metodologia CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, elaborando diretrizes para ações institucionais, socioeconômicas, físico-territoriais, de infraestrutura e serviços públicos;
- Elaboração de Anteprojetos de Lei do Plano Diretor, sendo: Perímetro Urbano e áreas de expansão urbana; Parcelamento do Solo urbano e rural, uso e ocupação do solo urbano e rural, Código de Obras, Sistema Viário, Código de Posturas;
- Plano de Ações e Investimentos: Apresentação de ações, categorização de prioridades e estimativas de custos em socioeconômicas, físico-territoriais, de

HECIDA
O SUL-PR

ALEXANDRE DONATO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 815.523.199-20

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br/ Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 58330/2025

CAT nº 172025000001382 de 28/02/2025, página 2 de 3

CREA-PR

MUNICÍPIO DE
CORUMBATAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

infraestrutura e serviços públicos e meio ambiente, incluindo previsão de capacidade de endividamento e possíveis fontes de recursos.

- Realização de Audiências Públicas e Capacitação Técnica resultados da revisão do PDM, realização de reuniões de capacitação da equipe técnica Municipal.

3. DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

ROSIMEIRE GIROTTO, Arquiteta e Urbanista, registro 000A923796, RRT 14970302, responsável pela coordenação geral dos trabalhos e da equipe multidisciplinar atuando em todas as fases da revisão do Plano Diretor.

DENIS PAIVA, Geógrafo, Carteira PR-169431/D, ART 1720250455726, sendo responsável pela Coordenação do Cadastro para sistema de informações geográficas, Análise e interpretação de levantamento aerofotogramétrico, análise de interpretação de imagens, coleta e aquisição de dados geográficos e execução de serviços técnicos de mapeamento temático, Geração de Banco de Dados Geográfico, desenvolvimento de base cartográfica, implantação e treinamento de Sistema de Informações Geográfico além de ter participado de todas as fases do PDM.

MATEUS HENRIQUE ZANINELLI, Engenheiro Civil, Carteira PR-167235/D, responsável, ART 1720250455610, responsável pela coordenação técnica atuando em todas as fases da revisão do PDM.

RAFAELA GUIETI, Engenheira Agrônoma e técnica ambiental, CREA PR-151604/D, ART de Obra ou Serviço 1720246558818, responsável por serviços técnicos e consultoria em todas as fases do PDM no tocante a temas ambientais que envolvem a fauna e a flora do município.

LUIS GUSTAVO ARAÚJO, Contador, CRC-PR- 045090/O, responsável pela análise econômica e financeira, indicadores e cenários além da capacidade de investimentos.

NATHANIA VANSAN CAMILLO CASAROTTO, Advogada, inscrita na OAB-PR sob o nº 70.826, responsável pela análise e diagnóstico da legislação urbanística existente e proposição e produção de minutas de novas leis ou alterações.

GISIANE CAMARGOS DE FREITAS, Assistente Social, inscrita no CRESS 5421 da 11ª região, com atuação na Diagramação e forma de comunicação com atores e comunidade local.

4. DO CUMPRIMENTO CONTRATUTAL

Informamos ainda que as prestações de Serviços/entrega dos materiais acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo na entrega do produto quanto nas instruções de uso, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente até a presente data.

RECONHECIDA
CORUMBATAÍ DO SUL-PR

ALEXANDRE DONATO
PREFEITO MUNICIPAL

ALEXANDRE DONATO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 815.523.199-20

SERVIÇO DISTRITAL DE CORUMBATAI DO SUL - PR
Rua Guarani, 157 - Fone: (44) 3277-1121 CEP 86970-000
Selo Nº SFTN1RGDFbmkz74i5EawF106q
Consulte esse selo em https://horus.funarpen.com.br/consulta
Reconheço por verdadeira a assinatura indicada de ALEXANDRE DONATO
Corumbataí do Sul, 28 de janeiro de 2025 - 13:13:31h.
Em Test° da verdade
Vinicius Gimenez Costa
(Tabelião Substituto)
Emol.: R$12,07(VRC 43,60). Funrejus: R$2,42. Selo: R$1,20. FUNDEP: R$0,60. ISSQN: R$0,60. Total: R$17,29

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Publicas, informando o número do protocolo: 58330/2025.

CAT nº 1720250001382 de 28/02/2025, página 3 de 3

CREA-PR

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O MUNICÍPIO DE PARANACITY, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº76.970.334/0001-50, com sede na Rua Pedro Paulo Venério, 1022 – centro, vem por meio deste atestar, para os devidos fins, que a empresa PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.499.627/0001-53, com sede na RUA JOSE HERNANDES CABRERA, Nº 398 – JARDIM NOVO HORIZONTE – SÃO JORGE DO IVAÍ-PR, executou os serviços contratados por meio do **Contrato nº 086/2023,** firmado em 06/09/2023.

Os serviços prestados consistiram em Contratação de empresa especializada para consultoria e assessoria ambiental para atender a necessidade do Município, atendendo plenamente às especificações e exigências estabelecidas no contrato supracitado, dentro dos padrões de qualidade e prazos acordados.

Atestamos, ainda, que a empresa demonstrou capacidade técnica e operacional na execução dos serviços, cumprindo integralmente suas obrigações contratuais, de acordo com a **ART nº 1720246651702,** representada pela Engenheira Agrônoma e Tecnóloga Ambiental Rafaela Guieti, inscrita no CREA PR – 151604-D.

Por ser verdade, firmamos o presente para os fins que se fizerem necessários.

Paranacity, 31 de Março de 2025.

JOSE CLAUDIO BATISTA:09545344920

Assinado de forma digital por JOSE CLAUDIO BATISTA:09545344920

JOSE CLAUDIO BATISTA
PREFEITO MUNICIPAL

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Mandaguaçu - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Rua Juventino Baraldi, 247 - Centro - CEP 87.160-000 - Telefone: (44) 3245-4558
Email: p_tanamati@hotmail.com

CERTIDÃO NEGATIVA

Número: 202502171535360603508

** PAULO TANAMATI **, Distribuidor e anexos da Comarca de Mandaguaçu, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os Livros de Registro e Distribuição de Feitos CÍVEIS, nos mesmos constatou a INEXISTÊNCIA de quaisquer pedidos de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL (Lei nº 11.101/2005) contra:

PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA
CNPJ: 40.499.627/0001-53

Observações:
Não Há.

*** *Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*
*** *Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 42,95 - 155 VRC *****

O referido é verdade e dá fé.

Mandaguaçu/PR, segunda-feira, 17 de fevereiro de 2025.

PAULO TANAMATI:24031704968 Assinado de forma digital por PAULO TANAMATI:24031704968
Dados: 2025.02.17 15:36:36 -03'00'

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MANDAGUAÇU/PR
Assinado Digitalmente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
40.499.627/0001-53 MATRIZ		21/01/2021

NOME EMPRESARIAL
PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.99-1-01 - Administração de obras
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (Dispensada *)
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura (Dispensada *)
73.19-0-03 - Marketing direto
74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (Dispensada *)
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JOSE HERNANDEZ CABRERA	422	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
87.190-000	JARDIM NOVO HORIZONTE	SAO JORGE DO IVAI	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CAMILA_RODRIGUES@HOTMAIL.COM	(44) 8852-4860/ (44) 8811-7688

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	21/01/2021

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **19/02/2025** às **21:54:09** (data e hora de Brasília).

PRÁTICA
ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

CPNJ: 40.499.627/0001-53
São Jorge do Ivaí - PR
pratica.rc@hotmail.com (44) 98852-4860/ (44) 98811-7688

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de TRES BARRAS DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025.

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Pelo presente instrumento, a empresa PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA, CNPJ nº 40.499.627/0001-53, com sede na RUA JOSE HERNANDEZ CABRERA, 422 – JARDIM NOVO HORIZONTE – SÃO JORGE DO IVAÍ – PR, CEP 87190-000, através de seu representante legal infra-assinado, que:

(X) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de *microempresa*, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

1) Declara que CUMPRE todos os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias do Pregão Eletrônico nº **13/2025** do Município de TRES BARRAS DO PARANÁ.

2) Declara que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº **13/2025**, nas quantidades e nos prazos previstos e que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos

3) Declara que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº 13**/2025** do Município de TRES BARRAS DO PARANÁ, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.

4) Declara atende aos requisitos de habilitação, e o que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)

5) Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição

6) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

7) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

8) Declara, para os fins que a empresa **não foi declarada inidônea por nenhum órgão público** de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

9) Declara que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

10) Declara, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

11) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas

PRÁTICA
ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

CPNJ: 40.499.627/0001-53
São Jorge do Ivaí - PR
pratica.rc@hotmail.com (44) 98852-4860/ (44) 98811-7688

leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

12) Declara que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

13) Declara, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que a responsável legal da empresa é a Sra. RAFAELA GUIETI, Portadora do RG sob nº 12507261-5 e CPF nº 081.935.979-31, cuja função/cargo é SÓCIA/PROPRIETÁRIA, **responsável pela assinatura do contrato.**

14) Declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma

15) Declara, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: pratica.rc@hotmail.com
Telefone: (44)98811-7688

16) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

17) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

01 DE ABRIL DE 2025.

RAFAELA GUIETI GUARNIERE:08193597931 Assinado de forma digital por RAFAELA GUIETI GUARNIERE:08193597931

RAFAELA GUIETI
Sócia/Proprietária
CPF: 081935979-31
CREA: 151604/D

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

RAFAELA GUIETI, BRASILEIRA , SOLTEIRA, ENGENHEIRA AGRÔNOMA, data de nascimento 03/08/1993, portador da Carteira de Identidade (RG): n° 12507261-5, expedida por SESP/PR e CPF: n° 081.935.979-31, residente e domiciliada na cidade de São Jorge do Ivaí - PR, na RUA JOSE HERNANDEZ CABRERA, nº 398, JARDIM NOVO HORIZONTE, CEP: 87190-000;

CAMILA HERNANDES RODRIGUES PRETI, BRASILEIRA , CASADO(A), Comunhão Parcial, ENGENHEIRA CIVIL, data de nascimento 10/12/1990, portador da Carteira de Identidade (RG): n° 9708090-9, expedida por SESP/PR e CPF: n° 069.337.209-50, residente e domiciliada na cidade de São Jorge do Ivaí - PR, na RUA JOSE HERNANDEZ CABRERA, nº 422, JARDIM NOVO HORIZONTE, CEP: 87190-000;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade limitada, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade adotará como nome empresarial: **PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA.**

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)
A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RUA JOSE HERNANDEZ CABRERA, nº 422, JARDIM NOVO HORIZONTE, São Jorge do Ivaí - PR, CEP: 87190000.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica:7112-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA 4399-1/01 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS 7020-4/00 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA 7111-1/00 - SERVIÇOS DE ARQUITETURA PECUÁRIAS

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de 7112-0/00 - SERVICOS DE ENGENHARIA 4399-1/01 - ADMINISTRACAO DE OBRAS 7020-4/00 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA 7111-1/00 - SERVICOS DE ARQUITETURA PECUARIAS.

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 7112-0/00 - Serviços de engenharia
CNAE Nº 7490-1/03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
CNAE Nº 4399-1/01 - Administração de obras
CNAE Nº 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
CNAE Nº 7111-1/00 - Serviços de arquitetura

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto n° 1.800/96)
A sociedade iniciará suas atividades na data do arquivamento deste ato na Junta Comercial do Estado do Paraná e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)
O capital será de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), dividido em 5000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em moeda corrente no Pais.

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
RAFAELA GUIETI	2500	2.500,00	50,00
CAMILA HERNANDES RODRIGUES PRETI	2500	2.500,00	50,00
TOTAL:	5000	5.000,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)
A administração da sociedade será exercida pelos sócios **RAFAELA GUIETI**, **CAMILA HERNANDES RODRIGUES PRETI** que representarão legalmente a sociedade CONJUNTAMENTE e poderão praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)
Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)
Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE
Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para os sócios administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS
A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO
Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS
As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE
A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL

Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

CLÁUSULA XV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São Jorge do Ivaí - PR, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná.

São Jorge do Ivaí - PR, 20 de janeiro de 2021

RAFAELA GUIETI
Sócio/Administrador

CAMILA HERNANDES RODRIGUES PRETI
Sócio/Administrador

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
06933720950	CAMILA HERNANDES RODRIGUES PRETI
08193597931	RAFAELA GUIETI

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/01/2021 13:01 SOB Nº 41209701173.
PROTOCOLO: 210298340 DE 21/01/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12100379204. CNPJ DA SEDE: 40499627000153.
NIRE: 41209701173. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/01/2021.
PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA
CNPJ/MF N.º 40.499.627/0001-53
NIRE 41209701173

folha 1

RAFAELA GUIETI, BRASILEIRA , CASADO(A), Comunhão Parcial, ENGENHEIRA AGRÔNOMA, data de nascimento 03/08/1993, portador da Carteira de Identidade (RG): nº 12507261-5, expedida por SESP/PR e CPF: nº 081.935.979-31, residente e domiciliada na cidade de São Jorge do Ivaí - PR, na RUA JOSE HERNANDEZ CABRERA, nº 398, JARDIM NOVO HORIZONTE, CEP: 87190-000.

CAMILA HERNANDES RODRIGUES PRETI, BRASILEIRA , CASADO(A), Comunhão Parcial, ENGENHEIRA CIVIL, data de nascimento 10/12/1990, portador da Carteira de Identidade (RG): nº 9708090-9, expedida por SESP/PR e CPF: nº 069.337.209-50, residente e domiciliada na cidade de São Jorge do Ivaí - PR, na RUA JOSE HERNANDEZ CABRERA, nº 422, JARDIM NOVO HORIZONTE, CEP: 87190-000;

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça, sob o nome de **PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA ,** com sede na Rua Jose Hernandez Cabrera, 422, Jardim Novo Horizonte, São Jorge do Ivaí-Pr, CEP 87190-000, e inscrita no CNPJ/MF sob nº. 40.499.627/0001-53, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº. 41209701173 em 21-01-2021; resolvem alterar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA– inclui-se as seguintes atividades no ramo de atividade da empresa:

8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

7319-0/03 - Marketing direto

4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL
A Sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica:
7112-0/00 - SERVICOS DE ENGENHARIA 4399-1/01 - ADMINISTRACAO DE OBRAS 7020-4/00 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA 7111-1/00 - SERVICOS DE ARQUITETURA PECUARIAS-8129-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE - 4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS - 7319-0/03-MARKETING DIRETO

CLÁUSULA TERCEIRA – A administração da sociedade caberá só e unicamente ao Sócio **CAMILA HERNANDES RODRIGUES PRETI, RAFAELA GUIETI** tendo amplos poderes e atribuições de gerente da sociedade, autorizada, seja individualmente ou em comum, o uso do nome empresarial, inclusive sobre operações bancarias, desde aberturas e encerramento de contas, assinar contratos, contrair financiamentos, bem representar a empresa junto a fornecedores, e clientes, vedado no entanto, seu emprego em atividades estranhas ou interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer um dos quotistas ou de

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA
CNPJ/MF N.º 40.499.627/0001-53
NIRE 41209701173

terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidem com o disposto da presente alteração

E, por estarem assim justos e combinados e consolidados, datam e assinam o presente instrumento

São Jorge do Ivaí -PR, 23 de AGOSTO de 2022.

SERVIÇO DISTRITAL OURIZONA - PR

Rafaela Guieti
RAFAELA GUIETI

Reconhecido
Tabelionato São Jorge do Ivaí

Camila H. Rodrigues Preti
CAMILA HERNANDES RODRIGUES PRETI

SERVIÇO DISTRITAL DE OURIZONA - PR
Av. Ver. Ilson Jorge, 599 - CEP: 87170-000 - Fone: (44) 3278-1700

Selo Digital
Nº F741XafqtRvwDa2h7sD9azoLe
Consulte esse selo em
https://selo.funarpen.com.br/Consulta/

RECONHEÇO por SEMELHANÇA conforme paragrafo 1º do Artigo 733 do Codigo de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná a(s) firma(s) de: RAFAELA GUIETI.

Em test° da verdade
Ourizona-Parana, 06 de setembro de 2022
Yra Liz Stadler Franco - Tabeliã Designada

SERVIÇO DISTRITAL OURIZONA - PR
TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
RUA BELA VISTA, 213 - OURIZONA - PR

SÃO JORGE DO IVAÍ
Marcos Roberto Andrade Silveira - Tabelião Designado
Praça Santa Cruz, 552 - Centro - São Jorge do Ivaí-Paraná
CEP: 87190-000 - Fone: (44) 3248-1900

Selo nº F742XrzqtnpGca2THQWRGPscb
Consulte esse selo em https://selo.funarpen.com.br/consulta
Reconheço por **SEMELHANÇA** a assinatura de **CAMILA HERNANDES RODRIGUES PRETI.**
Dou fé. São Jorge do Ivaí-PR, 06 de setembro de 2022 - 16:11:26h.

Maycon Cesar Correa Escrevente Substituto

Emol. R$5,35 (VRC 21,72) Funrejus R$1,34 Selo R$1,02 FUNDEP R$0,27 ISSQN R$0,27 Total R$8,25

MAYCON CÉSAR CORREA
ESCREVENTE SUBSTITUTO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, HELTON VANCAN, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o n° 056515, registrado em 22/05/2009, inscrito no CPF n° 03771613906, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
03771613906	056515	HELTON VANCAN

PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/09/2022 16:49 SOB N° 20225671107.
PROTOCOLO: 225671107 DE 08/09/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12211923024. CNPJ DA SEDE: 40499627000153.
NIRE: 41209701173. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 23/08/2022.
PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Positiva de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 37477/2025 Validade: 05/05/2025

Nome civil:
RAFAELA GUIETI

CPF:
081.935.979-31

Carteira - CREA-PR Nº:
PR-151604/D

Documento de Identidade:
12.507.261-5

Registro Nacional:
1715108000

Órgão emissor:
SSP/PR/PR

Registrado(a) desde:
16/02/2016

Filiação:
PAI: ANTONIO MARCOS GUIETI
MÃE: ELIANE CRISTINA DE LIMA GUIETI

Naturalidade:
MARINGA/PR

Possui débitos de anuidade.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: TECNOLOGA EM GESTAO AMBIENTAL

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGA

Data da Colação de Grau: 19/08/2018 - Diplomação: 22/08/2018

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.° 313/1986 - Art. 3° de 26/09/1986

Resolução do Confea N.° 313/1986 - Art. 4° de 26/09/1986

Título: ENGENHEIRA AGRONOMA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGA

Data da Colação de Grau: 05/02/2016 - Diplomação: 05/02/2016

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Decreto Federal N.° 23.196/1933 - Art. 6° de 12/10/1933

Lei Federal N.° 5.194/1966 - Art. 7° de 24/12/1966

Resolução do Confea N.° 218/1973 - Art. 5° de 29/06/1973

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

CNPJ: 40499627000153

Desde: 16/02/2021 Carga Horária: 20h

C J L - PODAS & REMOÇÃO DE ÁRVORES LTDA

CNPJ: 13776079000199

Desde: 15/12/2023 Carga Horária: 1h

ASJ SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 04887624000123

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Positiva de Débitos

Desde: 25/06/2024 Carga Horária: 1h

TEMÁTICA INTELIGENCIA URBANA LTDA

CNPJ: 24980717000105

Desde: 11/09/2024 Carga Horária: 1h

ELIEZIO CAVALCANTE DE FREITAS

CNPJ: 04903976000125

Desde: 14/10/2024 Carga Horária: 1h

ECOVITY SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 50474866000102

Desde: 26/03/2025 Carga Horária: 1h

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 94892/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 01/04/2025 09:07:03

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 36751/2025 — Validade: 02/05/2025

Razão social:
PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

CNPJ:
40.499.627/0001-53

Num. Registro:
74431

Data do Registro:
16/02/2021

Capital Social:
R$ 5.000,00

Endereço:
RUA JOSE HERNANDEZ CABRERA, 422, JARDIM NOVO HORIZONTE

CEP:
87190-000

Cidade:
SAO JORGE DO IVAI-PR

Nº da Alteração Contratual:
0

Data da última alteração:
21/01/2021

Objetivo Social:
Serviços de engenharia, administração de obras, atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, serviços de arquitetura pecuárias.

Restrição de atividade:
Atividades da empresa circunscritas às atribuições de seus responsáveis técnicos.

Possui débitos de anuidade parcelados
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 40.499.627/0001-53

NOME CIVIL: CAMILA HERNANDES RODRIGUES PRETI

Carteira: PR-129970/D - Data de expedição: 28/02/2013

Desde 16/02/2021 - Carga horária: 20h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

NOME CIVIL: RAFAELA GUIETI

Carteira: PR-151604/D - Data de expedição: 16/02/2016

Desde 16/02/2021 - Carga horária: 20h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRA AGRONOMA - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.196/1933 - Art. 6º

TÍTULO: ENGENHEIRA AGRONOMA - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRA AGRONOMA - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 5º

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa

TÍTULO: TECNOLOGA EM GESTAO AMBIENTAL- Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 313/1986 - Art. 3º

TÍTULO: TECNOLOGA EM GESTAO AMBIENTAL- Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 313/1986 - Art. 4º

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 93553/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 31/03/2025 13:03:41

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

PRÁTICA
ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

CNPJ: 40.499.627/0001-53

Á PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR
Pregão Eletrônico Nº 13/2025

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Conforme o disposto no edital em epígrafe e de acordo com a legislação pertinente, declaramos que o responsável pela obra, caso venhamos a vencer a referida licitação é:

Nº	NOME	ESPECIALIDADE	CREA Nº	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
01	RAFAELA GUIETI	ENGENHEIRA AGRÔNOMA e GESTORA AMBIENTAL	151604-D	RAFAELA GUIETI GUARNIERE:08193597931 Assinado de forma digital por RAFAELA GUIETI GUARNIERE:08193597931 Dados: 2025.04.01 09:00:22 -03'00'

Declaramos, outrossim que o profissional acima relacionado pertence ao nosso quadro técnico de profissionais/contrato de prestação de serviços.

SÃO JORGE DO IVAÍ-PR, 01 DE ABRIL DE 2025.

Atenciosamente,

RAFAELA GUIETI GUARNIERE:08193597931
Assinado de forma digital por RAFAELA GUIETI GUARNIERE:08193597931
Dados: 2025.04.01 09:00:37 -03'00'

RAFAELA GUIETI
SÓCIA/PROPRIETÁRIA
PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA
CNPJ: 40.499.627/0001-53

Centro Universitário de Maringá

Estado do Paraná

UniCesumar

O Reitor do Centro Universitário de Maringá,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão em 19 de dezembro de 2015, do
Curso de Graduação em Agronomia e a colação de grau em 05 de fevereiro de 2016, confere o título de
Bacharela em Agronomia a

Rafaela Guieti,

brasileira, natural do Estado do Paraná,
nascida a 03 de agosto de 1993, RG 125072615/PR

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.
Maringá, 05 de fevereiro de 2016.

Claudio Ferdinandi
Pró-Reitor Acadêmico

Wilson de Matos Silva
Reitor

Rafaela Guieti
Diplomada

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente fotocópia, por ser cópia fiel do original, nesta data a mim apresentado. Dou fé.
São Jorge do Ivaí, 18/01/2016

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Josiz Helena Mariano - Tabeliã Designada
Município de São Jorge do Ivaí
Rua Rui Barbosa, 1454 - CEP 87190-000
Comarca de Mandaguaçu - Paraná

Curso de GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA
Reconhecido pela Portaria nº 819, publicada no D.O.U. de 02/01/2015.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ
Maringá - PR
Diretoria de Serviços Acadêmicos
Departamento Especial de Registro de Diplomas

Diploma registrado sob nº 033875.
Processo n.º 034389/2016 nos termos do art. 48 da Lei 9.394/96.

Maringá, 05 de fevereiro de 2016.

RICARDO SARDINHA
Diretor de Serviços Acadêmicos

Lei 13.228 de 18/07/2001
SELO FUNARPEN
TABELIONATO DE NOTAS
FHU19185

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente fotocópia, por ser cópia fiel ao original nesta data a mim apresentado. Dou fé.
São Jorge do Ivaí, 18/02/2016
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Josefa Helena Mariano - Tabeliã Designada
Município de São Jorge do Ivaí
Rua Rui Barbosa, 1454 - CEP 87190-000
Comarca de Mandaguaçu - Paraná
Maycon Cesar Corrêa
Escrevente

As assinaturas do Reitor e do Pró-Reitor Acadêmico da Unicesumar, no anverso deste diploma, foram apostas mediante chancela mecânica registrada sob protocolo nº 14002761, do Livro nº 1111-N, às fls. 172 e 173, em 08 de outubro de 2014, no 2º Ofício de Notas da Comarca de Maringá, local em que poderão ser reconhecidas as firmas

33106

Centro Universitário de Maringá

Estado do Paraná

O Reitor do Centro Universitário de Maringá,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão em 15 de março de 2018, do
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e a colação de grau
em 19 de agosto de 2018, confere o título de Tecnóloga em Gestão Ambiental a

Rafaela Guieti,

brasileira, natural do Estado do Paraná,
nascida a 03 de agosto de 1993, RG 125072615/PR

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.
Maringá, 22 de agosto de 2018.

Claudio Ferdinandi
Pró-Reitor Acadêmico

Wilson de Matos Silva
Reitor

Rafaela Guieti
Diplomada

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ
Credenciado pela Portaria MEC nº 95 de 16/01/2002, publicada no D.O.U. 18/01/2002.
Recredenciado pela Portaria MEC nº 727 de 25/08/2014, publicada no D.O.U. de 26/08/2014.

Curso SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL
Reconhecido pela Portaria nº 652, publicada no D.O.U. de 23/09/2015.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ
Maringá - PR
Diretoria de Serviços Acadêmicos
Departamento Especial de Registro de Diplomas

Diploma registrado sob nº 062540.
Processo n.º 062540/2018 nos termos do art. 48 da Lei 9.394/96.

Maringá, 31 de agosto de 2018.

ÉRICA RODRIGUES CARLOTO PEREIRA
Diretor(a) de Serviços Acadêmicos

As assinaturas do Reitor e do Pró-Reitor Acadêmico da Unicesumar, no anverso deste diploma, foram apostas mediante chancela mecânica registrada sob protocolo nº 14002761, do Livro nº 1111-N, às fls. 172 e 173, em 08 de outubro de 2014, no 2º Ofício de Notas da Comarca de Maringá, local em que poderão ser reconhecidas as firmas.

DEPARTAMENTO ESPECIAL DE REGISTRO DE DIPLOMAS
Unicesumar
CONFERIDO

72340

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA
CNPJ: 40.499.627/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:29:24 do dia 07/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/08/2025.
Código de controle da certidão: **F86A.16D8.3BA2.1965**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 036092392-80

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **40.499.627/0001-53**
Nome: **PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 19/06/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (19/02/2025 22:02:29)

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 40.499.627/0001-53
Razão Social: PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA
Endereço: R JOSE HERNANDEZ CABRERA 422 / JD NOVO HORIZONTE / SAO JORGE DO IVAI / PR / 87190-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:07/03/2025 a 05/04/2025

Certificação Número: 2025030704245572980152

Informação obtida em 20/03/2025 15:18:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JORGE DO IVAÍ
SECRETARIA DE FINANÇAS

Data: 25/03/2025 13h21min

Número	Validade
174	24/04/2025

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA CNPJ: 40499627000153

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à | **Finalidade**

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Econômico: 1323 - Atividade principal: Serviços de engenharia
Endereço: JOSÉ HERNANDEZ CABRERA, 422 - Bairro JARDIM NOVO HORIZONTE - Bloco 0 - Apto. 0 - Compl. 0 - CEP 87.190-000

Código de Controle

CWHTXFIMR5OZREV1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

São Jorge do Ivaí (PR), 25 de Março de 2025

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

JUCEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA

NIRE : 41209701173
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Protocolo: PRC2500697150

NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade
41209701173	40.499.627/0001-53	21/01/2021	21/01/2021

Endereço Completo
Rua JOSE HERNANDEZ CABRERA, Nº 422, JARDIM NOVO HORIZONTE - São Jorge do Ivaí/PR - CEP 87190-000

Objeto Social
7112-0/00 - SERVICOS DE ENGENHARIA 4399-1/01 - ADMINISTRACAO DE OBRAS 7020-4/00 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA 7111-1/00 - SERVICOS DE ARQUITETURA PECUARIAS-8129-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE - 4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS - 7319-0/03 - MARKETING DIRETO

Capital Social	Porte	Prazo de Duração
R$ 5.000,00 (cinco mil reais)	ME (Microempresa)	Indeterminado

Capital Integralizado
R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
RAFAELA GUIETI	081.935.979-31	R$ 2.500,00	Sócio	S	Indeterminado
CAMILA HERNANDES RODRIGUES PRETI	069.337.209-50	R$ 2.500,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
RAFAELA GUIETI	081.935.979-31	Indeterminado
CAMILA HERNANDES RODRIGUES PRETI	069.337.209-50	Indeterminado

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos
11/09/2022	20225571107	002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

Situação
ATIVA

Status
SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 18/02/2025, às 13:35:52 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **OPJAECLI**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

SEBASTIÃO MOTA
Secretário-Geral

PRÁTICA

CNPJ: 40.499.627/0001-53

PROPOSTA AJUSTADA

PREGÃO 13/2025 – TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR

Pelo presente instrumento, a empresa PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA, CNPJ nº 40.499.627/0001-53, com sede na RUA JOSE HERNANDEZ CABRERA, 422 – JARDIM NOVO HORIZONTE – SÃO JORGE DO IVAÍ – PR, CEP 87190-000, através de seu representante legal infra-assinado, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços:

ITEM	DESCRITIVO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.	PRATICA	UNIDADE	01	39.000,00	39.000,00

Valor total R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

1) Prazo de validade da proposta de 39.000,00 (trinta e nove mil reais), a contar da data de abertura do certame.

2) Garantimos que os produtos serão substituídos, sem ônus para a entidade de licitação, caso não estejam de acordo às especificações e padrões exigidos.

3) Garantia mínima dos produtos acima descritos é de 12 meses.

4) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

- Dados Bancários: BANCO DO BRASIL
CONTA CORRENTE: 12881-3/AGÊNCIA: 2637-9/SÃO JORGE DO IVAÍ-PR
Declaro ainda estar de acordo e ciente com todas as exigências estipulada em Aviso.

São Jorge do Ivaí, 01 DE ABRIL DE 2025.

RAFAELA GUIETI GUARNIERE:08193597931

Assinado de forma digital por RAFAELA GUIETI GUARNIERE:08193597931
Dados: 2025.04.01 09:06:36 -03'00'

RAFAELA GUIETI
SÓCIA/PROPRIETÁRIA
PRÁTICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA
CNPJ: 40.499.627/0001-53

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.499.627/0001-53
Certidão nº: 9562951/2025
Expedição: 19/02/2025, às 21:48:51
Validade: 18/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS - LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.499.627/0001-53**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025.

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2025, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

- **PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA– CNPJ nº 40.499.627/0001-53**

LOTE	QTDE	UNIDADE	SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	SERVIÇO	ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.	R$ 39.000,00	R$ 39.000,00
				TOTAL	R$ 39.000,00

Valor total para o fornecedor: R$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais).

Desclassificações

- **NÃO HOUVE**

Inabilitações

- **SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA – CNPJ Nº 54.341.981/0001-60**

Três Barras do Paraná/PR, 02 de abril de 2025.

Vanessa M. A. Oenning

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Pregoeira

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
Processo Administrativo Nº 22/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 12/03/2025 16:06:45

MOVIMENTOS DO PROCESSO

14/03/2025 14:53:12	**CADASTRO DE PROPOSTA**	BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
19/03/2025 14:26:48	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA
19/03/2025 14:36:20	**CADASTRO DE PROPOSTA**	BORSATO GOMES E CIA LTDA
27/03/2025 15:16:37	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA
27/03/2025 15:17:27	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA
27/03/2025 19:12:23	**CADASTRO DE PROPOSTA**	LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES
27/03/2025 20:02:20	**CADASTRO DE PROPOSTA**	WATANABE ENGENHARIA
28/03/2025 11:49:29	**CADASTRO DE PROPOSTA**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
28/03/2025 14:44:04	**CADASTRO DE PROPOSTA**	PIMENTA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA
30/03/2025 20:31:23	**CADASTRO DE PROPOSTA**	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA
31/03/2025 01:20:44	**CADASTRO DE PROPOSTA**	RODRIGUES TEZOLIN LTDA
31/03/2025 07:18:14	**CADASTRO DE PROPOSTA**	NEOFLORESTA SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS
31/03/2025 07:29:09	**CADASTRO DE PROPOSTA**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
31/03/2025 09:51:55	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 31/03/2025 12:00		
31/03/2025 09:57:21	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor ativou o anexo de documentos complementares.		
31/03/2025 10:10:45	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA adicionou o arquivo 7a5abd549ec741bfa98e1197ac4a2401.pdf aos documentos complementares.		
31/03/2025 10:19:41	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA removeu o arquivo 7a5abd549ec741bfa98e1197ac4a2401.pdf dos documentos complementares.		
31/03/2025 10:44:22	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA adicionou o arquivo 8947e23d93bf4d3a9a2522add96e2908.pdf aos documentos complementares.		
31/03/2025 11:28:00	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA adicionou o arquivo d695b33cc56c4f7ebd9b59350888c06a.pdf aos documentos complementares.		
31/03/2025 11:28:15	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA removeu o arquivo d695b33cc56c4f7ebd9b59350888c06a.pdf dos documentos complementares.		
01/04/2025 08:23:10	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 01/04/2025 10:30		
01/04/2025 09:50:41	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA adicionou o arquivo 133adc49ecd34acd8e1ccee91527faa9.rar aos documentos complementares.		
01/04/2025 14:14:10	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
CONSIDERANDO a habilitação da empresa PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA, fica agendado para dia 02/04/2025 às 09h00 minutos a fase de manifestação de recursos caso haja interessados.		

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

LOTE 1 - ADJUDICADO
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:

Descrição: ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.

Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 39.000,00 **Valor Total:** 39.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	PRATICA ASSESSORIA E	877	40.499.627/0001-53	70.000,00	39.000,00		Sim
2	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA	365	52.578.237/0001-58	75.000,00	39.480,00	1,23	Sim
3	BORSATO GOMES E CIA LTDA	716	13.324.237/0001-70	75.500,00	61.350,00	55,40	Sim
4	WATANABE ENGENHARIA	596	34.424.400/0001-46	65.339,39	65.339,39	6,50	Sim
5	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA	565	05.017.195/0001-04	75.500,00	66.000,00	1,01	Sim
6	NEOFLORESTA SERVIÇOS	395	23.282.729/0001-01	75.000,00	72.000,00	9,09	Sim
7	RODRIGUES TEZOLIN LTDA	440	51.121.730/0001-81	75.500,00	73.000,00	1,39	Sim
8	ECONSULT ENVIRONMENTAL	100	22.684.967/0001-72	75.500,00	73.100,00	0,14	Sim
9	BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL	801	41.967.974/0001-26	75.000,00	75.000,00	2,60	Sim
10	LF ENGENHARIA PROJETOS E	696	40.028.767/0001-43	75.499,99	75.499,99	0,67	Sim
11	PIMENTA CONSULTORIA AMBIENTAL	525	21.324.192/0001-61	75.500,00	75.500,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E	079	54.341.981/0001-60	75.500,00	38.999,00		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

12/03/2025 16:06:45	**PUBLICADO**		
12/03/2025 16:30:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
31/03/2025 08:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
31/03/2025 09:00:21	**DISPUTA**		
31/03/2025 09:00:21	**LANCE**	RODRIGUES TEZOLIN LTDA (PARTICIPANTE 440)	**75.500,00**
31/03/2025 09:00:21	**LANCE**	LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES (PARTICIPANTE 696)	**75.499,99**
31/03/2025 09:00:21	**LANCE**	WATANABE ENGENHARIA (PARTICIPANTE 596)	**65.339,39**
31/03/2025 09:00:21	**LANCE**	PIMENTA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA (PARTICIPANTE 525)	**75.500,00**
31/03/2025 09:00:21	**LANCE**	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	**70.000,00**
31/03/2025 09:00:21	**LANCE**	BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA (PARTICIPANTE 801)	**75.000,00**
31/03/2025 09:00:21	**LANCE**	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA (PARTICIPANTE 100)	**75.500,00**
31/03/2025 09:00:21	**LANCE**	BORSATO GOMES E CIA LTDA (PARTICIPANTE 716)	**75.500,00**
31/03/2025 09:00:21	**LANCE**	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA (PARTICIPANTE	**75.500,00**
31/03/2025 09:00:21	**LANCE**	NEOFLORESTA SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS (PARTICIPANTE 395)	**75.000,00**
31/03/2025 09:00:21	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**75.500,00**
31/03/2025 09:00:21	**LANCE**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	**75.000,00**
31/03/2025 09:00:40	**LANCE**	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	**65.000,00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

31/03/2025 09:07:16	LANCE	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA (PARTICIPANTE 100)	74.990,00
31/03/2025 09:07:19	LANCE	BORSATO GOMES E CIA LTDA (PARTICIPANTE 716)	64.000,00
31/03/2025 09:08:23	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	63.500,00
31/03/2025 09:08:23	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
31/03/2025 09:08:41	LANCE	RODRIGUES TEZOLIN LTDA (PARTICIPANTE 440)	74.800,00
31/03/2025 09:08:53	LANCE	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA (PARTICIPANTE 100)	74.790,00
31/03/2025 09:09:18	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	63.000,00
31/03/2025 09:09:56	LANCE	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA (PARTICIPANTE	66.000,00
31/03/2025 09:10:06	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	62.000,00
31/03/2025 09:10:32	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.999,00
31/03/2025 09:11:26	LANCE	RODRIGUES TEZOLIN LTDA (PARTICIPANTE 440)	74.700,00
31/03/2025 09:12:13	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	61.500,00
31/03/2025 09:12:13	LANCE	NEOFLORESTA SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS (PARTICIPANTE 395)	74.000,00
31/03/2025 09:12:24	LANCE	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA (PARTICIPANTE 100)	73.999,00
31/03/2025 09:12:47	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.499,00
31/03/2025 09:12:58	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.498,00
31/03/2025 09:13:18	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.497,00
31/03/2025 09:13:18	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	61.450,00
31/03/2025 09:13:38	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.449,00
31/03/2025 09:13:44	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.400,00
31/03/2025 09:14:03	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.399,00
31/03/2025 09:14:08	LANCE	RODRIGUES TEZOLIN LTDA (PARTICIPANTE 440)	73.500,00
31/03/2025 09:14:14	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.398,00
31/03/2025 09:14:24	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.397,00
31/03/2025 09:15:01	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.396,00
31/03/2025 09:15:08	LANCE	BORSATO GOMES E CIA LTDA (PARTICIPANTE 716)	61.350,00
31/03/2025 09:15:10	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.395,00
31/03/2025 09:15:16	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.349,00
31/03/2025 09:15:24	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.347,00
31/03/2025 09:16:10	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	61.345,00
31/03/2025 09:16:18	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	61.344,00
31/03/2025 09:16:27	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	61.000,00
31/03/2025 09:17:00	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	60.999,00
31/03/2025 09:17:12	LANCE	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA (PARTICIPANTE 100)	73.499,00
31/03/2025 09:17:18	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	60.990,00
31/03/2025 09:17:25	LANCE	RODRIGUES TEZOLIN LTDA (PARTICIPANTE 440)	73.400,00
31/03/2025 09:17:32	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	60.989,00
31/03/2025 09:17:45	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	60.980,00
31/03/2025 09:17:54	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	60.979,00
31/03/2025 09:18:26	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	60.975,00
31/03/2025 09:18:30	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	60.500,00
31/03/2025 09:18:37	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	60.400,00
31/03/2025 09:18:46	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	60.399,00
31/03/2025 09:18:49	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	60.250,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

31/03/2025 09:19:00	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	60.248,00
31/03/2025 09:19:08	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	60.240,00
31/03/2025 09:19:15	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	60.239,00
31/03/2025 09:19:33	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	60.000,00
31/03/2025 09:19:45	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	59.998,00
31/03/2025 09:19:49	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	59.990,00
31/03/2025 09:20:01	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	59.989,00
31/03/2025 09:21:03	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	59.000,00
31/03/2025 09:21:18	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	58.999,00
31/03/2025 09:21:24	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	58.500,00
31/03/2025 09:21:33	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	58.499,00
31/03/2025 09:21:56	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	55.000,00
31/03/2025 09:22:14	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	54.999,00
31/03/2025 09:22:27	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	54.500,00
31/03/2025 09:22:37	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	54.499,00
31/03/2025 09:22:42	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	54.440,00
31/03/2025 09:22:51	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	54.439,00
31/03/2025 09:22:58	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	54.000,00
31/03/2025 09:23:10	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	53.999,00
31/03/2025 09:23:29	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	53.000,00
31/03/2025 09:23:40	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	52.999,00
31/03/2025 09:23:44	LANCE	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA (PARTICIPANTE 100)	73.100,00
31/03/2025 09:23:59	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	52.990,00
31/03/2025 09:24:10	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	52.989,00
31/03/2025 09:24:41	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	52.980,00
31/03/2025 09:24:43	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	52.000,00
31/03/2025 09:24:59	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	51.900,00
31/03/2025 09:25:00	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	51.999,00
31/03/2025 09:25:11	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	51.899,00
31/03/2025 09:25:15	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	51.000,00
31/03/2025 09:25:19	LANCE	RODRIGUES TEZOLIN LTDA (PARTICIPANTE 440)	73.000,00
31/03/2025 09:25:21	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	51.890,00
31/03/2025 09:25:29	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	50.899,00
31/03/2025 09:25:30	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	50,00
31/03/2025 09:25:37	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O lance do PARTICIPANTE 365 no valor de 50,00 foi cancelado pelo próprio licitante autor da oferta.			
31/03/2025 09:25:47	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	50.000,00
31/03/2025 09:25:56	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	49.899,00
31/03/2025 09:26:08	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	49.800,00
31/03/2025 09:26:09	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	49.000,00
31/03/2025 09:26:28	LANCE	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	48.799,00
31/03/2025 09:26:38	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	48.000,00
31/03/2025 09:26:45	LANCE	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	45.000,00
31/03/2025 09:26:57	LANCE	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	44.500,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

31/03/2025 09:27:08	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**44.449,00**
31/03/2025 09:27:16	**LANCE**	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	**42.000,00**
31/03/2025 09:27:16	**LANCE**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	**44.400,00**
31/03/2025 09:27:23	**LANCE**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	**42.000,00**
31/03/2025 09:27:31	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**41.999,00**
31/03/2025 09:27:56	**LANCE**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	**41.990,00**
31/03/2025 09:28:06	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**41.989,00**
31/03/2025 09:28:34	**LANCE**	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	**41.000,00**
31/03/2025 09:28:49	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**40.999,00**
31/03/2025 09:29:55	**LANCE**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	**40.998,00**
31/03/2025 09:30:00	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**40.997,00**
31/03/2025 09:30:10	**LANCE**	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	**40.500,00**
31/03/2025 09:30:19	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**40.499,00**
31/03/2025 09:31:38	**LANCE**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	**40.498,00**
31/03/2025 09:31:50	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**40.497,00**
31/03/2025 09:31:54	**LANCE**	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	**40.000,00**
31/03/2025 09:32:04	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**39.999,00**
31/03/2025 09:33:24	**LANCE**	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	**39.500,00**
31/03/2025 09:33:38	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**39.499,00**
31/03/2025 09:34:34	**LANCE**	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	**39.497,00**
31/03/2025 09:34:53	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**39.496,00**
31/03/2025 09:36:39	**LANCE**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	**39.490,00**
31/03/2025 09:36:58	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**39.489,00**
31/03/2025 09:38:22	**LANCE**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	**39.488,00**
31/03/2025 09:38:44	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**39.487,00**
31/03/2025 09:40:04	**LANCE**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	**39.486,00**
31/03/2025 09:40:15	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**39.485,00**
31/03/2025 09:41:20	**LANCE**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	**39.484,00**
31/03/2025 09:41:45	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**39.483,00**
31/03/2025 09:42:27	**LANCE**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	**39.482,00**
31/03/2025 09:42:34	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**39.481,00**
31/03/2025 09:43:37	**LANCE**	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (PARTICIPANTE 365)	**39.480,00**
31/03/2025 09:43:51	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**39.479,00**
31/03/2025 09:45:02	**LANCE**	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	**39.400,00**
31/03/2025 09:45:18	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**39.399,00**
31/03/2025 09:45:45	**LANCE**	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	**39.000,00**
31/03/2025 09:46:03	**LANCE**	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	**38.999,00**
31/03/2025 09:46:19	**LANCE**	NEOFLORESTA SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS (PARTICIPANTE 395)	**72.000,00**

31/03/2025 09:48:19 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA

31/03/2025 09:48:19 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.

31/03/2025 09:48:19 **HABILITAÇÃO**

31/03/2025 09:52:26 **MENSAGEM** SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
bom dia

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

31/03/2025 09:52:47 **MENSAGEM** SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
a área de documentos está fechada

31/03/2025 09:57:35 **MENSAGEM** PREGOEIRO
bom dia

31/03/2025 09:57:47 **MENSAGEM** PREGOEIRO
habilitada a aba de documentos complementares

31/03/2025 09:59:45 **MENSAGEM** SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA
Ok, muito obrigado.

01/04/2025 08:22:20 **INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE** PREGOEIRO
SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA inabilitado. Motivo: a empresa deixou de apresentar atestado compatível com o objeto licitado conforme item 12.9.1 do edital

01/04/2025 08:22:20 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.

01/04/2025 08:22:20 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta é PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA

01/04/2025 08:40:06 **MENSAGEM** PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA
ok

01/04/2025 09:52:12 **MENSAGEM** PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA
ANEXADOS.

02/04/2025 09:01:09 **MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

02/04/2025 09:16:09 **EM ADJUDICAÇÃO**

02/04/2025 09:17:48 **ADJUDICADO**

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
Processo Administrativo Nº 22/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 12/03/2025 16:06:45

LOTE 1 - ADJUDICADO - 02/04/2025 09:17:48
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 39.000,00 **Valor Total:** 39.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	PRATICA ASSESSORIA E	877	40.499.627/0001-53	70.000,00	39.000,00		Sim
2	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA	365	52.578.237/0001-58	75.000,00	39.480,00	1,23	Sim
3	BORSATO GOMES E CIA LTDA	716	13.324.237/0001-70	75.500,00	61.350,00	55,40	Sim
4	WATANABE ENGENHARIA	596	34.424.400/0001-46	65.339,39	65.339,39	6,50	Sim
5	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA	565	05.017.195/0001-04	75.500,00	66.000,00	1,01	Sim
6	NEOFLORESTA SERVIÇOS	395	23.282.729/0001-01	75.000,00	72.000,00	9,09	Sim
7	RODRIGUES TEZOLIN LTDA	440	51.121.730/0001-81	75.500,00	73.000,00	1,39	Sim
8	ECONSULT ENVIRONMENTAL	100	22.684.967/0001-72	75.500,00	73.100,00	0,14	Sim
9	BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL	801	41.967.974/0001-26	75.000,00	75.000,00	2,60	Sim
10	LF ENGENHARIA PROJETOS E	696	40.028.767/0001-43	75.499,99	75.499,99	0,67	Sim
11	PIMENTA CONSULTORIA AMBIENTAL	525	21.324.192/0001-61	75.500,00	75.500,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E	079	54.341.981/0001-60	75.500,00	38.999,00		Sim

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
Processo Administrativo Nº 22/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 12/03/2025 16:06:45

TOTAL DO PROCESSO: **39.000,00**

PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA — **40.499.627/0001-53** — **39.000,00**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 877 Lance: 39.000,00 **Total: 39.000,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:

Descrição: ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.

Quantidade: 1 Val. Ref.: 75.500,00 **Valor Unit.: 39.000,00** Total Item: 39.000,00

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

EQUIPE DE APOIO CARLOS SNIEZKO

APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
Processo Adm: Nº 22/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS

Empresas vencedoras valor total: R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais): **PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA** (40499627000153) com os lotes: 1 no valor total de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 2 de abril de 2025.

Vanessa M. A. Oenning

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
CONDUTOR DE PROCESSOS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
Processo Adm: Nº 22/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS

Empresas vencedoras valor total: R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais): **PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA** (40499627000153) com os lotes: 1 no valor total de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 2 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
AUTORIDADE DE PROMOTOR

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

RELATÓRIO DE LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
Processo Administrativo Nº 22/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 12/03/2025 16:06:45

LOTE 1 - Lote 1

31/03/2025 09:00:21	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**75,500.00**
31/03/2025 09:00:21	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**75,000.00**
31/03/2025 09:00:21	PIMENTA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA	
VÁLIDO		**75,500.00**
31/03/2025 09:00:21	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**70,000.00**
31/03/2025 09:00:21	BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	
VÁLIDO		**75,000.00**
31/03/2025 09:00:21	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA	
VÁLIDO		**75,500.00**
31/03/2025 09:00:21	BORSATO GOMES E CIA LTDA	
VÁLIDO		**75,500.00**
31/03/2025 09:00:21	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA	
VÁLIDO		**75,500.00**
31/03/2025 09:00:21	RODRIGUES TEZOLIN LTDA	
VÁLIDO		**75,500.00**
31/03/2025 09:00:21	LF ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES	
VÁLIDO		**75,499.99**
31/03/2025 09:00:21	WATANABE ENGENHARIA	
VÁLIDO		**65,339.39**
31/03/2025 09:00:21	NEOFLORESTA SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS	
VÁLIDO		**75,000.00**
31/03/2025 09:00:40	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**65,000.00**
31/03/2025 09:07:16	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA	
VÁLIDO		**74,990.00**
31/03/2025 09:07:19	BORSATO GOMES E CIA LTDA	
VÁLIDO		**64,000.00**
31/03/2025 09:08:23	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**63,500.00**
31/03/2025 09:08:41	RODRIGUES TEZOLIN LTDA	
VÁLIDO		**74,800.00**
31/03/2025 09:08:53	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA	
VÁLIDO		**74,790.00**
31/03/2025 09:09:18	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**63,000.00**
31/03/2025 09:09:56	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA	
VÁLIDO		**66,000.00**
31/03/2025 09:10:06	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**62,000.00**
31/03/2025 09:10:32	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**61,999.00**
31/03/2025 09:11:26	RODRIGUES TEZOLIN LTDA	
VÁLIDO		**74,700.00**
31/03/2025 09:12:13	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**61,500.00**
31/03/2025 09:12:13	NEOFLORESTA SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS	
VÁLIDO		**74,000.00**
31/03/2025 09:12:24	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA	
VÁLIDO		**73,999.00**
31/03/2025 09:12:47	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**61,499.00**
31/03/2025 09:12:58	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**61,498.00**
31/03/2025 09:13:18	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**61,497.00**
31/03/2025 09:13:18	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**61,450.00**
31/03/2025 09:13:38	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**61,449.00**
31/03/2025 09:13:44	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**61,400.00**
31/03/2025 09:14:03	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**61,399.00**
31/03/2025 09:14:08	RODRIGUES TEZOLIN LTDA	
VÁLIDO		**73,500.00**
31/03/2025 09:14:14	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**61,398.00**
31/03/2025 09:14:24	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**61,397.00**
31/03/2025 09:15:01	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**61,396.00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

31/03/2025 09:15:08	BORSATO GOMES E CIA LTDA	
VÁLIDO		**61,350.00**
31/03/2025 09:15:10	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**61,395.00**
31/03/2025 09:15:16	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**61,349.00**
31/03/2025 09:15:24	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**61,347.00**
31/03/2025 09:16:10	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**61,345.00**
31/03/2025 09:16:18	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**61,344.00**
31/03/2025 09:16:27	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**61,000.00**
31/03/2025 09:17:00	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**60,999.00**
31/03/2025 09:17:12	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA	
VÁLIDO		**73,499.00**
31/03/2025 09:17:18	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**60,990.00**
31/03/2025 09:17:25	RODRIGUES TEZOLIN LTDA	
VÁLIDO		**73,400.00**
31/03/2025 09:17:32	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**60,989.00**
31/03/2025 09:17:45	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**60,980.00**
31/03/2025 09:17:54	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**60,979.00**
31/03/2025 09:18:26	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**60,975.00**
31/03/2025 09:18:30	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**60,500.00**
31/03/2025 09:18:37	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**60,400.00**
31/03/2025 09:18:46	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**60,399.00**
31/03/2025 09:18:49	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**60,250.00**
31/03/2025 09:19:00	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**60,248.00**
31/03/2025 09:19:08	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**60,240.00**
31/03/2025 09:19:15	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**60,239.00**
31/03/2025 09:19:33	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**60,000.00**
31/03/2025 09:19:45	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**59,998.00**
31/03/2025 09:19:49	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**59,990.00**
31/03/2025 09:20:01	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**59,989.00**
31/03/2025 09:21:03	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**59,000.00**
31/03/2025 09:21:18	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**58,999.00**
31/03/2025 09:21:24	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**58,500.00**
31/03/2025 09:21:33	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**58,499.00**
31/03/2025 09:21:56	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**55,000.00**
31/03/2025 09:22:14	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**54,999.00**
31/03/2025 09:22:27	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**54,500.00**
31/03/2025 09:22:37	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**54,499.00**
31/03/2025 09:22:42	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**54,440.00**
31/03/2025 09:22:51	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**54,439.00**
31/03/2025 09:22:58	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**54,000.00**
31/03/2025 09:23:10	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**53,999.00**
31/03/2025 09:23:29	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**53,000.00**
31/03/2025 09:23:40	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**52,999.00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

31/03/2025 09:23:44	ECONSULT ENVIRONMENTAL CONSULTING LTDA	
VÁLIDO		**73,100.00**
31/03/2025 09:23:59	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**52,990.00**
31/03/2025 09:24:10	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**52,989.00**
31/03/2025 09:24:41	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**52,980.00**
31/03/2025 09:24:43	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**52,000.00**
31/03/2025 09:24:59	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**51,900.00**
31/03/2025 09:25:00	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**51,999.00**
31/03/2025 09:25:11	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**51,899.00**
31/03/2025 09:25:15	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**51,000.00**
31/03/2025 09:25:19	RODRIGUES TEZOLIN LTDA	
VÁLIDO		**73,000.00**
31/03/2025 09:25:21	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**51,890.00**
31/03/2025 09:25:29	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**50,899.00**
31/03/2025 09:25:30	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
CANCELADO		**50.00**
31/03/2025 09:25:47	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**50,000.00**
31/03/2025 09:25:56	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**49,899.00**
31/03/2025 09:26:08	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**49,800.00**
31/03/2025 09:26:09	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**49,000.00**
31/03/2025 09:26:28	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**48,799.00**
31/03/2025 09:26:38	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**48,000.00**
31/03/2025 09:26:45	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**45,000.00**
31/03/2025 09:26:57	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**44,500.00**
31/03/2025 09:27:08	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**44,449.00**
31/03/2025 09:27:16	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**42,000.00**
31/03/2025 09:27:16	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**44,400.00**
31/03/2025 09:27:23	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**42,000.00**
31/03/2025 09:27:31	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**41,999.00**
31/03/2025 09:27:56	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**41,990.00**
31/03/2025 09:28:06	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**41,989.00**
31/03/2025 09:28:34	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**41,000.00**
31/03/2025 09:28:49	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**40,999.00**
31/03/2025 09:29:55	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**40,998.00**
31/03/2025 09:30:00	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**40,997.00**
31/03/2025 09:30:10	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**40,500.00**
31/03/2025 09:30:19	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**40,499.00**
31/03/2025 09:31:38	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**40,498.00**
31/03/2025 09:31:50	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**40,497.00**
31/03/2025 09:31:54	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**40,000.00**
31/03/2025 09:32:04	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**39,999.00**
31/03/2025 09:33:24	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**39,500.00**
31/03/2025 09:33:38	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**39,499.00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

31/03/2025 09:34:34	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**39,497.00**
31/03/2025 09:34:53	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**39,496.00**
31/03/2025 09:36:39	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**39,490.00**
31/03/2025 09:36:58	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**39,489.00**
31/03/2025 09:38:22	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**39,488.00**
31/03/2025 09:38:44	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**39,487.00**
31/03/2025 09:40:04	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**39,486.00**
31/03/2025 09:40:15	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**39,485.00**
31/03/2025 09:41:20	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**39,484.00**
31/03/2025 09:41:45	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**39,483.00**
31/03/2025 09:42:27	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**39,482.00**
31/03/2025 09:42:34	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**39,481.00**
31/03/2025 09:43:37	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
VÁLIDO		**39,480.00**
31/03/2025 09:43:51	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**39,479.00**
31/03/2025 09:45:02	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**39,400.00**
31/03/2025 09:45:18	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**39,399.00**
31/03/2025 09:45:45	PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA	
VÁLIDO		**39,000.00**
31/03/2025 09:46:03	SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA	
VÁLIDO		**38,999.00**
31/03/2025 09:46:19	NEOFLORESTA SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS	
VÁLIDO		**72,000.00**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
Processo Administrativo Nº 22/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 12/03/2025 16:06:45

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 02/04/2025 09:31:41
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 39.000,00 **Valor Total:** 39.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	PRATICA ASSESSORIA E	877	40.499.627/0001-53	70.000,00	39.000,00		Sim
2	GAMA ENGENHARIA E CONSULTORIA	365	52.578.237/0001-58	75.000,00	39.480,00	1,23	Sim
3	BORSATO GOMES E CIA LTDA	716	13.324.237/0001-70	75.500,00	61.350,00	55,40	Sim
4	WATANABE ENGENHARIA	596	34.424.400/0001-46	65.339,39	65.339,39	6,50	Sim
5	ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA	565	05.017.195/0001-04	75.500,00	66.000,00	1,01	Sim
6	NEOFLORESTA SERVIÇOS	395	23.282.729/0001-01	75.000,00	72.000,00	9,09	Sim
7	RODRIGUES TEZOLIN LTDA	440	51.121.730/0001-81	75.500,00	73.000,00	1,39	Sim
8	ECONSULT ENVIRONMENTAL	100	22.684.967/0001-72	75.500,00	73.100,00	0,14	Sim
9	BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL	801	41.967.974/0001-26	75.000,00	75.000,00	2,60	Sim
10	LF ENGENHARIA PROJETOS E	696	40.028.767/0001-43	75.499,99	75.499,99	0,67	Sim
11	PIMENTA CONSULTORIA AMBIENTAL	525	21.324.192/0001-61	75.500,00	75.500,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E	079	54.341.981/0001-60	75.500,00	38.999,00		Sim

AUTORIDADE: GERSO FRANCISCO GUSSO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025
Processo Adm: Nº 22/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS

Empresas vencedoras valor total: R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais): **PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA** (40499627000153) com os lotes: 1 no valor total de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 2 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
AUTORIDADE COMPETENTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 66/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 22/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE CELEMBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E A EMPRESA PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o N° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, inscrito no CPF/MF sob N° XXX.886.600-XX e portador da Carteira de Identidade N° XXX.308.139-X SSP/RS, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida Rua Jose Hernandes Cabrera, nº 422, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° 40.499.627/0001-53, neste ato representada por seus representantes legais, ao fim assinados, RAFAELA GUIETI, inscrita no CPF/MF sob N° XXX.935.979-XX e portador da Carteira de Identidade N° XX.507.261-X SSP/PR, doravante designada **CONTRATADA**;

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal nº 14.133/21, AJUSTAM o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO DO MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS**, em decorrência da Licitação Modalidade Pregão, forma Eletrônica N° 13/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS**.

PARAGRAFO SEGUNDO – A prestação dos serviços deverá atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025.

PARAGRAFO TERCEIRO - O Plano Municipal de Arborização Urbana deverá ser entregue em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025 e seus anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

PARAGRAFO QUINTO – O presente contrato seguirá o regime de execução por preço global.

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-003 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo valor total de R$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela abaixo:

LOTE	QTDE	UNIDADE	SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	SERVIÇO	ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA ÁREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.	R$ 39.000,00	R$ 39.000,00
				TOTAL	R$ 39.000,00

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 134 da Lei 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado conforme especificado no edital, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento do órgão solicitante;
b) Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 10.01.20.606.0015.2.041.3.3.90.39.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-003 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, POR PREÇO GLOBAL, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I), após Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega é de 180 (Cento e oitenta) dias, iniciando-se o prazo a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pela Secretaria Solicitante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias iniciando a partir da assinatura do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;

c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025, os encargos a seguir:

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025;

b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-003 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br

c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;
f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;
g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;
h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;
i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES
Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-003 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.
b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
   c1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.
d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;
e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-003 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO OITAVO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
f) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
g) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas especificas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-003 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br

c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.
d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO
Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam designados como gestores deste contrato os seguintes:
a) Sr. CRISTIAN LUDWIG, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF N° 070.xxx.xxx-09.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais oriundos deste procedimento licitatório os seguintes:
a) ALICE CRISTIANE GUIMARÃES ZANCHETA, Engenheira Ambiental, CPF N° 104.xxx.xxx-67, fiscal titular;
b) MARLETE DAL MAGRO, Engenheira Agrônoma, CPF N° 502.xxx.xxx-15, fiscal titular.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do serviço realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução dos serviços conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-003 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br

Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2025 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

GERSO FRANCISCO GUSSO: 40988660059

Assinado digitalmente por GERSO FRANCISCO GUSSO: 40988660059
DN: C=BR, OU=Presencial, OU=44176499000166, OU=AC Syngular IO Multipla, O=ICP-Brasil, CN=GERSO FRANCISCO GUSSO:40988660059
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.04.02 10:25:29-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

Três Barras do Paraná, 02 de abril de 2025.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RAFAELA GUIETI GUARNIERE:08193597931

Assinado de forma digital por RAFAELA GUIETI GUARNIERE:08193597931

PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA
RAFAELA GUIETI
Representante Legal
CONTRATADA

PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LT:40499627000153

Assinado de forma digital por PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LT:40499627000153

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-003 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 66/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS.

PARTES: Município de Três Barras do Paraná e PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA

FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021, demais alterações e Pregão Eletrônico nº 13/2025

VALOR: R$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais)

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

DATA DE ASSINATURA: 02 de abril de 2025.

Junte-se ao procedimento;

Publique-se;

Tomazina, 02 de abril de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2025
EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2025
Contratado: 17.568.876 MONICA REGINA PETRULE BARBOSA - CNPJ Nº 17.568.876/0001-31
Objeto: Aquisição de ovos de Páscoa de 120g para distribuição nas unidades da rede municipal de ensino, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Valor: R$ 9.840,00 (nove mil e oitocentos e quarenta reais).
Vigência: 02/04/2026.

Tomazina, 02 de abril de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:8D86D312

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025

Processo Adm: Nº 22/2025

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS
Empresas vencedoras valor total: R$ 39.000,00(trinta e nove mil reais):**PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**(40499627000153) com os lotes: 1 no valor total de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 2 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:63BE3ED8

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025

Processo Adm: Nº 22/2025

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS
Empresas vencedoras valor total: R$ 39.000,00(trinta e nove mil reais):**PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**(40499627000153) com os lotes: 1 no valor total de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 2 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:C796095D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 66/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E SEUS DISTRITOS.
PARTES: Municipio de Três Barras do Paraná e PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA
FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021, demais alterações e Pregão Eletrônico nº 13/2025
VALOR: R$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais)
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
DATA DE ASSINATURA: 02 de abril de 2025.

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:50F3CE70

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº6374/2025

DECRETO Nº6374/2025
Data 02.04.2025

Súmula. Nomeia servidor para ocupar o cargo de Diretor do Departamento de Vigilância Ambiental (Cargo em Comissão) e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei considerando o contido no artigo 56, I da Lei Orgânica e nas Leis Municipais nºs 2511/2023, 2814/2025 e suas alterações posteriores,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeado o Senhor **Marcelino Chaves**, para ocupar o cargo de Diretor do Departamento de Vigilância Ambiental (Cargo em Comissão), sob a matrícula funcional nº1750-7/1.

Parágrafo Único. A remuneração atribuída será contida na Lei Municipal nº. 2814/2025 - CC-2.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:2C28F46F

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6371/2025

Data: 02/04/2025

WELINGTON GOMES DA SILVA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA – CNPJ 50.097.494/0001-36, para fornecer os seguintes serviços:

LOTE	DESCRIÇÃO	UNI	PREÇO UNIT. (R$)	COLOCAÇÃO
02	Locação de Máquina, tipo ESCAVADEIRA HIDRAULICA sobre esteiras, giratória, com cabine fechada e com sistema de ventilação, peso bruto operacional mínimo de 17 toneladas, a diesel, caçamba com capacidade mínima de 0,70m³, potencia liquida no volante mínima de 95 cv, incluso operador habilitado equipado com EPIs(com refeição e estadia),manutenção, combustível e insumos; para qualquer dia e horário(dias úteis, finais de semana e feriados).	Horas	R$ 390,00	5º COLOCADO
07	Locação de Veículo, tipo CAMINHÃO BASCULANTE, truck, 3 eixos, com tração 6x4, a diesel, potencia mínima de 210 cv com caçamba basculante, capacidade de carga mínima de 10m³, incluso motorista habilitado equipado com EPIs (com refeição e estadia),manutenção, combustível e insumos; para qualquer dia e horário(dias úteis, finais de semana e feriados).	Horas	R$ 220,00	8º COLOCADO

Sengés, 02 de Abril de 2025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:D6F59DDB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 004/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 36/2025, MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 4/2025
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através do Portaria nº 16359/2025
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 36/2025, Modalidade: INEXIGIBILIDADE Nº 4/2025, o(s) participante(s):

395958 - 59.786.683 ANDREIA SCALABRIN MOREIRA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - SERVIÇO DE LIMPEZA INTERNA E EXTERNA NOS PRÉDIOS ESCOLARES E DEMAIS PRÉDIOS PUBLICOS (COMO: REALIZAÇÃO DE LIMPEZA ROTINEIRA E PERIÓDICA DE SALAS, BANHEIROS, JANELAS ENTRE OUTROS OBJETOS, MÓVEIS E LOCAIS NECESSÁRIOS; MANTER PÁTIOS E DEMAIS AMBIENTES LIMPOS E ORGANIZADOS). OBSERVAR AS NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	DIÁRIA		253	R$120,00	R$30.360,00
Total Fornecedor:					R$30.360,00

Terra Roxa/PR, 02 de abril de 2025

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:948ADD6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 005/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 39/2025, MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 5/2025
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através do Portaria nº 16359/2025
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 39/2025, Modalidade: INEXIGIBILIDADE Nº 5/2025, o(s) participante(s):

1275470 - MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - ITEM 1.3 -CLINICA MÉDICA PARA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, ATENDER NO MUNICÍPIO OU DISTRITOS COM CONTROLE DE BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA 8 HORAS DIÁRIAS	SERVICO		3	R$18.597,60	R$55.792,80
Total Fornecedor:					R$55.792,80

Terra Roxa/PR, 02 de abril de 2025

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:14C1D548

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2025, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

PRATICA ASSESSORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA– CNPJ nº 40.499.627/0001-53

LOTE	QTDE	UNIDADE	SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	SERVIÇO	ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONTEMPLANDO 100% DA AREA URBANA, DISTRITO DE SANTO IZIDORO, DISTRITO DE BARRA BONITA E DISTRITO DE ALTO ALEGRE.	R$ 39.000,00	R$ 39.000,00
				TOTAL	R$ 39.000,00

Valor total para o fornecedor: R$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais).

Desclassificações

NÃO HOUVE

Inabilitações

SOCIEDADE AGRICOLA - SOUZA E CARDOZO SERVICOS LTDA – CNPJ Nº 54.341.981/0001-60

Três Barras do Paraná/PR, 02 de abril de 2025.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Pregoeira

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:F04AFA90

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6373/2025

Data 02/04/2025

SÚMULA: Cria a Comissão Especial para a realização do Processo de Concurso Público, para preenchimento de vagas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, GERSO FRANCISCO GUSSO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EM ESPECIAL OS FUNDAMENTOS NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DECRETA:

Art.1º. Fica criada a Comissão Especial para a realização do **Processo de Concurso Público**, objeto do Edital nº 001/2025, para preenchimento de cargos abaixo:

MAGISTÉRIO

Item	Especificação	Nº de Vagas	Carga Horária	Símbolo
I	Professor(a)	10+ (CR)	20	PD-A-B-C

OUTROS CARGOS

Item	Especificação	Nº de Vagas	Carga Horária	Símbolo
I	Dentista III	01 + (CR)	40	22.a
II	Técnico em Enfermagem	03 + (CR)	40	15-C
III	Auxiliar de Saúde Bucal	01 + (CR)	40	2
IV	Farmacêutico	01 + (CR)	40	18.a
V	Advogado	01 + (CR)	20	22.a
VI	Contador	01 + (CR)	20	20
VII	Pedreiro	01 +(CR)	40	2
VIII	Mecânico	01 +(CR)	40	18
IX	Fonoaudiólogo	01 +(CR)	40	18.a
X	Técnico de Segurança no Trabalho	01 + (CR)	20	16

1º. A comissão especial será composta pelos seguintes membros:

Nome	Cargo efetivo	Cargo no Concurso	Matrícula	Graduação	Instituição
Carlos Sniezko	Analista Administrativo	Presidente	772-2/1	Administração	Universidade Estadual do Centro Oeste
				Pós Graduação em Logística Empresarial e Gestão de Produção	Universidade Paranaense UNIPAR
Jacqueline Pimentel Oenning	Agente Administrativo	Membro	1215-7/1	Tecnólogo em Gestão Pública	Faculdade de Tecnologia Internacional FATEC
				Pós Graduação Lato Sensu- Especialização em Saúde no SUS	Hospital Sírio Libanês